

A ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

1840 - 1905

MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANNA

A ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS
NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE
1840 - 1905

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA RURAL

CIRO FLAMARION SANTANA CARDOSO
Orientador

CAMPINA GRANDE

JUNHO - 1985



V617e Vianna, Marly de Almeida Gomes.
A estrutura de distribuição de terras no município de
Campina Grande 1840 - 1905 / Marly de Almeida Gomes Vianna.
- Campina Grande, 1985.
266 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1985.
"Orientação: Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso".
Referências.

1. Reforma Agrária - Campina Grande-PB. 2. Estrutura
Fundiária. 3. Economia Agrária. 4. Economia - Dissertação.
I. Cardoso, Ciro Flamarion Santana. II. Universidade
Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 332.021.8(813.3)(043)

A ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE: 1840 - 1905

MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANNA

Dissertação aprovada em 17/06/85

Ciro F.S. Cardoso

CIRO FLAMARION SANTANA CARDOSO
Orientador

Elbio Brown

COMPONENTE DA BANCA

José Roberto Naves

COMPONENTE DA BANCA

Glislaine de Sá

COMPONENTE DA BANCA

CAMPINA GRANDE
JUNHO - 1985

À Ezilda, a Tanya, Marcus e
Gisela, a Ramón.

AGRADECIMENTOS

De diversas maneiras, várias pessoas colaboraram para a realização deste trabalho, desde que começamos a pensar o tema.

Queremos agradecer à professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo pelo incentivo que nos deu, e ao professor Arno Wehling, que discutiu conosco o primeiro projeto da dissertação. À professora Maria Yedda Linhares, pelo interesse com que acompanhou a escolha do tema e a elaboração do projeto, como pelas preciosas sugestões feitas ao trabalho.

Nosso agradecimento especial a todos que, em Campina Grande apesar de mal termos chegado à cidade, colaboraram com interesse, entusiasmo e carinho em nosso trabalho.

À dona Neide Braga e ao senhor José Magalhães Braga, que foram os primeiros a discutir conosco a possibilidade de realização do projeto, que nos cederam bibliografia sobre o município e colocaram-se à disposição para qualquer ajuda necessária.

Aos funcionários do 1º Cartório, que nos acolheram diariamente, por quase todo um ano de pesquisa. À Fátima Fracinete de Almeida, ao Raul Lacerda Pessoa, o "Primo", que entusiasmado com a pesquisa descobriu para nós material que pensávamos haver desaparecido. Ao Dr. João Cunha Lima Filho, que tantas vezes deixou seu trabalho para vir discutir conosco dúvidas e dificuldades. À dona Marta Cunha Lima de Oliveira, que não só nos deu todas as facilidades para consulta nos antigos Livros de Nota existentes e permitiu que procurássemos nos arquivos qualquer material que nos interessasse, como pela atenção e carinho com que sempre nos recebeu.

Aos funcionários do 3º Cartório, Lindalva Barbosa, Ricardo de Aragão, Amaiza Moreira e, em especial ao Sr. Isaac de Aragão e à Marlene de Aragão, que durante dois anos nos acolheram, colocando uma sala à nossa disposição, e permitindo o acesso a todos os inventários do século passado que nos interessassem. Sem a ajuda deles teria sido impossível realizar o trabalho. E, muito mais que ajuda, recebemos deles o incentivo de seu entusiasmo e o carinho com que, durante todo o tempo, nos receberam.

Aos funcionários do Fórum de Campina Grande, de quem nem mesmo sabemos os nomes, e que ao saber que pesquisávamos sobre o município, vinham oferecer sua colaboração.

À dona Esmeraldina Agra, "dona Passinha", que colocou seu arquivo à nossa disposição e perdeu conosco muitas tardes, contando da história passada do município, de alguns de seus principais protagonistas e que preencheu, com seu agudo sentido da História, muitas lacunas na documentação existente.

Ao amigo Fernando Porto, que não só leu e discutiu conosco os originais, corrigindo inúmeras falhas, como ajudou na fase final do trabalho, para que pudesse ser terminado a tempo.

Ao Miguel Barreto Neto e à Maria Auxiliadora Lemos, sem cuja colaboração amiga o trabalho não teria ficado pronto agora.

À Maria Sá Braga, por seu incentivo para a realização da pesquisa nas fases em que trabalhamos no Rio de Janeiro.

Ao Marcus, meu filho, pelo carinho com que colaborou para a reprodução de todo material de pesquisa coletado no Rio.

À Eliete de Queiroz Gurjão Silva, pela inestimável ajuda na revisão do material.

Nosso agradecimento especial ao professor Ciro Flamaron Santana Cardoso, cuja orientação foi indispensável para a realização do trabalho. Como profundo conhecedor do assunto tratado, sua orientação, permanente, apesar da distância, cobriu todos os aspectos da dissertação. Nosso agradecimento a ele também, como colega dos primeiros anos na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, por tudo que representou para nossa geração de universitários do início dos anos 60, e pelo que representa hoje para toda a intelectualidade brasileira, não só por sua extraordinária cultura, como pelo modelo de profissional, que vive com a máxima dignidade o seu ofício.

Nosso agradecimento muito especial ao Ramôn, que nos ajudou a cada dia, desde a colaboração para facilitar a pesquisa à discussão permanente do texto. Por seu profundo conhecimento de teoria econômica e da agricultura nordestina, sua ajuda foi imprescindível na discussão de conceituações teóricas, na crítica a autores contemporâneos, na sugestão de bibliografia, além de ter resolvido todos os problemas práticos da etapa final do trabalho.

SUMÁRIO

	Página
<u>INTRODUÇÃO</u>	01
<u>CAPÍTULO I - A ESTRUTURA FUNDIÁRIA</u>	08
1. O QUADRO NATURAL.....	08
2. CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA	29
3. A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS	46
CONCLUSÃO	67
ANEXOS.....	70
<u>CAPÍTULO II - A ECONOMIA AGRÁRIA</u>	75
INTRODUÇÃO	75
1. ELEMENTOS DA ECONOMIA AGRÍCOLA	81
1.1. A esfera da produção	81
1.2. Técnicas agrícolas	105
↳ 1.3. A mão-de-obra	121
2. COMERCIALIZAÇÃO E FINANÇAS	136
↳ 3. A ESFERA POLÍTICO-ECONÔMICA - O ESTADO	167
↳ CONCLUSÃO	173
ANEXOS	184
<u>CAPÍTULO III - AS RELAÇÕES SOCIAIS</u>	189
INTRODUÇÃO	189
1. DEMOGRAFIA	191
↳ 2. AS CLASSES SOCIAIS	208
3. URBANIZAÇÃO	222
↳ 4. A SOCIEDADE	226
CONCLUSÃO	245
ANEXOS	247
<u>CONCLUSÃO GERAL</u>	251
BIBLIOGRAFIA	254

ÍNDICE

MAPAS

	Página
1/3. Divisão Administrativa da Paraíba: 1822, 1889 e 1920.....	10
4. Área do antigo município de Campina Grande	12
5. Micro-Regiões no antigo município de Campina Grande	15
6. Mapa Geomorfológico da Paraíba	17
7. Divisão do antigo município de Campina Grande em cinco áreas, por concentração das propriedades, segundo seu valor	55
8. Rede Rodoviária da Paraíba - século XIX	138

GRÁFICOS

1. Tendência da Evolução do Preço da Terra (braça) - 1840-1905.....	52
2. Classificação dos proprietários inventariados (%), segundo o valor de suas propriedades imobiliárias - 1840-1905	53
3. Porcentagem de cultivadores de algodão - com e sem ter ra - no município de Campina Grande - 1840-1905.....	89
→ 4. População livre e escrava do município de Campina Grande - 1872 (%).....	194
→ 5. População livre e escrava do município de Campina Grande - 1872 (% segundo a cor).....	194
6. Estado civil da população - 1872 (%).....	197
7. Estado civil da população livre - 1872 (%).....	197
8. Estado civil da população escrava - 1872 (%).....	197
9. Porcentagem da PEA sobre a população total -1872 -	198
10. Porcentagem da condição da PEA (livre e escrava), 1872...	198
11. Porcentagem da PEA por setor de atividade.....	199

	Página
12. Porcentagem da PEA segundo o trabalho produtivo ou improdutivo.....	200
13. Distribuição da população escrava, segundo a ocupação, por sexo.....	201
14. Trabalhadores livres e escravos ocupados na agropecuária das grandes e médias fazendas -1861	202
15. Trabalhadores livres e escravos ocupados em toda a agropecuária, em Campina Grande - 1872	202

QUADROS

1. Micro-Regiões do Antigo Município de Campina Grande	14
2. Divisão por Sexo dos Inventariados no Município de Campina Grande - 1840-1905.....	47
3. Divisão segundo o Estado Civil dos Inventariados no Município de Campina Grande - 1840-1905	47
4. Número de Herdeiros deixados pelos Inventariados no Município de Campina Grande - 1840-1905	47
5. Formas de Apropriação do Solo no Município de Campina Grande - 1840- 1905	49
6. Relações Jurídicas na Aquisição da Propriedade - Município de Campina Grande - 1840-1905	50
7. Porcentagem do Valor da Terra no Patrimônio Total dos Inventariados no Município de Campina Grande, 1840-1905 (porcentagem aproximativa).....	57
8. Distribuição das propriedades segundo seu Valor - Município de Campina Grande - 1840-1905	58
9. Distribuição das Propriedades existentes no Município de Campina Grande - 1840-1905 - por área do Município (porcentagem segundo seu valor).....	58
10. Local de residência dos proprietários inventariados no município de Campina Grande - 1840-1905.....	59/60
→ 11. Número, e porcentagem dos possuidores de escravos sobre os inventariados no município de Campina Grande -1840-1888.....	61
→ 12. Preço do escravo, por períodos, no município de Campina na Grande - 1840-1888	62
→ 13. Preços comparativos dos escravos em Campina Grande, Recife e Rio Claro (SP) - 1840-1888	63

- 14. Evolução da porcentagem do valor da terra e dos escravos sobre o total dos bens inventariados no município de Campina Grande - 1840-1888 64
- 15. Ganho recebido pelos escravos alugados - Município de Campina Grande, 1854, 1858, 1859, 1862 65
16. Classificação dos proprietários inventariados (%), segundo o valor de suas propriedades - 1840-1905..... 71
- 17. Preço do escravo em Campina Grande - 1840-1888..... 72/73
- 18. Porcentagem dos proprietários com escravos, dos números absolutos e médios dos escravos e evolução da porcentagem do valor da terra e dos escravos, levando em conta os inventariados possuidores ou não de terras e segundo os períodos de variação do preço do escravo - Município de Campina Grande - 1840-188874
19. Porcentagem em que se plantou o algodão, sozinho ou consorciado, considerando o total dos plantadores inventariados, possuíssem ou não terras próprias - Município de Campina Grande - 1840-1905..... 91
20. Cultura do algodão consorciado entre os inventariados possuidores ou não de terras (%) - Campina Grande, 1840-1905 92
21. Cultivadores de algodão e pecuaristas (porcentagem em relação a cada grupo) - Campina Grande - 1840-1905 92
22. Proporção em que aparecem outras culturas consorciadas com o algodão - Campina Grande, 1840-1905 93
23. Atividade dos proprietários de terra inventariados no município de Campina Grande - 1840-1905 94
24. Número e porcentagem dos agricultores proprietários de terra inventariados no município de Campina Grande, 1840-1905, segundo o tipo de suas lavouras 95
25. Porcentagem dos criadores de gado (sobre o total dos inventariados) no município de Campina Grande, 1840-1905.....99
26. Quantidade de cabeças de gado inventariadas no município de Campina Grande - 1840-1905..... 101
27. Porcentagem dos proprietários de gado segundo o número de cabeças possuídas - Município de Campina Grande, 1840-1905..... 101
28. Possuidores de máquinas de beneficiar algodão, inventariados no município de Campina Grande - 1861-1888.....114
29. Possuidores de máquinas de beneficiar algodão, inventariados no município de Campina Grande, 1889-1905.....115
30. Estimativa do destino da produção do município de Campina Grande - 1840-1905 141

31. Produção agrícola da Paraíba - 1861 -	143
32. Preços de exportação do algodão da Paraíba, por quilo 1875-1878	145
33. Porcentagem dos inventariados que deixaram dinheiro em espécie - Campina Grande, 1840-1905.....	157
34. Ocupação dos credores de dívidas de 1:000\$000 ou mais - Município de Campina Grande - 1840-1905	158
35. Ocupação dos devedores de 1:000\$000 ou mais, inventa- riados no Município de Campina Grande - 1840-1905.....	159
36. Ocupação dos inventariados credores de dívidas de um conto de réis ou mais, inventariados no município de Campina Grande, 1840-1905 (dívidas ativas)	159
37. Hipotecas registradas em Campina Grande -1860-1869	161
38. Hipotecas registradas em Campina Grande -1870-1876	161
39. Principal ocupação dos hipotecantes - Município de Campina Grande - 1876-1900 (% sobre os casos encon- trados	162
40. Índices de preço do gado no Município de Campina Grande - 1839-1903	163
41. Índices de preços de alguns produtos de alimentação Município de Campina Grande - 1856..1902	164
42. Preço de alguns instrumentos de trabalho inventariados no município de Campina Grande - 1842...1893	166
43. Preço do algodão em Campina Grande -1840-1903	184
44. Principais emprestadores de dinheiro ao município de Campina Grande, na segunda metade do século passado.....	185
45 .Inscrição Especial do Registro de Hipotecas - Município de Campina Grande (fragmentos) -1876-1890	187
46. População do município de Campina Grande, 1850-1900	191
47. Taxas médias anuais de crescimento da população do Muni- cípio de Campina Grande - 1850-1900	192
48. População escrava do município de Campina Grande - 1850-1887	193
49. Distribuição da população por sexo, em números absolu- tos e porcentagem - Campina Grande. 1872	195
50. População do Município de Campina Grande, segundo a faixa etária - 1872	196
51. Estado civil da população em números absolutos	197

52. Porcentagem da PEA masculina, por setor de atividade Campina Grande - 1872	199
53. Porcentagem da PEA feminina, por setor de atividade - Campina Grande - 1872	200
→ 54. Estrutura da população escrava, em porcentagem, segundo o sexo e a cor - Campina Grande , 1872	201
→ 55. Ocupação dos escravos, homens e mulheres, separadamente, em porcentagem -Campina Grande, 1872	201
56. Porcentagem, sobre o total dos proprietários, dos possui- dores de terra no valor de até 500\$000 - Município de Campina Grande- 1840-1905	204
57. Distribuição percentual das atividades dos proprietários rurais do Município de Campina Grande - 1840-1905	212
58. Porcentagem dos inventariados segundo o montante de seus bens - Município de Campina Grande, 1840-1905.....	218
59. Ocupação dos inventariados no município de Campina Grande em porcentagem - 1840-1905	218
→ 60. Tipos de Cartas de Alforria particulares, passadas no Município de Campina Grande, de 1858 a 1882	230
→ 61. Escravos alforriados no Município de Campina Grande, se- gundo o sexo - 1858-1882	231
→ 62. Escravos alforriados no Município de Campina Grande, se- gundo a cor - 1858-1882	231
→ 63. Escravos alforriados no Município de Campina Grande, se- gundo a idade - 1858-1882	231
→ 64. Escravos libertados no Município de Campina Grande, se- gundo o tipo de alforria e o ano de sua libertação, Muni- cípio de Campina Grande - 1858-1882	232
→ 65. Escravos do Município de Campina Grande libertados pelo Fundo de Emancipação - 1879 - 1886	233
66. Conflitos no Nordeste Brasileiro - 1850-1888	238

INTRODUÇÃO

Escolher como tema da dissertação a estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande, na segunda metade do século passado, chegou a parecer estranho a algumas pessoas. Um município do interior nordestino ainda poder-se-ia compreender, mas por que o século passado?

A escolha do tema prendeu-se intimamente à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a agricultura brasileira e à visão que temos do que seja aprofundar tais conhecimentos. Foi decisiva também a influência das pesquisas coordenadas pelos professores Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso sobre a agricultura.

Já há algum tempo, "a tomada de consciência do subdesenvolvimento" fez com que muitos estudiosos brasileiros se voltassem para o estudo da realidade nacional, especialmente para a agricultura. É grande a contribuição de inúmeros autores que se vêm dedicando ao assunto, embora suas abordagens sejam bastante diversas. A polêmica prende-se muito à complexidade do tema e ao relativamente curto período que têm estes estudos, mas também "a uma certa fragilidade dos conhecimentos sobre a tão decantada realidade brasileira, a começar por suas bases coloniais. ...A necessidade de reorientar as pesquisas, sobretudo para estudos locais, mais aprofundados, capazes de revelar a 'face oculta' de uma sociedade fundamentalmente agrária até um passado bem recente, e por demais retratada a partir da 'casa grande' e da 'senzala'"^{1/} foi o que decidiu a escolha de nosso tema.

Na tentativa de compreender melhor a atualidade do problema agrário no Brasil, voltar os olhos para o passado, sobretudo para a segunda metade do século XIX, é, a nosso ver, imprescindível. Como disse Marc Bloch, tentar entender o presente como se fosse auto-inteligível não tem ajudado a explicá-lo.

O estudo da estrutura de distribuição de terras na segunda metade do século passado ajudará a compreender melhor, estamos certos, a permanência e a mudança de relações econômicas que tantas vezes têm aparecido como quatro séculos de imobilidade ou como transformações esquematizadas a priori.

A escolha do antigo município de Campina Grande não se deveu apenas à facilidade de acesso às fontes primárias de pesquisa. Dentro da idéia inicial de realizar estudos locais, que se juntassem para permitir uma visão global da complexa e diversificada realidade agrária do país, o antigo município de Campina Grande pareceu-nos suficientemente representativo para o que desejávamos: sair dos modelos agrários do Sudeste cafeeiro e das áreas açucareiras do Nordeste, tomando para estudo uma área do Agreste, importante por sua ligação comercial com o Sertão e o Litoral e, além do mais, pouco estudada.

→ Os limites temporais do trabalho foram marcados por ser a segunda metade do século passado um dos períodos mais importantes para o país, período de transição da economia colonial escravista para o capitalismo dependente.

Já em 1840, o "Golpe da Maioridade" consolidara a unidade nacional sob a hegemonia da economia cafeeira. Reformularam-se naquele período as concepções sobre a posse da terra, o trabalho escravo foi sendo gradualmente abolido, houve mudanças fundamentais nos sistemas financeiro, fiscal, creditício e também no administrativo e no político.

Estamos convencidos de que para entender a atual estrutura agrária do Brasil é necessário estudar o processo de desenvolvimento e implantação do capitalismo como modo de produção dominante, nas diversas regiões do país. Nosso trabalho tem a pretensão, nem tanto de ser uma considerável contribuição ao estudo da realidade agrária, mas de chamar a atenção para a importância de pesquisas que permitam integrar articuladamente as especificidades locais numa síntese globalizante da agricultura brasileira.

Consideramos imprescindível começar pela estrutura de distribuição de terras, formas de apropriação do solo e formação do grande latifúndio; buscar o papel da pequena produção dentro de um sistema escravista, as formas de trabalho livre que aparecem ou se consolidam com a gradual abolição do trabalho escravo e a estrutura de classes daí decorrente.

^{Indag.} → Desde o início tivemos algumas indagações básicas: se Campina Grande era sede de importante comércio regional, por que formas se fazia, e quem era responsável pelo abastecimento deste mercado interno, por mais acanhado que fosse? Qual a amplitude deste mercado? Escravistas desde o início da colonização, como se configuraram e se afirmaram as relações de produção não escravistas? De que forma tais relações foram se transformando ou se adaptando à transformação das estruturas coloniais de produção?

Partimos de duas premissas teóricas básicas. Em primeiro lugar, a de que o Nordeste não ficou imune às transformações por que passou o país na segunda metade do século passado. As mudanças que ocorreram, capitaneadas pelo Sudeste, não criaram "dois brasis": um Sudeste capitalista e um Nordeste paralelamente pré-capitalista. As mudanças atingiram o país em sua totalidade.

Em segundo lugar, de que é preciso buscar nos fatores internos a base das transformações ocorridas. Examinar, portanto, as mudanças ocorridas na produção (sem deixar de lado, evidentemente, os fatores externos).

Julgamos necessária a análise das formas de acesso ao solo e aos outros meios de produção por serem "a base das relações de produção na agricultura e da estrutura de classes no campo. Sem referência a um sistema social definido, termos como 'propriedade da terra', 'arrendamento', 'parceria', 'camponeses', etc tornam-se abstrações sem conteúdo e sentido precisos"^{2/}.

Quanto ao problema das fontes, a documentação referente à estrutura fundiária do Brasil, no século passado, é extremamente precária. Contamos somente com os Registros Paroquiais de Terras, realizados a partir da regulamentação da Lei de Terras, em 1854. Tais registros são bastante completos para alguns estados, como Bahia e Rio de Janeiro, mas imprecisos e sem uniformidade para outras regiões. No caso da Paraíba não há informações, praticamente, sobre a extensão e o limite das terras. Além do mais, dos registros paraibanos só nos restou a compilação feita por João Lira para alguns municípios, porque, infelizmente, tais registros estão desaparecidos.

Trabalhamos então, principalmente, com fontes cartoriais. Nos inventários post mortem acha-se o arrolamento de todas as terras possuídas pelo falecido. São raríssimos os dados precisos sobre medição de terras, mas encontramos sua localização, valor, identificação de formas de apropriação do solo e das relações jurídicas. Esta foi nossa principal fonte.

Trabalhamos também com as Contas de Tutoria anexas aos inventários, onde temos indicação da administração dos bens dos órfãos. Foi por esta fonte que colhemos dados sobre arrendamen

tos, ocupação dos escravos, gastos com educação e alimentação, e efeitos da seca na reprodução do gado e no arrendamento das terras. Pelas Contas de Tutoria foi possível também acompanhar a educação dos órfãos e sua ocupação. No entanto, é também uma fonte precária, pela irregularidade das informações. Há dados permanentes sobre o gado, as terras, os escravos e demais bens que ficaram sob a guarda do tutor, mas somente em dois casos a chamamos contas com despesas de alimentação. Ao contrário, aquelas realizadas com vestuário são sempre bem detalhadas.

Outra fonte cartorial da qual nos servimos foram os Livros de Nota. Neles encontram-se informações sobre compra, venda e hipoteca, escrituras de doação, alforrias, procurações.

O material encontrado nos cartórios mostrou-se riquíssima fonte de pesquisa, não só da realidade econômica como de todos os aspectos da vida da época.

Ao iniciar o trabalho tivemos um momento de desânimo. Era corrente o rumor de que em Campina Grande não havia material a ser pesquisado. O movimento dos Quebra-Quilo, queimando os cartórios, teria destruído todo o acervo do passado. Muita coisa desapareceu, é verdade (e nem tudo por responsabilidade dos Quebra-Quilo), mas existem documentos preciosos arquivados que permitem reconstituir boa parte da história econômica do município.

Utilizamos também os Relatórios de Presidentes da Província, de 1840 a 1889, e os existentes da Presidência do Estado, de 1889 a 1905, além dos Relatórios de Ministros da Agri-cultura da época.

No primeiro capítulo do trabalho abordamos a estrutura fundiária, buscando identificar o processo de distribuição de terras na região, assim como de sua ocupação. Começamos pelo quadro natural, o que não só é lógico, em se tratando de estu-

do sobre a questão agrária, como fundamental, quando se fala de uma região tão notoriamente marcada por fenômenos climáticos. Além do mais, a localização geográfica de Campina Grande, para seu desenvolvimento comercial, foi da maior importância. Passamos depois às condições históricas de ocupação da terra. O estudo da instituição das sesmarias e da Lei de Terras é base sem a qual torna-se impossível entender a estrutura fundiária da região. Na terceira parte do capítulo consideramos as formas de apropriação do solo, as relações jurídicas, o valor das propriedades, seu tamanho e localização, assim como as relações de trabalho, principalmente as escravistas.

No segundo capítulo tratamos da economia agrária, procurando relacionar a estrutura de distribuição e ocupação da terra com a estrutura agrária do município. Na primeira parte, entre os elementos da economia agrária, destacamos, na esfera da produção, a cultura do algodão, da mandioca e a pecuária. Tratamos a seguir das técnicas agrícolas e da mão-de-obra, ressaltando a desagregação das relações escravistas e as formas de trabalho livre. Na segunda parte do capítulo abordamos questões relativas à comercialização e às finanças do município, procurando detectar a formação e ampliação do mercado interno, a partir da estimativa da porcentagem da produção voltada para ele. Por último, mencionamos a esfera político-administrativa do Estado. Na conclusão do capítulo, achamos pertinente tratar do papel do capital comercial e da questão da pequena produção.

O terceiro capítulo é dedicado às relações sociais. Começamos por analisar a estrutura da população, baseados no censo de 1872, para esboçar a estrutura de classes do município. Destacamos ainda o processo de urbanização e, finalmente, a sociedade campinense da época, salientando o processo final da

Abolição e a forma pela qual ela se deu no município.

Esperamos que, apesar de nossas limitações - e são muitas - , o trabalho tenha, pelo menos, a utilidade de suscitar discussões.

1/. LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C.T. da, *História da Agricultura Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p.13,14.

2/. CARDOSO, Ciro Flamarion S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 39. Ver ainda VILAR, Pierre, *Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ariel, 1964, e Id., *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*, Barcelona, Grijalbo, 1980; MARX, Karl, *Contribución a la Crítica de la Economía Política*, La Habana, Política, 1966.

CAPÍTULO I

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

1. O QUADRO NATURAL

1.1. Limites da área estudada

O Estado da Paraíba, situado na região Nordeste do Brasil, é dividido pelo IBGE em 11 micro-regiões, que compreendem 171 municípios. Campina Grande, que por sua importância econômica já chegou a ser o mais importante município do estado, tem hoje 250 mil habitantes e uma área de 970 km² ^{1/}.

Na segunda metade do século passado, no entanto, sua área era muito mais extensa, abrangendo os atuais municípios de Campina Grande, Pocinhos, Puxinanã, Alagoa Seca, Areal, São Sebastião de Lagoa da Roça, Montadas, Massaranduba, Fagundes, Queimadas, além de parte de Cabaceiras, Boqueirão, Serra Redonda, Ingã e Lagoa Nova^{2/}, cujos limites com Campina Grande eram bastante impre

^{1/}. IBGE e FIPLAN, *Estado da Paraíba - Anuário Estatístico*, João Pessoa, 1980; Id., *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*, vol.I, T.3, Nº 9; Id., *Censo Demográfico - Dados Distritais - PB - 1982*.

^{2/}. *Relatório do Presidente da Província Dr. Gomes Jardim*, 1843, p. 21 e *Relatório do Presidente Dr. Paes Barreto*, 1855, p. 29. rolo VI/233/s, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Microfilmagem.

precisos. O mapa organizado pela Universidade Federal da Paraíba inclui no município de Campina Grande, em 1889, Itatuba, Natuba, Aroeira e Umbuzeiro^{3/}, quando, na realidade, estas localidades já pertenciam a Cabaceiras ou ao Ingã^{4/}.

É difícil, portanto, precisar os limites do que era o município de Campina Grande por volta de 1850. Em 1843, nem bem delimitadas estavam as fronteiras da própria Província da Paraíba:

"Não existe nenhuma carta corográfica, ainda aproximadamente; ignora-se não só o que diz respeito ao território, sua verdadeira extensão, seus limites com as províncias vizinhas, divisão natural de suas partes, etc, mas todos os outros ramos da estatística geral, e nem existe mesmo recenseamento da população, que é o mais importante de conhecer, quer considerado absolutamente, quer em relação a extensão e partes do território" ^{5/}.

Em 1855 e 1861, os limites do município foram dados oficialmente. Em 1855, estabelecia-se que Campina Grande confinava

"...ao norte, e pelo nascente, com o Ingã, conforme Lei Provincial Nº 6, de 3 de novembro de 1840, e Alagoa Nova, conforme Lei Provincial Nº 10, de 5 de setembro de 1850; ao sul, com Cabaceiras e Ingã, conforme decreto de 4 de junho de 1835; pelo norte, com São João do Cariri e Alagoa Nova": ^{6/}

Os limites continuavam os mesmos, em 1861: Alagoa Nova e São João do Cariri pelo norte; pelo sul, Cabaceiras e Ingã; pelo leste, Ingã e Alagoa Nova e pelo oeste, Cabaceiras e São João do Cariri^{7/}. Como não existia uma demarcação rigorosa de divisas, a imprecisão quanto às áreas municipais continuava grande.

^{3/}.Atlas Geográfico da Paraíba, João Pessoa, UFPB, 1965.

^{4/}.R.P.P., Id., Ibid.

^{5/}.R.P.P. Gomes Jardim, op. cit, p.21.

^{6/} R.P.P. Paes Barreto, op. cit. p.29.

^{7/}.R.P.P. Silva Nunes, 1861, p. 41.

Ao marcar os limites espaciais de nosso trabalho, levamos em conta não só as áreas pertencentes, à época, à jurisdição de Campina Grande, mas também aquelas que, mesmo já oficialmente separadas de Campina, estavam inteiramente integradas na vida do município. É o caso, por exemplo, de quase toda a parte sul de Alagoa Nova. Os limites com Cabaceiras (e Boqueirão, que então pertencia a Cabaceiras) se confundiam quase sempre: ora certas regiões eram dadas como pertencentes a Cabaceiras, ora como a Campina Grande.

Levando em conta todos estes aspectos, somamos as áreas que formavam o município de Campina Grande e chegamos a que este possuía, na segunda metade do século XIX, uma área de aproximadamente 3.000 km^2 ^{8/}. (Ver mapa à página 12.)

1.2. Divisão Regional

Tradicionalmente, o território da Paraíba (como de todo o Nordeste) é dividido em três grandes zonas: Mata, Agreste e Sertão.

A Zona da Mata, situada entre o Atlântico e o meridiano da cidade de Campina Grande, ocupa cerca de um quinto do território do estado. Esta zona, outrora coberta por florestas, possui clima tropical-úmido sub-atlântico e dedicou-se, desde o início da colonização, ao cultivo da cana-de-açúcar.

8/. Além das áreas dos municípios que pertenciam a Campina Grande, acrescentamos Alagoa Nova, deixando de lado outras áreas de influência direta de Campina, como Boqueirão, Cabaceiras, Serra Redonda e parte do Ingá. Deve-se levar em conta que o cálculo é bastante aproximativo, pois os limites dos atuais municípios não correspondem exatamente aos de então.

O Sertão localiza-se da cidade de Campina Grande para o oeste, abrangendo cerca de quatro quintos do território do estado. É uma região semi-árida, com estação seca de seis a sete meses por ano, um índice xerotérmico de 150 dias/ano ecologicamente secos e uma pluviometria anual de 500 a 900 mm; a região sertaneja é recoberta pela caatinga, floresta seca, de solos rochosos ou pedregosos, muito pobres em matéria orgânica.

O Agreste fica situado entre uma e outra dessas duas grandes regiões; é uma zona típica de transição entre a Mata e o Sertão^{9/}, e é nela que se encontra a área que estudamos.

A essa classificação corresponde, grosso modo, a tradicional divisão entre as áreas da cana-de-açúcar (Zona da Mata) e da pecuária (Sertão), áreas estas que são freqüentemente contrapostas política e socialmente^{10/}. São indiscutíveis as diferenças entre a área canavieira da Zona da Mata e o Sertão pastoril, tanto do ponto de vista da exploração econômica quanto dos tipos sociais gerados por estas economias específicas. No entanto, muito mais do que zonas contrapostas, Mata e Sertão representam um todo complementar e integrado, e nesta ligação, o papel de Campina Grande sempre foi de muita importância.

Por estar numa área de transição, o município de Campina Grande^{11/} compreendia várias micro-regiões bastante diferenciadas do ponto de vista geográfico, que se uniam numa mesma área econômica, social e política, sob a influência da Vila (1790) e depois cidade de Campina Grande (1864).

^{9/}. COELHO, Modesto Siebra (coord.), *Géographie et Ecologie de la Paraíba - (Brésil)*, Brasília/Paris, C.N.Pq e C.N.R.S; UFPB e Centre d'Études de Géographie Tropicale du C.N.R.S. Paris, 1979, Mimeo. p. 10.

^{10/}. ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 6 e 7.

^{11/}. De agora em diante, sempre que falamos de Campina Grande, estaremos nos referindo aos limites da época estudada.

Na divisão da área em micro-regiões não adotamos a classificação do IBGE^{12/} mas a encontrada em estudos recentes que, baseados em características geomorfológicas, são mais precisos no detalhamento das micro-regiões existentes^{13/}. Tal classificação permite entender melhor as possibilidades agrícolas da região, ao mesmo tempo que seus contrastes. Tínhamos, então, na grande área abarcada por Campina Grande, sete micro-regiões:

QUADRO I

MICRO-REGIÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

Micro-Regiões	Áreas do Município de Campina Grande
Curimataú Oriental Agreste de Esperança	Parte de Pocinhos e Areal Puxinanã, Montadas e Lagoa da Roça; parte de Areal.
Brejo Seridó	Parte sul de Alagoa Nova. Faixa sul de Pocinhos.
Agreste Campinense	Alagoa Seca, Massaranduba, parte de Campina Grande e de Queimadas.
Agreste Baixo ^{14/} Cariri	Fagundes. Parte de Pocinhos, de Campina Grande e quase todo Queimadas.

FONTE: GRABOIS, José, VALVERDE, Orlando, AGUIAR, Maria José, *Estudo Regional do Seridó, Curimataú e Agreste de Esperança*, Campina Grande, 1981, mimeo.

1.3. Relevo e geomorfologia

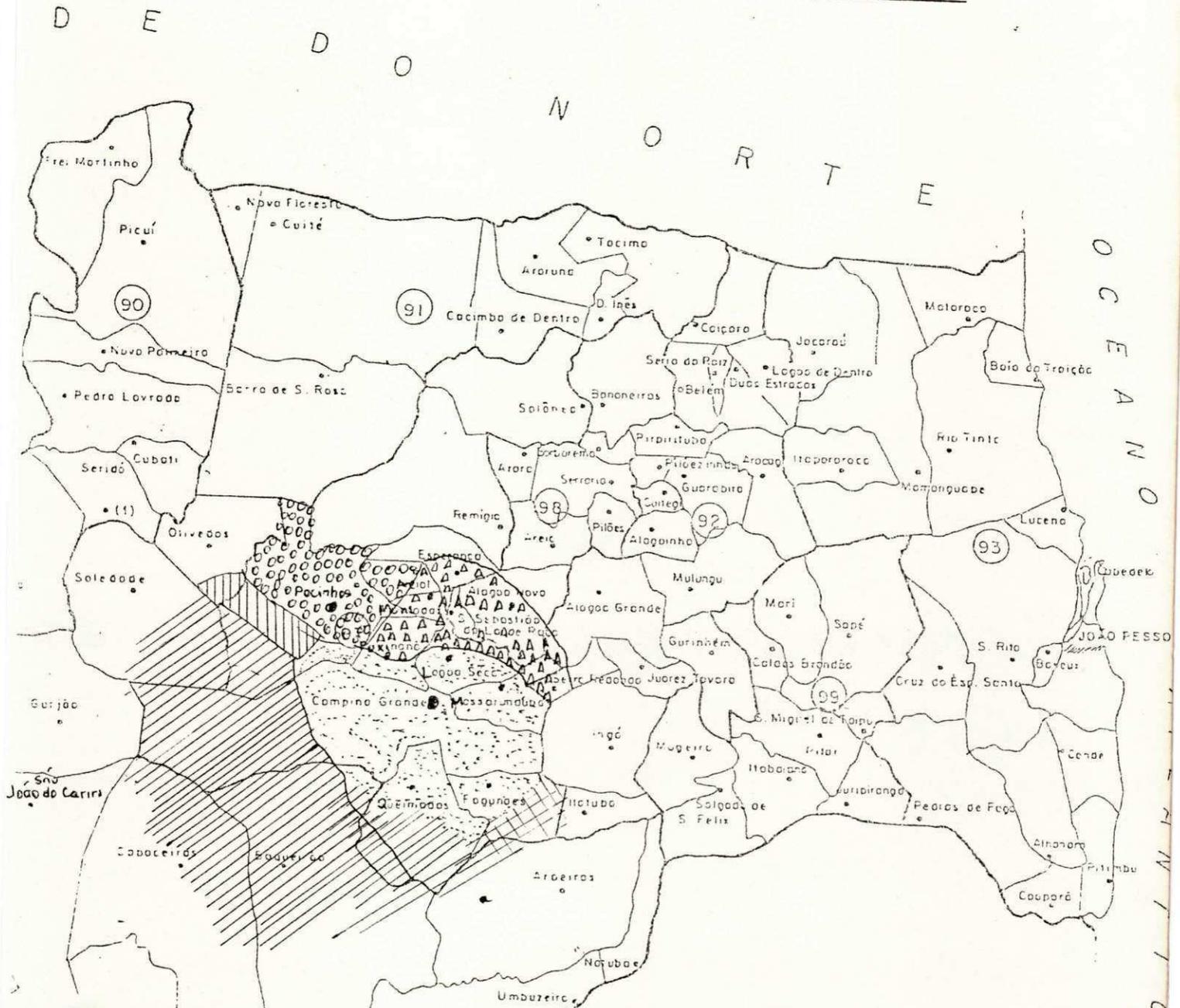
Para Maria Gelza de Carvalho, a Paraíba pode ser dividida em dois grandes grupos geomorfológicos, na combinação de for

^{12/}. IBGE, *IX Recenseamento Geral do Brasil- 1980*.

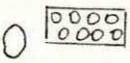
^{13/}. PROST, Gérard, "O Cariri semi-árido transformado pelo agave", in *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, nº 2, ano 30, abril/junho de 1968 ; AGUIAR, GRABOIS, DUQUE, PEÑA CASTRO e MARIN, *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba - O Cariri Paraibano*, Campina Grande, UFPB, 1983; GRABOIS, VALVERDE, AGUIAR, *Estudo Regional do Seridó, Curimataú e Agreste de Esperança*, Campina Grande, 1981, mimeo.

^{14/}. A classificação é do geógrafo, professor José Graboís.

MICRO-REGIÕES DO ANTIGO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE



LEGENDA

-  CURIMATAO
-  SERIDÓ
-  CARIRI
-  AGRESTE CAMPINENSE
-  AGRESTE DE ESPERANÇA
-  AGRESTE BAIXO

FUNDAÇÃO IBGE
 DT-SUEGE
 DEGEO/DIATA
 ESTADO DA PARAÍBA
 DIVISÃO MUNICIPAL
 MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

Situação Vigente em 1.5.80

mas de relevo com geologia e clima: um Setor Oriental úmido e subúmido e um Setor Ocidental subúmido e semi-árido. A linha divisória entre estes dois setores é a parte oriental do Maciço da Borborema, "desde a calha do rio Paraíba do Norte até as primeiras curvas de nível que, ao norte, evidenciam o Vale do Curimataú"^{15/}.

Nessa classificação interessa-nos o Setor Ocidental. O município de Campina Grande tinha seus limites orientais coincidentes, do sul até Alagoa Nova, ao norte, com a linha divisória entre os dois setores (ver mapa nº 6.). Esta área é de estrutura cristalina, de origem pré-cambriana^{16/}.

A sudeste, na região leste de Aroeiras, Itatuba e Fagundes, encontra-se pequena parte da depressão sub-litorânea. A Serra do Uruçu evidencia os primeiros esporões do Maciço da Borborema, a partir do nordeste de Fagundes. Daí, em direção ao norte, temos uma área elevada aplainada e os esporões se afastam bem para leste (serras do Boqueirão, Quirino e Raiz). Na altura de Alagoa Seca voltam a surgir, quase que abruptamente, as escarpas orientais do maciço, que sobem pela região do Brejo^{17/}. As serras da Raiz, do Espinho, da Onça, do Surrão, do Bodopitã, do Fagundes e a serra Verde formam o contraforte oriental da Borborema.

As altitudes médias de 100 metros, comuns na depressão sub-litorânea, aumentam para 200/300 metros na altura da serra do Uruçu, chegando a atingir entre 600 e 700 metros na escarpa oriental^{18/}.

^{15/} CARVALHO, Maria Gelza de, *Estado da Paraíba - classificação geomorfológica*, João Pessoa, UFPB-FUNAPE-Editora Universitária, 1982, p. 15.

^{16/} Id. Ibid., p. 45.

^{17/} Id. Ibid., p. 38.

^{18/} Id. Ibid., p. 11

Para oeste da escarpa oriental surge a superfície elevada aplainada do Planalto da Borborema, onde se localiza quase toda nossa área. O nível altimétrico entre 600/750 metros da escarpa vai diminuindo de altitude, na direção do vale do Paraíba, para 400/500 metros à altura de Campina Grande^{19/}. Esses dois níveis são classificados, geomorfologicamente, como Superfície da Borborema, o mais alto, e Superfície dos Cariris, o mais baixo^{20/}.

O Agreste paraibano, em contato tanto com climas úmidos como com os climas semi-áridos, tem uma superfície aplainada mais preservada no setor sul, "dissecada, em seu conjunto por talvegues rasos e abertos, que separam colinas de formas arredondadas e suaves. Esta feição morfológica é bem caracterizada na altura de Pocinhos/Remígio e ao norte de Campina Grande"^{21/}.

Nesta região aplainada há poucas serras: a do Monte (500/600 m), nos limites atuais de Campina Grande, Boqueirão e Cabaceiras; a do Bodopitã (500m) e a da Catuama (500 m), que cortam Queimadas e Fagundes, ao norte; e a serra do Uruçu (esporão oriental da Borborema), em Aroeiras.

1.4. Hidrografia

O Maciço da Borborema atua como distribuidor da rede hidrográfica da Paraíba, em todas as direções. O estado conta com algumas bacias hidrográficas, sendo a maior delas a do rio Piranhas, que domina quase toda a metade ocidental do estado.

^{19/}. id. Ibid., p. 46

^{20/} . Id. Ibid, p. 11

^{21/} . Id. Ibid., p. 11

A leste, o litoral é todo recortado por rios que descem da vertente oriental da Borborema.

"Os diversos rios que grosseiramente demandam diretamente o litoral recortam a encosta, festonaram-na e desmantelaram os patamares intermediários que a precedem. Por este motivo, alguns destes vales tiveram grande penetração no estabelecimento dos caminhos coloniais e desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de várias aglomerações, Campina Grande sendo a mais importante delas" 22/.

Por nossa área passam dois rios considerados, depois do Piranhas, os mais importantes do estado, apesar de não serem rios perenes: o Paraíba e o Mamanguape. O Paraíba, formado pelos rios Sucuru, Meio e Serra, ao sul de São João do Cariri, corre para o litoral, tendo como afluentes importantes, à margem esquerda, o Taperoá, o Bodocongô, o Paraibinha, o Gurinhém e o Gargáú. À margem direita recebe vários riachos, como o São Miguel, o Santo Antônio, o Natuba, o Una, etc. O Mamanguape, considerado o terceiro rio do estado, nasce em Pocinhos, na Lagoa Salgada, e corre daí para o litoral norte do estado. Em nossa área, corta Pocinhos, Areal, Alagoa Seca, Lagoa da Roça e Lagoa Nova.

Apesar de tanto o Paraíba, pelo sul, quanto o Mamanguape, pelo norte, cortarem a região, sua influência parece não ter sido grande, pois as áreas banhadas por eles são pequenas. A maior parte da região é coberta por pequenos rios e riachos intermitentes: Floriano, Catolé, São Pedro e Cordeiro, em Pocinhos; afluentes do Mamanguape em Areal, Lagoa da Roça, Lagoa Nova, Montadas e Puxinanã; Riachão, Tigre e Marinho em Massaranduba; Cedro, Camaraú e Muquém em Fagundes; Muquém, Pereio e Bodocongô em Queimadas; Floriano, São Pedro, Catolé, Bodocongô, Tatu, Marinho, Camararê, Surrão e Piabas em Campina Grande.

22/ . SESC, *Campina Grande, um centro comercial do Nordeste*, Campina Grande, coordenação de José Artur Rios, mimeo (década de 70).

Mesmo estando quase toda fora das áreas mais duramente atingidas pela seca, nota-se na toponímia local a importância da água. É imensa a quantidade de nomes que se referem a lagoas, alagoinhas, cachoeiras, olhos d'água, várzeas, riachos, riachões, açudes, açudinhos, tanques, águas doces, águas pretas, águas salgadas, etc.

1.5. O clima

"No Nordeste, é o clima o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e o que mais preocupa o homem" ^{23/}.

É a partir do clima que se divide o Nordeste nas três grandes regiões de Mata, Agreste e Sertão.

Enquanto que no Litoral (Zona da Mata) o clima é quente e úmido, com um nível pluviométrico anual entre 1.000 e 2000 mm, o Setor Ocidental da Borborema é caracterizado, predominantemente, pelo clima BSh de Köppen, ou seja, semi-árido ^{24/}, e é cortado pela diagonal da seca em sua parte central.

A região de Campina Grande encontra-se justamente na passagem da Zona da Mata à Diagonal da Seca. "Seu máximo pluviométrico vai de abril a junho, como no litoral, enquanto que a estação seca se situa em fevereiro, como em vários pontos do Cariri" ^{25/}.

Temos, em nossa área, dois tipos de clima bastante destacados, o do Brejo (úmido) e o do Cariri (semi-árido) e, entre eles, vários micro-climas. A região do Brejo (e quase todo o Agreste de Esperança) está situada na escarpa oriental do

^{23/}. ANDRADE, Manuel Correia de, op. cit. p. 25.

^{24/}. CARVALHO, Maria Gelza, op. cit., p. 42.

^{25/}. COELHO, M. Siebra, op. cit, p. 92.

Maciço da Borborema e volta-se para o Atlântico, recebendo os ventos úmidos dos alíseos de SE. Possui um índice pluviométrico anual de 1.3000 mm, com nove meses de estação chuvosa, nuvens e nevoeiros^{26/}. A área do Brejo, essencialmente favorável à agricultura, é "uma zona de vales acentuados, de encostas íngremes de fundos estreitos, entre chãs interfluviais que representam o topo do antigo planalto"^{27/}.

Em contraste com o Brejo, a região do Cariri, em pleno semi-árido, é das mais secas. A estação seca começa em maio e vai até janeiro-fevereiro. Nos setores mais rigorosos, "os índices xerotérmicos podem conter 300 dias/ano ecologicamente secos. O Planalto dos Cariris tem, em Cabaceiras, o récorde da seca em todo o Brasil, com menos de 250 mm de precipitações anuais"^{28/}.

Ao Cariri juntam-se áreas do Seridô e do Curimataú, formando uma sub-região semi-árida e mesmo árida, nos pontos onde o relevo local cria barreiras aos ventos alíseos do SE^{29/}.

A região do Agreste, trecho norte da superfície aplainada do Maciço da Borborema, possui um clima semelhante ao do Brejo, com índices pluviométricos entre 800 e 1.000 mm/ano. Em Campina Grande, a pressão atmosférica do ar (mb) é em torno de 950,0 mb (949,8 em janeiro e 955,0 em julho), com uma temperatura máxima média de 30,6 °C e mínima de 17,6 °C^{30/}.

^{26/}. Id. Ibid. p.9.

^{27/}. VALVERDE, Orlando, "O uso da terra no Leste da Paraíba", in *Revista Brasileira Geográfica*, XVIII, 01/03/1955, p. 49.

^{28/}. COELHO, M. Siebra, op. cit. p. 9 e 58.

^{29/}. CARVALHO, Maria Gelza, op. cit. p. 43.

^{30/}. Dados do Instituto Nacional de Meteorologia e da Sudene, citados no *Anuário Estatístico ...*

Para o nordestino clima é sinônimo de regime de chuvas e aqueles que estão ligados à terra só distinguem duas estações - inverno, a época das chuvas, que vão de maio a junho, e verão o resto do ano. Se não chove, não há inverno.

1.6. Solo e Vegetação

Nas micro-regiões semi-áridas (Cariri, Seridô e Curimatã) encontramos dois tipos de solo. Nos locais mais áridos - com índices pluviométricos inferiores a 400 mm/ano - há o domínio dos solos litóficos, onde prevalece a caatinga herbácea. Nas áreas de índice pluviométrico entre 400 e 800 mm/ano, encontram-se os solos Brunos não cálcicos, com a caatinga arbustiva. Na região subúmida (800 a 1.000 mm/ano) predominam os latossolos e podzólicos, com mata caducifólica e subcaducifólica de transição das regiões de serra às de caatinga.^{31/}

O solo pode compensar ou agravar a aridez do clima. Nas regiões semi-áridas, os solos arenosos empobrecidos pela lixívia quando há chuvas fortes, tornam-se pobres para a agricultura, pois a violência das chuvas empurra as partes finas do terreno, deixando na superfície forte concentração pedregosa - são os litossolos. Já onde não chove muito, este tipo de solo retém a água como reserva para a estação seca.

Os solos argilosos, com maior potencialidade química, são pouco aproveitáveis em climas secos. Neste caso, há uma hidrólise insuficiente dos minerais, pouco permeáveis que são, porque a água absorvida é rapidamente bloqueada perto da superfície, pela elevada capacidade de retenção que este solo

^{31/}. CARVALHO, Maria Gelza, op. cit., p. 43/45.

possui. Na estação seca, então, a textura fina do solo favorece a subida capilar da água e sua evaporação rápida. Na estação úmida, a água fica bloqueada, e quando as chuvas param o solo seca e endurece. Pode ser um solo bom em climas úmidos, mas não favorece o desenvolvimento da vegetação e da agricultura nos climas secos^{32/}.

Nas micro-regiões úmidas ou subúmidas (Brejo, Agreste de Esperança e Agreste Campinense), em especial no Brejo, os solos são ricos em humus, por serem antiga floresta. São solos arenosos (os chamados regosolos), a maior parte embranquecida pelo gnaisse e pelo granito, com ocorrência de afloramentos dispersos de granito, sob a forma de matacões^{33/}.

A região do Agreste, como um todo, é bastante marcada por uma vegetação primitiva, de floresta densa, seca, caducifólica e subcaducifólica, próxima da caatinga, enquanto que no Brejo a vegetação é semelhante à da Zona da Mata.

No Curimataú, em seu limite com as áreas do Agreste de Esperança e do Brejo, a vegetação mostra-se característica do contato entre zonas secas e subúmidas: nas partes mais áridas, aparece como um prolongamento do Cariri, mas quando as chuvas aumentam surge uma paisagem típica do Agreste^{34/}. Tal característica, como veremos adiante, permitiu que em 1850 o travesão agrícola chegasse a essa zona.

A caatinga, vegetação típica do Cariri, é uma vegetação esparsa, espinhosa, destacando-se nela a macambira, o caroá, o xique-xique e o facheiro^{35/}. Possui tapete herbáceo formado de

^{32/}. COELHO, M. Siebra, op. cit. p. 101.

^{33/}. GRABOIS, VALVERDE, AGUIAR, op. cit. p. 59.

^{34/}. COELHO, M. Siebra, op. cit. p. 96.

^{35/}. CARVALHO, Maria Gelza, op. cit. p. 56

espécies animais de pouca importância e cuja produtividade depende estreitamente do regime de chuvas^{36/}. As áreas do Cariri foram sempre, preferencialmente, usadas como pastagens. Dados atuais calculam uma cabeça de gado grosso para cada 15 ou 20 ha. A mesma fonte considera que o gado exerce um triplo efeito nesse meio: ao procurar melhores espécies, impõe à flora uma seleção negativa, com a rarefação ou desaparecimento das boas espécies forrageiras; como consequência, germinam espécies lenhosas, que comprometem a regeneração de estratos arbustivos e arbóreos da vegetação; em terceiro lugar, a super-pastagem, suprimindo o tapete vegetal, pode provocar erosões importantes. Estes três fatores agem com maior intensidade quando se trata de rebanhos caprinos^{37/}.

1.7. A Seca

O fenômeno da seca, quase sinônimo de Nordeste, e as providências oficiais para resolvê-lo, acompanham toda a história da Paraíba. A região que estudamos sofria tanto seus efeitos diretos como indiretos, porque era principalmente nas regiões do Agreste e do Brejo que se refugiavam os flagelados.

Estudos das causas da seca - conjugação de fenômenos climáticos (temperatura, pressão, regime de chuvas), de relevo, solo, hidrografia e altitudes - foram motivo de especulações, comissões especiais, viagens, providências governamentais, clamores públicos na região e campanhas beneméritas no

^{36/}. COELHO, op. cit. p. 106.

^{37/}. Id. Ibid, p. 107.

Sul do país. Por detrás do fenômeno, os interesses políticos e as conseqüências sociais por demais conhecidas.

"As secas do extremo Norte delatam, impressionadamente, a nossa imprevidência, embora sejam o único fato de toda a nossa vida nacional, ao qual se possa aplicar o princípio da previsão" 38/ .

A primeira seca de que se teve notícias oficiais foi a de 1692. Segundo Irineu Joffily^{39/}, a Paraíba sofreu pouco com ela, pois com apenas 40 anos de colonização, sua "população civilizada" (sic) era pequena. Mesmo assim, há notícias de perda do gado já espalhado pela capitania. A partir daí as notícias da tragédia se repetem, da mesma forma, até os dias de hoje.

Nos limites temporais de nosso trabalho, a região foi atingida por três grandes secas - 1844/46, 1877 e 1888/89 . Antes disso tem-se notícias das secas de 1711, 1721, 1723/27, 1736/37, 1744/46, 1790/93 - a Seca Grande, quando "até os bichos do mato morreram de fome" - e a de 1824/25.^{40/}

A seca de 1844/46 foi uma das maiores, a ela só se comparando a grande calamidade que voltou a se abater em 1877. Há notícias, em 1846, de que sô na freguesia de Sousa morriam diariamente de 10 a 20 pessoas. O gado acabou-se quase todo, "pois a seca aniquilou tudo neste ramo da indústria da Província". O Relatório do Presidente Carneiro de Campos dá conta de que ele pretendia

"ir até a Vila de Campina Grande, a fim de providenciar pessoalmente a respeito do grande número de pessoas que, por causa da seca, havia descido do sertão e ali estava vivendo, no último estado de miséria. ...Logo que cheguei a Campina Gran-

38/. CUNHA, Euclides, *Contrastes & Confrontos*, Rio, Rêcord, 1975, p. 97.

39/. JOFFILY, Irineu, in ALMEIDA, José Américo de, *A Paraíba e seus Problemas*, João Pessoa, A União Cia. Editora, 1980, p. 168.

40/. Sobre o assunto ver ALMEIDA, J. Américo, op. cit e PINTO, Irineu, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, Paraíba do Norte, Imprensa Oficial, 1908, vol. I.

de, conheci que eram, infelizmente, muito verdadeiras as informações que me haviam dado" 41/ .

Em 1878, o Relatório do Presidente Pereira Vianna fala das conseqüências da calamidade e nos dá interessante ilustração do que se pensava dela:

"...O estado do solo, queimando as lavouras, tem produzido as mais graves preocupações na economia rural, a mais abundante, senão a única fonte das rendas públicas, pelo que tem afetado profundamente as finanças da Província, anteriormente já em mau estado. ... É um horroroso flagelo (cuja) extinção completa depende da regularidade das estações e da ação providencial,..." 42/.

Mal a população se ia restabelecendo do flagelo que, para José Américo, marcou o povo da Paraíba como "a era de 77"^{43/} outra seca ocorreu no estado, a de 1888-1889.

"O sertão da Paraíba é uma ruína! Os desastres ocasionados pelas secas de 1877 e 1878 reduziram esta fértil província a um estado de calamidade tão medonho, que o período de 11 anos, de 1879 a 1889 não foi bastante para restaurar sua economia" 44/.

O fenômeno da seca reflete-se freqüentemente nos inventários, pois muitas vezes a apresentação dos bens teve que ser adiada porque a seca impedia a contagem dos gados; também na prestação de contas de tutoria lê-se com regularidade que "os gados se acabaram por causa da seca", ou que "a terra não se arrenda, por ser de sertão".

Não se trata aqui de discutir a questão da seca, mas queremos chamar a atenção, em especial, para as de 1844-1846, de 1877-1878 e 1888-1889, que ocorreram na época estudada.

Qualquer estudo sobre o Nordeste, em qualquer época, tem necessariamente que referir-se à seca, ao fenômeno e às suas

41/. R.P.P. Carneiro de Campos, 1846, p. 51.

42/. R.P.P. Pereira Vianna, 1878, "A Seca" ,p. 49 a 59.

43/. ALMEIDA, J. Américo, op. cit. p 214 e seguintes.

44/. Id. Ibid.

conseqüências. E, sem dúvida, às causas de sua não resolução :

"É que o fenômeno climático, tão prejudicial a um quinto do Brasil, só nos impressiona quando aparece; é uma eterna e monótona novidade; estudamo-lo sempre nas aperturas e nos sobressaltos dos períodos certos em que ele se desencadeia. Então, a alma nacional, de chofre comovida, ostenta o seu velho sentimentalismo incorrigível desentranhando-se em subscrições e em sonetos, em manifestos liricamente gongóricos e em telegramas alarmantes; os poderes públicos compram sacos de farinha e organizam comissões, e os cientistas apressados - os nossos adoráveis sábios à la minute - ansiando por salvar também um pouco a pobre terra, imaginam hipóteses. ... Sob duplo aspecto nós devemos, em parte, à sua miséria um pouco de nossa opulência relativa, e às suas desgraças a melhor parte de nossa glória. E esta dívida tem mais de 400 anos" 45/.

O Nordeste é visto, tradicionalmente, como uma região problema por sua própria natureza. Com exceção da estreita faixa litorânea, seria a aridez, a seca, a inviabilidade econômica. A Paraíba é, no Nordeste, dos estados mais pobres, e a região que estudamos abarca, em quase 50%, o semi-árido, uma região seca. São inegáveis as dificuldades que este meio natural traz às atividades humanas: solos pobres, uma rede hidrográfica também pobre, e a seca. Por outro lado, encontram-se regiões muito favoráveis à atividade agrícola e nas áreas semi-áridas o algodão foi cultivado com sucesso. O relevo não criou maiores dificuldades para a penetração do território e, no final do século XVIII, os caminhos estavam abertos por toda a capitania.

A pobreza crônica da região, também inegável, é comumente atribuída às condições físicas adversas, mais uma vez a seca servindo de argumento para encobrir outras situações. Pensa-se, em geral, que no século passado, com exceção do algodão, só a região do Brejo teria sido aproveitada para a agricultura, sendo o Agreste considerado por muito tempo uma área essencialmen-

45/, CUNHA, Euclides, op. cit., p. 99.

te de pecuária, onde a pequena produção só apareceria recentemente. No entanto, verificamos no Agreste da segunda metade do século passado, não só grandes propriedades agrícolas, como um espaço relativamente grande ocupado por pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas.

Muito mais do que aos elementos físicos, a pobreza da região sempre se deveu a fatores econômicos, políticos e sociais. Diríamos mesmo, ao contrário, que este conjunto de fatores é que agrava a dureza dos elementos físicos. Fatores econômicos (falta de capitais, falta de mão-de-obra), político-econômicos (dependência do mercado externo e dificuldades de desenvolvimento do mercado interno), políticos - nos privilégios dados a outras regiões, em detrimento do Nordeste (transferência de mão-de-obra, política fiscal), e sociais - o peso da escravidão (e a forma pela qual se passou aqui do trabalho escravo ao trabalho livre), são suficientes para explicar, sem necessidade de recorrer à seca, a pobreza da região.

Um dos principais motivos da escolha da época estudada foi estarmos seguros de que, justamente na segunda metade do século passado, quando o Brasil passou das "estruturas coloniais ao capitalismo dependente"^{46/}, é que se constituíram - pela combinação de todos os fatores citados, onde os físicos são os de menor importância - as bases para a atual situação de atraso relativo (em relação ao centro-sul do país) e absoluto (níveis de vida sub-humanos) em que vive até hoje a região.

^{46/}. CARDOSO, Ciro Flamarion S., *Agricultura, Escravidão...*

2. AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA

O estudo da estrutura de distribuição de terras, assim como dos regimes agrários, formas de propriedade e, de modo geral, dos sistemas de produção agrícola, não pode dispensar a história da ocupação da terra.

"...exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível, que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. A estrutura agrária - ou seja, a maneira como a terra está distribuída - torna-se assim 'pano de fundo' sobre o qual se desenrola o processo produtivo no campo" 47/.

A exploração colonial, que se iniciou com a Revolução Comercial e as transformações que na época ocorreram na Europa, organizou-se para oferecer produtos tropicais (e no Brasil, mais tarde, metais preciosos) ao mercado europeu. Em função deste objetivo foi montada a estrutura produtiva do sistema colonial escravista no Brasil, com a hipertrofia dos setores ligados aos produtos de exportação. A empresa colonial teve suas bases assentadas na monocultura (no caso, da cana-de-açúcar), no trabalho escravo e em grandes extensões de terra.

As estruturas produtivas do sistema colonial escravista persistiram ainda por algum tempo, mesmo depois da quebra do "Pacto Colonial" e da independência política. Foi a partir de 1850 que as transformações começaram a ocorrer, consolidando-se por toda a segunda metade do século. O problema da mão-de-obra, que se colocou com a proibição do tráfico negreiro, teria que ser resolvido, e no bojo do processo de sua solução está a Lei de Terras, que marcou o fim da possibilidade de se apossar da terra por outro meio senão o da compra. Estas transformações for-

47/. SILVA, José Graziano da, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981, p. 57.

mam um todo estreitamente interligado. Não foi por acaso que a Lei de Terras foi decretada no mesmo ano em que, por pressão inglesa, cessou o tráfico dos escravos.

A solução do problema da mão-de-obra encaminhou-se no sentido da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. No caso da terra, com a Lei de 1850, as transformações ocorridas consolidaram, por um lado, a estrutura colonial de ocupação da terra, ao mesmo tempo em que a concepção de propriedade mudou radicalmente: a terra passou a ser cabalmente uma mercadoria.

A ocupação da terra e, mais tarde, a Lei de Terras, foram elementos fundamentais para impedir a formação, no Nordeste, de uma "economia camponesa" independente. Em 1850, quase todas as terras já estavam ocupadas, imensas extensões das melhores delas distribuídas entre poucos grandes proprietários. A transformação da terra em mercadoria só fez reforçar o monopólio existente, uma vez que o mercado nacional estava monopolizado.

2.1. Esboço da conquista territorial

Estabelecidas por D. João III, em 1532, 14 Capitâneas Hereditárias, não se mencionava a Paraíba. O atual território do estado estava compreendido nas capitâneas de Itamaracá e do Rio Grande.

Ainda no século XVI, procurando assegurar as terras onde a conquista não estava efetivada, foram criadas Capitâneas Reais (pertencentes à Coroa), entre elas a Capitania Real da Paraíba, situada entre Itamaracá e a então também Capitania Real do Rio Grande.

Em 1580 (ano da União das Monarquias Ibéricas), a povoação de Goiana era, na região, o último ponto da ocupação portuguesa no Brasil. Para o norte, os índios potiguaras do litoral defendiam seus territórios, aliados aos franceses. Portugueses e espanhóis, unidos aos tabajaras, conseguiram, no final dos anos 80 do século XVI, dominar o território, expulsar os franceses, massacrar ou empurrar os índios para o interior e iniciar o cultivo da cana e o preparo do açúcar. Por quase um século a ocupação do território paraibano ficou restrita à faixa costeira.

⇒ A ocupação do Sertão só ocorreu na segunda metade do século XVII, por volta dos anos 70. Por aquela época a pecuária já adquirira grande importância. Economia subsidiária em relação ao açúcar, fora por ele expulsa do litoral e obrigada a se interiorizar pelos sertões a dentro, apesar das terras não serem as melhores para o pasto.

A conquista do Sertão paraibano deu-se a partir de dois grandes movimentos. O primeiro, efetuado pela Casa da Torre, atingiu principalmente o Baixo Sertão, subindo o rio Piancó a partir do vale do São Francisco. O segundo foi levado a efeito pela subida do rio Paraíba e seus formadores, e do rio Pajeú.

O Planalto da Borborema foi a última região do estado a ser ocupada. Os Cariris Velhos foram alcançados tanto pelo Sertão, seguindo pelas cabeceiras do rio Paraíba para o norte, como por Pernambuco, pelo rio Taperoá, caminho este seguido pelos Oliveira Ledo.

Esta família expandiu-se pelo gado, ganhando grande preeminência em todo o interior, tanto no Sertão como no Agreste, no comando da luta contra os índios. Temos notícias de sesmarias concedidas aos Oliveira Ledo, na parte central do Planal

to da Borborema, a partir de 1665^{48/}. Neste ano, a primeira sesmaria no Planalto foi requerida em comum, por oito membros da família Ledo - 30 léguas^{49/} pelo rio Paraíba acima, por 12 de largura-, dando origem ao povoado de Boqueirão, para Celso Mariz o mais antigo curraleiro dos sertões da Paraíba^{50/}.

Daí por diante a região foi sendo progressivamente ocupada, sucedendo-se os pedidos de sesmarias para colocar o gado, como pagamento pela guerra contra os gentios^{51/}. Campina Grande surgiu como aldeamento de índios ariús (cariris), estabelecidos no local, em 1697, por Teodôzio de Oliveira Ledo.

Com o povoamento do Planalto da Borborema foi sendo feita a ligação direta com o vale médio do rio Paraíba, através do vale do Ingã, evitando-se assim o longo caminho pelo sertão do alto Paraíba. Campina Grande foi ganhando importância, acabando por desmembrar-se de São João do Cariri (nossa Senhora dos Milagres), que ficava na rota do alto Paraíba. O processo de povoamento foi lento. Campina Grande esperou mais de um século para passar a Freguesia (1769); em 1790 foi elevada à Vila (Vila Nova da Rainha) e em 1798 era criado o Município de Campina Grande, que contava então com 3.004 habitantes: 971 brancos, 692 pretos e 1.341 mulatos. Os índios não são mencionados^{52/}.

^{48/}. ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande*, 2ª edição, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979, p.15.

^{49/}. A légua de sesmaria tem 2.400 braças, cerca de 5 km.

^{50/}. MARIZ, Celso, *Apanhados Históricos da Paraíba*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980.

^{51/}. "Teodôzio de Oliveira Ledo aprendera bem a lição de Domingos Jorge Velho, a ponto de exercer sua fúria sanguinária contra os indefesos ariús amalocados em Campina Grande. Uma Carta Régia de 1699 estranha sua violência, matando a sangue frio vários índios desta tribo...". *Documentos Históricos*, vol. 10, p. 379. Citado por PINHO, Irineu Ferreira, op. cit. p. 93 (vol. I).

^{52/}. ALMEIDA, Elpídio, op. cit. p.62.

2.2. As Sesmarias

O estudo da instituição das sesmarias no Brasil é ainda bastante incipiente, tanto pela dificuldade da pesquisa quanto pela precariedade das informações encontradas. Acha-se dados sobre pedidos de datas de sesmarias e concessão das terras, mas as demarcações são absolutamente imprecisas, o registro muitas vezes não está organizado e a coincidência de doações dificulta o estudo sobre a posse e a ocupação da terra.

Em Portugal, a Lei das Sesmarias, legislação de D. Fernando, é de 1375. Numa Europa que vivia a crise do século XIV, a Lei visava principalmente garantir a produção agrícola para o abastecimento da população. A Lei tinha os seguintes pontos principais: a cultura do solo passou a ser obrigatória; caso o senhorio não pudesse explorar todas as terras, deveria dar em arrendamento as que não pudesse cultivar; e a terra não cultivada seria tirada do senhor^{53/}.

As Ordenações Filipinas definem que "Sesmarias são propriamente as dadas de terra... que foram ou são de algum senhorio e que já em outros tempos foram lavradas e aproveitadas e que agora o não são".^{54/}

A Lei das Sesmarias foi incorporada às Ordenações Afonsinas, às Ordenações Manuelinas de 1521, às Ordenações Filipinas de 1603, e mantida depois por D. João IV. Deste modo, em 1534, com a instituição das capitanias no Brasil, as sesmarias, que já eram prática antiga em Portugal, foram para aqui trans-

^{53/}. RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Proença, 1982.

^{54/}. In PORTO, Costa, *O Sistema Sesmarial no Brasil*, Brasília, UB, s/d. ^{p. 30} Ver ainda CORREIA FILHO, Virgílio, *Evolução dos Processos de Aquisição de Terras no Brasil*, separata da *Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*, RJ, Biblioteca do IHGB.

plantadas e vigoraram até julho de 1822, com o objetivo explícito de garantir a ocupação produtiva da terra.

Durante todo o período em que vigorou, a Lei das Sesmarias quase não apresentou restrições legais para sua concessão: era necessário ser católico e poder produzir nelas. O donatário recebia terras da Coroa, mas não podia doar sesmarias "para si, nem para sua mulher nem para seu filho herdeiro da donatária"^{55/}. Os reis portugueses procuravam, desta forma, impedir a formação, na colônia, de uma poderosa nobreza territorial, que já haviam subjogado na metrópole desde a Revolução do Mestre de Aviz.

Para os colonos não havia maiores restrições legais, como pode ser comprovado pela distribuição das datas^{56/} e os imensos latifúndios formados pelas Casa da Torre, da Ponte, do Sobrado e por famílias como os Oliveira Ledo.

Havia uma série de condições para a conservação das datas de sesmaria, condições que foram sendo acrescidas, com o passar do tempo e o aumento da povoação. As terras deveriam ser aproveitadas, registradas, confirmadas, pagar o dízimo e mais tarde o foro à Coroa, deveriam ser medidas e demarcadas. Pela Lei descumprida alguma destas cláusulas, as terras poderiam reverter à Coroa, como devolutas.

Evidentemente, os abusos existiram, havendo especulações com as terras recebidas por pedido ou por herança. Para coibir tais abusos seria necessária uma fiscalização impossível de manter em terras tão distantes.

Costa Porto vê em tais abusos a causa dos latifúndios no Brasil:

^{55/}. *Foral de Duarte Coelho*. In. FONSECA, C. Freire, *A Economia Européia e a Colonização do Brasil*, IHGB/RJ, 1978.

^{56/}. JOFFILY, Irineu, *Synopse das Sesmarias da Parahyba, compreendendo todo o Território do Estado do Mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte*, Campina Grande, 1894.

"Fácil assim compreender porque houve tanto latifúndio no Brasil, sobretudo no Nordeste: áreas imensas dadas em sesmarias ao mesmo morador; sucessivas doações, usuais, ao menos nos séculos XVI e XVII; a possibilidade de alargar os domínios por aquisição derivada: doação, compra, herança, etc "

57/

Já Antônio de Barros Castro é de opinião que foi o trabalho escravo o gerador do latifúndio. Afirma Castro que:

"... a história mostra e a análise esclarece (sic) que, partindo-se ou não da grande exploração, a ela se chega a partir da implantação do trabalho escravo. O escravismo, portanto, gera a grande exploração" 58/.

Discordamos de uma e outra posição. Nem Costa Porto nem Barros Castro parecem colocar a questão de por que foram necessários tanto grandes extensões de terra como o recurso ao trabalho escravo. Latifúndio e mão-de-obra escrava foram exigências, e portanto conseqüências, do tipo de produção implantado pela empresa colonial, pela monocultura da cana, voltada ao abastecimento do mercado externo europeu.

Evidentemente que a legislação de terras permitiu a formação de grandes latifúndios, e que a mão-de-obra escrava só fazia sentido na exploração extensiva da terra. É verdade também que os três elementos - latifúndio, mão-de-obra escrava e monocultura para exportação - estão estreitamente vinculados, sendo o tipo de produção o determinante dos outros dois fatores. A monocultura para exportação implantada na colônia, para compensar economicamente, para ser rentável, precisaria produzir muito, num quadro em que a agricultura intensiva não se colocava. A terra aqui era abundante e a agricultura, necessaria

57/. PORTO, Costa, op. cit, p. 53

58/. CASTRO, Antônio Barros de, " 'As mãos e os pés do senhor de engenho' : Dinâmica do Escravismo Colonial", in PINHEIRO, Paulo Sérgio (coordenador), *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p. 50.

mente extensiva, precisava de grandes espaços. O latifúndio se impôs porque foi exigido pela própria estrutura produtiva aqui montada^{59/}. E só a mão-de-obra escrava fazia sentido neste tipo de exploração.

Ester Boserup afirma com justeza que os sistemas de utilização do solo são determinantes da propriedade territorial^{60/} e para Manuel Correia de Andrade,

"...o processo de produção do espaço está naturalmente ligado, determinado pelas razões econômicas que motivaram a ocupação"^{61/}.

Inicialmente, a legislação das sesmarias não limitava o tamanho delas. Na maior parte das vezes era apenas mencionado o local e o número de leguas pedidas, e a imprecisão dos limites torna quase impossível o cálculo da verdadeira extensão das datas. Algumas vezes, o próprio colono não sabia o que pedia, solicitando terras de modo genérico e vago:

"...na parte onde está o poço chamado Couro das Antas até a parte onde está um ribeiro grande, chamado de Araras".

Adiantava que não sabia "as leguas que há do dito poço até o dito ribeiro"; ou solicitando "todas as terras que se achar devolutas e sem dono"; ou "toda terra e sobra que estive dentro das ditas confrontações"; ou "toda a mais que se achar de situação de gados"; ou ainda "todas as terras que nestes meios se acharem"^{62/}.

- ^{59/}. "As terras são toda a substância dos engenhos", reconhecia o próprio Conselho Ultramarino, na concessão das mesmas. In VARNHAGEN, Adolfo, *História Geral*, São Paulo, Melhoramentos, 10^a edição, 1978, vol. 3. p. 285.
- ^{60/}. BOSERUP, Ester, *Las Condiciones del desarrollo en la Agricultura*, Madrid, Tecnos, 1967.
- ^{61/}. ANDRADE, Manuel Correia de, *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 14.
- ^{62/}. *Documentos Históricos*, In PORTO, Costa, op. cit. p. 110 a 113.

Depois de pedidas e concedidas as datas era preciso registrar-las. Alguns colonos deixavam de fazê-lo, ou adiavam -no para fugir ao pagamento do foro, mesmo correndo o risco das terras serem doadas a terceiros.

Pela Carta Régia de 20 de janeiro de 1699, a distribuição das sesmarias ficou melhor organizada. Resolveu-se que as pessoas que tivessem muitas léguas, se as tivessem ocupadas continuariam com elas; caso contrário, quem denunciasse o abandono poderia requerê-las para si; ficava limitada a área das sesmarias em no máximo três léguas de comprimento por uma de largo, ou légua e meia em quadro. Obrigava-se à confirmação da data pelo rei, dentro de um ano e um dia, e ao pagamento de um foro à Coroa, além do dízimo.

De certo modo, a exigência de confirmação dificultava a legalização das terras, mas, como dizia Brandônio nos DIÁLOGOS, "não havia morador tão desamparado que não tivesse no Reino algum parente ou amigo a quem pudesse mandar seus papéis".

Antes da Carta Régia de 1699, as terras eram dadas sem foros, a não ser que tivessem senhorio; como as terras do Brasil eram "de nenhum senhorio", apenas pagava-se o dízimo à Ordem de Cristo, recebido pela própria Coroa. Pela Carta ,

"...as terras que se derem de sesmaria se principiarã a pagar o foro delas, do dia em que for passada a carta de sesmaria em diante, à razão de 4 mil réis por légua nas datas de sertão e 6 mil réis por légua nas que são chegadas à Marinha". 63/

Mas só a partir de 1777 as cobranças seriam efetivadas.

O sistema das sesmarias foi abolido em 1822. Daí até 1850 passou a vigorar o princípio da ocupação efetiva do solo. Vigorando praticamente por três séculos, o sistema das sesmarias está à base da formação de toda a nossa estrutura fundiã

63/. Id., Ibid, p. 110 a 113.

ria, Julio le Riverend Brusone mostra, ao analisar o regime de apropriação da terra na América, que toda a legislação sobre a terra, na América Colonial, não fez mais do que consagrar o "fato consumado" do apossar-se livremente da terra^{64/}.

2.3. A Lei de Terras

A Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu em seu artigo primeiro:

"Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra".^{65/}

Para os que já possuíam a terra foram fixados três pontos básicos: 1) os sesmeiros que satisfizessem as exigências da Lei, ou seja, as dos registros de terras, seriam considerados legítimos; 2) os que não o fizessem, ilegítimos; 3) aqueles que simplesmente tivessem se apossado de terras, em solos ocupados por uma situação de fato, seriam considerados simples posseiros.

Os sesmeiros irregulares, que tendo recebido sesmarias não cumpriram as exigências legais, podiam pedir sua revalidação. Diz o artigo 4º da Lei:

"Serão revalidadas as sesmarias e outras concessões... que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo sesmeiro".

Quanto aos simples posseiros, quantidade bastante considerável:

"Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual".

^{64/}. LE RIVEREND BRUSONE, Julio, *Problemas del régimen de apropiación de la tierra*, in GARCÍA MARTÍNEZ, Bernardo et alii, *Historia y Sociedad en el mundo de habla española*, México, El Colegio de México, 1970.

^{65/}. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, 1850, T. 11, parte 1ª, seção 44ª, Biblioteca do IHGB/RJ.

A Lei marcou prazos, dentro dos quais deveriam

"...ser medidas as terras adquiridas por posse ou por sesmarias ou outras concessões. ... Aqueles que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados serão reputados caídos em comisso e perderão, por isso, o direito que tenham, ... conservando-o somente para serem mantidos na posse da terra que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto".

Sem a medição o morador não obteria o título, e com isso perderia o direito de poder hipotecar as terras e, mais tarde, de receber qualquer crédito por ela. Passava a ser obrigatório medir e demarcar as terras. A 30 de janeiro de 1854, a Lei foi regulamentada, tendo início o registro de terras, efetuado nas respectivas paróquias.

O registro de terras, em geral, foi realizado. Quanto à demarcação e à prévia medição das terras, na região de Campina Grande não ocorreu.

Vários autores têm destacado a importância da Lei de Terras para as transformações ocorridas na economia brasileira na segunda metade do século passado. As análises mais completas sobre o assunto ligam a questão da terra à resolução do problema da mão-de-obra^{66/}. José de Souza Martins considera a necessidade do "cativeiro da terra" para que o trabalho se tornasse livre. Graziano concorda com esta análise; a Lei de Terras, vedando o acesso à propriedade territorial, obrigou a mão-de-obra livre nacional a vender sua força de trabalho.

^{66/}. Sobre o assunto ver, em especial: CARDOSO, CIRO F.S., *Agricultura...*; com BRIGNOLI, Hector Perez, *História Econômica da América Latina*, RJ, Graal, 1983; SILVA, José Graziano da, *Progresso Técnico...*; MARTINS, José de Souza, *O Cativeiro da Terra*, SP, LECH, 1979; COSTA, Emília Viotti, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, SP, Grijalbo, 1977; Cardoso, Ciro F. "The problem of land in the transition to capitalism in Latin America and Caribbean (nineteenth century)", In *Agrarian Reforms: Comparative Studies*. Eighth International Economic History Congress, Budapest, 1982.

→ Ciro Flamarion Cardoso aprofunda a análise, mostrando a estreita ligação das questões mão-de-obra/acesso à terra, não só em 1850, mas por toda a segunda metade do século: O estabelecimento do novo sistema, pelo qual a terra tornou-se mercadoria "corrente", coincidiu, quase que exatamente, com a crise da escravidão no Brasil, já que a Lei, definindo o acesso à terra, é de 1850, o mesmo ano em que foi abolido o tráfico de escravos. Também a lei que tornou mais fácil e efetivo o confisco das propriedades dos senhores de terra falidos foi regulamentada em 1886, dois anos antes da lei que, em 1888, acabara com a escravidão^{67/}.

Visando principalmente organizar a questão de terras em benefício dos grandes proprietários, a Lei consolidou a oligarquia territorial por duas formas: vedou o acesso à terra àqueles que não possuíssem meios para adquiri-la por compra, e não só possibilitou a continuidade dos latifúndios existentes como ampliou esta possibilidade. Somente os grandes latifundiários tinham condições de registrar suas terras, não só pelo dinheiro a ser pago, como pela facilidade em dirigir-se aos locais para fazê-lo. Havia ainda a possibilidade de registrar como suas terras que lhes interessassem e que estivessem em mãos de pequenos posseiros. A antiga falta de demarcação criou também condições para que o latifúndio avançasse sobre terras que, mesmo legalmente adquiridas como sesmarias, não tinham suas fronteiras bem demarcadas. Fechou-se assim o grupo da oligarquia latifundiária,

"A política agrária oficial, que sempre se articulou funcionalmente aos interesses dos proprietários de terras e dos comerciantes, tem necessidade de um ordenamento legal, para uma situação onde predominava a ocupação de fato do solo".^{68/}

^{67/}. CARDOSO, Ciro F.S., *The problem of land...*

^{68/}. CARDOSO e BRIGNOLI, *História Econômica...*

Este ordenamento foi a Lei de Terras.

Organizado visando, num primeiro momento, as terras do café, o controle do registro de terras foi bem menor no Nordeste, em especial nas regiões mais afastadas do litoral. No Sudeste, principalmente depois de 1860, com a criação do Crédito Agrícola (que beneficiava em especial os fazendeiros do café), tornou-se obrigatória a demarcação e o registro de terras para a obtenção dos benefícios legais.

No Nordeste, se a Lei não permaneceu letra morta -na Paraíba os registros começaram a ser feitos a partir da regulamentação da Lei, em 1854 -, foi muito menos controlado, em especial no que se refere à demarcação. A Lei visava, principalmente, garantir o monopólio da terra nas áreas onde este ainda não estava assegurado, como era o caso da região cafeeira paulista. No Nordeste, onde o monopólio já era efetivo, não havia necessidade de controlar a aplicação da Lei.

Irineu Joffily fez um levantamento das sesmarias concedidas na Paraíba e em parte do Rio Grande do Norte^{69/}. É um levantamento de 345 sesmarias: 10 concedidas no século XVII, 11 no século XIX e as restantes no século XVIII. Mas pouco nos esclarecem sobre a posse da terra em Campina Grande. Das 345 sesmarias arroladas, menos da metade das que foram concedidas no período colonial, a imensa maioria diz respeito a terras do sertão ou de parte do Cariri, que não abrangemos em nosso trabalho. Não foi possível identificar, também, a região onde algumas das sesmarias eram concedidas. Além da imprecisão dos limites, vários nomes indígenas da época foram mudados e muitos se repetem com frequência.

^{69/}, Joffily, Irineu, *Synopsis das Sesmarias...*

João Lira^{70/} relacionou os registros de terras feitos a partir de 1854, conforme a regulamentação da Lei. Mas tais registros foram efetuados com os mesmos limites imprecisos encontrados nos inventários e livros de nota, sendo que a maioria esmagadora das terras não estava demarcada. Veja-se um exemplo:

"Aos 26 dias do mês de maio de 1856, nesta povoação de Taquara, em casa de minha residência me foi apresentada nota do teor seguinte: Eu, João de Sá Cavalcanti e Albuquerque, declaro que possuo na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, uma parte ou sorte de terras, no lugar chamado Bodopitã, ficando elas de um e outro lado do rio do nome do falado lugar, e confinando pelo norte com a fazenda chamada CAISSARA; pelo sul com a BAIXA VERDE, pelo nascente com a PITOMBEIRA e pelo poente com a de PAUS BRANCOS; ignoro a extensão da referida terra..." (Ass.) O Vigário Manoel Vicente de Araújo. ^{71/}

João Lira pôde apenas compilar os registros efetuados na capital da Província, em Mamanguape e outros povoados, municípios e vilas do litoral, não chegando a publicar os registros do interior. A medição e demarcação de terras no município de Campina Grande e, acreditamos, em grande parte do Nordeste, foi ocorrendo aos poucos, no transcorrer do século. Somente a partir de 1870 começam a ser feitas com maior precisão, e assim mesmo em quantidade muito pequena, no Registro de Hipotecas.

É fácil imaginar que a confusão existente desde o início da concessão de sesmarias persistiu por muito tempo, possibilitando a vigência da lei do mais forte e do mais poderoso: ganhava a terra quem tivesse maiores recursos para ocupá-la, defendê-la, tomar a posse do vizinho e recorrer à justiça. Sendo os representantes da justiça os próprios grandes proprietários, ou pessoas estreitamente ligadas a eles, os pequenos posseiros

^{70/}. Os Registros Paroquiais de Terra, copiados por João Lira no Arquivo Público do Estado da Paraíba, desapareceram. Só resta hoje, no Arquivo de João Pessoa, a foto do autor, junto à pilha dos registros encadernados que quase lhe chegava aos ombros.

^{71/}. LIRA, João. *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*, Cidade da Paraíba, Imprensa Oficial, 1911, Vol. 2, p. 43.

sequer podiam pensar em recorrer a ela. De maneira quase absoluta a questão era resolvida pela força. Diz Irineu Joffily:

"Poucos dispõem de recursos para pagar quantia superior a 100 mil réis, custo de uma certidão de sesmaria na secretaria do governo, e assim permanecem intermináveis quase todas as questões de terra, dando lugar freqüentemente a sangrentos conflitos e, algumas vezes, a verdadeiras hecatombes"
72/

2.4 Os Homens

Ao fazer um rápido histórico da apropriação da terra, não podemos deixar de mencionar os homens que a ocuparam.

"A América Latina é um legado da dominação colonial. Nossa fisionomia particular provém de um casamento de culturas e civilizações que se amalgamaram através do caos de uma destruição gigantesca, na América Indígena e na África Negra, sob o domínio político, econômico e ideológico da Europa Ocidental" 73/.

Foi expulsando e exterminando os índios e recorrendo à mão-de-obra escrava negra que os portugueses ocuparam a terra. A influência das duas etnias vencidas, nos regimes agrários, ainda está por ser melhor esclarecida^{74/}. Quanto à ocupação do solo, seu papel, onde e quando existiu, parece ter sido pequeno e não foi registrado^{75/}. Os próprios cálculos sobre a população indígena são pouco confiáveis.

O litoral norte da Paraíba era ocupado por duas nações Tupi: a Tabajara, ao norte do rio Paraíba, e a Potiguara, ao sul. Todo o interior, do Planalto da Borborema para o Sertão, era domínio da nação Cariri: curemas, ariús, pegas, icôs, sucurus, panatis, goiacus, paiacus, etc.^{76/}

72/. JOFFILY, Irineu, op. cit., p. XI. São encontramos um documento sobre disputa de terras (ver anexo 1).

73/. CARDOSO E BRIGNOLI; op. cit. p. 9

74/. Id. Ibid., em especial as páginas 37 a 42, sobre "Agricultura e Sistemas Agrários da América Pré-Colombiana em vésperas da Conquista".

75/. JOFFILY, Irineu, *Notas sobre a Paraíba*, Brasília, Ed. Thesaurus, 1977.

76/. SIQUEIRA, Batista, *Os Cariris do Nordeste*, Rio, Cátedra, 1978; SOUZA, Gabriel Soares de *Tratado Descritivo do Brasil, em 1587*, São Paulo, CEN/USP, 1971, Brasileira, vol. 117.

Dos índios que ocupavam o território brasileiro à época da descoberta e da conquista, os cariris estão entre os menos conhecidos. Nem mesmo sua língua foi de todo traduzida. Para muitos autores isso se deveu ao fato dos cariris terem sido, em algumas regiões (entre elas a que estudamos), inteiramente dizimados. Mais para o Sertão, onde sobreviveram, os que restaram ter-se-iam aculturado rapidamente, o que seria comprovado pelo próprio tipo físico dos homens da região.

Além de precárias - e por isso mesmo -, as notícias sobre os cariris são bastante controvertidas. A única notícia efetiva que temos sobre índios na região, à época estudada, é a menção de algumas áreas do município dadas como patrimônio dos índios; mas não há sinal de qualquer agrupamento deles. No entanto,

"...Mesmo nas regiões onde o índio foi dizimado ou expulso, sua influência fez-se sentir na tecnologia, no consumo de plantas domésticas da América, etc. De maneira análoga, as comunidades indígenas adotaram plantas e técnicas de cultivo oriundas da Europa e igualmente animais que antes desconheciam. No plano das concepções sobre a propriedade e o uso da terra houve, porém, consideráveis intercruzamentos". 77/

Seria preciso um estudo mais cuidadoso, em cada região, destas influências, para termos um quadro mais completo de nossa história agrária. O mesmo ocorre em relação ao elemento negro. Já não se discute tanto, hoje, a importância da mão-de-obra escrava na região, mas o grau de sua influência nos regimes agrários ainda está por ser determinado. Por exemplo, não existe um levantamento sobre os quilombos, no sentido de sua duração e influência na estrutura agrária. Falta também identificar a participação dos negros na pequena produção.

Em algumas regiões da América espanhola esta questão está bem estudada 78/. Em relação ao Brasil, sabe-se alguma coisa sobre

77/. CARDOSO e BRIGNOLI, op. cit., p. 60.

78/. Id. Ibid.

a Bahia, mas, em geral, os tradicionais esquemas latifúndio-minifúndio têm impedido maior pesquisa sobre nossa realidade agrária, sobre a "face oculta" da agricultura brasileira^{79/}.

Foi o elemento europeu, o português, que ocupou a terra e decidiu de sua exploração. Suas tradições foram para cá transplantadas, passando por decisivos processos de adaptação a uma situação nova, muito diferente da européia (como a abundância de terras e a monocultura) e fortemente influenciadas pelas tradições negra e indígena.

Alguns portugueses que chegaram ao Planalto da Borborema eram oriundos de grupos mais abastados da Europa e com feitos de nobreza adquiridos, geralmente, em serviços prestados ao rei em outras terras; chegaram também colonos portugueses de origem mais modesta, geralmente vindos de Pernambuco ou de outras regiões vizinhas da Paraíba.

Do processo histórico de ocupação da terra temos três pontos a salientar: a formação do grande latifúndio, como consequência do regime colonial escravista de produção aqui implantado, uma vez que a monocultura voltada para a exportação levou, necessariamente, à ocupação de grandes extensões de terra. A abundância de terras e a necessidade de ocupar o interior, assim como a pecuária extensiva, subsidiária da economia açucareira, foram outros fatores que propiciaram a formação de grandes latifúndios pecuaristas.

Os colonos sem maiores recursos, população que crescia com a efetivação da conquista (não tanto pela chegada de novos contingentes portugueses ao Brasil, mas pelo crescimento interno da população), ocuparam pequenas áreas mais próximas dos centros urbanos. Pela simples posse, por compra ou por he

^{79/} LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C. Teixeira da, op. cit.

rança, abriu-se o espaço para pequenas e médias propriedades .

Finalmente, dos elementos humanos que ocuparam o solo, índios e negros forneceram o contingente de mão-de-obra. Escrava, no caso dos negros; escrava num primeiro momento, mas principalmente livre, no caso dos índios (vaqueiros, feitores, etc.). Raramente negros ou índios aparecem como posseiros, antes de 1888, e muito menos como proprietários legalizados. A terra foi ocupada pelo elemento europeu, português, e seus descendentes.

3. A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS - OS DADOS DA ÉPOCA

Os dados sobre a distribuição de terras no município de Campina Grande, na segunda metade do século passado, foram obtidos através da análise de 853 inventários, 303 escrituras de compra, venda, hipoteca e doação, realizadas por pessoas que não figuravam nos inventários, e 30 cartas precatórias. Só em alguns momentos, no entanto, trabalhamos com todos estes dados, porque as escrituras e as cartas precatórias apresentam dados referentes apenas às transações efetuadas.

3.1. Dados Gerais

Dos 853 inventariados, 700 (82% do total) possuíam terras. Como em dois inventários aparece apenas a indicação de posse da terra, contamos um total de 851.

Era a seguinte a composição por sexo, estado civil e número de herdeiros deixados, dos inventariados:

QUADRO II

Divisão por sexo dos inventariados no município de
Campina Grande - 1840-1905

	Número	Porcentagem
Homens	440	51,5
Mulheres	407	48
Sem indicação	4	0,5
Total	851	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

QUADRO III

Divisão segundo o estado civil dos inventariados no município
de Campina Grande - 1840-1905

	Número	Porcentagem
Casados	710	84
Solteiros	27	3
Viúvos	103	12
Sem indicação	11	1
Total	851	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

QUADRO IV

Número de herdeiros deixados pelos inventariados no município
de Campina Grande - 1840-1905

	Número	Porcentagem
Sem herdeiros	4	0,5
1 a 2 herdeiros	88	10,5
3 a 5 "	221	26
6 a 9 "	308	36
10 a 14 "	200	23,5
mais de 15 "	21	2,5
Sem indicação	9	1
Total	851	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Só foram contados os herdeiros diretos, filhos ou irmãos no caso daqueles não existirem. A maioria dos inventariados deixou muitos herdeiros: 62% mais de cinco, e 26% mais de 10. Este dado é bastante significativo quanto ao fracionamento da propriedade na região, ainda mais se levarmos em conta que, em muitos casos, já tendo falecido herdeiros diretos, seu quinhão hereditário era repartido entre os filhos deles (netos do inventariado), o que dividia ainda mais a propriedade.

O índice relativamente alto de mortalidade feminina, que quase iguala à masculina, era devido a mortes por ocasião do parto ou em consequência dele.

O casamento entre a população livre ocorria muito cedo, havendo também forte tendência às segundas e terceiras núpcias.

3.2. Formas de Apropriação do solo

Nesta parte, trabalhamos com todos os dados. São 700 inventariados possuidores de 2.736 propriedades; 503 transações de 513 propriedades; e 28 residentes fora do município que tinham 50 propriedades em Campina Grande.

As propriedades distinguem-se, quanto às formas de apropriação do solo, em partes, sítios e propriedades.

As chamadas partes de terra tanto podem ser pequenas porções, utilizadas na produção de subsistência, como maiores extensões de terra sem qualquer benfeitoria. É comum serem classificadas como partes de terra léguas de sesmarias, geralmente utilizadas na pecuária hiper-extensiva.

Entre sítio e propriedade existe tanto uma diferença de tamanho quanto de utilização. O sítio é quase sempre menor que a propriedade. Geralmente possui benfeitorias e é utilizado numa economia de subsistência, com boa parte da produção comercializada.

A propriedade pressupõe, com raras exceções, exploração comercial, possuindo uma incipiente indústria de beneficiamento de produtos. O termo é quase sempre utilizado como sinônimo de fazenda ou de engenho - engenho, no caso local, refere-se fundamentalmente à lavoura e beneficiamento do algodão, apesar de existirem também engenhos de açúcar.

Quanto às formas de apropriação do solo temos o seguinte quadro:

QUADRO V

Formas de apropriação do solo no município de Campina Grande
1840-1905

Formas de Apropriação	Número de Propriedades	Porcentagem
Partes	2.841	86
Sítios	184	5,5
Propriedades	271	8,5
Sem indicação	3
Total	3.299	100,0

Fontes: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

Para os 28 moradores fora de Campina Grande, a porcentagem de propriedades é bem maior. Em 47 (para 3 não há indicação) temos 22 partes de terra, 7 sítios e 18 propriedades, respectivamente 47%, 15% e 38%. Nota-se, em todos os casos, entretanto, a predominância das partes de terra, geralmente pequenas parcelas dedicadas à economia de subsistência.

3.3 - Relações Jurídicas

Havia, à época, muito poucas datas sem desmembramento, mas era freqüente a menção às antigas sesmarias, que se mantinham como pontos de referência. Por exemplo, as datas do Bravo, Caiçara, Capivara, Catolé, Desterro, Gravatá, Jardim, Jacaré, Ligeiro, Lucas, Marinho, Manuel Pereira da Costa, da Pedra, etc.

A maioria das propriedades tinha sua origem em heranças. O trabalho comum, de vários herdeiros na mesma propriedade, não apareceu com freqüência. Quando a propriedade era dos herdeiros, em comum, não havia cerca entre elas, somente um marco. Todos pu nham gado, morador, etc, mas havia que ser em número igual^{79-A/}

A compra, como era de se esperar, foi muito mais freqüente entre os grandes e médios proprietários.

Encontramos várias propriedades sem indicação de origem, mas é fácil identificar quando não foram adquiridas por compra, pois, neste caso, a nomeação do antigo dono era obrigatória. Pode-se também perceber a origem na herança pela forma de expressão do valor fracionado da terra, como, por exemplo, 12\$319. Outras vezes, propriedades sem indicação de origem nos inventários, aparecem em transações de compra e venda, ou de hipotecas, como antigas posses mansas e pacíficas. A partir destes dados, montamos o seguinte quadro:

QUADRO VI

Relações jurídicas na aquisição da propriedade - município de Campina Grande - 1840-1905

Adquiridas por	Número	Porcentagem
Herança	1.501	55
Compra	831	30,5
Antiga posse	3	0,1
Hipoteca	7	0,25
Outros	4	0,13
Sem indicação	352	12,7
Sesmarias	38	1,32

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

79-A/ Informação prestada por D. Esmeraldina Agra.

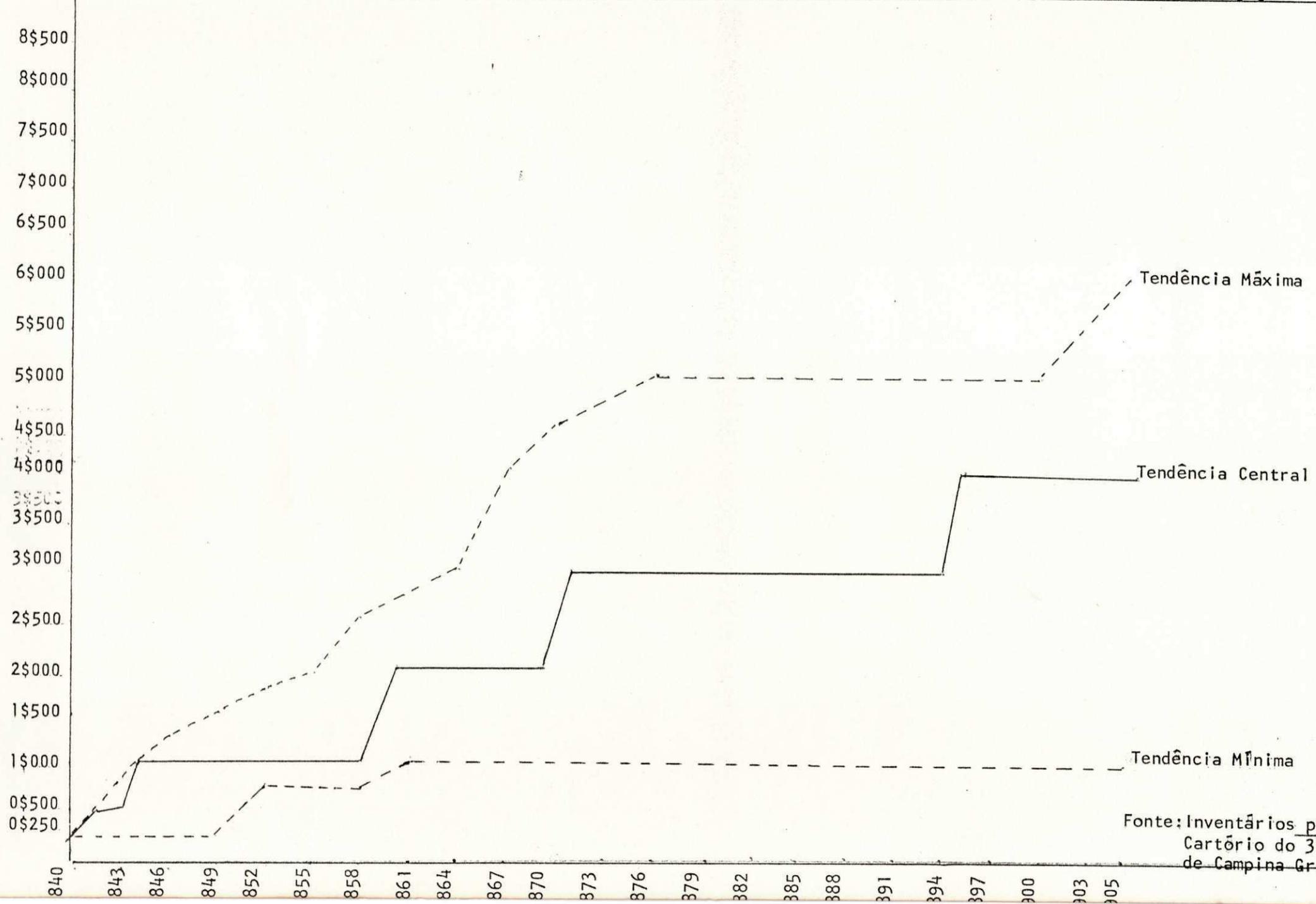
3.4. - O Valor das Propriedades

Tomamos o valor como base para a classificação das propriedades por não existirem dados que permitam dividi-las por dimensão. Os dados sobre o tamanho das terras são poucos, e mesmo aparecendo desde 1840, para quase todas as regiões do município, não foi possível estabelecer uma relação segura entre tamanho-valor-localização. Por isso é impossível trabalhar com eles. Por exemplo, no mesmo ano, às mesmas quantidades de terra, situadas numa mesma região, são atribuídos valores diferentes, o que significa, seguramente, diferenças na qualidade da terra (terras altas ou baixas na serra, etc). Mas a precariedade dos dados não nos permite generalizar.

Numa tentativa de acompanhar a evolução do preço da terra no período, tomamos como base o preço médio da braça de terra numa determinada época, a partir da maior quantidade de terra com tal valor (o que está indicado no gráfico com linhas cheias); e indicamos as variações no preço, no mesmo período, sempre para uma braça de terra (as linhas pontilhadas). (Ver gráfico 1.)

Outro fator que nos impossibilitou trabalhar com a dimensão da terra foi que somente 13% dos inventários indicam a medição de todas as terras possuídas por um proprietário (a porcentagem é aproximadamente a mesma nos inventários, nas escrituras e nas cartas precatórias); 2% aparecem com quase todas as terras demarcadas; 11% com cerca da metade; 2% com apenas uma ou duas indicações dentre várias propriedades, e 72% sem qualquer indicação. Note-se que estas porcentagens mudam muito pouco nas diversas épocas, sendo praticamente as mesmas para todo o período. Isto quer dizer que tanto na década de 40 como no final do século, foram muito poucas as terras medidas e demarcadas.

GRÁFICO 1 TENDÊNCIA DA EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA (BRAÇA) - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905



Fonte: Inventários post mortem
 Cartório do 3º Ofício
 de Campina Grande.

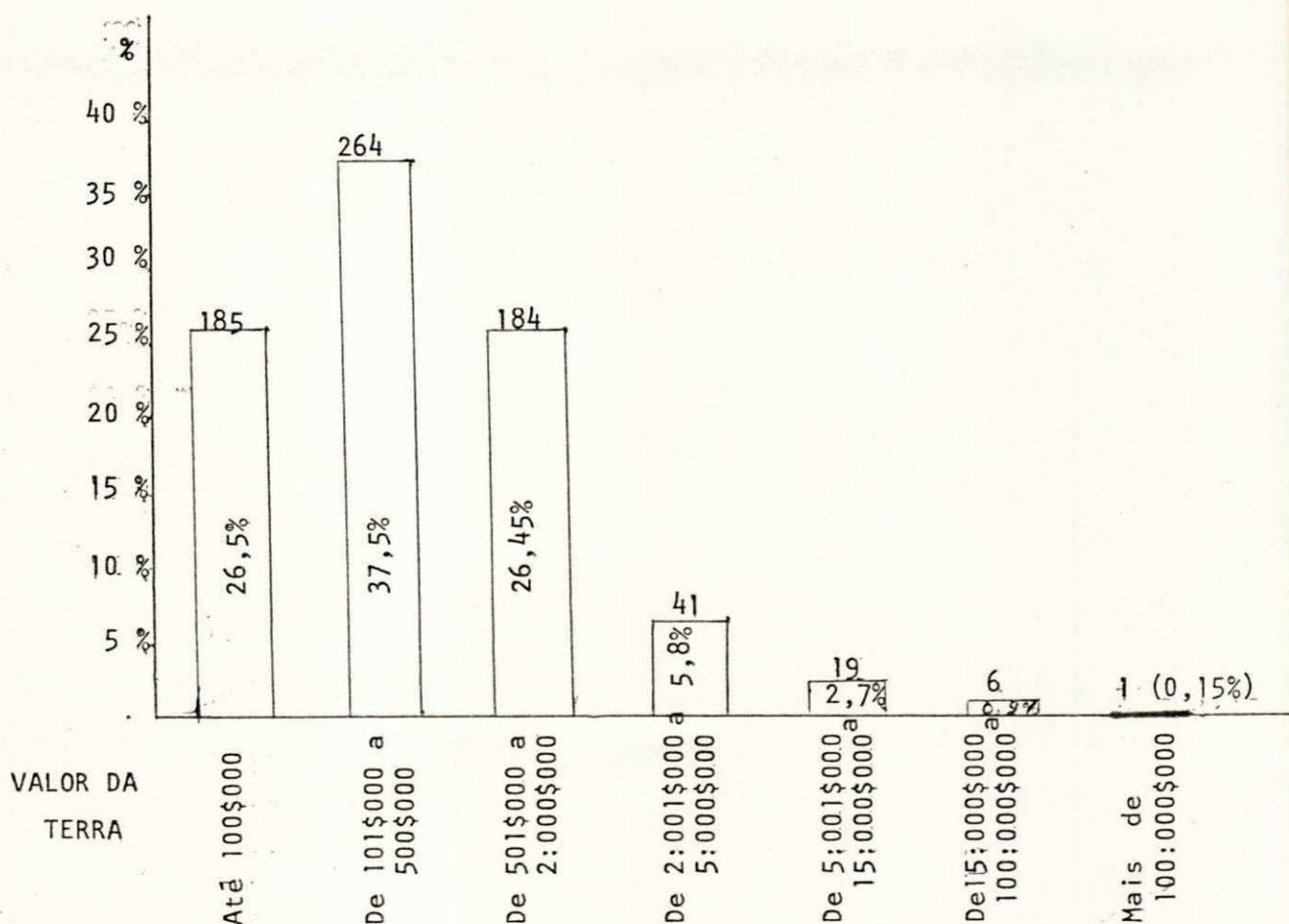
Para aumentar a dificuldade, dos 13% que indicam demarcação, menos da metade nos dá uma indicação completa. A maioria de clara apenas a testada. É comum ler-se: "tantas braças de testada pelos fundos que se encontrar".

Só foi possível, portanto, trabalhar com a distribuição de terras tomando como base o seu valor. Resolvemos seguir este caminho por ser a única possibilidade de estudar a distribuição de terras no município, no século passado.

Fizemos um primeiro levantamento, dividindo os proprietários segundo o valor das terras que cada um possuía. Foi o seguinte o quadro, para os 700 donos de terra inventariados:

GRÁFICO 2

Classificação dos Proprietários Inventariados (%), segundo o Valor de suas Propriedades Imobiliárias - 1840- 1905.



Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande (Ver anexo 2.)

O maior grupo de proprietários era o que possuía de 11\$000 a 50\$000 de terra (ver anexo Nº 2). Pouco mais de 25% dos proprietários possuía até 100\$000; 64% até 500\$000 e 77,5% até 1:000\$000.

3.5. - Relação valor/tamanho/localização das terras

Para estabelecer a relação entre os dados permanentes que temos (valor e localização das terras) e os esporádicos (dimensão das terras), dividimos o município em cinco áreas, levando em conta, grosso modo, a qualidade da terra (ver mapa Nº 7):

- ÁREA I - Compreende quase todo o atual município de Pocinhos, (com exceção de sua parte sul e da parte leste da cidade) e a parte ocidental de Areal.
- ÁREA II - Abrange o sul de Pocinhos e o extremo-oeste de Campina Grande, fundamentalmente o distrito de Boa Vista.
- ÁREA III - Abarca a região de Campina Grande entre Olho d'Água, Riacho Fundo e São Pedro (mais para oeste) e Monte Alegre e Catolé (mais para leste); a parte ocidental de Queimadas; a parte leste da cidade de Pocinhos e as partes mais ocidentais de Montadas e Puxinanã.
- ÁREA IV - As partes orientais de Areal e Montadas; os atuais municípios de Puxinanã, Alagoa Seca, Lagoa da Roça e Massaranduba, além da parte sul de Lagoa Nova.
- ÁREA V - Toda a metade leste de Campina Grande, todo o atual município de Fagundes, e quase todo o de Queimadas.

Para estabelecer esta divisão, partimos, em primeiro lugar, dos limites do travessão agrícola da região. O antigo tra

vessão , que em 1837 passava por Oiti, Alagoa Seca e Lagoa da Roça, foi se estendendo por Cuitês, Covão e Açudinho, atingindo Pocinhos em 1850 (Lagoa Salgada, Mares Prestos e Bravo)^{80/}. Mantivemos, para a melhor região agrícola do município (área IV), os limites de 1837. São as áreas próximas ao Brejo e do Agreste de Esperança.

O Agreste Campinense e o Agreste Baixo (grupo V) são também áreas relativamente homogêneas, além da proximidade do centro comercial da cidade.

O grupo III marca a transição entre o Agreste Campinense e o Cariri de Campina Grande, sendo a parte norte campinense desta área a região por onde se estendeu o travessão agrícola em 1850.

O grupo II, quase todo situado no Cariri campinense , concentrou as propriedades de menor valor encontradas.

A área I, Curimataú e Seridó de Pocinhos, apareceu com uma menor concentração de propriedades e possuía maior número de propriedades de médio valor.

Separando as propriedades por áreas e por épocas foi possível analisar melhor as modificações no preço da terra. Levando em conta as datas limite de nosso trabalho (1840-1905), a desvalorização do mil réis e a subida do preço da terra, concluímos que, para qualquer área, a terra nua teve uma variação de preço muito pouco sensível. O valor da terra parece ter sido sempre considerado no conjunto terra/benfeitorias/produção. Pensamos que isto se explica porque, apesar da dependência quase absoluta da terra em que vivia a população do município, quanto maior o patrimônio global de um proprietário ,

^{80/}. Ver CÂMARA, Epaminondas, *Os Alicerces de Campina Grande - Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697-1864)*; Campina Grande, Livraria Moderna, 1943.

maior a parte proporcional correspondente à terra, neste total. Dito de outra forma, quanto mais aumenta o patrimônio, maior o peso da terra neste patrimônio.

QUADRO VII

Porcentagem do valor da terra no patrimônio total - Município de Campina Grande, 1840-1905 (porcentagem aproximativa)

Proprietários com até:	Porcentagem do valor da terra sobre o patrimônio global
10\$000	0,89
de 11\$000 a 50\$000	2,6
de 51\$000 a 100\$000	6,7
de 101\$000 a 200\$000	10
de 201\$000 a 700\$000	20
de 1:000\$000 a 5:000\$000	25
de 5:000\$000 a 10:000\$000	38
mais de 10:000\$000	50

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

É preciso notar que quando as benfeitorias são numerosas seu preço aparece separado do valor da terra, o mesmo acontecendo com as culturas mais importantes (ver capítulo II).

Trabalhamos até aqui com o total de terras de cada proprietário. Veremos agora o valor de cada propriedade. Encontramos, em todo o período, 3.231 propriedades; 2.736 inventariadas, 456 constantes de escrituras de compra, venda e hipoteca e 39 em cartas precatórias. Tomando agora as propriedades pelo seu valor, independentemente de a quem pertenciam, montamos o seguinte quadro: (como 68 das propriedades que aparecem nas escrituras de compra e venda e nas cartas precatórias não especificam o valor do imóvel, não trabalhamos com elas) :

QUADRO VIII

Distribuição das propriedades segundo seu valor - Município de Campina Grande - 1840-1905

Valor das propriedades	Número de propriedades	Porcentagem do grupo de valor sobre o total das propriedades
atê 100\$000	1.919	59,6
de 101\$000 a 500\$000	865	26,7
de 501\$000 a 1:000\$000	243	7,5
de 1:001\$000 a 5:000\$000	184	5,6
de 5:001\$000 a 15:000\$000	18	0,5
mais de 15:000\$000	2	0,1
TOTAL	3.231	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

As 3.231 propriedades encontradas localizam-se, fundamentalmente, no próprio município de Campina Grande. Sua localização é a seguinte:

No município de Campina Grande	3.001	93%
Em outros municípios de estado	174	5,4%
Em outros estados	54	1,6%
Sem indicação	2

QUADRO IX

Distribuição das propriedades existentes no município de Campina Grande - 1840-1905 - por áreas do município (porcentagem segundo seu valor)

Valor das propriedades	I	II	ÁREAS III	IV	V
atê 100\$000	1,7	8	8,2	13,8	27,8
de 101\$000 a 500\$000	1,1	1,5	3,8	7,1	13,4
de 501\$000 a 1:000\$000	0,3	0,6	0,8	2,2	3,5
de 1:000\$000 a 5:000\$000	0,1	0,55	0,65	1,2	3,05
de 5:001\$000 a 15:000\$000	0,1	0,05	0,05	0,15	0,2
mais de 15:000\$000	0,05	0,05
TOTAL	3,3	10,7	13,5	24,5	48,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; e Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

A esmagadora maioria dos proprietários residentes em Campina Grande possuía terras no próprio município.

As áreas I, II e parte da III eram as de maior concentração da pecuária. O fato destas áreas aparecerem mais vazias, quanto ao número de propriedades, não significa a existência nelas de terras devolutas. São áreas que possuíam propriedades seguramente maiores que as mesmas, do mesmo valor, nas áreas IV e V.

As áreas II e III têm grande número de propriedades até 100\$000 e, em especial, até 50\$000.

É interessante notar que as maiores propriedades do município situam-se nas melhores regiões agrícolas (áreas IV e V), o que indica a importância da agricultura para a região. Nota-se também a monopolização das melhores terras do município.

3.6 - Local de residência dos proprietários

Os 700 proprietários inventariados tinham o seguinte local de residência:

QUADRO X

Local de residência dos proprietários inventariados no município de Campina Grande - 1840-1905

(Continua)

LOCAL DE RESIDÊNCIA	NÚMERO	PORCENTAGEM
Morando em sua propriedade		
na única	183	
na principal	294	
TOTAL	477	68,2
Morando no povoado ou centro urbanizado mais próximo da propriedade	139	20
Morando fora da propriedade, na cidade de Campina Grande	36	5,2
Morando mais afastados de suas terras, mas no município (não na cidade)	29	4,1
Residente no município e só possuindo terras em outro município paraibano	9	1,2
Residente no município e só possuindo terras em outro estado	1	0,1

Local de residência dos proprietários inventariados no município de Campina Grande - 1840-1905

(Conclusão)

LOCAL DE RESIDÊNCIA	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sem indicação de moradia	9	1,2
Total	700	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º ofício de Campina Grande

Os proprietários campinenses não eram absenteístas. Quase 70% moravam em suas propriedades e cerca de 90% ou em sua propriedade ou bem próximo dela.

Os dados dos Livros de Nota confirmam esta situação. Dos 303 proprietários que aparecem em transações de compra, venda e hipotecas e doações, 278 eram residentes no município, e destes, cerca de 85% em suas fazendas; 12 moravam na Paraíba e 13 em Pernambuco^{81/}.

Dos 29 proprietários que aparecem nas cartas precatórias, 20 residiam na Paraíba, sete em Pernambuco e para dois não temos especificação^{82/}.

O fato de, na região, o proprietário de terra ser ele mesmo o dirigente do processo produtivo vai fazer, como veremos adiante, que seja o responsável pela introdução de máquinas em suas fazendas, transformando o caráter de sua exploração. Não veremos surgir, no município, uma classe de arrendatários capitalistas, uma vez que será o próprio proprietário da terra a comandar o processo das transformações ocorridas no campo.

^{81/}. Na Paraíba: Areia (1), Pilar (1), Ingá (3), na capital (2), Soledade (1), Mananguape (1). As hipotecas foram feitas a favor de três comerciantes residentes na capital. Três são de Goiana e 10 de Recife.

^{82/}. As cartas precatórias foram enviadas das seguintes localidades: da Paraíba - São João do Cariri (2), Areia (2), Lagoa Grande (2), Cabaceiras (3), Ingá (2), Paraíba (1), Independência (1), Lagoa Nova (6), Vila da Birborema (1), Natuba (1). De Pernambuco: Goiana (2), Limoeiro (1), Recife (1), Itambê (2) e Timbaúba (1).

3.7 - Relações de Trabalho - a mão-de-obra escrava

Daremos aqui apenas alguns dados referentes à mão-de-obra escrava, uma vez que a estrutura social será tratada no capítulo terceiro.

É preciso levar em conta que os dados sobre o número de escravos são bastante reduzidos, porque grande parte dos maiores proprietários de escravos foi inventariada depois de 1888. É o caso do Cel. Honorato da Costa Agra, de Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, dos Lourenço Porto e outros. No capítulo III trabalhamos com dados sobre seus escravos, obtidos a partir das transações de compra, venda e hipotecas realizadas por aqueles proprietários.

Dados Gerais

QUADRO XI

Número e porcentagem dos possuidores de escravos sobre os inventariados no município de Campina Grande - 1840 - 1888.

PROPRIETÁRIOS	COM ESCRAVOS		SEM ESCRAVOS		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Nº	%
Com terra	275	46,8	205	35	480	82
Sem terra	58	9,9	49	8,3	107	18
Total	333	56,7	254	43,3	587	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Se tomarmos separadamente o total dos possuidores de terra (480), veremos que 57,2% deles possuíam escravos. Dos que não possuíam terra (107), 54,2% possuíam escravos. Neste sentido, a porcentagem não difere muito. O que vai diferir é a quantidade de escravos que cada um destes grupos possuía.

A porcentagem do valor dos escravos sobre o patrimônio total nos dá uma noção mais precisa do peso do escravo na economia local. Diferentemente da terra, é preciso agora levar em conta a variação de seu preço no período, que, ao contrário do preço da terra, foi sensível.

De 1840 até 1852 (não encontramos um só inventário de 1853), o preço do escravo manteve-se estável. Nos períodos de 1854-1857 e 1858-1871 aumentou sensivelmente, e a partir de 1872 os preços começaram a cair. O declínio foi lento entre 1871-1884 e bastante acentuado a partir de 1885. Em 1887, início de 1888, o escravo praticamente perdera seu valor de mercado. A partir de 1885 é comum os herdeiros não quererem receber escravos em seu quinhão hereditário e, quando isto acontecia, providenciarem rapidamente para que fossem vendidos.

No cálculo da variação do preço do escravo tomamos como base o preço de um escravo homem, entre 18 e 25 anos - o preço mais alto dos escravos (ver anexo 3).

QUADRO XII

Preço do escravo, por períodos, no município de Campina Grande
1840-1905

1840-1852	1854-1857	1858-1871	1872-1884	1885	março de 1888
500\$000	800\$000	1;000\$000 a 1;500\$000	800\$000 a 1;000\$000	600\$000	100\$000

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Foi pequena a diferença do preço do escravo em Campina Grande e Recife. A grande distância de preços, como se sabe, foi entre os escravos do Nordeste e os do Sudeste.

QUADRO XIII

Preços comparativos dos escravos em Campina Grande, Recife e Rio Claro (São Paulo) - 1840-1908

ANOS	CAMPINA GRANDE	RECIFE ⁰	RIO CLARO
1840-1852	500\$000	450\$000 - 500\$000	550\$000 - 650\$000
1854-1857	800\$000	700\$000 - 1:400\$000	1:177\$000
1858-1871	1:000\$000 - 1:500\$000	880\$000 - 1:500\$000	1:800\$000
1872-1884	800\$000 - 1:000\$000	400\$000 - 886\$000	2:000\$000 - 1:800\$000
1885	600\$000		
1887	400\$000	283\$000	900\$000
1888	100\$000		

Fontes: Para Campina Grande: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício; Para Recife: EISENBERG, Peter, *Modernização sem Mudança*, RJ/SP, Paz e Terra/Unicamp, 1977; Para Rio Claro: DEAN, Warren, *Rio Claro, Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920*, Rio, Paz e Terra, 1977. ⁰ - Os preços de Recife correspondem, respectivamente, ao primeiro e ao último ano do período.

Para avaliar melhor o peso da mão-de-obra escrava na região, organizamos quadros com os seguintes dados, pelos períodos de variação do preço do escravo: segundo o valor da terra, número de proprietários no período, porcentagem de proprietários com escravos, número de escravos, média de escravos por proprietário, total dos bens inventariados, porcentagem do peso dos escravos e da terra sobre o patrimônio. Para não sobrecarregar o texto, os quadros foram simplificados e resumidos no quadro XIV (página 64) e no anexo de número 4.

Para os que possuíam até 500\$000 de terra, excluído o último período, os escravos representavam mais de 50% dos bens. Para aqueles que possuíam terras no valor de 501\$000 a 10:000\$000, os escravos representaram de 30 a 50% de seus bens. Entre os maiores proprietários, até 1885 os escravos representaram menos de 20% de seus bens; a porcentagem aumenta justamente no último período, porque são eles os que podem manter seus escravos até o último ano do cativoiro.

QUADRO XIV

Evolução da porcentagem do valor da terra e dos escravos sobre o total dos bens inventariados no município de Campina Grande - 1840-1888

Valor da terra	Porcentagem sobre o total	1840-1852	1854-1857	1858-1871	1872-1884	1885-1888
Até 100\$000	TERRA ESCRAVOS	3,8 65	2,3 52,8	2,3 56,5	1,3 58,6	0,1 14
de 101\$000 a 500\$000	TERRA ESCRAVOS	10,6 54,6	8,2 63,5	9 50	11 53,3	14 38
de 501\$000 a 1:500\$000	TERRA ESCRAVOS	19 47,5	12 30	12,7 46,7	19,5 33	27 37,8
de 1:501\$000 a 5:000\$000	TERRA ESCRAVOS	20 34,6	26 50	19 40,6	20,5 21,5
de 5:001\$000 a 10:000\$000	TERRA ESCRAVOS	35 47,3	40,5 30,5	37 44	34 10
mais de 10:000\$000	TERRA ESCRAVOS	33 18,5	61,5 15,6	15,5 33

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

➡ A importância da mão-de-obra escrava na região mostra, na mesma proporção, a importância da agricultura, pois era fundamentalmente no campo que os escravos estavam empregados. Mesmo entre os que possuíam pouco valor em terras e poucos bens, ou entre aqueles que não possuíam terras, o peso do escravo foi grande, no total de seu patrimônio.

Como constatamos pelas contas de tutoria, e em parte dos próprios inventários (do que trataremos no capítulo III), a grande maioria dos escravos de proprietários de médios e grandes valores de terra (os que possuíam maior quantidade de escravos) estava ocupada na agricultura. Entre os que tinham pouco valor em terras - e poucos bens, em geral - o escravo, na maioria das ve-

zes trabalhava com o dono, no campo; quando o dono estava ocupado com seu próprio gado ou era vaqueiro de terceiros, o escravo costumava cuidar sozinho dos trabalhos agrícolas. No caso de escravas mulheres, dividiam os trabalhos domésticos e do campo com seus donos, em especial se a proprietária fosse mulher viúva. É curioso notar que, sendo mulheres a proprietária e a escrava, elas trabalhavam juntas no campo, mas o trabalho doméstico ficava sempre por conta da escrava.

As prestações de conta de tutorias, informando das atividades dos escravos, mostram vários deles trabalhando de aluguel. Mas o relativamente reduzido número de contas, em relação aos inventários, não nos permite generalizar. Mesmo considerando a pequena amostragem, montamos o quadro que se segue:

QUADRO XV

Ganho recebido pelos escravos alugados - Município de Campina Grande, anos de 1854, 1858, 1859 e 1862

Ano	Idade do escravo	Ocupação	Ganho diário	Ganho Mensal	Ganho anual
1854	17 anos 14 anos	agrícola agrícola	0\$400 0\$320		
1858	adulto	agrícola	0\$528		193\$000
1859	7 anos	?	0\$037		13\$600
1862	34 anos	doméstica	0\$100	3\$000	

Fonte: Contas de tutoria, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande..

Entre os que não possuíam terras mas eram donos de escravos havia 41 foreiros, dois negociantes, e 15 pessoas sem especificação de atividade (não possuíam gado nem lavouras). São, no total, 58 inventariados, com 161 escravos. Sobre a atividade

destes 161 escravos, temos dados seguros para 137, e presumi --
 veis em relação a 24; 128 escravos (79,5%) trabalhavam na agri-
 cultura, 118 eram escravos de foreiros, 10 estavam alugados pa-
 ra serviços agrícolas e nove estavam fora do processo produtivo
 (5,6%)^{83/}. Dos 24 restantes, consideramos 17 (10,5%) presumivel-
 mente domésticos e sete (4,4%) presumivelmente de pequenos fo-
 reiros ou alugados. Pensamos poder considerar como escravos em
 atividades domésticas aqueles cujos donos não estão ligados à
 terra (não têm nem lavoura nem gado) e que, pelo total de seus
 bens e residência na cidade podem ser considerados abastados. Ao
 contrário, consideramos presumivelmente alugados ou de pequenos
 foreiros os escravos cujos donos tinham muito poucos bens, não
 possuíam gado e nem lavouras inventariadas. Mas, evidentemente,
 parte destes poderia estar sendo utilizada no trabalho domés-
 tico.

Inventariados sem terra e sem escravos

Inicialmente, pensamos encontrar neste grupo indicações de
 formas de trabalho livre, o que praticamente não ocorreu. São
 apenas 49 pessoas inventariadas (1840-1888) que não possuíam ter-
 ras e nem escravos. Entre elas, há indicação de profissão para
 seis: 2 foreiros, 2 negociantes, um mascate e um vendedor ambu-
 lante, ex-escravo. Este foi o único inventário de um liberto en-
 contrado.

Dos 43 restantes, 32 são presumivelmente foreiros ou fi-
 lhos de grandes proprietários que trabalhavam as terras do pai,
 com os escravos deste. A conclusão não é difícil, seja pelos no-

^{83/}. Sete eram menores de 5 anos; um comprou a liberdade e um
 estava fisicamente inutilizado.

mes de família, seja pelo número de cabeças de gado que possuíam (mais de 10), além de casas, ouro, móveis, e todos com um montante inventariado entre 1:500\$000 e 7:000\$000.

Quatro deles possuíam entre 4 e 5 cabeças de gado, e os consideramos, por isso, pequenos foreiros ou vaqueiros: e seis deveriam ser funcionários públicos ou pequenos comerciantes, não tinham terra, nem escravos, nem gado, mas eram possuidores de móveis, jóias e de um cavalo cada um, meio de transporte que denotava certa abastança. (Para um não temos qualquer indicação).

Por estes dados chegamos à conclusão, que foi confirmada no decorrer da pesquisa, de que nem um só morador (trabalhador sem terra agregado às grandes propriedades) foi inventariado durante todo o período. No capítulo II voltaremos ao assunto.

CONCLUSÃO

Os dados sobre o valor das terras, sua localização, número de propriedades, sobre a qualidade da terra (parte, sítio ou propriedade), assim como o número de escravos, são critérios importantes para a classificação em pequenos, médios e grandes proprietários da região. No entanto, esta classificação só poderá ser tentada no capítulo II, quando juntarmos a estes dados os relativos a benfeitorias, uso de máquinas, quantidade de gado e produção agrícola.

Neste ponto, a conclusão a que, grosso modo, podemos chegar, é a de que a grande maioria dos possuidores de até 100\$000 de terras era de pequenos proprietários - cerca de 25% do total dos inventariados..

Dos 185 proprietários que estão nesta faixa, só encontramos indicação do tamanho da propriedade em 16 (8,5%), e assim mesmo, para a maioria, a indicação é parcial. Onze destes proprietários só declararam as testadas de suas terras: em braças, respectivamente, 180, 100, 100, 100, 50, 30, 29, 20, 15, 10, e um com tres partes de terra com 20, 10 e 4 braças respectivamente.

os cinco que dão a demarcação completa possuíam:

20 braças por uma légua -	19,2 ha
50 braças por uma légua -	48 ha
25 braças por 580 braças -	5,6 ha
100 braças por 300 braças -	12 ha
15 braças por uma légua -	14,5 ha

O fracionamento da terra, como vimos, era muito grande. Indicação deste fracionamento eram as terras com testadas muito pequenas e longo comprimento: 10, 12, 15 ou 20 braças de testada por uma légua de fundo, o que recortava a terra em tiras incrivelmente estreitas: são 20, 24, 30 ou 40 metros de largura por quase 5 km de comprimento. A propriedade assim dividida garantia aos herdeiros o acesso a aguadas ou a vias de comunicação mais próximas.

Só as grandes famílias mantiveram entre os herdeiros, e apesar da divisão da herança, imensas extensões de terra. Foi o caso de famílias como os Pereira de Araújo, os Alves Vianna, os Agra, os Vaz Ribeiro e outras que, além do mais, estavam muito entrelaçadas através de casamentos. Mas mesmo entre as grandes famílias nota-se uma divisão da propriedade.

Uma das características da região, que percebemos já com os dados vistos até aqui, foi a existência, ao lado dos tradicionais e facilmente identificáveis grandes proprietários, de uma grande quantidade não só de pequenas, mas de propriedades de médio valor.

Outra conclusão a que se chega é a da concentração das propriedades de menor valor nas áreas mais usadas para a pecuária (regiões I e II), mesmo levando-se em conta que nestas áreas o preço da terra era menor.

As propriedades de maior valor estavam, quase todas, nas áreas IV e V, as melhores terras agrícolas. Este dado tem um interesse especial. Se é verdade que a quase totalidade dos proprietários campinenses possuía gado (como veremos a seguir), este fato não se opõe, de nenhum modo, à primordial importância que a atividade agrícola teve para a região - o que é confirmado pelo peso da mão-de-obra escrava no período.

ANEXO 1

Disputa de Terras

Processo que vem de Cuitês, Bananeiras, para Campina Grande, a 22 de junho de 1860.

"Requerimento de Francisco Damário Correia Lima e sua mulher, Contra Félix Ferreira Guimarães e sua mulher, Joana Maria dos Santos; João Sebastião Guimarães; Quirino de tal e sua mulher, Maria do Amor Divino e Nicolau Tavares e Florença Maria de Albuquerque, sua mulher, moradores em Campos.

Justificativa:

1º - A propriedade "Barra do Amparo", deste termo (de Campina Grande - M.V.) foi sempre ocupada por seus pais e sogros, antes possuidores, por mais de 20 a 30 anos, à vista e face dos mais consenhores e heréus confinantes, sem oposição de pessoa alguma;

2º - Que esta propriedade e demais vizinhas nunca foram divididas ou demarcadas e por isso, em comum entre os consenhores da mesma propriedade e as outras já ditas vizinhas;

3º - Que sucedendo os justificantes a seus pais e sogros em parte deste terreno da propriedade "Barra do Amparo", apossaram-se em dias do ano passado no lugar Pedra d'Água das Varzinhas, levantando uma morada de casas e trabalhando em outras benfeitorias para recreio de seus gados;

4º - Que assim ocupado aquele terreno Pedra d'Água das Varzinhas pelos justificantes, neste mesmo terreno nunca antes possuído por outro algum consenhor ou heréu civil ou corporal, foram (sic) essa casa derrubada, tomando-se este terreno à força e sem ordem da Justiça, em princípios de novembro do ano passado de 1859, por José Sebastião Guimarães, Nicolau Tavares e Quirino de Tal, de ordem de FELIX FERREIRA, todos heréus e consenhores na propriedade vizinha, como se vê dos documentos, anexados.... "85/

85/. Documento arquivado no Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

ANEXO 2

Classificação dos Proprietários Inventariados (%), segundo
o Valor de suas Propriedades imobiliárias - 1840 - 1905

VALOR DA TERRA	Nº de PROPRIETÁRIOS	% SOBRE O TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS
até 10\$000	22	3,0
de 11\$000 a 50\$000	87	12,5
de 51\$000 a 100\$000	76	11
de 101\$000 a 150\$000	53	7,5
de 151\$000 a 200\$000	49	7
de 201\$000 a 300\$000	72	10
de 301\$000 a 400\$000	50	7
de 401\$000 a 500\$000	40	6
de 501\$000 a 700\$000	50	7
de 701\$000 a 1:000\$000	44	6,45
de 1:001\$000 a 1:500\$000	59	8,5
de 1:501\$000 a 2:000\$000	31	4,5
de 2:001\$000 a 3:000\$000	23	3,3
de 3:001\$000 a 4:000\$000	12	1,7
de 4:001\$000 a 5:000\$000	6	0,8
de 5:001\$000 a 7:500\$000	11	1,6
de 7:501\$000 a 10:000\$000	4	0,6
de 10:001\$000 a 15:000\$000	4	0,6
de 15:001\$000 a 20:000\$000	4	0,6
de 20:001\$000 a 50:000\$000	1	0,15
de 50:001\$000 a 100:000\$000	1	0,15
mais de 100:000\$000	1	0,15
TOTAL	700	100,0

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

ANEXO 3

Preço do Escravo em Campina Grande - 1840-1888
(escravo homem, entre 18 e 25 anos)

(continua)

ANO	PREÇO MÍNIMO ENCONTRADO	PREÇO MÁXIMO ENCONTRADO
1840	360\$000	500\$000
1841	400\$000	540\$000
1842	400\$000	400\$000
1843	400\$000	450\$000
1844	350\$000	500\$000
1845	450\$000	450\$000
1846	350\$000	400\$000
1847	350\$000	450\$000
1848	450\$000	450\$000
1849	400\$000	450\$000
1850	400\$000	450\$000
1851	400\$000	500\$000
1852	400\$000	500\$000
1854	550\$000	500\$000
1855	450\$000	600\$000
1856	600\$000	800\$000
1857	750\$000	800\$000
1858	700\$000	900\$000
1859	1:000\$000	1:500\$000
1860	1:100\$000	1:400\$000
1861	1:100\$000	1:200\$000
1862	800\$000	1:200\$000
1863	700\$000	1:200\$000
1864	900\$000	1:000\$000
1865	1:000\$000	1:500\$000
1866	1:000\$000	1:000\$000
1867	800\$000	1:000\$000
1868	800\$000	1:000\$000
1869	800\$000	1:000\$000
1870	1:000\$000	1:800\$000
1871	700\$000	1:000\$000
1872	600\$000	1:200\$000
1876	800\$000	1:000\$000

ANEXO 3

Preço do Escravo em Campina Grande - 1840-1888
(escravo homem, entre 18 e 25 anos)

(conclusão)

ANO	PREÇO MÍNIMO ENCONTRADO	PREÇO MÁXIMO ENCONTRADO
1877	700\$000	1:100\$000
1878	700\$000	900\$000
1879	800\$000	800\$000
1880	600\$000	800\$000
1881	800\$000	1:000\$000
1882	800\$000	1:000\$000
1883	500\$000	1:000\$000
1884	400\$000	500\$000
1885	600\$000	600\$000
1886	400\$000	400\$000
1887	400\$000	400\$000
1888	100\$000	100\$000

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

ANEXO 4

Porcentagem dos proprietários com escravos, dos números absolutos e médios dos escravos e evolução da porcentagem do valor da terra e dos escravos, levando em conta os inventariados possuidores ou não de terras e segundo os períodos de variação do preço dos escravos. Município de Campina Grande, 1840-1888.

	1840-1852		1854-1857		1858-1871		1872-1884		1885-1888	
	COM TERRA	SEM TERRA	COM TERRA	SEM TERRA	COM TERRA	SEM TERRA	COM TERRA	SEM TERRA	COM TERRA	SEM TERRA
% DE PROPRIETARIOS COM ESCRAVOS	75,5%	80%	57,3%	83,3%	57,3%	50%	47%	13,3%	31%	0,0%
NÚMERO ABSOLUTO DE ESCRAVOS	613	51	228	35	377	70	256	5	13	---
NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS	8,8	2,5	5,8 ¹¹	3,5	3,8 ¹¹	2,7	4	2,5	2,6	---
% DA TERRA SOBRE OS BENS	22,7%	---	18,7%	---	13,5%	---	33%	---	15,5%	---
% DOS ESCRAVOS SOBRE OS BENS	37,2%	81%	48%	89%	47%	51,6%	25%	60,5%	33%	0,0%

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA AGRÁRIA

INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas que ocorreram no Brasil, na segunda metade do século XIX, transformando as estruturas coloniais de produção no sentido capitalista, deram-se em ritmos diferentes no Sudeste e no Nordeste. O movimento destas transformações, muito mais acelerado no Sudeste, expressou-se em formas também diferentes de organização da produção em cada uma das regiões.

A expansão e preeminência do café nas exportações viabilizou uma intensa acumulação no setor cafeeiro e a reorganização da sua produção em bases capitalistas. A atuação governamental voltou-se para o café, injetando recursos estatais (subsídios, empréstimos para financiamentos, políticas de recrutamento de mão-de-obra, etc) no setor. O dinheiro acumulado pelos maiores cafeicultores, em boa parte pela ajuda obtida de um Estado no qual conquistavam cada vez maior influência, permitiu melhorar as técnicas de produção (introdução de máquinas, maior racionalização na atividade econômica), a construção de infra-estruturas de transporte ferroviário (o que liberou a cada vez mais escassa mão-de-obra escrava ocupada no transporte arcaico para a lavoura) e, mais tarde, a promoção da imigração de trabalhadores estrangeiros. Tudo isso levou ao aumento da produtivi-

dade na economia cafeeira (mesmo permanecendo baseada no trabalho escravo^{1/}) e, conseqüentemente, ao aumento da acumulação nos centros cafeicultores mais avançados.

Pelo final do século já se pode falar de industrialização e do surgimento do capitalismo no país que, daí por diante, apesar de seu desenvolvimento lento e dependente, passou a ser dominante.

A economia nordestina não ficou alheia às transformações ocorridas. Com reduzidas possibilidades de acompanhar, com o mesmo dinamismo, as mudanças que se davam no Sudeste, o ritmo das transformações em sua estrutura agrária foi muito mais lento e as formas de manifestação de tais transformações nem sempre foram as mesmas do Sudeste. Não que o Nordeste tivesse mantido um pré-capitalismo paralelo ao Sudeste que se industrializava. O processo de acumulação na lavoura cafeeira e o surgimento do capitalismo na região Sudeste subordinou as áreas de desenvolvimento mais lento, mantendo e acirrando as diferenças regionais^{2/}. O desenvolvimento do Nordeste, também no sentido capitalista, deu-se duplamente subordinado^{3/}.

Se aceitamos qualificar o capitalismo brasileiro, desde seu surgimento, como subordinado, dependente dos centros avançados do capitalismo mundial^{4/}, o Nordeste, dependente como todo o país do exterior, pela mesma lógica do desenvolvimento desi-

^{1/} Ver, sobre o assunto, CARDOSO, Ciro Flamarion, *Agricultura, Escravidão...* COSTA, Emilia Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, LECH, 1982; SPINDEL, Cheywa, *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio, Paz e Terra, 1980.

^{2/} Ver SILVA, Sérgio S., *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* SP, Alfa Omega, 1976; MARTINS, José de Souza, *O Cativo...*; LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco T. da, *História da Agricultura...*

^{3/} Ver CHALOUET, Yyes, *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno*, Petrópolis, Vozes, 1978.

^{4/} CARDOSO, Ciro Flamarion, op. cit. e, com BRIGNOLLI, H. Perez *História Econômica...*

qual, inerente ao capitalismo, subordina-se também aos centros do capitalismo mais desenvolvido (ou que se desenvolve com maior rapidez) dentro do próprio país.

A passagem das relações coloniais-escravistas de produção às relações de produção capitalistas foi, em todo o país, um processo lento e mediatizado pelos grupos de interesses estabelecidos, estando muito longe de constituir uma revolução, burguesa, no sentido de brusca mudança de classes no poder^{5/}.

Se compararmos, à época, Sudeste e Nordeste, iremos verificar que o Nordeste não só não ficou imune às transformações que ocorriam, como, ao contrário, participou delas, tanto adaptando suas próprias estruturas como fornecendo ao Sudeste elementos para seu desenvolvimento, em primeiro lugar contingentes de mão-de-obra.

Enquanto o café obtinha boa colocação no mercado internacional, os produtos de exportação do Nordeste, açúcar e algodão, estavam sujeitos a maiores flutuações, decorrentes de sua posição naquele mercado. Ocupavam nele uma posição secundária, conseguindo melhores colocações quando a conjuntura dos principais países fornecedores retirava temporariamente do mercado internacional aqueles produtos. O açúcar há muito que não podia fazer face à concorrência antilhana e o algodão também não enfrentava a concorrência do Sul dos Estados Unidos. O governo brasileiro, com poucos recursos, destinou-os quase todos à lavoura cafeeira e praticamente desamparou o Nordeste. A mão-de-obra escrava, fundamental à lavoura de todo o país, que escasseou e encareceu muito depois do fim do tráfico, pôde ser comprada pelos senhores do café, enquanto que no Nordeste era cada vez mais difícil pagar por ela.

^{5/}- FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio, Zahar, 1975

Esgotadas as possibilidades lucrativas da escravidão - e só aí os grandes senhores de terra abriram mão dela - , a acumulação no setor cafeeiro permitiu a contratação de trabalhadores livres estrangeiros. Esta expansão do mercado de trabalho livre é o principal indicador das transformações que estavam ocorrendo no Sudeste. Não tendo sido inicialmente um assalariamento puro, mas parcial, o colonato, no Sudeste, devido ao conjunto das mudanças por que passava a região, transformou-se, em muitos casos, mais ou menos rapidamente, em trabalho assalariado.

—> O Nordeste foi perdendo a mão-de-obra escrava muito antes que o Sudeste, e teve que resolver o problema de sua substituição sem condições de tentar com êxito a alternativa do colonato. O ritmo muito mais lento em que se processou a substituição do trabalho escravo pelo livre (assalariado) cristalizou, no Nordeste, formas incompletas de trabalho assalariado, mais persistentes e resistentes à mudança.

A modernização no setor agrário nordestino não se limitou à área litorânea açucareira. Ocorreu também no Agreste algodoeiro, marcada pela introdução de novas máquinas e pela exploração de diferentes formas de trabalho.

O mercado interno, que cresceu com a desagregação da escravidão e o aumento da população livre (tanto por seu crescimento vegetativo como pelo desaparecimento do escravo), não pressionou muito no sentido de uma rápida diversificação da produção. Apesar de ser um mercado interno potencialmente bastante amplo, houve dois poderosos freios que o impediram de tornar-se disponível para produtos industrializados nacionais. Por um lado, os setores proprietários, que tinham os meios para iniciar um processo de industrialização, estavam relativamente controlados pelos comerciantes estrangeiros (de quem dependiam para

a compra de seus produtos exportáveis), interessados em preservar o mercado interno para as mercadorias que importavam e distribuíam. Essa limitação tornava-se mais forte na medida em que muitos dos grandes proprietários estavam, eles mesmos, ligados ao comércio. Por outro lado, as opções de trabalho para o mercado interno potencial eram muito reduzidas: as possibilidades de trabalho assalariado na indústria urbana eram mínimas, e o pagamento parcial de salário, no campo, não dava margem para a ampliação do consumo.

O monopólio da terra, desde 1850 cabalmente transformada em mercadoria, dificultava a posse de novas pequenas propriedades como alternativa de trabalho. A mão-de-obra livre tinha, praticamente, três saídas: colocar-se na dependência dos grandes proprietários, que lhe permitiam, sem qualquer segurança, trabalhar em suas terras; deslocar-se para a capital ou centros urbanos mais desenvolvidos da Província, aceitando o sub-emprego ou a mendicância, ou buscar outras regiões (na época a Amazônia e o Sudeste), onde passava a desempenhar importante papel no processo de desenvolvimento capitalista, como imenso contingente de trabalhadores a baixíssimos salários, ou como reserva de mão-de-obra.

No Nordeste, a Paraíba é das regiões mais pobres. Numa economia agrária voltada para a exportação, a acumulação estava em estreita dependência do preço de seus produtos no mercado internacional, e esses preços caíram constantemente, no decorrer da segunda metade do século passado. Como quase todo o Nordeste, a Paraíba exportava algodão, açúcar e couros, principalmente. Os couros, que estavam em terceiro lugar na pauta de exportações da Província, guardavam grande distância para os dois primeiros produtos, tanto no que diz respeito ao volume quanto ao valor da exportação.

A economia do açúcar, que pouco conta para a região que estudamos, enfrentava os mesmos problemas que vinham do século XVII, e não estava preparada para fazer frente à concorrência estrangeira e, inclusive, à nacional, quando o açúcar produzido no Rio de Janeiro e depois em São Paulo começou a abastecer os mercados do Sul.

A economia algodoeira, de grande importância para o antigo município de Campina Grande, esteve, desde o início, sujeita aos mesmos problemas do açúcar: dependência do mercado externo, falta de capitais, etc, não tendo sido também capaz de enfrentar a concorrência estrangeira.

O gado, que (juntamente com o algodão) era o principal produto da região, era criado extensivamente, sem qualquer cuidado especial. Abastecia um mercado interno pobre, era exportado para as áreas açucareiras da Província e tinha parte de seus produtos destinados à exportação de couros.

Apesar das dificuldades, a introdução de máquinas de beneficiamento do algodão, o fim do trabalho escravo, a ampliação do mercado interno e dos circuitos de comercialização nos permitem falar de desenvolvimento do município, na segunda metade do século passado.

O ritmo das mudanças na economia agrária, na região de Campina Grande, na segunda metade do século passado foi, no entanto, bastante lento e difícil de detectar. É justamente o que tentaremos fazer, nesta parte do trabalho.

1. ELEMENTOS DA ECONOMIA AGRÍCOLA

1.1. A esfera da produção

Na primeira parte do trabalho tratamos de alguns elementos que participam da esfera da produção: estrutura de propriedade da terra, meio ambiente e alguns elementos relativos à mão-de-obra escrava. Nesta parte procuraremos analisar o uso da terra e dos meios de produção agrícolas, voltando, necessariamente, à questão da mão-de-obra e relações de produção no setor.

Uma primeira característica que destacamos na região é que seria mais correto falar de uma economia agro-pecuária do que somente agrícola, uma vez que eram muito poucos os proprietários de qualquer quantidade de terra, ou os que trabalhavam a terra sem possuí-la, que não tinham gado. Para simplificar a exposição trataremos do gado separadamente, mas ao falar da agricultura é preciso levar em conta que 84% do total dos inventariados possuíam gado (87% dos que tinham terra e 72% dos que não a possuíam).

A produção agrária da região constava de algodão (principalmente para exportação) e de culturas alimentícias; mandioca, milho e feijão, com destaque; árvores frutíferas, que embora não na mesma proporção dos anteriores, aparecem com bastante frequência; raramente encontramos arroz e só uma vez os legumes foram mencionados; o fumo também não apareceu com frequência. A cana, para o fabrico do açúcar, aguardente e melão era cultivada em pequena proporção, sendo mais comum o fabrico de rapaduras. Algumas vezes aparecem criações de abelhas de urucu para a extração do mel; o café, em pequena quantidade, só surge a partir de 1889. Capim e outros tipos de forragem só aparecem vez por outra.

O algodão, que vemos praticamente com a mesma freqüência da mandioca, do milho e do feijão, era plantado consorciado com estes produtos (no mesmo espaço), ou sozinho^{6/}.

De 1840 a 1852, o cultivo do algodão, consorciado ou sozinho, apareceu na mesma proporção. De 1854 a 1888 foi mais freqüente encontrá-lo sozinho (especialmente no auge do algodão, durante a Guerra de Secessão norte-americana); de 1889 a 1905, a proporção em que apareceu sozinho foi pouco maior que a do consórcio.

É preciso levar em conta que apenas 72% dos inventários especificam o tipo de lavoura, e foram estes os dados com que trabalhamos. Os outros 28% qualificam o inventariado como agricultor ou suas terras como boas para a agricultura, mas não dizem do tipo de lavoura praticada.

O Algodão

O algodão arbóreo (*Gossypium brasiliense*), em suas variedades MOCÓ (*Gossypium purpurascens* Poit) e SANGUE DE BOI (*Gossypium brasiliensis* MACF) é natural do Brasil. Algodão de fibra longa, era conhecido e utilizado pelos da terra, quando aqui chegaram os portugueses.

"MANIIM chamam os índios o algodão, cujas árvores parecem marmeleiros arruados em pomares... Quando o algodão está de vez, que é de agosto em diante, abrem-se as folhas, ...mostrando o algodão que têm dentro, e se não o apanham logo cai no chão. ... As árvores destes algodoeiros duram sete a oito anos ou mais, quebrando-lhe cada anos as pontas

6/. Quando falamos de algodão consorciado nos referimos às indicações de roçados de milho e algodão, ou de mandioca e algodão, etc. Outras vezes, quando falamos só de algodão, é porque o roçado é só deste produto. Mas não acreditamos que, em qualquer época, algum agricultor tenha deixado de plantar culturas alimentícias, mesmo que estas não sejam mencionadas.

grandes à mão, porque se secam, para que lancem filhos novos, em que tomam mais novidade, os quais algodões se limpam à enxada, duas ou três vezes cada ano, para que a erva os não acanhe" 7/.

Em meados de 1549, o padre Mestre Simão "encarecia a Nô brega a necessidade de virem pessoas que saibam tecer o algodão, 'que cá há muito'"8/. Durante todo o período colonial, e por todo o país, plantou-se o algodão. O de melhor qualidade era usado na tecelagem, enquanto que o inferior servia para o fabrico de pavios de vela, redes de pescar, fios de sapateiro, franjas e varandas de redes^{9/}. Em São Paulo, quase todos os sítios de roça tinham seu algodão para necessidades caseiras, mas a expansão da lavoura do algodão deu-se no Maranhão e no interior do Nordeste.

Na Paraíba, o algodão, segundo Celso Mariz, deve ter surgido na segunda metade do século XVIII, o que o autor deduz de denominações encontradas por volta de 1760, como "Riacho do Algodão", no Cariri e no Rio do Peixe, e "Lagoa dos Algodões", pouco mais para o sul, em terras de Francisco de Arruda Câmara^{10/}. No final do século, ainda segundo o mesmo autor, já se tinha notícias de plantações mais regulares e de algumas elementares bolandeiras, usadas para o descaroçamento.

Tendo sido utilizado pelos índios e pelos colonos desde o início da colonização, em todo o país, podemos supor, com segurança, que o mesmo ocorreu na Paraíba. O que autores como Celso Mariz chamam de surgimento nos parece significar muito

7/. SOUZA, Gabriel Soares, *Tratado ...* p. 207.

8/. HOLANDA, Sérgio Buarque, *Caminhos e Fronteiras*, Rio, José Olympio, 1957. p. 253.

9/. Id. *Ibid.*, p. 256.

10/. MARIZ, Celso, "O Surto Algodoeiro", in JOSÉ OTÁVIO (org), *A Paraíba, das origens à urbanização*, João Pessoa, UFPB/FUNAPE, 1983. p. 105.

mais ganho de importância comercial. A grande importância do algodão para a Europa, a partir de 1776, acenou com bons lucros para aqueles que, dispondo de terras e de escravos, se voltassem para a lavoura e o comércio do algodão.

Só examinamos um inventário anterior a 1840, mas nesta época já encontramos, em Campina Grande, grandes proprietários de lavouras algodoeiras. Tudo nos leva a crer que, desde pelo menos o último decênio do século XVIII, o algodão começou a ganhar a importância que, na região, manteve por todo o século XIX.

Na última década do século XVIII, as autoridades coloniais mostraram-se interessadas em aclimatar, no Brasil, novas variedades de algodoeiros, aludindo às vantagens do herbáceo, de produção anual e fibra curta.

"Tal vantagem não é principalmente relacionada com o descaroador de serra, mas à necessidade de atender às novas possibilidades que o incremento da produção abria ao consumo. As variedades herbáceas, embora produzindo só uma vez, produzem mais, às vezes cinco ou seis vezes mais do que as arbóreas, que dão o produto de fibra longa"^{11/}.

Apesar dos esforços envidados, o algodão herbáceo não foi introduzido àquela época. As tentativas de produzi-lo aqui fracassaram.

"A planta cresceu até palmo e meio, pouco mais ou menos e, imediatamente que dá o capulho seca, ficando inútil para outra produção, o que assim não acontece com o algodoeiro deste país, cujo arbusto cresce até grande altura, continuando a dar frutos, com o benefício somente de serem cortadas as vergonetas antigas", diz informação da época^{12/}.

^{11/}. HOLANDA, Sérgio B., op. cit. p. 283.

^{12/}. Id. Ibid., p. 285.

Somente com a Guerra de Secessão dos Estados Unidos - 1865-1870 - , quando se abriu novo espaço para a exportação brasileira, começou a ser plantado o algodão herbáceo ao mesmo tempo em que foram importadas novas máquinas, se serra, apropriadas para as fibras curtas. Mesmo assim, o peso da tradição fez com que muitos agricultores tratassem a nova variedade como se fosse a da terra, procurando prolongar o tempo de sua produção.

No período de 1821 a 1823, o algodão esteve no primeiro lugar das exportações brasileiras, representando 25,8% delas. Cinquenta anos mais tarde, o algodão e o açúcar, juntos, representavam apenas 28,9% das exportações.

A concorrência norte-americana, que o Brasil não teve condições de enfrentar, e a redução dos preços mundiais em um terço, pela metade do século^{13/} , segundo Celso Furtado, tornou a rentabilidade do negócio algodoeiro extremamente baixa e, com exceção do período da Guerra de Secessão - ainda segundo Celso Furtado - sua produção foi complementar à economia de subsistência. Esta afirmação só se confirma para o município de Campina Grande em relação aos menores proprietários.

Durante todo o século passado, o plantio do algodão foi aumentando na Província. Na segunda década do século, o algodão passou para o segundo lugar na lista das exportações da Paraíba e em 1850 superou o açúcar na pauta das exportações provinciais, assim se mantendo até o final do século, salvo breve período, de 1857 a 1860.

Apesar de excelentes períodos de safra do algodão, como os de 1851-1856 e 1861-1868, e do aumento do volume das exportações, os problemas que a economia algodoeira enfrentou foram sempre os mesmos, devido, principalmente, à sua subordinação ao mercado externo.

^{13/}. FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, SP, CEN, 1968. p. 123.

A safra de 1850-1851 foi considerada excelente:

"29.667 sacas entraram no mercado desta cidade, fora o que foi para Pernambuco e o que ainda está armazenado no centro da Província. ... (mas) os preços deste gênero, o mais importante de nossa agricultura, têm sido tão baixos, de janeiro para cá, ... que os negociantes têm tido prejuizos nas compras feitas e os plantadores não querem vender o resto de suas safras" 14/.

Segundo o mesmo Relatório, "algodão e açúcar constituem quase todo o objeto da agricultura da Província".

Em 1855, a colheita do algodão excedeu a de todos os anos. Mas, outra vez, "os preços muito baixos destrõem as esperanças dos produtores" 15/.

A queda do preço do algodão, de 1859 a 1861, e a alta do preço do açúcar, no mesmo período, teve grande significado para o tipo de organização produtiva da lavoura algodoeira. Com a subida do preço do açúcar, muitos dos maiores proprietários deslocaram-se exclusivamente para ele.

"O algodão foi abandonado a pequenos proprietários, os que só contavam com o vigor de seus braços. Pode-se chamar o algodão de pequena cultura"

16/

Para Leitão da Cunha foi por este motivo que, apesar da baixa dos preços do algodão e da exiguidade de sua produção "o algarismo de sua exportação não tenha decrescido". O Presidente da Província nota ainda que:

"pela facilidade e barateza de sua cultura, deve-se dar a maior atenção à cultura algodoeira, pois sendo cultura isolada e mais adaptada a

14/. Relatório do Presidente da Província Sá e Albuquerque, 1851, p.18.

15/. Relatório do Presidente da Província Paes Barreto, 1855, p. 24.

16/. Relatório do Presidente da Província Leitão da Cunha, 1859, p.25/26.

braços livres, sofrerá pouco com a diminuição do braço escravo" 17/.

Se isso é verdade, não quer dizer que, na região, o algodão tenha se tornado complementar à agricultura de subsistência, pois continuou a ser plantado pelos grandes proprietários, com mão-de-obra escrava.

O preparo do terreno para o plantio do algodão era feito da mesma forma que para toda a lavoura do Brasil, desde os primeiros tempos da colônia: derrubada da mata, queima e limpeza do terreno do resto do mato mal queimado. A cultura do algodão arbóreo é relativamente simples: depois de semeado, só necessita de duas ou três limpas por ano, feitas à enxada 18/. A cultura do algodoeiro, além de fácil e pouco dispendiosa, não tem maiores exigências quanto ao solo. A distribuição das chuvas sim, é da maior importância para o cultivo, e a região de Campina Grande oferecia excelentes condições físicas para a cultura do algodão.

"A planta vegeta admiravelmente sob temperaturas médias, de 20 a 21° C, em altitudes médias, e para o amadurecimento das cápsulas é ideal a temperatura de 26°C. São particularmente fecundas as chuvas moderadas que tombam mansamente, em intervalos, para proporcionar a umidade necessária na época da semeadura e do crescimento. A estação que se seca lhe é propícia no período da florada, e a ausência de pluviosidade condição fundamental para a boa colheita" 19/.

17/. Id. Ibid, p. 25/26.

18/. GAIOSO, citado por CANABRAVA, Alice, "A Grande Propriedade Rural", in. HOLANDA, Sérgio B. (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, T.I, Brasil Colônia Livro 2, p. 203.

19/. Id., *A Grande Lavoura*, In. Id. Ibid., T.II, Livro 4, p. 111.

O algodão começou a ser cultivado em terras virgens, mas é cultura que em pouco tempo esgota o solo. Por isso, em 1861, o Presidente da Província, Luiz Antônio da Silva Nunes dizia que:

"Poucas são as matas virgens em bom estado, na Província. Não sendo da mais abundante de matas, com o plantio do algodão, que antes se fazia em grande escala, estragaram-se as matas, pois os agricultores, enquanto encontravam terrenos virgens, e portanto, de admirável produção, não cultivavam outro terreno" 20/.

Além da destruição das matas, a queimada do solo era combatida sem êxito pela presidência da Província. Em 1847, o Presidente Carneiro de Campos enviou o engenheiro Francisco Pereira da Silva para fazer um levantamento da situação econômica da Província, logo depois da grande seca de 1844-1845. Em sua Memória, Pereira da Silva fala com destaque das matas destruídas pelo fogo dos roçados, em Campina Grande:

"Grande parte dos males que sofre esta Província deve ser atribuída às queimadas e corte de matas e árvores, feitos pelos senhores agricultores, nas margens de rios e açudes" 21/.

As principais regiões de cultivo do algodão, no município, em todo o período, foram: Fagundes, com destaque; a seguir, áreas de Campina Grande próximas a Fagundes e Massaranduba, e o atual município de Alagoa Seca, tanto em direção ao Brejo como a Pocinhos.

Agrupamos os dados sobre o algodão de acordo com os períodos de sua maior ou menor exportação pela Província: de 1840 a

20/. Relatório do Presidente da Província, Silva Nunes, 1884. p. 11.

21/. Memória da Viagem que em cumprimento da ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Frederico Carneiro de Campos, Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Presidente desta Província, fez o Segundo Tenente Francisco Pereira da Silva, desde esta cidade até o Município de São João, em 1847, No R.P.P. Carneiro de Campos, 1847, p.17 e seguintes.

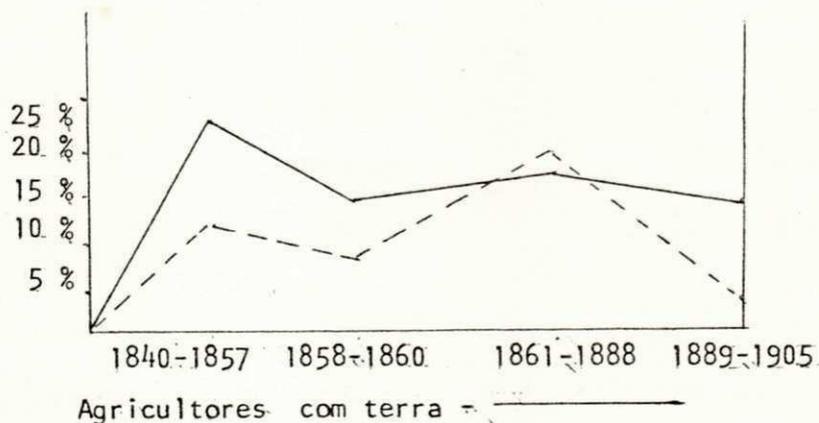
1857 - época de contínuo ascenso; 1858 a 1860 - queda da exportação (e dos preços); 1861 a 1888 - recuperação e manutenção do primeiro lugar nas exportações, apesar da crise dos anos 70. A partir de 1889, a situação manteve-se a mesma; fizemos o corte, escolhendo como critério a abolição da escravatura.

No período de 1840 a 1857, o algodão esteve mais concentrado. Só o encontramos em Fagundes e regiões mais próximas a este município (Quati, serra João Gonçalves, Tanques, Jacu, Salgado, Pau Ferro, etc), nos limites com a Vila de Campina Grande e o atual Massaranduba; no atual município de Campina Grande, em Candeias, Volta Grande e Logradouro; em Alagoa Seca, na direção do Brejo: Campinotes, Pedra d'Água, Imbira, Mulungu, Guararema e Canoas. São as melhores terras do Agreste.

No período da queda do algodão, as indicações de localização que encontramos se restringem às áreas de Fagundes, Cardoso e Marinho. A partir da crise de 1858-1860, o cultivo do algodão se espalhou, atingindo terras de menor fertilidade, como as do Cariri, onde, de preferência, encontramos as propriedades agrícolas de menor valor. Cresceu também o número dos que cultivavam o algodão, mesmo daqueles que não tinham terra.

GRAFICO I

Porcentagem de cultivadores de algodão - com e sem terra -, no município de Campina Grande - 1840-1905



Agricultores com terra - —————

Agricultores sem terra - - - - -

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

De 1840 a 1857, o cultivo do algodão esteve bastante con- centrado em mãos dos grandes proprietários, cuja maioria tinha mais de um conto de réis de bens: 70% mais de 1:500\$000 e, o que é mais expressivo, 25% mais de 10:000\$000, uma fortuna para a época. Depois de 1858, a cultura se "democratizou", em termos de se ampliar entre pequenos e médios agricultores, mas o principal da produção continuou concentrado nas mãos dos maiores pro- prietários. Ao mesmo tempo que a cultura do algodoeiro se espalhou, foi aumentando a dependência dos menores cultivadores para com os grandes proprietários. Estes não só tinham as maiores plantações e grande número de escravos, como foram os únicos a poder introduzir aperfeiçoamentos técnicos e máquinas de benefi- ar o algodão, sendo possuidores ainda de armazéns e casas de co- mércio do produto.

↳ Diminuiu também, à medida em que se ampliou a cultura al godoeira, o número de agricultores que trabalhavam com escravos. De 1840 a 1857, 85% dos cultivadores de algodão possuíam escravos; a porcentagem caiu para 67% dentre 1858-1860, e para 48% , entre 1861 e 1888. Para os que cultivavam algodão em terra alheia, no período de 1840 a 1857 todos tinham escravos; de 1861 a 1888, somente 46%.

Este fato se deu principalmente pela redução e encarecimento da mão-de-obra escrava, mas os grandes produtores não parecem ter sido afetados, pois o número de seus escravos não diminuiu.

Não encontramos nenhum proprietário cuja atividade fosse exclusivamente o cultivo do algodão. Ele aparece sempre com outra lavoura ou com o gado. Para Alice Canabrava,

"...o algodão herbáceo oferece a vantagem de com- partilhar com as culturas de subsistência os terrenos que vinha a ocupar. Os grandes proprietários de fazendas de gado sentiam-se logo atraídos

pela renda adicional que o novo plantio lhes vinha proporcionar, e contavam ainda com a rama para alimentar o gado" 22/.

No entanto, encontramos já em 1840, grandes plantadores de algodão que, mesmo que sua atividade principal fosse o gado, não tinham o algodão apenas como um adicional, e a quantidade de escravos existentes nesta lavoura mostra isso. Mesmo tendo sido adotado por aqueles que já eram grandes criadores, o algodão passou a ser atividade pelo menos tão importante quanto a pecuária.

Em relação ao cultivo, o arbóreo também era cultivado com outras plantas. O Padre João Daniel, escrevendo em 1754, sobre a agricultura no Amazonas, dizia que "por entre a mandioca planta-se o milho grão e o algodão" 23/. Em Campina Grande, antes da introdução do herbáceo, que só se deu na década de 60, isto também ocorreu.

Levando em conta somente as atividades agrícolas, foi mais ou menos a mesma a proporção em que se plantou o algodão, sozinho ou consorciado (com exceção do período de retração do cultivo, de 1858 a 1860).

QUADRO I

Porcentagem em que se plantou o algodão sozinho ou consorciado, considerando o total dos plantadores inventariados, possuísem ou não terras próprias

Município de Campina Grande, 1840-1905

ANOS	SÓ ALGODÃO	ALGODÃO CONSORCIADO
1840-1857	47	53
1858-1860	83,5	16,5
1861-1888	57	43
1889-1905	50	50

Fonte: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

22/. CANABRAVA, A. *A Grande Propriedade Rural* ... p. 213/214.

23/. DANIEL, João, *Tesouro Descoberto no Amazonas*, 2 v., Rio; Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, 1976, 2º vol., p. 10.

Para os que trabalhavam a terra alheia, o plantio do algodão em consórcio foi crescendo, até tornar-se total, ao contrário do que aconteceu com os que trabalhavam em terra própria.

QUADRO II

Cultura do algodão consorciado entre os inventariados possuidores ou não de terras (em porcentagem). Campina Grande, 1840-1905.

ANOS	EM TERRA PRÓPRIA	EM TERRA ALHEIA
1840-1857	75	25
1858-1860	100,0 (b)
1861-1888	36,5	63,5
1889-1905 (a)	100,0

(a) - Todos os inventariados donos de terras que cultivavam o algodão, neste período, dedicavam-se somente a ele, não tendo aparecido nenhum caso de consórcio.

(b) - Não foi, no período, inventariado nenhum cultivador de algodão em terra alheia.

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

O quadro confirma a importância que adquiriu a cultura do algodão para os proprietários de terra.

Em relação ao gado, o consórcio com o algodão era praticamente total, tanto para os proprietários de terra quanto para os que não a possuíam.

QUADRO III

Cultivadores de algodão e pecuaristas (porcentagem em relação a cada grupo)
Município de Campina Grande - 1840-1905

ANOS	PROPRIETÁRIOS DE TERRAS	CULTIVADORES SEM TERRA
1840-1857	97	100,0
1858-1860	83,5
1861-1888	93	91
1889-1905	96	100,0

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

As culturas consorciadas com o algodão foram praticamente as mesmas, independentemente do período ou do valor das terras e dos bens totais:

QUADRO IV

Proporção em que aparecem outras culturas consorciadas com o algodão, no Município de Campina Grande - 1840-1905

PRODUTOS	PORCENTAGEM
Mandioca	56
Mandioca e milho	9,5
Mandioca, milho e feijão	8
Milho	5,5
Frutas	5,5
Milho e feijão	4
Mandioca e Cana	4
Milho e fumo	1,5
Cafê	1,5
Mandioca e café	1,5
Cana	1,5
Arroz	1,5

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Outros produtos agrícolas

Em relação aos produtos alimentares, voltamos a trabalhar com a periodização estabelecida anteriormente (1840-1852, 1854 - 1888, 1889-1905), uma vez que tais produtos, voltados para o mercado interno, não passaram pelas alterações de preço, de retração ou ampliação de cultivos por que passou o algodão. Quanto aos produtos básicos de subsistência, as modificações sofridas foram o aumento do cultivo de árvores frutíferas e a introdução do café, este em pequena escala, e somente no final do período.

A esmagadora maioria dos inventariados possuidores de terra estava ligada à agricultura. Era a seguinte a atividade deles

QUADRO V

Atividade dos proprietários de terra inventariados no Município de Campina Grande - 1840-1905

ATIVIDADE	Nº de PROPRIETÁRIOS	PORCENTAGEM
Agricultura e criação	557	79,5
Só agricultura	121	17
Só criação	21	3
Só comércio	2	0,5
TOTAL	701	100,0

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

96,5% dos proprietários de terra estavam ligados à agricultura. Mas, como já assinalamos anteriormente, se há indicação de que são agricultores, o mesmo não ocorre em relação ao tipo de lavoura a que se dedicavam. Só temos indicação do que era produzido para 72% do total dos agricultores: no período de 1840 a 1852, temos especificação para 57,5% das lavouras; entre 1854 e 1888, para 72,5%, e de 1889 a 1905, para 76% delas.

Considerando os dados percentuais que possuímos para cada período, montamos o quadro Nº 6 (página 95).

Levando em conta que a mandioca está presente na cultura de alimentos em cerca de 95% dos casos, e no consórcio com o algodão em cerca de 80%, vemos que o peso desta cultura na região foi enorme.

Da mesma forma que o algodão, a mandioca era conhecida pelos índios, que a cultivavam muito antes do descobrimento. Os portugueses habituaram-se a seu consumo, "o pão da terra", no dizer de vários cronistas dos primeiros tempos da colonização. Os índios a chamavam CARIMÃ e a usavam de diferentes formas, conhecidas até hoje na região. A principal delas era a farinha, chamada pelos nativos de "farinha de guerra".

QUADRO VI

Número e porcentagem dos agricultores proprietários de terra inventariados no Município de Campina Grande, de 1840 a 1905, segundo o tipo de suas lavouras.

PRODUTOS CULTIVADOS	1840-1852		1854-1888		1889-1905		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Milho, feijão, mandioca e frutas	16	18,5	127	32,5	72	32,5	215	30,5
Algodão consorciado	9	10,5	30	7,5	12	5,5	51	7,5
Mandioca para farinha	11	12,5	75	19	55	25	141	20
Só algodão	9	10,5	43	11	15	7	67	9,5
Cana	3	3,5	10	2,5	4	2	17	2,5
Fumo	2	2	1	0,5	2	1	5	0,8
Café	-	---	---	---	7	3	7	1
Sem indicação	37	42,5	108	27	53	24	198	28,2
TOTAL	87	100,0	394	100,0	220	100,0	701	100,0
PORCENTAGEM DOS QUE TINHAM GADO		95,5		90		77		

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

"Farinha de guerra se diz porque o gentio do Brasil costuma chamar-lhe assim pela sua lingua, porque quando determinam de ir a fazer a seus contrários algumas jornadas fora de suas casas, se provêm desta farinha, que levam às costas ensacada... Desta farinha usam os portugueses que não têm roça e os que estão fora dela, na cidade, com que sustentam seus criados e escravos, e nos engenhos se provêm dela, para sustentarem a gente em tempo de necessidade, e os navios que vêm do Brasil, para estes reinos não têm outro remédio de manutenção para se sustentar a gente até Portugal, senão as farinhas de guerra" 24/.

Tanto o plantio da mandioca como a fabricação da farinha sofreram muito poucas transformações no século XIX. Planta

24/. SOUZA, Gabriel Soares, po. cit., p. 178.

va-se a raiz em montículos, depois da capina do terreno. A colheita se fazia no fim de um ano, sem que a lavoura exigisse muitos cuidados. Para a fabricação da farinha, depois de descascada a raiz, esta era ralada, por meio de uma roda com duas manivelas, espremida com uma prensa tosca (de madeira, geralmente), o pó era peneirado e aquecido ao forno^{25/}.

As áreas de cultura de subsistência foram ganhando terreno na economia local através do cultivo da mandioca. Esse tipo de agricultura, desde o início, não teve só a função de garantir o auto-consumo dos primeiros criadores que ocuparam o território. Pela localização geográfica de Campina Grande, esta tornou-se, desde cedo, ponto de parada dos que para aqui traziam seu gado, vindos do sertão do Cariri e às vezes mesmo do interior do Ceará, do Piauí e do Maranhão, fazendo a ligação destas regiões com o Brejo e o litoral paraibano. Isto criou condições para o surgimento de um pequeno comércio de rapadura e principalmente de farinha, que abastecia tropeiros e boiadeiros do interior.

O cultivo da mandioca para a comercialização era feito tanto em terras de grandes proprietários, como por possuidores de pequenas parcelas de terra, e foi este cultivo que ampliou o espaço agrícola da região.

Segundo Epaminondas Câmara, o travessão agrícola (limite de áreas agrícolas e de criação) estava inicialmente localizado entre Campina Grande e Fagundes (ao sul), sendo as terras do Agreste Baixo de Fagundes destinadas à agricultura e as do Agreste Campinense à criação. Ao norte, o travessão agrícola, que antes de 1850 limitava a agricultura às terras de Oiti,

^{25/}. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História Politico-Administrativa da Agricultura Brasileira, 1808-1889*, Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, s/d. Ver ainda LINHARES, Maria Yedda e SILVA, F. T. da, op. cit.

Alagoa Seca e Lagoa da Roça, foi sendo deslocado para oeste , até atingir Pocinhos, por volta de 1850 - Lagoa Salgada, Mares Pretos e Bravo. Para o mesmo autor, a agricultura, através do cultivo da mandioca para o comércio da farinha, empurrou as fazendas de gado mais para oeste.

"Aparentemente, a lavoura vence a criação. Mas não foi por preferência pela agricultura que ocorreu. Os moradores não iam abandonar o curral, que dava menos trabalho e mais lucro, pelo roçado, a não ser pelas condições geográficas e de clima. A lavoura não venceu a criação, o homem é que foi vencido pelas circunstâncias ambientais. O Agreste não tem água, o terreno é silicoso e de grande infiltração; impróprio para conservar forragens para o rebanho, presta-se bem para o cultivo de euforbiáceas e solanáceas. Daí o plantio da mandioca e do tabaco - principal fonte de receita da zona" 26/.

É verdade que algumas das maiores fazendas de gado de proprietários campinenses estavam localizadas no Cariri, mas toda a região do município possuía propriedades, de diferentes valores, para criação de gado. A explicação a partir do meio ambiente não nos parece correta, pois não há nada que comprove ser a vegetação do Cariri melhor para o gado do que a do Agreste. Para nós, a ocupação de maior espaço agrícola ocorreu pelas possibilidades de comercialização da farinha, possibilidades que se abriram, desde o início, para médios e pequenos proprietários.

Não encontramos dados sobre o volume da produção do município. Nos Relatórios da Presidência da Província, poucas vezes a produção dos municípios do interior é detalhada. Sobre Campina Grande, o único dado encontrado é de 1861, quando Silva Nunes arrolou os principais produtos do município; gado, al

26/. CÂMARA, Epaminondas, op. cit., p. 20

godão, mandioca, milho e cana. Deu também a indicação de dois engenhos de açúcar, movidos por animais (sem indicação de localização, área ou nome dos proprietários):

	ENGENHO A	ENGENHO B
escravos	14	10
trabalhadores livres	16	18
bois	20	12
bestas	40	21
produção	1.000 pães	1.000 pães
valor	8:000\$000	3:000\$000 <u>27/</u>

Dois aspectos chamam nossa atenção. O primeiro (sendo praticamente igual o número de trabalhadores) é a importância dos animais de tração, e o segundo, a maior quantidade de trabalhadores livres do que escravos, já em 1861.

O Gado

Dos 853 inventariados, 84% possuíam gado (717), sendo 87% dos proprietários de terra e 72% dos sem terra. Estes dados cobrem todo o período pesquisado. Notamos, entretanto, que no período posterior à Abolição, a porcentagem dos criadores de gado caiu em pouco mais de 10%. É interessante observar que esta queda se deu exclusivamente entre os proprietários de terra, mantendo-se a mesma proporção para os que não a possuíam. Este dado, a que voltaremos mais tarde, é indicativo do desaparecimento de inúmeros pequenos proprietários. O quadro VII (página 99) ilustra a questão:

27/. Relatório do Presidente da Província Silva Nunes, 1861, p. 12.
Silva Nunes apenas explicita que são "dois pequenos engenhos".

QUADRO VII

Porcentagem dos criadores de gado (sobre o total dos inventariados) no Município de Campina Grande - 1840-1905.

ANOS	COM TERRA	SEM TERRA	TOTAL
1840-1852	74	13,5	87,5
1854-1888	74,5	12,5	87
1889-1905	64	13	77

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

É por demais conhecida a importância do gado para a região, cujo povoamento se deveu justamente à instalação dos chamados "curraleiros". Sendo inicialmente uma economia subsidiária à do açúcar, no fornecimento de carne e animais de tiro para a área canavieira, as fazendas de gado foram se interiorizando, obrigadas a isso, por um lado, pelas Cartas Régias que determinavam seu afastamento do litoral e, por outro, pela subida do gado pelo sertão baiano a dentro, graças à abundância de terras e facilidades em ocupá-las.

No Nordeste, com a retração da economia açucareira, a pecuária se intensificou, pois permitiu que para ela se voltasse a população que não tinha alternativas de trabalho na área açucareira. Como aponta Celso Furtado, foi a pecuária que permitiu que ocorresse, em épocas de crise do açúcar, um aumento populacional na região^{28/}.

A pecuária ganha uma importância ainda maior se levarmos em conta seu papel no abastecimento do mercado interno e o espaço que abriu para relações de trabalho não escravistas^{29/},

^{28/}FURTADO, CELSO, op. cit. p.153.

^{29/}. A questão, hoje, é discutida por vários autores.

além de ter ocupado o terceiro lugar na pauta das exportações da Província, como de sua importância para toda a economia do Nordeste.

" Para que se faça justo conceito das boiadas , que se tirão cada anno dos curraes do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarção para qualquer parte, vão encourados. E sendo cada hum de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada anno pelo menos, vinte e cinco mil arrobas, e os das Alagôas de Pernambuco, duas mil e quinhentas arrobas; bem se vê quantas rezes são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos" 30/.

A carne, o leite e o queijo eram produtos básicos na alimentação da região, e o couro muito usado para o vestuário e outras utilidades. A importância dos animais de tração para os engenhos, lavradores de cana, de fumo e de mandioca já foi bastante destacada por diversos autores.

Para a região de Campina Grande o gado teve uma dupla importância. Além de terem sido poucos os que não estavam ligados à pecuária, o comércio desenvolvido no município esteve em função tanto do trânsito das boiadas do sertão, como da feira de gado a que aqui se realizava semanalmente.

O gado da região era principalmente vacum. Foram inventariadas, no período, 33.982 cabeças de gado: 68% de gado vacum, 15% de gado muar e cavalari e 17% de gado ovino e caprino. Os possuidores de terra detinham, respectivamente, 96%, 93,5% e 92% do total de cada espécie.

30/. ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do BRASIL por suas Drogas e Minas*, Rio, IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963, p. 96.

QUADRO VIII

Quantidade de cabeças de gado inventariadas no Município de Campina Grande
1840-1905

TIPO DE GADO	PROPRIETÁRIOS DE GADO COM TERRA		PROPRIETÁRIOS DE GADO SEM TERRA		TOTAL	
	Nº DE CA BEÇAS	%	Nº DE CA BEÇAS	%	Nº DE CA BEÇAS	%
Vacum	22.111	96	988	4	23.099	68
Cavalar/muar	4.718	93,5	327	6,5	5.045	15
Ovino/caprino	5.389	92	449	8	5.838	17
TOTAL	32.218	95	1.764	5	33.982	100,0

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Mais de 50% dos possuidores de gado que não tinham terra não chegavam a ter 10 cabeças de gado e somente 6,5% possuíam de 30 a 100 cabeças. Nenhum deles mais de 100.

QUADRO IX

Porcentagem dos proprietários de gado segundo o número de cabeças possuídas
Município de Campina Grande, 1840-1905

Nº DE CABEÇAS DE GADO	PROPRIETÁRIOS DE TERRA	CRIDORES SEM TERRA
1 cabeça	7	11
de 2 a 5	16,5	27,5
de 6 a 10	16,5	17,5
de 11 a 20	19,5	23,5
de 21 a 30	12	13
de 31 a 50	11	3,5
de 51 a 100	8,5	3
de 101 a 200	4
de 201 a 300	1,5
de 301 a 400	1
de 401 a 500	0,1
de 501 a 750	0,2
de 751 a 1.000	0,5
mais de 1.000	0,2
são ovinos e caprinos	1,5	1

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina grande.

É bastante expressiva a concentração do gado: 82,5% dos proprietários de terra possuíam até 50 cabeças de gado, enquanto que 0,9% eram donos dos maiores rebanhos (mais de 500 cabeças). Estes mesmos 0,9% detinham 20% de todo o gado da região, sendo que 0,5% deles, 9% do gado do município. A grande dispersão do gado, expressa nos pequenos rebanhos, confirma a concentração. Não só, como já vimos, 82,5% dos proprietários não possuíam mais de 50 cabeças de gado, como 40% deles tinham até 10 cabeças de gado, apenas.

O gado era usado, em boa proporção, para corte. Consideramos que são aqueles que possuíam uma cabeça de gado - 7% dos proprietários de terra - a tinham para auto-abastecimento de leite ou para transporte^{31/}. A partir de duas cabeças já se pode supor a venda de seus produtos e, a partir de seis, dá-la como certa. Assim, pelo menos de 78 a 80% dos possuidores de gado o tinha para alguma forma de comercialização.

Os dados dos inventários não nos permitem saber o tipo de comercialização, e tivemos que recorrer a dados indiretos e a informações de atuais descendentes de grandes criadores da época.

Sabe-se que as exportações de couros tiveram uma importância bem maior do que a expressa nos relatórios provinciais, pois boa parte dos couros saía da província sem passar pelos controles oficiais.

Havia curtumes em Campina Grande, mas os inventários não falam deles. Exportavam-se couros curtidos (solas, camurças, antas, pelicas), solas de atanado (curtidas e mais firmes), e principalmente o couro em cabelo, e couro bruto já salgado. Nos Re-

^{31/}. Não levamos em conta os que não tinham terra. O número de suas cabeças de gado era muito pequeno - 5% do total - , além de haver entre elas muito gado miúdo. Os que tinham maiores rebanhos eram tão poucos, que seu número torna-se desprezível, na porcentagem geral.

latórios de Presidentes da Província temos dados sobre a exportação de couros da Paraíba, mas sem especificação da quota de cada município.

Não há qualquer indício de comercialização de leite, manteiga ou queijo. Estes produtos parecem ter sido fabricados em pequenas indústrias domésticas, exclusivamente para auto-consumo. Nas épocas de boas pastagens, "no inverno", quando a produção do leite era maior, procedia-se ao fabrico do queijo - coalho ou manteiga - que era armazenado para os períodos mais secos, de menor produção leiteira. Também se fabricava a "manteiga da terra" (conhecida hoje como "de garrafa" ou "de gado), assim chamada para diferenciá-la da manteiga "do reino", importada. Como o número de possuidores de gado era grande, e a indústria doméstica do queijo e da manteiga bastante simples, parece não ter havido mercado para tais produtos^{32/}.

Para alguns períodos encontramos, nos Relatórios de Presidentes da Província, dados referentes à Campina Grande sobre o dízimo do gado e sobre o imposto cobrado por cabeça de gado abatida para consumo. Mas, por serem poucos, tais dados não permitem a montagem de um quadro geral. Além do mais, não são dados confiáveis, pois escondia-se muito gado para fugir ao pagamento dos impostos. Nas estatísticas oficiais de que dispomos, tanto em termos absolutos quanto relativos, era mínima a contribuição de Campina Grande nos impostos do gado, o que está em absoluta discordância com o tamanho do rebanho da região^{33/}. Geralmente o criador

"tem seu gado solto nos campos, perdido nos bosques,

^{32/} Informação dada pelo Professor Dr. Antônio Silveira.

^{33/} No dízimo do gado Campina Grande contribuiu nos rendimentos provinciais com 1,3%, em 1859; 8,3%, em 1861, voltando a 1,3% em 1869. No imposto de 2\$000 por cabeça de gado abatida para consumo, a contribuição foi de 2% em 1859; 2,8% em 1861; 3,2% em 1862 e de 6,7% em 1869. Fizemos as porcentagens baseados nos R.P.P. Leitão da Cunha (1859), Araújo Lima (1861 e 1862) e Oliveira Lisboa (1869).



que de Holanda isto ocorreu, provavelmente, em virtude do mau resultado no Brasil do uso inicialmente de máquinas muito pesadas, puxadas por 10 ou mais bois, que raspavam o fundo do solo. A prevenção contra o arado só começou a diminuir, no país, quando imigrantes norte-americanos, que para aqui vieram no período da Guerra de Secessão, trouxeram o arado usado na lavoura algodoeira do sul dos Estados Unidos - arado leve, que precisava apenas de um homem ou de um animal para todas as suas operações^{44/}.

Mas isso ocorreu no Sul. No Nordeste o arado começou a ser utilizado nas plantações de cana de Pernambuco. Em 1852, Sá e Albuquerque mandou vir de lá um arado e um prático, mas também para a área da cana, na Província. A experiência não deu bom resultado:

" A tentativa de vulgarizar o arado não teve aceitação, pela qualidade da terra ou por hábitos formados; não se procura substituir pelo arado o braço escravo. Quando estes faltarem, ou estiverem mais escassos, então a necessidade determinará o progresso, que um bom cálculo já agora aconselharia"^{45/}.

Mas, como diz Ester Boserup, não é a ignorância a principal causa do emprego de métodos extensivos: há, da parte do produtor, uma comparação bastante racional entre o trabalho adicional necessário e a respectiva melhoria da produção^{46/}.

Em 1858, Beaurapaire Rohan organizou um questionário, para a serra do Teixeira, onde pretendia introduzir o cultivo do trigo, e a questão: "de que instrumentos se servem os lavradores

^{44/}, HOLANDA; Sérgio B., op. cit., p. 44.

^{45/}, R.P.P. Bandeira de Mello, 1854, p. 28.

^{46/}, BOSERUP, Ester, op. cit. p.49.

res?" obteve a seguinte resposta:

"O único instrumento de que aqui há conhecimento, em toda e qualquer plantação, é a enxada; o arado seria aqui tão apreciado como a estrada de ferro em Pernambuco, sua introdução de imensa utilidade" 47/

Para saber do nível técnico empregado na economia agro-pecuária do município de Campina Grande, no que diz respeito aos instrumentos de trabalho, tomamos como indicadores a quantidade de propriedades com benfeitorias, os instrumentos de trabalho inventariados, as casas de farinha e os estabelecimentos rurais existentes.

Não temos indicações concretas sobre os sistemas de pousio. Parece ser que até 1850, a quantidade de terra disponível permitiu a expansão das áreas cultivadas, e é possível que até então se usasse o pousio longo. Em 1850, Epaminondas Câmara dizia, confirmando os Relatórios da Presidência da Província, que

"uma nova organização agrária aproveitou todos os terrenos e as matas desapareceram, empobrecendo muito o lavrador" 48/.

Seguramente, porque acabaram-se então as possibilidades do uso de terras comunais, complementares à pequena economia agro-pecuária, em especial para a soltura do gado.

O adubo que se usava era o natural, do gado que quase todos possuíam. Sobre a seleção de plantas, cruzamentos, enxertos e novas sementes, só temos notícia da introdução do algodão herbáceo, na década de 60.

Como benfeitorias, encontramos arrolados açudes, tanques, poços, cercados, currais e raramente estrebarias. Somente 49,5% dos inventários indicam benfeitorias, que se referem, principal

47/, R.P.P. Beaurapair e Rohan, 1858, p. 8 a 12.

48/, CÂMARA, Epaminondas, op. cit. p. 18.

mente, a açudes, tanques e poços. Como era de se esperar, o número dos que construíram benfeitorias em terra alheia foi desprezível - três, em todo o período. As benfeitorias ficariam pertencendo ao dono da terra, por contrato, e este era feito, em geral, por três anos, período bastante curto. Quanto aos moradores, não tinham qualquer condição de fazer melhorias nas terras em que trabalhavam.

Para os instrumentos de trabalho encontramos indicação nos ferros inventariados, entre os quais eram contados os instrumentos agrícolas: enxadas e pás (na quase totalidade), poucos machados e marcas de ferrar gado. Usavam-se também pedras de moer, instrumentos para o fabrico da farinha e bolandeiras simples de descaroçar algodão. Foi muito raro encontrar carros.

Só 24,5% do total dos proprietários de terra apresentam ferros inventariados. Além da porcentagem ser bastante pequena e inverossímil - chama a atenção que tal porcentagem tenha caído sensivelmente durante o período. De 1840 a 1852, foram inventariados ferros em 67% dos casos; de 1854 a 1888, somente 25,5% e de 1889 a 1905, apenas 5,5. A única explicação que temos para o fato é que, com o passar do tempo, os instrumentos mais simples foram perdendo seu valor inventariável. O mesmo ocorre para os que não possuíam terra: 48% de ferros inventariados no primeiro período, 11% no segundo e 2% no terceiro.

Encontramos apenas 14 pedras de moer e seis carros, quantidades muito pequenas para o número de proprietários, mas acreditamos que estes dados estejam próximos da realidade.

As indicações para os instrumentos de fabricar farinha e para o trato do algodão são muito mais completas, o que indica, mais uma vez, a importância econômica destes dois produtos para a região.

Para a farinha - Os que possuíam apenas instrumentos de fabricar farinha, sem a casa completa e, principalmente, sem o forno, eram muito poucos, 2,5% do total. Bem maior era o número dos que possuíam casas de farinha, em média 17,5%. A porcentagem aumentou durante o período, mostrando o crescimento do comércio interno;

de 1840 a 1852 - 10,5%

de 1854 a 1888 - 16 %

de 1889 a 1905 - 23 %

Para o algodão - Os inventários expressam bem o desenvolvimento da lavoura algodoeira no município e o aperfeiçoamento dos instrumentos usados no beneficiamento do produto.

As bolandeiras, instrumentos simples de descaroçar, têm uma porcentagem constante de seus possuidores - 6,5%. Isso indica que os pequenos proprietários, durante todo o período, não conseguiram qualquer melhoria no nível técnico do beneficiamento ao algodão. Ao compararmos estes dados, mais adiante, com o uso de máquinas de beneficiar mais aperfeiçoadas, veremos que o número destas, embora pequeno, cresceu, e depois se concentrou, estabelecendo uma clara diferenciação entre os plantadores de algodão;

a) grande quantidade de pequenos lavradores que vendiam sua produção sem beneficiamento;

b) lavradores que utilizavam instrumentos rústicos de descaroçar; as bolandeiras mais simples (os 6,5% a que nos referimos);

c) grandes proprietários que, além da lavoura, possuíam prensas de ensacar (3,5%), máquinas com serras (4%) e estabelecimentos completos de algodão - casas com bolandeiras mais aperfeiçoadas, prensas, máquinas de ensacar, armazéns - , que eram 3,3% do total dos inventariados.

A bolandeira é o descaroçador de algodão originário da Índia - a churka, que deve ter chegado ao Brasil através dos

portugueses, uma vez que, na Península Ibérica, os processos de tratamento do algodão eram os usados no Oriente, para lá levados pelos árabes^{49/}. Antes disso o descaroçamento era feito à mão, o que demandava trabalho insano. Mas,

"a necessidade, mestra de todas as artes, sugeriu o meio de descaroçar entre dois pequenos cilindros, dando a cada um deles um movimento oposto; (a) máquina é bem simples, ... o banquinho em que se assentam as pessoas que descaroçam; ... duas virgens, fixas no mesmo banco; ... dois cilindros horizontais, que se devem tocar em toda a sua extensão, ... (e que) devem ter de comprido um pé ou mais alguma coisa, e de diâmetro meia polegada mais ou menos; porém, quanto menos diâmetro tem, com mais facilidade mõi ou engole o algodão; eles estão sustentados nas suas extremidades, e cada um tem sua manivela em uma das extremidades, que é por onde se lhes comunica o movimento; é necessário duas pessoas para fazer trabalhar esta máquina: cada uma move um cilindro em sentido contrário, e uma das ditas pessoas aplica o algodão aos cilindros, que engolem a lã, e o caroço cai limpo do mesmo lado; (há) dois parafusos que servem de chegar os cilindros um ao outro, como a necessidade o exigir, por meio de umas almofadinhas, ou cunhas de pau, que sempre ali estão" ^{50/}.

Brandônio, em seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, refere-se especificamente a Pernambuco e à Paraíba, onde o algodão foi desde cedo usado no fabrico de tecidos rústicos, para vestimenta dos escravos. É aí que encontramos as primeiras referências a bolandeiras no Brasil.

49/. HOLANDA, Sérgio B., op. cit., p. 260.

50/. CÂMARA, Manuel Arruda da, *Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros Oferecida Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Negócios Ultramarinos...* no ano de 1797. In *Id. Obras Reunidas*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p. 150.

Fazendo a limpeza do algodão manualmente, uma pessoa descaroçava uma libra por dia (453 g.). Com a bolandeira, duas pessoas chegavam a limpar duas arrobas (30 kg.) ^{51/}.

A limpeza com a bolandeira não era perfeita, deixando muitas vezes passar a semente, que se misturava com a lã. O hábito de bater o algodão já descaroçado com longas varas, para acabar a limpeza, danificava muito as fibras, diminuindo seu valor comercial.

Segundo Alice Canabrava, as bolandeiras tiveram um primeiro aperfeiçoamento quando foram adaptadas a rodas à mão, ligadas ao aparelho por dois cordões de couro ou de matéria vegetal. No Maranhão, as grandes lavouras de algodão usaram bolandeiras puxadas por animais, à qual adaptavam vários descaroçadores ^{52/}.

No município de Campina Grande, distinguimos as bolandeiras mais aperfeiçoadas pelo preço. Num mesmo ano, temos bolandeiras avaliadas em 6\$000 e outras em 200\$000.

Tanto as prensas de ensacar como as máquinas são poucas, e concentradas em mãos dos maiores proprietários. Já temos referências a máquinas em 1850, mas até 1852 sua proporção foi bem pequena ~ 2%. Nos períodos subsequentes, a proporção aumentou : para 4% e 5% respectivamente.

Se as novas máquinas custaram a se impor, isso não se deveu a hábitos conservadores dos proprietários que poderiam pagar por elas. Até que o algodão herbáceo fosse introduzido, na década de 60, os métodos tradicionais do uso das bolandeiras predominaram porque o sistema de serras circulares das novas máquinas estragava o algodão de fibra longa (o arbóreo). É que

^{51/} Com a saw-gin, descaroçavam-se 453 kg. no mesmo tempo em que um escravo levaria para limpar pouco mais de dois quilos. Ver HOLANDA, S.B., op. cit., p.270.

^{52/} CANABRAVA, Alice, op. cit. p.213-214.

tais máquinas haviam sido planejadas para o algodão herbáceo, de fibra curta. Mesmo assim, nota-se, da parte dos maiores proprietários, sensíveis aperfeiçoamentos nas bolandeiras.

No primeiro período do auge do algodão, de 1840 a 1857,^{53/} encontramos 32 proprietários de terra ligados a seu cultivo. Destes, a única indicação precisa de máquinas é de 1852, no inventário de João Pereira de Araújo, que possuía casa com bolandeira e máquina de descarregar, avaliada em 600\$000.

Seguramente existiam bolandeiras bem mais aperfeiçoadas do que as rústicas tradicionais, pois para a indicação "bolandeira" temos preços que variam de 6\$000 (em 1842), a de 8\$000 a 14\$000 (em 1856), ao mesmo tempo em que sob a mesma rubrica de "bolandeira", a da viúva de José Nunes Vianna foi avaliada em 200\$000, em 1852. Temos dúvidas, por isso, de identificar a "máquina de descarregar algodão", no inventário de Francisco de Mendonça Furtado avaliada em 70\$000, em 1840, como máquina mesmo ou bolandeira mais aperfeiçoada.

Neste primeiro período, seis proprietários possuíam casas para beneficiar o algodão. Além do citado João Pereira de Araújo, Francisco de Mendonça Furtado, José André Pereira de Albuquerque (1855) e João de Deus de Souza (1856) possuíam casas com bolandeiras, avaliadas em 100\$000 e 200\$000 respectivamente. Luiz José de Menezes (1856) e Francisco Regis (1857) tiveram suas casas com prensas de algodão avaliadas em 50\$000 e 55\$000 cada uma.

De 1858 a 1860 não encontramos nenhuma indicação de máquina. Apesar de ser um período de tempo muito curto e pouco expressivo, coincidiu com a grande queda dos preços internacionais do algodão e com a subida dos preços do açúcar.

De 1861 a 1888 aparecem 13 indicações precisas de máquinas.

^{53/}. Lembramos que nossa referência a períodos de auge do algodão diz respeito ao volume das exportações da Paraíba e não aos preços internacionais.

QUADRO X

Possuidores de máquinas de beneficiar algodão, inventariados no Município de Campina Grande - 1861-1888

ANO	NOME DO PROPRIETÁRIO	MÁQUINAS	PREÇO
1868	Joaquim Pereira da Cunha	maq.	80\$000
1869	João de Souza Oliveira	maq. 18 serreas	100\$000
1870	Vicente Ferreira de Souza	maq. e casa	300\$000
1870	Antônio Bandeira de Mello Cavalcanti	maq.	140\$000
1870	João Correia de Araújo	maq. 18 serras	200\$000
1871	Manoel Gomes Taveira de Mello	maq. e casa	800\$000
1873	José Francisco da Costa Agra	maq. e armazém	(a)
1874	Luiz José de França	maq. e casa	200\$000
1876	José Severino do Rego Pequeno	maq. 18 serras	80\$000
1877	Eufrásio de Arruda Câmara	maq. 18 serras	(b)
1878	Manuel Luiz de Farias	maq. 16 serras	(c)
1880	Vicente Correia de Quiroga	maq. 30 serras	200\$000
1888	Domingos José Rodrigues	maq. velha e casa	100\$000

a) No valor da propriedade avaliada em 7:000\$000.

b) Eufrásio de Arruda Câmara, que é também senhor do engenho "Serra das Cabas", entre as suas 17 propriedades possui o "Sítio Imbira", avaliado em 12:000\$000, em cuja avaliação conjunta estão uma bolandeira, uma prensa e a máquina com 18 serras. (O engenho, para fabrico de rapadura e açúcar, possuía uma floresta de cana e foi avaliado em 25:000\$000.)

c) A máquina de Manoel Luiz de Farias também foi avaliada no conjunto de sua propriedade (tinha duas), que recebeu o preço de 700\$000.

Vale lembrar que, em se tratando de inventários post mortem, as máquinas foram avaliadas na época indicada, mas, evidentemente, sua aquisição é sempre anterior.

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Além destes, possuíam casas com bolandeiras: Francisco Martins de Oliveira (1877, avaliada em 200\$000); Bento Gonçalves Pereira Luna (1879, avaliada em 525\$000); e o padre Santino Maciel Atayde (1882, avaliada em 1:000\$000).

Na época, o maior proprietário de algodão inventariado foi José Francisco da Costa Agra. Uma de suas propriedades, "Pau Fi-

no", avaliada em 7:000\$000, possuía armazém para algodão e máquina de prensar.

De 1889 a 1905, encontramos 10 máquinas inventariadas:

QUADRO XI

Possuidores de máquinas de beneficiar algodão, inventariados no Município de Campina Grande - 1889-1905

ANO	NOME DO PROPRIETÁRIO	MÁQUINAS	PREÇO
1889	Antônio Joaquim de Amorim	maq. e bolandeira	250\$000
1889	Manoel Casemiro Pereira	maq. e prensa	(a)
1890	Jerônimo Paz Barbosa	maq.	(b)
1890	Felipe Nery dos Santos	maq. 16 serras	100\$000
1893	Honorato da Costa Agra	maq.	(c)
1896	Matias Joca Ribeiro da Cunha	maq. 14 serras	(d)
1900	João Caval. Menezes de Albuquerque	maq. 20 serras e casa	1:500\$000
1900	Manoel Alves de Oliveira	maq. e casa	100\$000
1901	Joaquim Gonzaga de Araújo	maq.	80\$000
1905	João Muniz da Silva	maq. 14 serras, casa e bolandeira.	600\$000

a) No total da propriedade avaliada em 1:000\$000.

b) No total da propriedade avaliada em 5:000\$000.

c) O Cel. Honorato da Costa Agra, ligado ao gado e ao algodão, foi o maior proprietário da época. Seu espólio foi avaliado em 226:950\$000.

d) No total da propriedade avaliada em 4:000\$000.

FONTE: Inventários post mortem Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Ainda José Antônio da Silva (1891), José André de Albuquerque e Silva (1895), Manoel Pereira do Amaral e Silva (1901), Antônio Cavalcanti de Albuquerque (1901), João Lourenço da Silva Porto (1903) e Manoel Antônio Alves Rodrigues (1903) possuíam casas com bolandeiras, a de Antônio Cavalcanti de Albuquerque avaliada em 2:500\$000.

Dois dos maiores proprietários de terras em Campina Grande, ligados à lavoura algodoeira, possuidores de máquinas e es-

tabelecimentos de comércio do algodão foram Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e Firmino Henriques da Silva. Mas seus inventários não foram encontrados. Ambos, de que temos notícias, além da literatura local, pelas transações de compra, venda e hipotecas, através dos Livros de Nota, eram também grandes proprietários de gado e escravos.

Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque possuía, por compra ou hipotecas não resgatadas, várias casas com bolandeiras, prensas e máquinas, tendo sido o maior comerciante de algodão de Campina Grande.

Firmino Henriques da Silva teve, em 1890, uma de suas propriedades (levantamos 33), em Bonsucesso, Fagundes, avaliada em 11:200\$000. Eram cerca de 1.700 ha, dos quais, um terço em terras virgens, avaliadas em 9:500\$000. Na propriedade havia : uma bolandeira, prensa de madeira e máquina com 24 serras. As terras foram consideradas excelentes para o algodão.

Chama a atenção nos inventários o fato de não haver menção a nenhum tear, em todo o período. Encontramos, entretanto, proprietários que possuíam varas de pano de algodão e lã. É impossível deixar de supor a existência de teares numa região grande produtora de algodão, com considerável número de escravos para vestir, local de intenso comércio, onde as redes eram oferecidas nas feiras - além da tradição local de seu uso. Não são mencionados nem os teares verticais, de rede, nem os horizontais, para tecer panos.

Uma explicação dada hoje, seria a concentração da indústria artesanal de redes no atual município de Boqueirão, mas a chamamos impossível, de qualquer forma, que em todo o então município de Campina Grande não se fabricassem panos.

Sérgio Buarque de Holanda, analisando inventários paullistas, só encontrou menção expressa aos teares de rede depois

de 1729, e considerou pouco provável, "pouco verossímil", que até então se ficasse na dependência da indústria indígena. E acrescenta:

"Os teares de tecer pano existem, seguramente, em São Paulo, desde o século XVI" 54/.

O mesmo autor nota ainda o despreço pelos que trabalhavam no tear, despreço este que vinha de Lisboa, com raízes num passado remoto, tanto entre os romanos quanto entre os árabes. Diz um ditado árabe que: "Três espécies de ocupações só se recrutam entre indivíduos da rale; os tecelões, os sarjadores e os cultivadores". Algumas tribos muçulmanas consideravam altamente injurioso o termo de tecelão e, em outras, a tecelagem estava de tal forma associada à escravidão que se tornou sinônimo dela 55/.

A tradição, e o fato de no Brasil os panos de algodão terem servido para vestir escravos e índios, cabendo a eles, por muito tempo, o seu fabrico, não podem, entretanto, explicar a ausência de teares em Campina Grande, na segunda metade do século passado. Poder-se-ia imaginar que os panos rústicos fossem fabricados em pequenas indústrias caseiras, por pessoas tão pobres que não chegaram a ser inventariadas. Haveria alguma lógica no raciocínio, uma vez que pelas listas de despesas com fazendas e inventário de que dispomos, verificamos que quase todos os panos eram importados. Mais provavelmente, os teares eram de fabricação caseira e bastante rústicos, não se considerando necessário arrolá-los nos inventários (da mesma forma, como vimos, que muitos instrumentos de trabalho também não o foram). De outro modo, não se explica que pessoas possuíssem roças de algodão, boladeiras de descaroçar, varas de pano e redes sem que tivessem como tecê-los.

54/. HOLANDA, Sérgio B., op. cit. p. 254

55/. Id. Ibid., p. 260

Relatórios de Presidentes da Província mencionam, para a capital, uma série de teares situados fora dos limites da cidade, mas para Campina Grande não encontramos qualquer indicação.

As queixas dos Presidentes da Província, durante todo o período, do baixo nível técnico da agricultura e da pecuária foram grandes. Falam das práticas rotineiras e da falta de educação profissional. Em 1861 Araújo Lima sugeriu que os proprietários agrícolas abastados da Província se unissem e concorressem com seus capitais para melhorar a situação.

"Haveria então recursos para criar fazendas modelo, onde fosse familiar o uso de instrumentos aratórios aperfeiçoados, para a melhoria das raças animais, em especial vacum e cavalari, que fazem falta à lavoura" 56/.

Muitas vezes o desânimo e mesmo a irritação, aparecem nos Relatórios da Presidência:

"Que devemos esperar de nossos rudes e pouco ativos agricultores, sem instrumentos agrícolas que facilitem o trabalho, inativos ou sem o verdadeiro gosto da força de vontade pelo mesmo trabalho e, sobretudo, baldos de capitais?" 57/

E em 1873, Teixeira de Sá afirmava:

"Nossa agricultura não fez qualquer progresso, em qualquer sentido: inércia, preguiça, crassa ignorância dos mais comezinhos princípios da ciência agrícola" 58/.

Para alguns autores, como Peter Eisenberg, as causas do baixo nível técnico da produção eram especialmente devidas a três fatores: abundância de terras, mão-de-obra escrava abundante e

56/. R.P.P. Araújo Lima, 1861, p. 10.

57/. R.P.P. Cruz Gouveia, 1871, p. 2.

58/. R.P.P. Teixeira de Sá, 1873, p. 4.

relativamente barata e falta de educação profissional^{59/}.

Na segunda metade do século passado, entretanto, o segundo fator não tem mais muita força. É verdade que a facilidade ha vida até 1850 para adquirir mão-de-obra contribuiu para a rotina e a não necessidade de buscar melhores técnicas - se bem que discordemos da afirmação de que a mão-de-obra escrava fosse relativamente barata. (Vimos a altíssima proporção do valor do escravo sobre os bens totais dos inventariados.) Mas, a partir de 1850 a situação mudou. A abundância de terras foi mantida para os grandes proprietários. A Lei de Terras, ao mesmo tempo que tornou a terra uma mercadoria, fechou seu mercado, já monopolizado, nas mãos dos grandes proprietários. Mas, em relação à mão-de-obra, a situação é inteiramente outra: os escravos escasseiam e encarecem. O recurso à mão-de-obra livre nacional foi aumentando aos poucos, não sendo ela considerada de imediato como substitutiva do trabalho escravo. Uma saída possível para resolver o problema da falta de mão-de-obra seria a introdução de melhorias técnicas, e tais melhorias foram introduzidas, mas apenas no setor de beneficiamento. A nível propriamente agrícola não houve modificações, o que pode ser explicado

"através da lógica global dos gastos dos grandes proprietários - os únicos, em tese, capazes de optar por um maior nível técnico - com insumos diversos, inclusive escravos, num contexto de abundância de terras"^{60/}.

As máquinas de beneficiar o algodão foram introduzidas, principalmente, nos momentos de grande aceitação do produto brasileiro no mercado externo, e se transformaram num meio de pres-

^{59/}. EISENBERG, Peter, op. cit., p. 64/65.

^{60/}. CARDOSO, Ciro Flamarion S.

sionar e sujeitar os pequenos agricultores.

Evidentemente, sô os grandes proprietários podiam enfrentar as despesas de compra de máquinas, todas importadas. Dentro de suas possibilidades, enfrentaram a falta de mão-de-obra comprando a produção de pequenos agricultores e introduzindo máquinas para o beneficiamento do algodão. A modernização foi limitada não sô, mas principalmente, pelo pouco dinheiro disponível. Além da circulação monetária ser pequena, inexistiam créditos oficiais, os juros eram altos, os impostos considerados pesados, e a precariedade dos transportes encarecia muito os produtos, principalmente os do interior, como o algodão. Por último, mas não menos importante, parte dos lucros ia parar nas mãos dos comerciantes da Paraíba (capital) ou do Recife. Os próprios presidentes da Província reconheciam, através de vários de seus relatórios: os impostos eram pesados, as péssimas estradas obrigavam a enormes despesas com os transportes, faltavam braços, era elevado o "preço do trabalho", faltavam capitais, o mercado era estreito, porque monopolizado e, além do mais, havia as secas.

Uma das maiores dificuldades para a introdução de máquinas eram os custos de importação. Além do preço das máquinas havia os fretes, o pagamento do comissário encarregado da compra, direitos de patente pagos à fabrica produtora, impostos alfandegários e ainda a falta de assistência técnica, pois eram poucos os fabricantes que mantinham filiais no Brasil^{61/}.

Observando a longa lista de concessões de patentes e prêmios ~~concedidos~~ a invenções, de 1850 a 1889, concedidos pelo Governo Imperial, notamos que não há uma sô invenção nacional para o algodão. O mesmo não ocorre com a mandioca, mais contemplada, sendo que a maioria das invenções refere-se ao café ^{62/}.

^{61/} LOBO, Eulália Maria L., op. cit. p. 80.

^{62/} Id. Obid., p. 81 a 177

1.3. A mão-de - obra

O problema da mão-de-obra, que se colocou para todo o país, com a extinção do tráfico, foi sentido com muito maior gravidade no Nordeste. Já vimos que a mão-de-obra escrava era de grande importância para o Município de Campina Grande. A extinção do tráfico coincidiu, aqui, com um grande auge do algodão, num momento em que ele era cultivado principalmente por grandes proprietários, que utilizavam a mão-de-obra escrava. Por outro lado, o declínio dos preços internacionais do algodão coincidiu também com o período em que o preço dos escravos começou a subir sensivelmente (1854), pela demanda de mão-de-obra para as fazendas de café. Muitos proprietários foram obrigados a vender para o Sudeste seus escravos, ou boa parte deles. Os elevados preços pagos pela região cafeeira compensavam em muito a taxa de 100\$000 cobrada pela saída de cada escravo da província, além de ser habitual o contrabando.

A partir de 1854, os Relatórios da Presidência da Província refletem a situação de dificuldades em relação à mão-de-obra e apontam a saída através da colonização. Esta, entretanto, nunca chegou a ser realizada com êxito no Nordeste.

"É grande a falta de braços, e sem a colonização, a produção agrícola não pode manter-se. É necessário aproveitar a regulamentação da Lei de Terras para deslindar as terras públicas das particulares e atrair a população estrangeira" 63/.

E ainda:

"Faltam braços, pela quantidade de escravos exportados para o Sul. Imposta taxa de 100\$000 sobre cada escravo despachado para fora da Província... mui -

63/. R.P.P. Bandeira de Mello, 1854, p. 27

tos são exportados sob o pretexto de acompanharem os seus senhores, ou o alto preço do Sul cobre a taxa com vantagens. A colonização, que bem regulada substituiria com grande vantagem a importação de escravos, tem sido quase nula nesta Província, que assim se acha privada deste benefício com que outras, nomeadamente a de São Paulo, têm se adiantado e vão prosperando" 64/.

A falta de braço escravo foi, acreditamos, o pano de fundo da insurreição que se alastrou na região, no início de 1852, conhecida com o nome de Ronco da Abelha. O Governo Imperial, numa tentativa de obrigar os registros de nascimento, regulamentou, em 1851, a Lei que passava para o Registro Civil, nos cartórios, os registros de batizados e óbitos, até então feitos nas igrejas.

Confiada na Igreja e temerosa do poder civil, a população pobre da região viu nos artigos da nova lei a vontade do governo de, através de fraudes, registrar como escravas crianças pobres, nascidas livres. Dizia o artigo 7:

"§8 - São obrigados a fazer a participação do nascimento; o senhor do escravo recém-nascido, ou o administrador da casa, fazenda ou qualquer estabelecimento rural, ou pessoa por ele autorizada." ...

art. 8, §2 - Se for escravo o recém-nascido, será declarado o nome do senhor" 65/.

Não importa aqui discutir o papel que a Igreja possa ter desempenhado, incutindo a desconfiança entre a massa dos "matutos", por não querer perder os privilégios que a nova lei lhe tirava. O fato da população pobre ter temido esta possibilidade, chegando a se revoltar, indica que, com a cessação do tráfico e

64/, R.P.P. Paes Barreto, 1855, p. 25 e 26.

65/ JOFFILY, Geraldo Irineo, *O "Quebra-Quilo", a Revolta dos matutos contra os Doutores - 1874*, Brasília, Thesaurus, 1977, p. 21

a falta de mão-de-obra, foi antevista a possibilidade da escravização de homens livres.

Segundo Horácio de Almeida^{66/}, Irineu Joffily^{67/}, e Geraldo Irineu Joffily^{68/}, alguns fazendeiros da região da Borborema dedicavam-se à criação de escravos. Horácio de Almeida cita, em seu livro, o português Jorge Torres, morador em Areia, como um deles:

"Sua obra mais caprichada foi, sem dúvida, a fazenda Tanques do Jorge, a poucas léguas do povoado... Nesta fazenda exercia o português grandes atividades, entre as quais a criação de gado e de gente. Possuindo vasta escravaria, mandava para lá as negras de barriga para descansarem ^{69/} e cuidarem dos filhos enquanto durava o período da mama. Havia na fazenda mucamas encarregadas da criação dos moleques, que são chamados ao Brejo quando crescidos, em condições de prestar serviços."^{70/}

Geraldo Irineu Joffily, que reproduz a citação em seu livro, reforça-a com o argumento - que não nos parece convincente, de que "a forte incidência de escravos mulatos e pardos" mostraria a escravização de homens livres. Sabemos que os filhos de mulheres escravas, não importando a condição do pai, eram também considerados escravos. Foram inúmeros os casos em que o senhor, engravidando uma sua escrava, manteve o filho no cativoiro.

Para a região de Campina Grande não obtivemos nenhum dado que indicasse ter havido fazendas de criação de escravos - o que não quer dizer que a possibilidade de registrar recém-nascidos livres como escravos não fosse viável.

66/. ALMEIDA, Horácio, *Brejo de Areia...*

67/. JOFFILY, Irineu, *Notas...*

68/. JOFFILY, Geraldo Irineu, op. cit. p. 17.

69/. "Descansar", no Nordeste, é dar à luz.

70/. ALMEIDA, Horácio, op. cit., p.15.

Em 1856, uma terrível epidemia de cólera dizimou as populações de Campina Grande e regiões próximas. Só de escravos, no município, morreram neste ano mais de 150. A epidemia repetiu-se em 1862 e a febre amarela também fez grandes estragos, por esta ocasião. A população escrava, evidentemente, era sempre a mais atingida. A seca de 1877-1879 foi outro fenômeno que atingiu a mão-de-obra.

"A desorganização da vida econômica obriga a muitos proprietários a reduzir ou desfazer-se de seus escravos, que eram adquiridos por agentes especiais e vendidos para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os portos de Mossorô e Aracati ficaram conhecidos na saída de tal mercadoria" 71/.

Em 1876, foram classificados em Campina Grande, no Livro de Registro de Escravos, 1.206 escravos, o que correspondia a cerca de um terço dos existentes em 1850^{72/}.

A grande escassez de mão-de-obra, a impossibilidade de poder contar com soluções baseadas na colonização, e o avanço técnico mais limitado que no Sudeste fizeram surgir no Nordeste formas de trabalho livre não assalariado ou parcialmente assalariado bastante específicas.

A partir de 1861, encontramos na região uma forma de assalariamento parcial de menores, conhecida como "tutela e soldada". Não é possível precisar até que ponto esta mão-de-obra foi empregada na agricultura, ou se serviu mais ao comércio e serviços caseiros. São poucos os casos em que o menor presta serviços sem soldo, em troca do aprendizado de um ofício. A esmagadora maioria dos tutores que assoldavam menores era de agricultores. As idades dos menores, que variavam entre 4 e 20 anos, indicam, se-

^{71/}. In ALMEIDA, Elpidio, op. cit., p.205.

^{72/}. Id. Ibid. , p. 205.

guramente, o tipo de trabalho que faziam - os menores de 10 ou 12 anos ficariam em trabalhos domésticos, serviços urbanos ou serviços agrícolas menos pesados, e os maiores trabalhariam na lavoura. Grosso modo, as idades estão igualmente repartidas, em todos os casos que encontramos.

Qualquer menor órfão encontrado na região estava em condições de ser assoldado, desde que fosse considerado menor abandonado; órfão de pai e mãe; órfão de mãe livre, sendo o pai escravo; órfão de pai, sendo a mãe considerada muito pobre para sustentá-lo, mulher da vida ou "viúva de conduta irregular"-tais foram os casos mais comuns alegados para os pedidos de tutela.

O tutor ficava obrigado a fornecer casa, comida, vestuário e "educação religiosa compatível", e a depositar, anualmente, o soldo estabelecido pelo juiz de órfãos. O soldo variava, conforme a idade do menor; de 5\$000 a 36\$000 por ano para as idades de 6 a 20 anos (na década de 60). Até o final do século os soldos subiram para de 10\$000 a 50\$000, correspondentes às mesmas idades. Ao atingir a maioridade, de que tinha que fazer prova, o menor requeria o soldo depositado, com os juros correspondentes que, para todo o período, foram de 5% ao ano.

Encontramos também pedidos de tutela para menores de seis anos. Nestes casos, não recebiam soldo, pois só podiam prestar pequenos serviços, como se dizia nos pedidos deste tipo de tutela. Os menores libertados pela Lei do Ventre Livre eram também passíveis de soldada e, a partir de 1888, o mais comum era assoldar filhos menores de ex-escravos.

Muitas vezes estes menores foram requisitados pelo Governo Imperial para o Depósito de Aprendizes de Artilharia, no Rio de Janeiro e foi grande a briga dos tutores para impedir que fossem levados.

Esse tipo de mão-de-obra era intensamente disputado. Quase todos os pedidos de tutela e soldada estão acompanhados de processos, movidos por terceiros, na tentativa de desviar para si a tutoria. Era comum acusar-se o primeiro tutor de maus tratos ao menor, oferecer maior soldo e requisitar a tutela. Ao mesmo tempo, o primeiro tutor acusava o requerente de aliciamento, pressão sobre o menor para que fugisse para sua companhia, etc.

Encontramos, de 1861 a 1902, 371 pedidos de tutela com soldada. Estiveram mais concentrados nos anos entre 1863 e 1877. Neste período acham-se 75,5% dos pedidos encontrados (280 casos). Os pedidos de tutoria eram semelhantes, salvo caso em que se especificava a conduta "moral" da mãe.

Os juizes sempre despachavam favoravelmente todos os pedidos. Eis um exemplo:

"Portaria Nº 42, 27/10/1866

Juizo de Órfãos de Campina Grande

Chegando a meu conhecimento que Alexandra de Tal, moradora no Jacú, deste Termo, tem um filho menor, de nome João, idade de 12 anos pouco mais ou menos, em condições de ser assoldado, nomeio a Balduino Gomes da Silveira, morador no Jacú, tutor do menor, pagando a soldada de 25\$000, de que tudo assinará o competente termo, com juramento, no qual prometerá, com sã consciência, cumprir a obrigação de bom tutor, dando-se-lhe provisão. O que cumpra-se.

(Ass.) Januário Montenegro" 73/.

A figura da tutela e soldada pareceu-nos uma forma de realizar o trabalho compulsório desejado por muitos proprietários de terra. Como em outros países, tentou-se aqui também estabelecer leis contra a "vadiagem", que obrigassem os desocupa

73/. Processo do Juizado de Órfãos, arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

dos a trabalhar. Quando o problema da mão-de-obra tornou-se mais premente, ficou notória a dificuldade em fazer trabalhar na lavoura, ao lado do escravo, uma população livre, por mais pobre que fosse. A condição jurídica da liberdade era a única coisa que restava para manter o sentimento de dignidade humana nas populações miseráveis do campo e da cidade. Além do mais, os baixíssimos salários pagos faziam com que, para muitos, fosse mais vantajoso não trabalhar. E era preciso obrigar essa população a entrar no mercado de trabalho.

No início da década de 50 houve tentativas de legislar sobre o trabalho compulsório^{74/}, e o movimento do "Ronco da Abelha" não esteve desligado delas. Em 1870, falou-se muito da necessidade do Governo criar leis que reprimissem a vagabundagem e, em 1874, em "obrigar as pessoas livres ao trabalho gratuito"^{75/}, através de leis que tornassem o trabalho obrigatório. Tais posições são reafirmadas nos trabalhos do Congresso Agrícola realizado em Recife, em 1878.

Respondendo à questão: "Qual o modo mais eficiente e eficaz de suprir a falta de braços?", muitos delegados advogaram o trabalho compulsório. Aos dirigentes do Império dever-se-ia pedir

"... a criação de leis repressivas à vagabundagem e à ociosidade; que seja imposto um regime policial severo, a que deverão estar sujeitos os indivíduos sem arte, sem ofício; e ficai certos de que correrão estes braços inativos aos doces prazeres da colheita, para obterem a posição de alguma confortabilidade".

^{76/} (O grifo é nosso - M.V.)

^{74/} EISENBERG, Peter, op. cit. p. 212-213

^{75/} Id. Ibid. p. 212-213

^{76/} Memória apresentada por Joaquim Álvares dos Santos Souza, no Congresso Agrícola do Recife. In. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife - Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa Faria & Filhos - 1879. Edição Facsimilar, da Fundação Estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. Prefácio e comentários de Gadiel Perruci, p. 291.*

Nem todos eram favoráveis à repressão pura e simples:

"A população livre nacional oferece-nos fonte suficiente, amplo viveiro de trabalho braçal; o que é mister é fazê-la convergir para a Grande Lavoura, quer na qualidade de parceira, quer na de assalariada. Obrigar diretamente não é admissível, e deve-se recorrer a medidas indiretas..." 77/.

A preocupação em obter mão-de-obra não era só voltada para a lavoura, mas também para a indústria, através do aprendizado de ofícios. Ao mesmo tempo em que se procurava criar um mercado de mão-de-obra livre nacional, procurava-se também qualificá-la, tanto para o campo como para o trabalho urbano-industrial.

No Congresso Agrícola do Recife, em 1878, houve muitas sugestões a este respeito. A falta de mão-de-obra no campo poderia ter sido suprida há muito tempo,

"...há mais de 16 anos, ...se tivesse reunido, na escola de agricultura projetada, os filhos de lavradores moradores nos engenhos, povoações e vilas do interior da província, ...que depois da aprendizagem de três anos viriam a sair perfeitos lavradores de arados grandes e outros aparelhos e instrumentos agrícolas aperfeiçoados, com o uso dos quais 10 ou 15 trabalhadores da escola poderiam dar mais trabalho útil em um ano do que costumam dar 40 a 60 negros de enxada no mesmo tempo. ...Os ingênuos, filhos das escravas, tendo agora sete anos, sendo recolhidos em fazendas agrícolas, ...tornar-se-ão excelentes auxiliares da grande lavoura, se forem bem dirigidos desde agora" 78/.

Expressando a preocupação com a formação de mão-de-obra, foi regulamentada, em 1865, na Paraíba, a criação do Colégio de Educandos Artífices. Criado pela Lei Nº 6, de 1º de setembro de

77/. Memória apresentada por Henrique Augusto Milet, op. cit. p. 315.

78/. Memória apresentada por Francisco Maria Duprat, op. cit. p. 225.

1859, o Colégio tinha por finalidade "recolher, educar e instruir os meninos pobres e desvalidos da Província"^{79/}. Os motivos que permitiam recolher os menores ao Colégio eram os mesmos que os tornavam passíveis de tutela e soldada:

"1º - Os órfãos que por não terem quem se incumba de sua educação estiverem no caso de ser dados à soldada pelos respectivos juizes;

2º - Os filhos naturais de mulheres desvalidas;

3º - Os que tiverem pai, não podendo este, por sua pobreza, dar-lhes educação e instrução conveniente".
80/

Os que estivessem no primeiro caso seriam recolhidos a pedido dos padres ou juizes locais. No segundo e no terceiro casos deveria ser pedido o consentimento dos pais, mas era determinado que:

" o juiz de órfãos ... e a autoridade policial poderão... fazer recolher ao Colégio, independentemente da vontade dos pais, meninos maiores de 7 anos e menores de 12, por levarem vida notoriamente descuidada pelas mesmas mães ou pais, andarem a vagar pelas ruas, deste modo viciando-se" 81/.

Sobre os objetivos do Colégio, diziam os artigos 6º e 7º:

"Art. 6º - Estas oficinas têm por fim não só o ensino e o aperfeiçoamento dos educandos, como também o aumento dos recursos do estabelecimento, por meio da venda de seus produtos;

Art. 7º - Os educandos que por seus respectivos mestres forem considerados prontos no ofício a que se tiverem aplicado, ficarão ainda no Colégio pelo tempo de três anos,...trabalhando nas oficinas e recebendo um terço do produto legítimo de seu trabalho, que só lhe será entregue no momento de sua despedida" 82/.

79/. Regulamento Nº 7, para o Colégio de Educandos Artífices, Anexo Nº 5 do R.P.P. Toscano de Brito, 1865, p. 1 a 11.

80/. Id. Ibid. p. 1.

81/. Id. Ibid. p. 1.

82/. Id. Ibid. p. 2.

Ficaria dispensado desta obrigação aquele que pagasse ao estabelecimento 150\$000; 50\$000 por cada um dos três anos.

As formas de trabalho livre que, embora em pequena escala, sempre conviveram com a escravidão, aumentaram e se diversificaram no decorrer da segunda metade do século XIX. Começaram a se configurar, no Nordeste, formas de trabalho parcialmente assalariadas, mas o crescimento da população livre e a coexistência com o trabalho escravo fez com que a parte recebida em dinheiro pelo trabalhador fosse mínima.

Tais formas de trabalho, que durante muito tempo predominaram na região (e que até hoje podem ser encontradas), retardaram o surgimento do assalariado típico e impediram a formação de uma economia de pequenos proprietários independentes.

Uma lei de 1879 passou a exigir escritura pública para alocação de serviços simples, para a parceria agrícola e para a pecuária, sendo a parceria definida como

"contrato pelo qual uma pessoa entregava a outra algum prédio rústico para ser cultivado, com a condição de partirem entre si os frutos, pelo modo que acordassem" 83/.

Apesar da exigência legal de escritura de contrato, não encontramos e nem tivemos notícia de qualquer contrato escrito de parceria na região. Todas as formas de trabalho com pagamento em espécie e/ou serviços continuaram a depender dos favores dos donos da terra.

Evidentemente, não há nestas formas de trabalho qualquer resquício feudal, e em primeiro lugar porque não pode haver resquícios do que não existiu. Foram consequência do monopólio da terra e das relações de trabalho escravistas predominantes.

83/. Artigo 43 da referida Lei. Citado por LOBO, Eulália Maria L., op.cit. p. 134.

Ao contrário do servo da gleba, o morador, parceiro ou agregado não tinha qualquer vínculo estável com a terra. Pagava pelo seu uso através de diferentes formas que, em muitos casos, diferiam também das formas clássicas de rendas pré-capitalistas do solo. O morador, por exemplo, que pagava em trabalho a ocupação da terra, obrigado a prestar serviços ao proprietário, recebia dele, por estes serviços, um salário, por pequeno que fosse.

As tentativas dos presidentes da Província de imitar o Su deste, substituindo o trabalho escravo por formas de colonato, estavam fadadas ao fracasso - especialmente quando falavam delas nas décadas de 50 e 60 do século passado, onde também no Sul a experiência fracassara. O monopólio da terra, na região, era absoluto, e não havia terras devolutas para instalação de colônias. O Presidente Silva Nunes reconhecia, desgostoso, em 1861:

"Não há colonização estrangeira. Muito poucos terrenos devolutos existem na Província, cujas terras têm, em quase sua totalidade, possuidores certos... Também não há aldeias. Os poucos índios que existem, em diferentes localidades, acham-se confundidos com a massa geral da população" 84/.

Recorrer ao trabalho puramente assalariado teria sido impossível. Relação típica do capitalismo, não tinha ainda condições de se impor; o progresso técnico desenvolvia-se com lentidão, a produtividade do trabalho era baixa e o excedente limitado, a falta de liquidez era grande e as dívidas aos comerciantes frequentes, os preços dos produtos de exportação baixavam, não havia crédito e os juros eram altos, além de haver muito dinheiro imobilizado em escravos. Além do mais, o grau de mercantilização da economia era bastante pequeno. Tais fatores di-

84/ R.P.P. Silva Nunes, 1861, p. 11

ficultavam a acumulação e impediam o surgimento de um mercado de mão-de-obra assalariada. O trabalhador, que não tinha mais acesso à terra como pequeno proprietário, e nem a opção do trabalho fora dela, foi obrigado a agregar-se às grandes propriedades, sem qualquer garantia de estabilidade.

O morador, além de ajudar a ocupar a terra que não era utilizada pelo proprietário, ficava devedor de favores políticos, em caso de necessidade. Recebia com a terra - quase sempre as piores da fazenda - uma pequena casa de telha e taipa para morar. O morador, além da casinha de telha e taipa, com direito a botar roça, podia usar água e lenha da propriedade. Só podia ter pequenos animais e um cavalo (o que era muito raro). Gado maior só podia ter com o consentimento especial do dono da terra^{85/}.

Plantava para sua própria sobrevivência. Podia ser responsável por parte do consumo da fazenda, pagando em produtos (a meação) a ocupação da terra; ou ser "de condição", obrigado a trabalhar três dias - pagos - para o fazendeiro.

Não havia qualquer contrato que assegurasse, sequer, a garantia de colher o que plantara, podendo ser despedido ou despejado quando conviesse ao patrão.

O morador ficava obrigado, pelo ajuste verbal que fazia a vez do contrato, a prestar serviços ao patrão. Geralmente dois dias por semana, e mais, nos períodos de colheita. Este trabalho não era gratuito. Normalmente recebia um pagamento diário - que variou, no período, de 0\$500 a 2\$000 -, mais a comida. O pagamento variava também conforme a necessidade de mão-de-obra, tendendo a aumentar nos períodos de auge das colheitas.

A necessidade de mão-de-obra nestes períodos era grande, e levava, geralmente, os patrões a se queixarem dos moradores:

85/. Informações prestadas por Dona Esmeraldina Agra.

"Eles têm consciência de seu valor de ocasião e fazem-nos pagar bem caro, às vezes mesmo regateando. Haveis de dar-lhes casa e sítio para morarem, quase sempre de graça, terras para cultivarem, de quando em quando algumas festas, e uma vez por outra, alguma inspetoria de quarteirão, ou qualquer outro emprego, embora mesquinho e gratuito, ou mal retribuído. ...Se o senhorio desgosta-o, o vizinho está sempre pronto a acolhê-lo de braços abertos" 86/.

Em casos de necessidade, os patrões costumavam também convocar grande número de trabalhadores para algum trabalho em mutirão; como os outros, era também remunerado e com fornecimento de comida. Até hoje esta forma de trabalho se mantém em algumas regiões do estado, conhecidas como "trabalho adjunto" 87/.

Não encontramos um sô morador que tivesse sido inventariado. Eles são bastante mencionados nos processos que acompanham os inventários, geralmente quando se trata de cobrança de dívidas dos finados. Comparecem também freqüentemente como testemunhas dos donos das terras onde moram, para qualquer caso judicial. Outra referência que encontramos sobre um morador foi de 1898. No inventário de Bento Antônio de Araújo cita-se a João Raimundo, morador do inventariado em terras do Gado Bravo, que devia ao proprietário inventariado 8\$000 e mais 250 covas de roça de farinha, no valor de 50\$000.

Os Vaqueiros - Moradores e vaqueiros constituíam a grande massa dos trabalhadores livres do campo.

Pela natureza de sua relação de trabalho (foram os primeiros trabalhadores livres, desde o início da colonização), os vaqueiros representavam como que uma camada superior de traba-

86/. Discurso pronunciado por Antônio Coelho Rodrigues, no Congresso Agrícola do Recife, op. cit. p. 91.

87/. Informação prestada pelo Professor Dr. Antônio Silveira.

lhadores^{88/}. Muitas vezes têm sua própria terra, e ser vaqueiro era considerado profissão digna para muitos filhos e netos de famílias antes abastadas que empobreceram pela grande repartição da herança. Nota-se muito esta situação nas contas de tutela, quando se menciona a ocupação dos órfãos.

Os contratos de trabalho com os vaqueiros são por demais conhecidos: recebiam parte da produção pecuária e, às vezes, remuneração em dinheiro. São bastante mencionados nos inventários, em especial nas cartas precatórias, pois, em se tratando de proprietários que residiam em outro município, tinham suas fazendas de gado geralmente administradas pelos vaqueiros.

Em 1864, no inventário de José Alves Pequeno (proprietário local), indica-se a dívida do falecido para com seu vaqueiro da fazenda "São João", na Boa Vista: 7\$500 de pagamento mensal e mais dois quartos de um poldro.

Arrendatários e fcreiros - O arrendamento de terras com pagamento de foro exclusivamente em dinheiro foi bastante comum na região, em especial a partir do final dos anos 60.

Encontramos tanto arrendatários ricos, com grande quantidade de bens em escravos, gado, lavouras e imóveis na cidade, como arrendatários mais modestos.

O dono da terra possuía quase sempre várias propriedades e arrendava algumas, sem deixar de dirigir o trabalho agrícola e/ou pecuário nas terras que continuava a administrar. Não encontramos um só proprietário que vivesse apenas ou principalmen

^{88/}. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, trata magistralmente do assunto.

te de rendas^{89/}.

O primeiro contrato de arrendamento que achamos foi de 27 de junho de 1868. Os proprietários, Manuel Mariano da Silva Bastos, mãe, irmã e titulados do Sítio Bálamo, arrendam-no a Antônio Soares da Silva Beja. O sítio possuía uma casa velha e algumas fruteiras. O contrato foi feito por três anos, no valor de 80\$000 por ano, a serem pagos da seguinte forma: metade da primeira anuidade (que corria de janeiro a janeiro), à vista, e a outra metade no final do ano. As outras duas anuidades, no final de cada ano. Eram condições do contrato: o sítio não podia ser sublocado ("não pode botar foreiro"); deviam ser conservadas as benfeitorias existentes e qualquer outra que fosse feita passaria a pertencer aos donos da terra; podia colher as safras pendentes, mas "não pode fazer novas plantas sem novo arrendamento"; não podia despejar os foreiros existentes enquanto estes não colhessem suas safras^{90/}.

Por este contrato percebemos uma outra categoria de foreiros, que pagava pelo uso da terra, tinha garantias quanto à colheita da safra que plantasse, mas não o contrato escrito que determinasse o tempo de uso da terra. Esse tipo de aforamento era comumente usado para arrendar partes de terra dentro de uma mesma propriedade.

Transcrevemos, a seguir, um contrato completo de arrendamento, de 1895:

89/. Somente viviam por algum tempo das rendas de suas terras os menores órfãos. Seus bens ficavam sob administração do tutor até a maioridade, e geralmente só recebiam o foro pago por seus arrendatários. Mas era uma situação temporária. Uma vez atingida a maioridade, mesmo mantendo alguns arrendamentos, entravam na posse e administração direta de suas terras. Foi o caso, por exemplo, das filhas de Santino Maciel de Atayde. O foro que recebiam por suas terras arrendadas - as de Campina Grande - variava de 8\$000 a 20\$000 por ano.

90/. Contrato existente nos Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

"Digo eu, abaixo assinado, João da Costa Agra, que sendo senhor e possuidor de um sítio no lugar denominado Várzea Grande do Marinho, Data da Pedra Grande, termo e comarca da Cidade de Campina Grande; e como seja dito terreno próprio para agricultura e criação, arrendo o referido sítio, anualmente, ao senhor Manoel João de Oliveira, pelo preço de vinte mil réis (20\$000), ficando ele arrendatário obrigado a fazer dito pagamento no mês de janeiro de cada ano, ao qual ele, arrendatário, sujeita até as próprias lavouras pelo seu dito valor; e como sejam todas estas cláusulas aceitas por nós ambos, arrendante e arrendatário, com pleno conhecimento, assinamos este papel de renda, ficando cada um de nós com um do mesmo teor em seu poder, por ser passado em duplicata; e assim findará este contrato até quando nos convier.

Tanques, 28 de dezembro de 1895.

(Ass.) João da Costa Agra e, a rogo de Manoel João de Oliveira, João Rodrigues de Souza Campos" 91/.

~~ATÉ AQUI~~

2. COMERCIALIZAÇÃO E FINANÇAS

O comércio sempre teve especial importância para o município de Campina Grande. Até meados do século, Areia e Mamanguape estiveram à frente do comércio com o interior, e só o sul do Cariri e parte da caatinga buscaram sempre a feira de Campina. Em 1845, quando a população da Província era de cerca de 150 mil habitantes, 25 mil, mais ou menos - 17% - dependiam da feira de Campina Grande^{92/}. Para Epaminondas Câmara, mesmo à época em que o comércio pendia mais para Areia e Mamanguape, o mercado campinense conseguiu manter-se, sem redução de volume, por três fatores: aumento da população, caminhos acessíveis e meio ambiente^{93/}.

^{91/}, Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

^{92/}, CÂMARA, Epaminondas, op. cit.

^{93/}, Id. Ibid.

Sem dúvida, o meio natural de Campina Grande é muito mais favorável à agricultura e à criação do que o do Sertão. Quanto às estradas, eram apenas "mais acessíveis". As deficiências de transporte custaram muito a ser superadas. Campina Grande contava com quatro estradas (ver mapa nº 8), permanentemente em mau estado; as estradas das Espinharas (a "dos sertões") e a do Serridõ vinham do Sertão e, reunindo-se dentro da Vila, seguiam para a capital da Província; a estrada para Alagoa Nova (a do Brejo"); e a das Queimadas, que levava à povoação de Fagundes e daí seguia para a Vila do Ingã. Esta última era a estrada mais movimentada, não só pelas atividades agro-pastoris da região, como por seu terreno plano e reto^{94/}.

Em 1857, levantamento feito pela Presidência da Província constatou que todas as quatro estradas precisavam de melhoramentos^{95/}.

A estrada de ferro custou a chegar à Paraíba. A Conde d'Eu Railway, que serviu à Província,

"foi incorporada em Londres, em 1875, por compra da garantia de juros de 7% que havia sido outorgada, em 1871, a uma companhia brasileira"^{96/}.

Em 1876, os Relatórios da Presidência da Província deixavam transparecer todas as esperanças depositadas na companhia, para a vida comercial da Província.

Inaugurada em setembro de 1880, a estrada de ferro ia da capital a Pilar, com 121 km 984m em tráfico^{97/}:

Paraíba-Independência (passando por Mulungu)	97 km e 700 m
Ramal para Pilar	23 km e 284 m

^{94/} Id. Ibid.

^{95/} Mapa da situação das estradas da Paraíba, no R.P.P. Carneiro da Cunha, 1857, p. 20.

^{96/} LOBO, Eulália Maria L., op. cit. p.60.

^{97/} R.P.P. Ayres do Nascimento, 1884, p.23.

Apesar da insistência dos Presidentes da Província em levá-la até Campina Grande, "empório de comércio da região", a estrada de ferro só chegou ao município em 1907. Até então, o transporte era feito em más estradas, no lombo de burros, o que encarecia sobremaneira o produto, - além dos animais de carga não serem suficientes.

Mas, por outro lado, esta forma de transporte estimulava a produção de milho e outras forragens para os muares e o sistema de vendas junto aos pousos de tropa. Os maiores proprietários eram, geralmente, os donos destes pousos, às vezes de vários "telheiros para tropas", como foi o caso do Cel. Honorato da Costa Agra.

O serviço de comunicação postal chegou mais cedo a Campina. No mesmo ano de sua criação no Império (1829) foi inaugurado na Paraíba, tendo contado Campina Grande com umas das primeiras agências postais da Província. Mas a precariedade dos serviços era muito grande.

Antes de ser oficialmente inaugurado o serviço postal, Henry Koster, em suas *Viagens ao Nordeste do Brasil*, de 1810, observara o transporte de malas feito nos ombros dos índios que,

"pelo hábito que os faz resistir às grandes fadigas, são capazes de andar, dia após dia, quase um mês, com pequeno repouso. ... Mesmo que um cavalo possa adiantar-se sobre esses homens nos primeiros dias, se a viagem for prolongada o indígena, no fim, chegará primeiro" 98/.

Trinta anos mais tarde, Daniel Kidder observaria:

"A mala oficial era uma espécie de canastra de couro, atada com correias às costas de um índio a pé" 99/.

98/. In. ALMEIDA, Elpidio, op. cit. p. 301.

99/. Id. Ibid, p. 302.

O número de condutores aumentou, durante o século, e seus salários também, mas até o advento da estrada de ferro foram estes os únicos melhoramentos nos serviços postais. Em 1888, o número de malas era o mesmo que em 1829 - três por mês - , e o transporte continuava a ser feito às costas dos estafetas.

A Câmara Municipal de Campina Grande solicitou, em 1888, o aumento do número de viagens postais:

"Com efeito, colocada esta cidade em lugar que se comunica com todo o Sertão da Província, já por suas relações comerciais com particulares, a correspondência por cartas ... já atinge proporções dignas de nota, ... e é inteiramente insuficiente o número de três viagens mensais que atualmente se faz entre a capital e esta cidade" 100/.

Já o telégrafo, inaugurado na capital da Província em 1874, demorou 20 anos para alcançar o interior.

Não encontramos dados sobre o volume da produção do município, e a tentativa de deduzi-lo dos impostos pagos não permite precisão. Os Relatórios de Presidentes da Província dão os volumes das exportações provinciais sem detalhar o que corresponde a cada região. Os impostos sobre o gado, vez por outra com especificação de municípios, estão, seguramente, tão a baixo da realidade, que é impossível trabalhar com eles. E os Arquivos Municipais estão desaparecidos.

Apesar das dificuldades, tentamos estimar, a partir dos dados dos inventários, a porcentagem da produção destinada à exportação, a parte comercializada no mercado interno da Província e a parte destinada ao auto-consumo.

Trabalhamos, para isso, com os dados relativos ao número de proprietários e ao tipo de sua produção. Para a produção

~~~~~  
100/, ALMEIDA, Elpidio, op. cit. p.304

agrícola, temos indicação do que era produzida por 520 pessoas, (503 em terras próprias e 17 em terra alheia). Isso nos permitiu montar o seguinte quadro:

## QUADRO XII

Estimativa do destino da produção do município de Campina Grande  
1840-1905

| TIPO DE PRODUÇÃO               | PROPRIETÁRIOS |     |           |    |       |     | DESTINO DA PRODUÇÃO/% |                         |                       |
|--------------------------------|---------------|-----|-----------|----|-------|-----|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
|                                | COM TERRA     |     | SEM TERRA |    | TOTAL |     | Exporta<br>ção        | Merca<br>do In<br>terno | Auto-<br>Consu<br>mo. |
|                                | %             | Nº  | %         | Nº | %     | Nº  |                       |                         |                       |
| Mandioca/milho/feijão e frutas | 41,5          | 215 | 1,5       | 9  | 43,0  | 224 | -                     | 15,0                    | 28,0                  |
| Algodão consorciado            | 10,0          | 51  | -         | -  | 10,0  | 51  | 5,0                   | 1,5                     | 3,5                   |
| Mandioca para farinha          | 28,0          | 141 | -         | -  | 28,0  | 141 | -                     | 28,0                    | -                     |
| Só algodão                     | 12,0          | 67  | 1,5       | 8  | 13,5  | 75  | 13,5                  | -                       | -                     |
| Cana                           | 3,5           | 17  | -         | -  | 3,5   | 17  | 2,5                   | 1,0                     | -                     |
| Fumo                           | 1             | 5   | -         | -  | 1     | 5   | 1                     | -                       | -                     |
| Cafê                           | 1             | 7   | -         | -  | 1     | 7   | 1                     | -                       | -                     |
| TOTAL                          | 97            | 503 | 3         | 17 | 100,0 | 520 | 23                    | 45,5                    | 31,5                  |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Consideramos para exportação o algodão, o fumo e o café; para o algodão consorciado com produtos de subsistência, arbitramos a metade (correspondente ao algodão) para a exportação, e a outra metade, dividida entre o mercado interno e o auto-consumo (os produtos de subsistência); da mesma forma, consideramos, grosso modo, 2,5% da produção da cana para exportação e 1% para o mercado interno; produção de aguardente, melão e rapaduras.

Fizemos a divisão entre mercado interno e auto-consumo la seados nos dados gerais dos inventários: quando o total dos bens era muito baixo, assinalamos como produção para auto-consumo; de médio para alto, para comercialização.

Na produção de alimentos trabalhamos apenas com os 43 % que especificam o tipo do produto: 5% correspondentes a frutas, que são produtos comercializáveis; cerca de 5% dos produtores de mandioca (que possuem instrumentos de fazer farinha); os outros 5% que completam os 15% que destinamos ao mercado interno foram arbitrados por nós para o milho, feijão, arroz, legumes, etc. Temos então:

|                                  |         |
|----------------------------------|---------|
| Produção para o mercado externo: | 23 %    |
| Produção para o mercado interno: | 45,5%   |
| Produção para auto-consumo       | : 31,5% |

Evidentemente, é bom ressaltar que tal tipo de avaliação está sujeito a erro relativamente grande. É preciso destacar também que a relação mercado interno/auto-consumo, que poderia parecer inflada, dada a época, só leva em conta, praticamente, os proprietários de terra. A maior parte da produção para auto-consumo estava por conta de moradores e agregados, que não aparecem nos inventários.

O único dado que temos sobre o volume da produção e seu valor estimado é de 1866, e para toda a Província. Os dados, além do mais, tratam apenas da produção comercializada (ver quadro XIII). No caso dos produtos agrícolas, 87% destinam-se à exportação e 13% ao mercado interno. Considerando os dados sobre o gado (sem especificação de mercado), o quadro muda:

|                                           |       |
|-------------------------------------------|-------|
| Produção agrícola para exportação         | : 21% |
| Produção agrícola para o mercado interno: | 3%    |
| Produção pecuária, em geral               | : 76% |

É de se notar, pelo quadro XIII, que 17,5% dos proprietários eram responsáveis por 87% do valor da produção agrícola da Província, enquanto que 82,5% dos proprietários pelo valor de 13% da produção.

Em relação ao município, fumo, café e cana eram produzidos apenas por grandes proprietários. No cultivo do algodão, on

QUADRO XIII  
Produção Agrícola da Paraíba - 1866

|                                   | PRODUÇÃO                      | VALOR ESTIMADO        |
|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| 53 Fazendas de Produtos Tropicais | algodão 150.000 arrobas       | 342:000\$000          |
|                                   | açúcar 143.000 arrobas        |                       |
|                                   | aguardente 3.200 canadas      |                       |
|                                   | café 60 arrobas               |                       |
|                                   | milho 230 alqueires           |                       |
|                                   | arroz 150 alqueires           |                       |
| 250 Fazendas de Cereais           | farinha 2.200 alqueires       | 51:000\$000           |
|                                   | feijão e outros 480 alqueires |                       |
| Gado                              | bovino 4.930 cabeças          | 1:231:000\$000        |
|                                   | cavalar 3.900 cabeças         |                       |
|                                   | muar 700 cabeças              |                       |
|                                   | lanígero 3.900 cabeças        |                       |
|                                   | suíno 1.050 cabeças           |                       |
| <b>TOTAL</b>                      |                               | <b>1:624:000\$000</b> |

FONTES: Relatório do Ministro da Agricultura Souza Dantas, em 1866: Mapa da Produção agrícola de algumas localidades do Império do Brasil, conforme os dados estatísticos relativos ao ano de 1866. (Parte sobre a Paraíba.)

de encontramos muitos pequenos e médios produtores, os grandes proprietários dominavam também, através da compra da produção dos pequenos e médios lavradores, que dependiam cada vez mais dos processos de beneficiamento do algodão. Tal dependência é confirmada pela quantidade de hipotecas feitas por pequenos e médios produtores - de escravos, lavouras, terras, gado e boiadeiras - aos grandes fazendeiros e comerciantes de algodão, assim como pelas dívidas que tinham para com eles, em letras particulares.

Dos que produziam farinha para o mercado, 88% possuíam casas de farinha e 12% trabalhavam com pequenos instrumentos, tendo que utilizar o forno de terceiros. A maioria era composta de médios proprietários (tomados pelo valor da terra) 12% pos

s.uíam terras que valiam menos de 100\$000, 12% terras que valiam mais de 1:500\$000 e 76% terras que valiam entre 101\$000 e 1:499\$000.

Vimos como aumentou, no período, o número de possuidores de casas de farinha. Do total de proprietários, possuíam casas e farinha:

|                |       |
|----------------|-------|
| de 1840 a 1852 | - 10% |
| de 1854 a 1888 | - 16% |
| de 1889 a 1905 | - 23% |

Da mesma forma que para a agricultura, trabalhamos para a pecuária. Dos inventariados que possuíam gado, 11% tinham só uma cabeça; 27,5% de duas a seis e 61,5% mais de seis. Podemos considerar, então, que pelo menos 65% dos possuidores de gado destinavam sua produção para o comércio externo ou interno. Como a proporção da exportação de couros era pequena, a maior parte da produção pecuária da região abastecia o mercado do município ou da província, mas não temos dados para calcular a parte comercializada em Campina Grande.

#### Exportação

O principal produto de exportação do município era o algodão. A primeira grande dificuldade que encontravam os produtores eram seus preços internacionais, que oscilaram muito durante o período, com nítida queda de preços. Como ocorria com todos os produtos voltados para a exportação, que não conseguiam enfrentar a concorrência internacional, era preciso produzir cada vez mais algodão e aumentar o volume das exportações para manter o mesmo nível de receita.

Depois do auge dos anos 60, os preços do algodão começaram a cair muito no final da década, provocando mesmo uma situação de crise, nos anos 70:

"O preço do algodão, no momento em que escrevo, acha-se reduzido a uma cifra tal que já não pode sofrer a mais insignificante redução, sob pena a

de ser abandonada a sua cultura, ou de reduzir o pobre e já arruinado agricultor ao mais triste estado de penúria e comprometimento.. Em janeiro o algodão valia 0\$960 o quilo, e no final do ano, 0\$474" 101/.

A baixa dos preços foi tal que, em 1872, Cruz Gouveia chegou a propor que os direitos de exportação fossem cobrados sobre o peso, e não sobre o valor do algodão exportado 102/.

Durante o decênio de 70, os preços continuaram a cair, tendo mínima recuperação em 1878:

QUADRO XIV  
Preços de exportação do algodão da Paraíba, por quilo - 1875-1878

| ANOS        | PREÇOS          |
|-------------|-----------------|
| 1875 - 1876 | 0\$435 a 0\$333 |
| 1876 - 1877 | 0\$407 a 0\$300 |
| 1877 - 1878 | 0\$411 a 0\$380 |

FONTE: R.P.P. Prereira Vianna, 1979, p. 80 e seguintes. (Ver anexo 1)

Mesmo mantendo o primeiro lugar nas exportações da Província, desde os anos 60, o algodão não recebeu qualquer ajuda do Governo central. O governo provincial reclamava, ciente do papel fundamental desempenhado pela ajuda do Estado para a economia do país. Nem mesmo exigia a mesma sustentação que era dada ao café, mas, pelo menos, a que se dava ao açúcar.

"O açúcar tem auxílios - empréstimos a juros baixos e engenhos centrais. O algodão não. A lavoura do algodão é a mais pobre, a mais generalizada, a que mais concorre para os cofres públicos. O Estado ajuda o açúcar, pelos grandes capitais nele empregados e que, sem esta ajuda, não enfrentaria a concor

101/. R.P.P. Cruz Gouveia, 1871, p. 2.

102/. R.P.P. Cruz Gouveia, 1872, p. 4.

rência da beterraba. Para o algodão, que também enfrenta a concorrência dos Estados Unidos e da Índia, nenhum auxílio" 103/.

As dificuldades acumuladas propiciaram o aparecimento de fraudes na comercialização. O algodão paraibano que, segundo Leitão da Cunha, foi o primeiro algodão brasileiro a ser exportado,

"tinha grande reputação por sua contextura fina e delicadeza, e pelo brilho como de seda que o caracterizava. (mas) ...a fevera foi se tornando grosseira e desfavorável ao processo de carda: o brilho que constituía sua excelência foi também desaparecendo; e no fim do século passado já ele não se distinguia dos algodões de má qualidade que eram importados na Europa" 104/.

O Governo central, percebendo a decadência da qualidade do algodoeiro, atribuiu-a à má fé dos agricultores, quando, para Leitão da Cunha, a verdadeira causa dela estava

"na degeneração natural da semente e na confusão das diversas espécies dela, nos processos de colheita e nos de descaroçamento" 105/.

Acreditando na desonestidade dos produtores, o Governo criou, no início de século, Mesas de Inspeção, com o intuito de restabelecer a qualidade do produto. Sem alcançar o fim para que foram criadas, as Mesas de Inspeção foram abolidas em 1827.

Dez anos depois, no entanto, pela Lei Nº 3, de 3/2/1837, a Assembléia Provincial restabeleceu-as, apesar do Conselho de Estado (1843) haver declarado não ser atribuição das Assembléias Provinciais providenciar sobre a indústria.

.....

103/, R.P.P. Carneiro da Cunha, 1875, p. 3/4.

104/, R.P.P. Leitão da Cunha, 1859, p. 50.

105/. Id. Ibid. p. 50.

A Inspeção do Algodão, para o Presidente da Província, só produziu um bom resultado:

"... assegurar o peso de cada fardo, para garantir os cálculos dos direitos de exportação, o que por si só não justifica as despesas que se tem com a Inspeção. ... ela traz um mal muito sensível, não só aos interesses dos agricultores, como aos da Fazenda: é essa classificação de sortes que ela dá ao gênero, sem vantagem alguma para o desejado restabelecimento de suas qualidades e que oferece ao agricultor decepções às vezes cruéis, e com prejuizos para seu cofre" 106/.

O algodão classificado na Paraíba como de 3<sup>a</sup> sorte era, muitas vezes, levado para Pernambuco e lá vendido como de 1<sup>a</sup>. Nesta transação o agricultor perdia 1\$000 por arroba, além de perder também a Fazenda Provincial, pois o carregamento saía por Recife ou, outras vezes, pelo Rio Grande do Norte. Esse tipo de operação, muito comum, dava grandes lucros aos comerciantes, em prejuizo do agricultor.

A Casa de Inspeção do Algodão era o mercado público do gênero, na Província. Lá eram reunidas todas as sacas que entravam a cada dia, e os compradores que para lá se dirigiam aguardavam a classificação de cada fardo. Concluído o trabalho de inspeção, era escrita em cada fardo a sorte segundo a qual fora classificado. Então,

"um dos compradores declara o preço do dia e, todos acordes, fazem entre si a partilha das sacas que existem. O agricultor é mudo expectador de tudo isso; apenas sabe quem foi que ficou com as suas sacas, para ir receber o dinheiro, conforme o preço, estabelecido daquele modo, e a sorte que se lhe deu" 107/.

---

106/. Id. Ibid., p. 50 a 59

107/. id. Ibid. p. 52.

Segundo uso antigo que era adotado como regra, a diferença de preço, entre as três sortes em que era qualificado o algodão, era de 0\$500 de uma para a outra. Em 1866 passou a ser de 2\$000. Em 1877 foi criada a Inspeção e Peso Oficial do Algodão, para os Presidentes da Província da época um novo e pesado imposto que a lavoura algodoeira já não poderia suportar.

Uma fraude generalizada desde os anos 60 era o roubo puro e simples, nos armazéns, do algodão dos sacos já pesados, formando-se com ele novas sacas. De tal forma o roubo era comum, que tais sacas passaram a ser conhecidas pela designação especial de "sacas crioulas".

Levantamento feito por Toscano de Brito, em 1866, concluiu que não menos de 300 fardos "crioulos" tinham sido exportados, em 1865.

As reclamações da Inglaterra eram constantes, em relação ao peso do algodão, e os lucros obtidos pelos comerciantes nacionais, por esta forma, eram altíssimos. Pelos cálculos de Toscano de Brito, em 1865 os comerciantes que roubavam o algodão tiveram um lucro de, no mínimo, £ 80.000. E acrescentava: "Este cálculo é realmente muito baixo". Tanto a exportação fora maior do que a por ele calculada, como "a subtração deve ter recaído num número muito maior de sacas"<sup>108/</sup>.

As queixas contra os comerciantes eram constantes, mas recaíam sempre sobre os nacionais e, em especial, no caso da Paraíba, sobre os comerciantes de Recife. A vizinhança do grande mercado que era Recife prejudicava muito os negócios da Paraíba. Para José da Costa Machado, Inspetor da Tesouraria da Província, três causas principais concorriam para o fraco comércio paraibano: falta de transportes, a rotina dos processos agrícolas e a proximidade do mercado pernambucano. Acreditava ele que, com a

<sup>108/</sup>. R.P.P. Toscano de Brito, 1866, p.50 a 55.

ajuda do Governo central para a resolução das duas primeiras, causas, abrindo estradas, mandando vir máquinas,

"a serem vendidas aos agricultores que oferecessem maiores garantias de uso, facilitando sua introdução por meio de prêmios ou isenção para os que a usassem" 109/,

a terceira causa já não pesaria. A grande quantidade de gêneros que desta forma afluiria ao mercado, provocaria o surgimento de casas estrangeiras e estas, fazendo

"o carregamento de gêneros coloniais em direitura, para a Europa, trariam em retorno mercadorias, que hoje recebemos de Pernambuco por cabotagem, e estabelecido ficaria o comércio com o estrangeiro" 110/.

Para nosso inspetor, isto "poria em brios" os comerciantes nacionais e os faria "sair do quietismo em que vivem, sem ambições de enriquecerem e sem o receio de quebrarem" e os forçaria:

"a atirarem-se em empresas aventureosas e arriscadas, nas quais, a par dos lucros prováveis, sentirão as emoções que acompanham os sentimentos vivos!" 111/.

#### O mercado interno

As proporções a que chegamos, sobre o destino da produção agro-pecuária, embora aproximadas, não deixam dúvidas sobre um importante setor da produção voltado para o mercado interno. Dentro de uma economia ainda baseada, fundamentalmente, no trabalho escravo, que definia as relações de produção, havia espaço para pequenos e médios proprietários que, utilizando mão-de-obra escrava e familiar, produziam para o mercado.

109/. In. R.P.P. Carneiro da Cunha, 1857, p.10 a 14.

110/. Id. Ibid, p. 11.

111/. Id. Ibid, p. 11.

A própria existência das feiras, em Campina Grande, nos indicava, desde o início da pesquisa, a importância desta produção. A feira de gado realizava-se a cada 5<sup>a</sup> -feira, reunindo o gado da região e do Sertão. A de gêneros ocorria a cada sábado, e sua importância não era apenas para o município, como vimos. Era grande o movimento comercial em Campina Grande. Mesmo antes de suplantare Areia como principal ponto de comércio com o interior, Campina Grande já abastecia, por sua feira, 17% da população da Província. A importância da feira foi sempre em crescimento, no decorrer do século. A briga entre os comerciantes da cidade para que a feira se localizasse próxima às suas casas comerciais fala também sobre a importância dela 112/.

Não encontramos notícia de escravos que comercializassem sua produção, como ocorreu em outras províncias e mesmo na Paraíba 113/.

A importância do mercado local para os produtores de região levou a que a Câmara Municipal tomasse, frequentemente, medidas para proteger o produtor dos intermediários.

O Código de Posturas do Município, elaborado em 1851 e várias vezes refeito, manteve sempre a preocupação de proteger o pequeno produtor:

112/. Ficou célebre a briga entre Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e Baltazar Pereira Luna pela localização da feira, briga que durou de 1869 a 1892.

113/. Sobre o assunto, ver LINHARES, Maria Yedda e SILVA, F.C.T, op. cit.; CARDOSO, Ciro F.S., *Agricultura...*; sobre a Paraíba, Diana Soares de Galliza diz que "Num processo criminal existente no 1º Cartório de Areia, constatamos que o réu, o escravo Benedito, associado a um seu amigo livre, tinha algodão e comerciava com o produto (em 1871 -M.V.) In GALLIZA, Diana Soares de, *O Declínio da Escravidão na Paraíba - 1850-1888*, João Pessoa, UFPB, 1979, p. 148.

"É proibido nesta Vila e povoações de seu termo , vender-se por atacado os gêneros de primeira necessidade que entrarem para a sustentação de seus habitantes, antes da hora do meio-dia, e nos lugares onde houver feira, antes das duas da tarde, conforme o costume. Os infratores, vendedores e compradores, pagarão a multa de 2\$000" 114/.

Em 1884, as modificações foram pequenas, mostrando que , passados mais de 30 anos, a situação basicamente não mudara:

"Fica proibido comprar e vender por atacado, antes das quatro da tarde, gêneros alimentícios expostos na feira desta cidade e do município 115/.

A multa foi aumentada, para 4\$000. O artigo 4, que tratava do comércio ambulante, estabelecia que ninguém podia exercê-lo, em todo o município, "sem pagar imposto anual de 2\$000 para o nacional e 15\$000 para o estrangeiro" 116/.

Em 1883, Irineu Joffily notou a existência, na cidade, de 40 casas de comércio (entre elas 14 de fazendas, uma farmácia e duas boticas). A mais importante, que tinha sido recentemente e berta, era a casa comercial de Cristiano Lauritzen, "que tem avultados capitais" 117/.

Apesar do peso importante que tinha o comércio interno em Campina Grande, não podemos minimizar as dificuldades enfrentadas para sua ampliação. Elas eram devidas não só ao número de es cravos ex cluídos do mercado, que era grande, como também à capacidade de se auto-abastecer das grandes fazendas, justamente o maior mercado potencialmente consumidor de produtos locais. As di ficuldades de transporte também impediam que boa parte da produção que poderia ser comercializada na cidade fosse levada de re giões mais distantes do próprio município à feira central.

114/. In ALMEIDA, Elpídio, op. cit. p. 134.

115/. Id. Ibid. p. 134.

116/. Id. Ibid. p. 135.

117/. Id. Ibid. p. 186.

Não havia qualquer tipo de crédito e os impostos recaíam sobre grande parte da produção. O comércio tendia a ser monopolizado, não só o do algodão como também o de gêneros alimentícios, através da compra por atacado ao pequeno produtor.

O mercado interno campinense era pouco diversificado, apesar de seu volume: carnes, farinha, rapadura, milho, feijão; frutas e arroz, em menor quantidade, e atendia principalmente à população menos favorecida da região e do interior. O consumo daqueles mais abastados era ou produzido em suas próprias fazendas ou atendido pelos produtos importados.

Os gêneros estrangeiros, livres de direitos de consumo a partir de 1860, chegavam quase todas através de Recife. Importava-se azeite de oliva, bacalhau, banha de porco, bebidas espirituosas, bolachas, chá, cerveja, farinha de trigo, genebra (gim), manteiga, vinagres e vinhos; quase todo tipo de tecidos; calçados e vestuários em grande quantidade.

De outras províncias, em especial de Pernambuco (cerca de 95%) e, a seguir, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, do Maranhão, da Bahia e das Alagoas, chegavam arroz, açúcar refinado, bolachas, café em grão, carnes secas, doces diversos, farinhas diversas, fumo, licores, louro, peixes secos e salgados, etc. Nas listas de compras que encontramos - contas de livros de armazéns - ou nos inventários de negociantes de secos e molhados, constavam sempre produtos estrangeiros, especialmente azeite de oliva, bacalhau, manteiga, queijos e vinhos.

Tais limites à expansão do mercado interno foram outro fator a impedir o surgimento de uma economia de pequenos e médios produtores independentes.

O crescimento do mercado interno não pode ser analisado separadamente do grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho e da propriedade privada, fundamentos basilares do capitalismo. Sua ampliação e seus limites nos indicam em

que ritmo se desenvolve o capitalismo, e o mercado da força de trabalho é um indicador seguro desse desenvolvimento. Só quando a força de trabalho se tornar, ela também, uma mercadoria, poderá haver sensível e constante ampliação do mercado interno. Este foi o maior limite imposto ao crescimento do mercado interno na região.

A cristalização de formas de trabalho só em pequena medida assalariado, e a lentidão com que foi sendo aumentada a proporção em dinheiro paga ao trabalhador retardaram a constituição do mercado interno para o capitalismo.

A formação do mercado interno na região coincidiu com o processo de desagregação da economia escravista e da subordinação dos pequenos e médios produtores aos grandes proprietários que se transformavam, muitos deles, numa burguesia agrária e comercial, iniciando alguns pequenas indústrias urbanas.

As dificuldades para acumular levaram a que esta incipiente burguesia agrária buscasse manter formas de trabalho em que o salário monetário constituísse apenas pequena parcela. Mas a manutenção de tais formas, se por um lado facilitava a acumulação, por outro lado, ao frear a ampliação do mercado interno, limitava o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, da própria burguesia.

Este processo contribuiu também para maior atrelamento do capitalismo brasileiro ao exterior, uma vez que boa parte da produção era voltada para o mercado externo.

Os impostos incidiam sobre quase todo tipo de produção, ou atividade comercial. A maior parte deles era de impostos provinciais, os mais importantes recaíndo sobre a produção pecuária.

O dízimo do gado vacum e cavalari, com origem nas Bulas Pa\_

tificias, manteve-se sem alteração durante o século passado. Em 1833 entrou a fazer parte da arrecadação provincial. Em 1837, foi determinado que se cobrasse também os pontos de avaliação, quando fosse menor de 10 "o número de indivíduos produzidos"<sup>118/</sup>. Cobravam-se ainda 2\$000 por cabeça de gado abatido para o consumo, imposto este que representava o terceiro item das rendas provinciais. O imposto sobre gado miúdo era de arrecadação municipal.

Havia também a meia-siza de escravos, imposto que foi baixando depois da extinção do tráfico. Fora de 5% até 1850; neste ano baixou para 3% e logo, em 1852, para 2%<sup>119/</sup>. Ao mesmo tempo, aumentaram os impostos sobre a saída de escravos da Província. Este imposto apareceu pela primeira vez em 1840, sendo de 10\$000 por escravo despachado. Entre 1842 e 1846, o imposto caiu para 5\$000. Em 1850, passou para 100\$000 e para 200\$000 de 1857 a outubro de 1861. Neste ano caiu de 200\$000 para 25\$000<sup>121/</sup>.

Os produtos de exportação eram onerados não só pelos impostos. Era preciso levar o produto às repartições do Governo, para inspeção, além das fraudes que, como vimos, não eram de se desprezar.

O imposto do algodão, até a década de 70, ficou em torno de 4%, passando a seguir para 5%; o de couros secos e salgados, que era de 3% em 1856, já havia subido para 8% em 1877 e chegou a 10% no final do século. Os demais gêneros pagavam em torno de 5%.

A principal renda provincial vinha das exportações e, logo a seguir, do dízimo do gado e do imposto cobrado pelo consumo interno da carne.

<sup>118/</sup>. R.P.P. Carneiro da Cunha, parte referente ao Relatório do Inspetor do Tesouro, 1857, p.7 a 9.

<sup>119/</sup>. Id. Ibid.

<sup>120/</sup>. R.P.P. Araújo Lima, Anexo E - "Consulado Provincial", 1861. p. 1

<sup>121/</sup>. R.P.P. Araújo Lima, "Fazenda Provincial", 1862, p. 3

Em 1850, Campina Grande figurava no 3º lugar da lista de impostos arrecadados pela Província, contribuindo com 13% de seu total. Em primeiro lugar estava a capital ( 21% ) e em segundo, Areia ( 17% ) <sup>122/</sup>.

A porcentagem paga por Campina Grande por cabeça de gado abatida para consumo era bem mais alta do que a paga pelo dízimo do gado. Alguns exemplos mostram bem a diferença <sup>123/</sup>:

|      | Dízimo do gado em pē | Imposto de carnes |
|------|----------------------|-------------------|
| 1868 | 800\$000             | 2:500\$000        |
| 1869 | 307\$000             | 2:600\$000        |

Apesar dos dados, não é bastante seguro extrapolar deles que o gado campinense fosse principalmente destinado ao consumo. Já vimos como se fazia o fisco no dízimo do gado e, certamente, o controle sobre o consumo da carne podia ser bem maior.

Dos impostos que pesavam sobre a população, o "imposto do chão" era dos mais detestados, tendo sido um dos motivos da rebelião dos Quebra-Quilo. O exemplo a seguir foi dado pelo próprio Comandante das Forças Imperiais da Paraíba:

"Um pobre homem trazia às vezes para a feira uma certa quantidade de farinha, no valor de 2\$000; logo que pousasse no chão o saco que trazia;

<sup>122/</sup>. Na arrecadação de impostos provinciais de 1850, foi a seguinte a participação de Campina Grande (em porcentagem sobre o total arrecadado em

toda a Província):

|                                                                                   |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------|
| meia siza de escravos                                                             | 5,2  |
| selo de heranças e legados                                                        | 41,8 |
| décima de prédios urbanos                                                         | 8,41 |
| imposto de carnes                                                                 | 9,14 |
| imposto de tavernas                                                               | 3,8  |
| imposto de tendas e oficinas                                                      | 28,5 |
| imposto de engenhos e engenhocas                                                  | 9    |
| rendas não classificadas                                                          | 17   |
| Total nos rendimentos provinciais                                                 | 13   |
| Porcentagem tirada com base nos dados constantes do R.P.P. Sã e Albuquerque, 1851 |      |

<sup>123/</sup>. R.P.P. Venâncio José de Oliveira Lisboa, 1869, p. 21.

pagava imediatamente uma certa quantia, porém se por qualquer circunstância ele mudava de lugar, tinha que pagar novamente o imposto, e pagaria quantas vezes mudasse de lugar; de modo que muitas vezes, sem ter ainda vendido o que trazia, já tinha pago ao exigente arrematador o dobro do valor do que trazia para vender. ...Em Pedras de Fogo, o arrematante vendo que um homem que trazia uma pequena quantidade de frutas, no valor de 160 réis, não lhe dava lugar a cobrar o imposto do chão, por não querer descansar o cesto, usou o artifício de entreter com ele conversação e oferecer-lhe um cigarro, e assim que o homem, para acender o cigarro, descansou o cesto, o arrematante cobra-lhe 200 réis que aquele lhe era devido". 124/.

Não existia crédito oficial para a região. A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, criada em 1860 (e que exigiu o registro e a medição de terras para a concessão de empréstimos), só atendeu aos plantadores de café. Na década de 70, foi estendido aos senhores de engenho que investissem nos engenhos centrais, mas para o algodão não houve qualquer benefício oficial. O crédito era obtido através de empréstimos particulares, em parte fornecido pelos maiores comerciantes que, através deles, apoderavam-se de parte dos lucros da produção.

Os juros destes empréstimos eram bastante altos: 1,5% ao mês na década de 50, de 2 a 2,5% ao mês entre 1860 e 1890, e de 3%, no final do século.

A circulação monetária era pequena, pelo que se pôde constatar dos inventários, pois muito poucos deixaram dinheiro

---

124/. In, MONTEIRO, Hamilton de Matos, *Crise Agrária e Luta de Classes - (O nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889)*. Brasília, Horizonte, 1980, p. 132/133.

vivo. Foi grande também, durante todo o período, a falta de moedas de pequeno valor, dificultando o comércio a varejo.

Em 1857, ao passar o governo da Província a Beaurapaire Rohan, Carneiro da Cunha expôs o assunto e acrescentou:

"Aproveitam-se da situação os usurários, para exigirem altos âgios pelo troco da moeda. Alguns negociantes antes de crédito firmado nesta praça, no propósito de remover dificuldades ocasionadas pela falta de troco, se reuniram e resolveram emitir, sob sua fiança e responsabilidade, bilhetes no valor de 0\$500, 1\$000 e 2\$000. ...O assunto é grave e não me foi possível resolvê-lo logo" 125/.

A situação perdurou por toda a segunda metade do século, com os maiores comerciantes emitindo suas cédulas de pequeno valor. Em 1895, o movimento dos "Rasga-Vale", em Campina Grande, provocado por divergências políticas locais, mostrou que grandes comerciantes da cidade emitiam seu próprio papel-moeda.

Poucos inventariados deixaram dinheiro em espécie. Apenas 3,5% do total e, assim mesmo, na maioria, muito pouca quantidade:

#### QUADRO XV

Porcentagem dos inventariados que deixaram dinheiro em espécie  
Município de Campina Grande - 1840-1905

| Porcentagem dos inventariados sobre o total | Quantidade do dinheiro deixado |
|---------------------------------------------|--------------------------------|
| 16                                          | até 10\$000                    |
| 16                                          | de 51\$000 a 100\$000          |
| 39                                          | de 101\$000 a 500\$000         |
| 16                                          | de 501\$000 a 1:000\$000       |
| 13                                          | de 1:001\$000 a 2:700\$000     |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

A máxima quantia deixada foi a de 2:700\$000, com a única

125/, R.P.P. Carneiro da Cunha, 1857, p. 4

exceção do Cel. Honorato da Costa Agra, que deixou 30:000\$000. Mas era dinheiro de gado que acabara de vender.

Dos inventariados, 28,5% deixaram dívidas, sendo que 65% destes dívidas bastante altas, de mais de 1:000\$000. Consideramos, no quadro abaixo, somente as dívidas maiores de um conto de réis (a partir dos que deixaram dívidas passivas).

#### QUADRO XVI

Ocupação dos credores das dívidas de 1:000\$000 ou mais - Município de Campina Grande - 1840-1905

| OCUPAÇÃO DOS CREDORES            | PORCENTAGEM DELES SOBRE O TOTAL DOS INVENTARIADOS |
|----------------------------------|---------------------------------------------------|
| Agricultores e criadores locais  | 40                                                |
| Negociantes de Campina Grande    | 29                                                |
| Negociantes de Recife            | 24                                                |
| Negociantes da Paraíba (capital) | 7                                                 |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Vemos que 60% das dívidas eram a negociantes, e que 69% delas a negociantes e proprietários locais. Isto nos mostra a dependência da pequena produção para com o mercado local, intermediário, direta ou indiretamente, das grandes casas comerciais da Paraíba ou de Recife (ver anexo 2).

No quadro XVII examinamos a ocupação dos devedores. Note-se que aqueles que não têm indicação de lavouras nos inventários são, de modo geral, pequenos e médios produtores, que constituíam a maioria dos endividados.

O número de inventariados que deixaram dívidas ativas foi bem maior: 17,3% do total; e aqueles que contavam com dívidas ativas maiores de 1:000\$000 eram apenas 3%. O quadro XVIII mostra sua ocupação.

## QUADRO XVII

Ocupação dos devedores de 1:000\$000 ou mais - Município de Campina Grande - 1840-1905

| OCUPAÇÃO DOS DEVEDORES                               | PORCENTAGEM DELES SOBRE O TOTAL DOS DEVEDORES |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Negociante e criador                                 | 2                                             |
| Agricultor de cana                                   | 2                                             |
| Criador, agricultor e negociante de algodão          | 3,5                                           |
| Agricultor de algodão e cana                         | 3,5                                           |
| Agricultor de algodão                                | 3,5                                           |
| Só negociante (fazendas, miudezas, secos e molhados) | 9,5                                           |
| Agricultor, criador e negociante (a)                 | 13                                            |
| Agricultor (a)                                       | 13                                            |
| Criador e negociante de algodão                      | 15                                            |
| Criador e agricultor (a)                             | 35                                            |

(a) Agricultores sem indicação de lavoura

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

## QUADRO XVIII

Ocupação dos inventariados credores de dívidas de 1:000\$000 ou mais - Município de Campina Grande - 1840-1905  
(DE DÍVIDAS ATIVAS)

|                                                                                                                                                              |      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Grandes proprietários de terra, gado, escravos e possuidor de máquinas de beneficiar algodão (entre eles um dos maiores senhores de engenho de açúcar local) | 31   |
| Grande proprietário de terra e gado                                                                                                                          | 15,5 |
| Médio proprietário de terra e gado                                                                                                                           | 15,5 |
| Grande criador, agricultor e negociante de algodão                                                                                                           | 11,5 |
| Grande negociante e criador                                                                                                                                  | 8    |
| Grande proprietário de terra, com algodão e gado                                                                                                             | 8    |
| Só negociante (fazendas, miudezas, secos e molhados) (?)                                                                                                     | 3,5  |
| Somente negociante de algodão                                                                                                                                | 3,5  |
| Grande proprietário com casas de farinha                                                                                                                     | 3,5  |

(?) - Este tipo de dívida é, na grande maioria, de contas de livros.

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Vemos que a maioria dos emprestadores de dinheiro (62%), estava ligada ao beneficiamento e ao comércio do algodão. Esta indicação nos mostra um deslocamento do poder baseado apenas na posse da terra para um grupo de grandes proprietários ligados ao comércio e beneficiamento do produto. Foi se ligando ao comércio, e por serem também, na maioria, grandes criadores, que os grandes proprietários sobreviveram às sucessivas crises por que passou a lavoura algodoeira no período. Não só investiram em máquinas, como se beneficiaram das novas condições que favoreciam o crédito, especialmente o hipotecário.

Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e o Cel. Honorato da Costa Agra são, entre outros, dois exemplos das transformações por que passava a economia local. Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, negociante chegado do Recife na década de 50 do século passado, tornou-se, a partir de negócios com algodão e empréstimos, também um dos maiores senhores de terras, gado e escravos do município. O Cel. Honorato da Costa Agra, com raízes na grande propriedade territorial desde a fundação de Campina Grande, foi o primeiro a introduzir um motor para o beneficiamento do algodão em suas propriedades - 46, ao todo. Tornou-se, além de grande fazendeiro de algodão, gado e farinha, um dos representantes da burguesia agrária local<sup>126/</sup>.

---

<sup>126/</sup> Fato aparentemente curioso, os grandes negociantes que se ligaram à terra, como Alexandrino C. de Albuquerque, tornaram-se chefes locais do Partido Conservador, enquanto que os grandes senhores de terra que se modernizavam, como o Cel. Honorato da C. Agra, chefiavam o Partido Liberal, do qual eram ardorosos adeptos. Sobre liberais e conservadores no Segundo Reinado, e suas posições sobre a agricultura, ver a análise de LINHARES, M.Y. e SILVA, F.C. T., op. cit; sobre a luta de conservadores e liberais, na Paraíba e em Campina Grande, ver SILVA, Eliete de Q. G. *O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945)* Dissertação de Mestrado, Campina Grande, mimeo., 1985.

Em Campina Grande, encontramos o registro de hipotecas a partir de 1876. Mas, desde 1858 (o mais antigo Livro de Notas que encontramos), as hipotecas são freqüentes. Em 1858-1859, encontramos seis escrituras de hipotecas: 4 de terras; uma de terra e gado; e uma de terra e escravos. Para as décadas de 60 e 70 os dados são muito mais completos.

## QUADRO XIX

Hipotecas registradas em Campina Grande - 1860-1869

| TIPO DE BEM HIPOTECADO      | NÚMEROS ABSOLUTOS |
|-----------------------------|-------------------|
| Terra                       | 9                 |
| Escravos                    | 14                |
| Terra e escravos            | 1                 |
| Estabelecimentos de algodão | 2                 |
| Terra, escravos e gado      | 3                 |
| Gado                        | 1                 |
| Casas na zona urbana        | 6                 |
| TOTAL                       | 36                |

FONTE: Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

## QUADRO XX

Hipotecas registradas em Campina Grande - 1870-1876

| TIPO DE BEM HIPOTECADO | NÚMEROS ABSOLUTOS |
|------------------------|-------------------|
| Terra                  | 14                |
| Terra e escravos       | 1                 |
| Terra, escravos e gado | 1                 |
| Terra e gado           | 1                 |
| Casas na zona urbana   | 3                 |
| TOTAL                  | 20                |

FONTE: Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

É nítida a perda do valor do escravo como bem hipotecável, apesar da grande subida de seus preços. Das 36 hipotecas da década de 60, 18 eram de escravos (50%), enquanto que de 1870 a 1876 encontramos apenas 2 (10%) <sup>127/</sup>.

<sup>127/</sup>. Somente Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque era credor de 26% das hipotecas.

O primeiro Indicador Geral do Registro de Hipotecas de propriedades rurais, em Campina Grande, é de 30 de maio de 1876. Em 180 hipotecas registradas, a principal ocupação do hipotecante era a seguinte:

QUADRO XXI

Principal ocupação dos hipotecantes - Município de Campina Grande - 1876-1900 (porcentagem sobre os 180 casos encontrados).

| OCUPAÇÃO DO HIPOTECANTE  | PORCENTAGEM |
|--------------------------|-------------|
| Criadores                | 48          |
| Agricultores             | 26          |
| Agricultores e criadores | 10          |
| Comerciantes             | 6           |
| Domésticas (a)           | 4,5         |
| Criadores e negociantes  | 1,5         |
| Advogados                | 1           |
| Empregados públicos      | 0,5         |
| Carpinas                 | 0,5         |
| Serviços de Agricultura  | 0,5         |
| Sapateiro                | 0,5         |
| Serviços de agulha       | 0,5         |
| Negociante e artista (b) | 0,5         |
| TOTAL                    | 100,0       |

(a) - No caso, tratava-se de viúvas que haviam entrado na posse dos bens do marido.

(b) - Nome dado, na época, aos que se dedicavam a atividades artesanais ou de pequenas indústrias.

FONTE: Indicador Geral do Registro de Hipotecas, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

A Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas - apesar de só termos encontrado fragmentos dela - dá indicações mais completas. Além de apresentar a profissão ou principal atividade do credor e do hipotecante, apresenta algumas vezes os juros cobrados e o prazo do empréstimo hipotecário (ver anexo 3).

Os preços

O grande aumento dos preços na região, na segunda metade do século passado, afetou principalmente o gado. Para os produtos de alimentação e instrumentos de trabalho o quadro que podemos montar é incompleto, porque os dados não são permanentes co-

mo os do gado. Quanto ao algodão, os dados confirmam a queda dos preços e sua difícil recuperação (anexo 1), a partir dos anos 70.

O preço do gado manteve-se estável nos primeiros 17 anos do período pesquisado (1839-1846). (Para a questão de preços examinamos inventários de 1839.) No final da década de 40 sofreu um grande aumento (56%), e de novo se manteve estável por mais 18 anos. A partir de 1865 os aumentos ocorreram em períodos de tempo mais curtos e o maior deles foi no início dos anos 80 (acreditamos que muito em resultado da grande seca de 1877-1879). Como o gado que havia em maior quantidade na região era o vacum, tomamos como base o preço de uma vaca parida, em 1939:

#### QUADRO XXII

Índice de preço do gado no Município de Campina Grande -  
1839-1903 (1839 = 100)

| ANOS      | ÍNDICE | PREÇO   |
|-----------|--------|---------|
| 1839-1846 | 100    | 16\$000 |
| 1847-1864 | 156    | 25\$000 |
| 1865-1870 | 187    | 30\$000 |
| 1871-1881 | 219    | 35\$000 |
| 1882-1890 | 343    | 55\$000 |
| 1891-1903 | 469    | 75\$000 |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

É de se notar que os dois maiores aumentos percentuais correspondem a grandes períodos de seca: 56,25% depois da grande seca de 1844-1845 e 57% depois da seca de 1889, se bem que não se percebe aumento desta proporção depois da seca de 1877. Em todo caso, como destaca o professor Ciro Flamarion Cardoso, como são preços nominais, não refletem a desvalorização da moeda, muito violenta, em especial na época do Encilhamento.

Para os produtos de alimentação, apesar dos dados encontrados serem muito dispersos, achamos de utilidade montar o quadro XXIII:

## QUADRO XXIII

Índices de preços de alguns produtos de alimentação - Município de Campina Grande

| PRODUTOS            | ANO  | ÍNDICES<br>(o primeiro ano=100) | PREÇO POR QUILO |
|---------------------|------|---------------------------------|-----------------|
| CARNE VERDE         | 1856 | 100                             | 0\$200          |
|                     | 1886 | 280                             | 0\$560          |
|                     | 1895 | 400                             | 0\$800          |
|                     | 1898 | 750                             | 1\$500          |
| BACALHAU            | 1856 | 100                             | 0\$360          |
|                     | 1865 | 133                             | 0\$480          |
|                     | 1886 | 133                             | 0\$480          |
|                     | 1902 | 277                             | 1\$000          |
| FARINHA DE MANDIOCA | 1884 | 100                             | 0\$280          |
|                     | 1898 | 1.071                           | 3\$000          |
| ARROZ               | 1884 | 100                             | 0\$200          |
|                     | 1902 | 215                             | 0\$430          |
| AÇÚCAR              | 1856 | 100                             | 0\$130          |
|                     | 1884 | 177                             | 0\$230          |
|                     | 1898 | 330                             | 0\$430          |
| CAFÉ                | 1856 | 100                             | 0\$400          |
|                     | 1865 | 125                             | 0\$500          |
|                     | 1884 | 150                             | 0\$600          |
|                     | 1886 | 160                             | 0\$640          |
|                     | 1898 | 200                             | 0\$800          |
|                     | 1902 | 240                             | 0\$960          |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.128/

Em 1878, o custo diário com a alimentação de um adulto a bastado era arbitrado em 1\$000, enquanto que o de um escravo a-

128/. Na Província do Ceará, foi o seguinte o aumento porcentual dos preços dos cereais, no decênio 1847-1857:

farinha de mandioca 117,6%  
 milho 40,9%  
 feijão 20,0%  
 arroz 93,9%

In. LUZ, Nícia Vilela, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, SP. Alfa-Omega, 1975, p.31; sobre os preços na segunda metade do século passado, ver também LINHARES, Maria Yedda, e SILVA, F.C.T. op. cit.

dulto, em 0\$100; em 1882, um juiz determinava, para a alimentação de um órfão remediado, a quantia de 0\$600 diários. Considerando que o adulto era dos fazendeiros mais ricos da região, e que a quantia estabelecida em 1882 era para a alimentação de uma criança, podemos dizer que não diferem muito. Já o preço com a alimentação de escravos aumentou em maior proporção: passou de 0\$100 diários, em 1878, para 0\$300, em 1882, para um escravo adulto, e de 0\$100 para 0\$150, nos mesmos anos, para um ingênuo.

Encontramos apenas um dado que nos permitisse ter uma idéia de despesas relativas à seca. Apesar de ser uma indicação isolada, não deixa dúvidas sobre o alto preço que deviam pagar os que faziam frente às secas e, portanto, sobre a impossibilidade dos menores produtores fazerem face às mesmas. Em 1889, foram os seguintes os serviços contratados por um fazendeiro, e o preço que pagou por eles, durante 14 meses de seca:

|                                                     |          |             |
|-----------------------------------------------------|----------|-------------|
| 85 cargas d'água, a 0\$320 cada uma                 | 27\$200  |             |
| 472 cargas de capim, a 0\$500 cada                  | 236\$000 |             |
| Tratamento do cavalo usado no transporte das cargas | 140\$000 |             |
| Outras despesas com serviços diversos               | 26\$760  |             |
| TOTAL                                               | 429\$960 | <u>129/</u> |

Os instrumentos de trabalho, com exceção dos mais simples, sofreram aumentos sensíveis, como indica o quadro XXIV.

Não há dados que nos permitam calcular o lucro dos produtores de algodão como se têm, por exemplo, para o açúcar. Temos que nos contentar com os que nos são fornecidos nos inventários sobre bens e nível de vida dos grandes proprietários. Podemos acompanhar o crescimento de seus bens através de vários inventários de uma mesma família, das referências às propriedades anteriores ao inventário e, principalmente, através das transações de compra, venda e hipotecas. Outros dados importantes, além das dívidas ativas, são o montante de bens como ouro, prata, cobre, móveis, louças, etc, do que tratamos

129/ Documento arquivado no Cartório do 3º ofício de Campina Grande.

no capítulo III.

QUADRO XXIV

Preços de alguns instrumentos de trabalho inventariados no Município de Campina Grande

| OBJETO          | ANO  | PREÇO  |
|-----------------|------|--------|
| MACHADO         | 1842 | 0\$320 |
|                 | 1846 | 0\$640 |
|                 | 1880 | 1\$000 |
|                 | 1903 | 1\$000 |
| FERRO DE CAVAR  | 1843 | 0\$320 |
|                 | 1893 | 0\$400 |
| FOICE           | 1846 | 0\$320 |
|                 | 1893 | 0\$500 |
| MARCA DE FERRAR | 1842 | 0\$320 |
|                 | 1843 | 0\$400 |
|                 | 1882 | 2\$000 |
| ENXADA          | 1843 | 0\$500 |
|                 | 1850 | 0\$640 |
|                 | 1854 | 0\$800 |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

A falta de capitais parece ter sido a principal dificuldade para um progresso mais rápido na adoção de inovações técnicas na região. Ou melhor,

"Capitais temos, o que nos falta é dinheiro, .... pois semelhante capital não é facilmente convertido em moeda corrente" 130/.

Sabiam os produtores da importância da modernização, afirmando que

"a introdução de aparelhos aperfeiçoados, só por si duplica o produto e dá 30 ou 40% de lucros diretos, além dos indiretos, resultantes do tempo tornado disponível pela divisão do trabalho" 131/.

130/ Discurso do Comendador Antônio Valentim da Silva Barroca no Congresso Agrícola do Recife, *op. cit.* p. 135

131/ Discussão sobre o parecer da Comissão, *op. cit.* p. 345.

A divisão entre "a cultura e o fabrico é urgente"<sup>132/</sup>, reconheciam. Este não é um discurso de homens de mentalidade "feudal" e atrasada, procurando manter privilégios decorrentes exclusivamente da posse improdutiva de grandes latifúndios.

Ao mesmo tempo, as dificuldades para a aquisição de novas máquinas, e a facilidade em aproveitar-se da mão-de-obra escrava (que já possuíam), e do trabalho praticamente gratuito de moradores, levou a que a modernização se desse no beneficiamento do açúcar e do algodão, enquanto que a lavoura seguiu a mesma rotina que antes.

Não havia transações bancárias, no município. A necessidade de dinheiro era suprida através de hipotecas, empréstimos (muitas vezes com garantia apenas verbal), feitos pelos homens mais ricos da região. Os pequenos comerciantes, assim como pequenos e médios produtores estavam, na maioria, endividados, ou aos grandes proprietários e comerciantes da região, ou a negociantes da Paraíba e do Recife.

### 3. A ESFERA POLÍTICO-ECONÔMICA - O ESTADO

As transformações corridas na segunda metade do século obrigavam o Governo Imperial a ampliar seus órgãos de direção. Esta necessidade era ainda maior pela política intervencionista do Estado na produção. Em 1860 foi criada a Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, da qual eram atribuições a administração da agricultura, do comércio, da indústria e mineração; o ensino profissional indus-

---

<sup>132/</sup>. Parecer da Comissão... In. Congresso Agrícola do Recife, op. cit., p. 345.

trial e agrícola; a pesquisa industrial e agrícola; a divulgação de conhecimentos necessários a esse campo de atividades; a concessão de patentes de invenções, a incorporação de sociedades agrícolas, coloniais, etc; o registro, legitimação, medição e demarcação de terras; a venda de terras públicas e a colonização (exceto colônias militares); catequese, obras públicas, iluminação, correios e telégrafos e serviço de bombeiros.

A Secretaria de Estado de Negócios da Fazenda era encarregada, entre outras coisas, do Tesouro Nacional, Alfândega, Comissão do Estado e Mesas da Renda e do Consulado da Corte.

"A Secretaria de Negócios da Fazenda tinha influência na formulação da política agrícola, na medida em que lhe competiam as iniciativas em matéria fiscal, de crédito, emissões, controle da moeda, dos orçamentos e alocação de recursos"<sup>133/</sup>.

A Receita Federal, em 1889, destinou 70% de seus recursos aos já então ministérios da Fazenda (40%) e Agricultura (30%).

As grandes questões de política econômica que marcaram a segunda metade do século giravam principalmente em torno da abolição e maneiras de substituir o braço escravo, da questão da terra, do padrão-ouro, do código comercial e da política fiscal.

A importância que tinha o comércio nas transformações econômicas por que passava o país fortaleceu uma burguesia comercial e uma embrionária burguesia industrial que, de modo geral, se posicionaram contra o trabalho escravo, lutaram pela Lei de Terras e, especialmente, pelo Código Comercial e a regulamentação das hipotecas, pois a antiga legislação portuguesa, que ainda vigorava, não dava maiores garantias aos credores, impedindo a execução das dívidas.

O Poder Executivo, por seu lado, adotava uma política de

<sup>133/</sup>. Toda a parte sobre política econômica e administração está baseada no livro da Professora Eulália Maria L. Lobo, op. cit. Sobre o assunto, ver também LINHARES, M.Y e SILVA, F.C.T. da, op. cit.

intervenção na economia, nas áreas que considerava prioritárias, entre as quais figuravam: a política de imigração de mão-de-obra, a política de colonização, a aplicação da Lei de Terras, o ensino e divulgação da tecnologia, o crédito régio, a formação da empresa agrícola-industrial, envolvendo a especialização de funções da produção agrícola e da agro-indústria e a introdução de máquinas, além da política de transportes.

Vamos verificar se e como tais políticas, no Nordeste, beneficiaram a Paraíba.

Na promoção da agricultura, segundo as prioridades acima citadas, as verbas foram destinadas, principalmente, aos transportes e, mais tarde, à política de migração e colonização. A construção de estradas de ferro (com exceção de Pernambuco e Bahia) beneficiou quase que exclusivamente as áreas cafeeiras<sup>134/</sup>, e a migração e colonização estas áreas exclusivamente.

O governo, a que faltavam capitais para levar adiante as políticas que se faziam necessárias, preocupou-se em atrair capital estrangeiro que financiasse a modernização da agricultura.

134/, Ferrovias em tráfico (1870-1871):

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| Pedro II                  | 260,480 km |
| Santos-Jundiaí            | 139,600 km |
| Bahia-São Francisco       | 123,500 km |
| Recife-São Francisco      | 124,900 km |
| Cantagalo-Porto de Caxias | 49,100 km  |
| Mauá                      | 17,500 km  |
| Apipucos-Caxangá          | 8,775 km   |
| Recife-Olinda             | 8,000 km   |
| TOTAL                     | 731,855 km |

Ferrovias em construção (1870-1871)

|                                                                                       |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Pedro II (3ª e 4ª seções)                                                             | 160,000 km |
| Ramal de Valença da Pedro II                                                          | 25,000 km  |
| Trecho entre Cachoeiro e Nova Friburgo, da Estrada de Ferro Cantagalo-Porto de Caxias | 35,000 km  |
| Jundiaí-Campinas (nova zona cafeeira)                                                 | 69,000 km  |
| Jundiaí-Itu (nova zona cafeeira)                                                      | 332,000 km |

FONTE: Relatório do Ministro da Indústria, Comércio e Obras Públicas à Assembléia Legislativa, 3ª sessão da 14ª Legislatura. Ministro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio, Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, p. 102. In. LOBO, Eulália, op. cit., p. 62

"Os juros dos empréstimos à lavoura, que nas décadas de 20 e 30 atingiram 30%, passaram, na região do café, a partir da atuação do Banco do Brasil, a 17% ao ano (juros e amortizações) e o prazo de pagamento expandiu-se de um para seis anos" 135 /.

Nas outras áreas não houve modificações, com exceção dos juros garantidos aos que investissem em ferrovias e engenhos centrais.

O crédito rural, na segunda metade do século passado, era problema crucial, principalmente porque os três principais produtos agrícolas tinham grande necessidade dele. O café, por sua expansão e o açúcar e o algodão devido à queda dos preços no mercado internacional. Os comerciantes nacionais, que até então forneciam créditos aos plantadores, com a queda dos lucros tinham dificuldades em continuar a fazê-lo na mesma proporção de antes.

A reforma hipotecária, em 1864, estabeleceu as bases para as sociedades de crédito real e estipulou o objeto das hipotecas:

"Imóveis, acessórios dos imóveis (escravos, animais e outros especificados nos contratos); o domínio direto e útil dos bens enfitêuticos; os utensílios de lavoura e das fábricas respectivas, aderentes ao solo; ...Os imóveis que não podiam ser alheados também não podiam estar sujeitos à hipoteca" 136 /.

O debate sobre o crédito rural, na década de 70, deveu-se em grande medida à crise agrícola que se desencadeou na ocasião. Era opinião dos Presidentes de Província que uma das mais graves causas para o declínio da agricultura fora a fal-

135/ Id. Ibid., p. 84

136/ Id. Ibid., p. 126

ta de capitais. Os agricultores estavam endividados, não havia quase bancos e os empréstimos feitos por negociantes eram limitados. Geralmente, os agricultores recorriam a particulares, recebendo empréstimos através de letras abonadas. As taxas de juros variavam: de 7 a 12% ao ano em algumas províncias, de 18 a 24% em outras, chegando, em algumas, de 48 a 72%. Os curtos prazos dos empréstimos representavam uma grande dificuldade para a amortização.

Algumas províncias - São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo - preferiam bancos de crédito agrícola, que emprestassem sobre a colheita, escravos, gado, letras e penhor. A Paraíba, juntamente com Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia era favorável a bancos de crédito territorial, subsidiados pelo Governo. E foi esta a solução adotada,

"para que fosse possível obter o capital necessário, sobretudo nas provinciais mais pobres"<sup>137/</sup>.

Os Congressos Agrícolas, do Rio e do Recife, em 1878, queixaram-se amplamente do crédito. O Banco do Brasil, principal em prestador, exigia o pagamento de amortização de mais de 8% ao ano, juros de 9% ao ano e pagamento integral da dívida dentro de seis anos<sup>138/</sup>.

O único banco hipotecário de crédito real, no Nordeste, foi o de Pernambuco; assim mesmo, só se instalou em 1886, concedendo empréstimos a 8% ao ano, até 30 anos de prazo.

Em outubro de 1885, foi aprovada a lei de execução de hipotecas, que dava maior garantia à execução de penhores. Entre outras coisas, ficou estabelecido que:

<sup>137/</sup> "Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar, apresentado à Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas Comissões da Fazenda e Especial, nomeadas em 16 de abril de 1875, Rio de Janeiro". Rio, Typographia Nacional, 1875, p. 35. Id. Ibid., p. 127.

<sup>138/</sup> Id. Ibid., p. 129.

"Os bancos e sociedades de crédito real, assim como qualquer capitalista, poderão fazer empréstimos aos agricultores, a curto prazo, sob penhor de colheitas pendentes, produtos agrícolas, animais, máquinas, instrumentos e quaisquer outros acessórios não compreendidos nas escrituras de hipotecas e quando o estejam, procedendo consentimento do credor hipotecário". 139/.

O penhor agrícola podia ser feito tanto pelos proprietários como pelo arrendatário ou colono, mas estes últimos deveriam apresentar a permissão do proprietário.

Segundo a professora Eulália Lobo,

"A evolução do crédito rural, no século XIX, permite observar a desintegração do regime escravista, a reformulação da propriedade agrícola para fins hipotecários e do penhor agrícola, o surgimento das companhias de colonização de agricultura, dos bancos e sociedades de crédito real e da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Estas transformações, na transição para o capitalismo, revelam o declínio do poder dos fazendeiros da cana, do algodão, do tabaco e do café do Vale do Paraíba e a ascensão da burguesia comercial e financeira" 140/.

Mas o que observamos, em relação aos grandes fazendeiros da área estudada, é que seu poder não declinou. Como já colocamos, foram eles que se modernizaram, introduzindo máquinas de beneficiar (descaroçar, prensar e ensacar) o algodão, os que mantiveram a mão-de-obra escrava até o fim e, ao mesmo tempo, pela quantidade de terra que possuíam, puderam utilizar o trabalho de numerosos moradores e agregados, contratar mão-de-obra assalariada (mesmo que de início só temporariamente), aforar ou arrendar suas terras e, principalmente, ligar-se aos circuitos de comercialização do algodão. Foram também os fornecedores de crédito aos menores produtores locais, os únicos com-

139/. Id. Ibid., p. 131.

140/. Id. Ibid., p. 131.

pradores de sua produção, mantendo-os, por isso, ou sob sua dependência, ou fazendo-os desaparecer, por execução de hipotecas.

#### CONCLUSÃO

O processo de transformação da economia colonial escravista, criando as bases para as relações de produção capitalistas, que ocorreu na segunda metade do século XIX, tem sido bastante discutido, se bem que, na maioria das vezes, a discussão trate da economia cafeeira paulista. É normal que assim ocorra, uma vez que foi na economia agrária cafeeira de São Paulo que se deram as primeiras e mais importantes transformações no sentido capitalista.

A discussão tem destacado, principalmente, o papel do capital comercial e das formas de trabalho surgidas na passagem do trabalho escravo ao trabalho livre.

O estudo da economia agrária no município de Campina Grande, nesse período de transição, apesar de se tratar de um estudo local, não pode ser isolado do que ocorria no resto do país, e foi dentro da situação geral do país que procuramos ver as especificidades locais. Por isto mesmo, não podemos deixar de ter as mesmas indagações que se colocam para quem estuda o período: que mudanças se processaram e em que sentido se desenvolveram?

Começamos a pesquisa a partir de 1840, em pleno domínio das relações de produção escravistas, para entrar, na segunda metade do século, num período de reordenamento das estruturas produtivas

"para adequá-las às necessidades e à visão de mundo dos setores dinâmicos das classes dominantes (ou de uma fração delas), no complexo e difícil caminho de organizar a produção em grande escala

dos produtos de exportação"<sup>141/</sup>.

Neste reordenamento, as relações de produção escravistas foram mantidas (apesar das dificuldades trazidas com a cessação do tráfico) enquanto a produção com a mão-de-obra escrava foi lucrativa.

As melhorias técnicas ocorreram quase que exclusivamente nos setores de beneficiamento dos produtos, enquanto que a lavoura continuava a usar extensivamente a terra e a mão-de-obra abundante, fatores estes que contribuíram decisivamente para a utilização de formas incompletas de trabalho assalariado; se introduzirmos ainda a variante do alto crescimento demográfico na região, veremos porque se cristalizaram com tanta força formas de trabalho livre só parcialmente assalariado.

Quanto ao papel do capital comercial nas transformações ocorridas, houve, evidentemente, um certo grau de subordinação e dependência ao capital comercial estrangeiro; mas concordamos com os autores que buscam, principalmente nos movimentos internos da economia brasileira, as transformações ocorridas<sup>142/</sup>.

A expansão do capitalismo na Europa e os processos internos ocorridos a partir de 1808, que levaram à Independência, mostram o crescimento de grupos brasileiros (não importando aqui a origem ou nacionalidade) ligados ao comércio, embrião do que se pode chamar, na segunda metade do século passado, de uma burguesia comercial brasileira. Mas indicam, principalmente, setores das classes dominantes que reorganizaram com êxito a produção ,

<sup>141/</sup> CARDOSO, Ciro F.S. e BRIGNOLI, H.P., op. cit. .p. 218.

<sup>142/</sup> Ver, em especial: Id. Ibid.; CARDOSO, Ciro F.S., "*Sociólogos nos domínios de Clio*", in *Tempo e Sociedade*, Revista da UFF, vol. 1, Nº1, janeiro/junho de 1982, Niterói; LAPA, José Roberto do Amaral, *O Antigo Sistema Colonial*, SP, Brasiliense, 1982; LINHARES, M.Y e SILVA, F.C.T. da, op. cit.; Cardoso, Ciro F.S. "*As concepções acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração de excedente'*", in LAPA, J.R. Amaral, *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980.

tanto voltada para o mercado externo como para o interno (incluída uma incipiente indústria - têxtil, vestuário, calçados, couros, olarias, etc.). São estes os grupos que dirigem as transformações ocorridas.

A desagregação das relações escravistas (1850-1888) e a conseqüente substituição da mão-de-obra escrava pela livre; a criação de uma infra-estrutura (transporte, comunicações, eletricidade, etc) necessária à produção para que esta se desenvolvesse, introduzindo elementos de racionalidade que aumentavam a produtividade representam, ao mesmo tempo, o processo de construção das premissas históricas para o surgimento do capitalismo. Este processo foi comandado, no século passado, pelos grupos mais poderosos de senhores de terra, que buscavam justamente o reordenamento necessário à mudanças imprescindíveis à sua sobrevivência como classe dominante pós-colonial.

Estes grupos reorganizaram a produção em termos de mão-de obra e melhorias técnicas e ligaram-se estreitamente ao comércio de seus produtos, seja incorporando às suas funções produtivas as comerciais - situação típica de um período de transição -, seja ligando-se a firmas comerciais nacionais ou estrangeiras.

Achamos importante frisar, neste ponto, que inexistente base teórica para considerar o capital comercial determinante do processo das transformações ocorridas. Na época da transição do feudalismo ao capitalismo, na Europa, o capital comercial só formalmente pode ser considerado capital, uma vez que falta a ele a relação de produção de trabalho assalariado. Há uma apropriação do trabalho (excedente ou necessário) pelo capital mercantil, sem que ele penetre na esfera produtiva. É pela diferença de compra e venda que ele se apropria de parte do valor de cuja produção não participou. Na época colonial, o monopó -

lio (dominação política das atividades produtivas e mercantis) viabilizava esta apropriação.

"Ao se consubstanciar o modo de produção capitalista, o papel e o status do capital mercantil muda, e ele se integra no mecanismo funcional do capital industrial: os comerciantes se especializam na venda de matérias-primas (primeira fase do movimento do capital), ou na realização das mercadorias (terceira fase do movimento do capital). No modo de produção capitalista, a função do capital mercantil é modelada e comandada pelas relações de produção capitalistas. A hegemonia do capital nasce das fábricas ..." 143/

➔ No Brasil da segunda metade do século XIX, que vivia ainda um período de transição para o capitalismo, é preciso considerar dois fatores específicos: o primeiro, que o processo de acumulação, se se dá a partir da venda de produtos para o exterior (da realização do produto fora do país), concentra-se nas mãos dos senhores de terra dirigentes da produção<sup>144/</sup>, esta sim, determinante dos processos ocorridos. Segundo, é o capital industrial que domina nas economias centrais européias.

Por outro lado, não é correto considerar que, mesmo no período de transição, as relações entre senhor e escravos produzissem, por um lado, "um capitalismo específico" e, por outro, "um trabalhador específico", cuja gênese era mediada pela desigualdade que derivava diretamente não só da renda capitalizada, mas também da troca desigual dos produtos agrários de exportação<sup>145/</sup>. Uma relação de produção entre senhor e escravo

143/ PEÑA CASTRO, Ramón.

144/ Não excluindo, evidentemente, setores ligados ao comércio, como foi, por exemplo, o caso dos capitais deslocados do tráfico de escravos.

145/ MARTINS, José de Souza, op. cit., p. 15/16.

como a que se dava no Brasil, era escravista e, enquanto tal, o trabalho não estava submetido ao capital através da forma salário, relação mercantil-monetária de compra e venda da força de trabalho. Não eram capitalistas os grandes senhores de terra e escravos. Também as relações entre escravos e senhores não podem ser assimiladas às formas mercantis, já que eram uma relação de dominação direta, natural, transparente. José de Souza Martins considera o escravo como uma forma de renda capitalizada, de uma renda que reveste a forma de lucro, lucro este regulado pelo lucro médio. Se assim fosse, estaríamos em pleno domínio de relações capitalistas de produção.

Martins desenvolve a tese da subordinação, pelo capitalismo, de relações de produção não-capitalistas, tese esta que consideramos de maior interesse (não só para o século passado, como para os dias atuais), desde que as relações escravistas não estejam incluídas nesta subordinação. O capitalismo não produz apenas mercadorias (como na chamada produção mercantil simples), mas produz, sobretudo, mais-valia. E o escravo não pode produzir uma mercadoria que contenha mais-valia porque ele mesmo é instrumento, e não sujeito de uma relação de valor (relação mercantil), é um instrumento e uma mercadoria<sup>146/</sup>. Não é sujeito, mas objeto econômico.

"Assim como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem, necessariamente, que englobar as duas coisas - ser processo de produção de mercadorias e de criação de valor" <sup>147/</sup>.

<sup>146/</sup>. MARX, Karl, *EL CAPITAL* México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1966, T I, p. 121.

<sup>147/</sup> Id. *Ibid.*, p. 138.

O processo de produção capitalista engloba não só a produção de mercadorias e criação de valor, mas sobretudo o incremento do valor (mais-valia).

Algumas vezes temos a impressão de que José de Souza Martins considerou o capital como simples dinheiro acumulado, e não como uma relação social de produção.

Esta visão é extrapolada por João Manuel Cardoso de Mello, que considera a existência de um capital industrial sem a existência de forças produtivas capitalistas<sup>148/</sup>. O autor considera a existência de " economias capitalistas exportadoras" cuja dinâmica de sua reprodução ampliada é assegurada de fora.<sup>149/</sup> Isto, a nosso ver, é não só antecipar o surgimento do capitalismo no país, como, ao fim e ao cabo, considerar a existência de um "capitalismo comercial".

Estamos de acordo com que, no exame das forças produtivas,

"É errôneo limitá-las às técnicas e instrumentos de produção apenas (sublinhado por nós -M.V.). Elas incluem também o homem e sua participação no processo de trabalho...; ou vê-las apenas (sublinhado por nós - M.V.) como um nível quantitativo ... afirmar, por exemplo, ...que o advento de um modo de produção não pode ocorrer sem que as forças produtivas hajam atingido determinado 'nível'; ou ainda considerá-las independentemente do meio histórico em que se desenvolvem"<sup>150/</sup>.

Mas esta é outra maneira de abordar a questão, muito diferente das colocações de J.M.C. de Mello.

As condições para o surgimento do capitalismo só se de-

<sup>148/</sup>. MELLO, João Manuel Cardoso de, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 108.

<sup>149/</sup>. Id. *Ibid.*, p. 96.

<sup>150/</sup>. CARDOSO, Ciro F.S., *Agricultura, Escravidão ...* p. 26

ram com o início da industrialização, no final do século passado. O que ocorreu na segunda metade do século foi a preparação das condições para a industrialização: a libertação do trabalho escravo, a "libertação" do homem da terra, superabundância e baixo custo da mão-de-obra (fator primordial para a acumulação) e dinheiro acumulado (principalmente através da produção para exportar), que será empregado em compra de máquinas e de força de trabalho, ao mesmo tempo em que se desenvolve, pelos mesmos processos, o mercado interno. Esta preparação se dá dentro do domínio das relações escravistas de produção.

Uma outra questão pertinente à conclusão deste capítulo diz respeito à discussão sobre a "economia camponesa" no país. A existência da pequena economia agrária, que conviveu com a economia escravista e, mais tarde, com o capitalismo, fez com que alguns autores considerassem a existência de uma "economia camponesa". Conforme a definição de Chayanov, esta economia seria "independente do sistema econômico no qual se inscreve"<sup>151/</sup>. Chayanov declara expressamente que sua preocupação é estudar a dinâmica interna da organização familiar camponesa e que, portanto,

"... não nos interessam as formas de seu desenvolvimento histórico (da unidade de exploração doméstica camponesa - M-V.), mas os mecanismos de seu processo organizativo"<sup>152/</sup>,

o que não deixa de ser uma abstração arbitrária e subjetivista.

Não encontramos qualquer base para a identificação de

<sup>151/</sup> CHAYANOV, A.V., *La Organización de la Unidad Campesina* ; Buenos Aires, Nueva Visión, 1974, p.34.

<sup>152/</sup> Id. Ibid, p. 36.

uma economia camponesa "independente", na região que estudamos.

No que se refere à organização interna da economia familiar camponesa, Chayanov postula um determinismo do meio natural, considerando como lei que

"É o grau de atividade agrícola que determinará a composição da família. O camponês se provê de uma família de acordo com sua segurança material. As taxas de nascimento e mortalidade dependem das condições naturais de existência, e há uma nítida redução do crescimento da população nos setores mais carentes" 153/.

Exatamente o oposto ocorria aqui.

Do ponto de vista metodológico, para a discussão do assunto, concordamos inteiramente com Pierre Vilar<sup>154/</sup> em questões básicas: primeiro, que não existe um "camponês", em geral; segundo, que o conceito de "economia camponesa" considera inútil e ultrapassado o conceito marxista de modo de produção.

"Ao contrário do conceito de modo de produção, a noção de economia camponesa não serve, em nenhum lugar e em nenhum país, para caracterizar relações sociais em torno da terra. Se nos situamos em quadros concretos de transição, vemos que o capitalismo vai destruindo o sistema anterior e por isso mesmo, não se despoja logo de todos os traços dele. O que importa é a combinação de relações entre homens e bens (propriedade absoluta ou limitada), com as relações entre homens e homens (donos e escravos, senhores e servos, patrões e operários)" 155/.

No Brasil, nos últimos anos, a discussão sobre o assunto ganhou força, havendo alguns autores que tentam ressuscitar

153/. Id. Ibid. p. 61.

154/. VILAR, Pierre, "Reflexiones sobre la noción de 'economía campesina'", In. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*, Barcelona, Grijalbo, 1980. p. 174.

155/. Id. Ibid. p. 174-175

a velha polêmica dos populistas russos<sup>156/</sup>. Não cabe, nesta conclusão, aprofundar o tema. Queremos apenas marcar a nossa concordância com aqueles que, baseados em estudos concretos, numa época histórica concreta, têm rejeitado a noção de uma economia camponesa independente e intemporal. É o caso de José Graziano da Silva<sup>157/</sup>, que rejeita o modelo de análise de uma agricultura camponesa, trabalhando com o da acumulação capitalista na agricultura.

É o caso também de Sérgio Silva<sup>158/</sup>, que questiona a visão segundo a qual a estrutura agrária brasileira caracteriza-se fundamentalmente por uma massa de pequenos produtores, responsáveis pela maior parte da produção. Uma boa parte do que é considerado unidade produtiva, diz o autor, não o é. Cerca de 50% dos considerados estabelecimentos agrícolas pelo censo de 1975, apresentam um valor de produção inferior ao mínimo de subsistência do trabalhador e seus familiares. A massa de tais "estabelecimentos" constitui a base geográfica de uma grande reserva de força de trabalho subutilizada.

Margarida Moura<sup>159/</sup> afirma que

"a existência do camponês não se determina mais diretamente por sua relação com a natureza, (mas)

<sup>156/</sup>. Ver, por exemplo, FERNANDES, Ruben César (org.), *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*, Rio, Paz e Terra, 1982.

<sup>157/</sup> SILVA, J. Graziano da, *A Modernização Dolorosa - Estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio, Zahar, 1982, em especial a parte: "A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira", p. 126 a 141.

<sup>158/</sup>. SILVA, Sérgio Salomé, "Sobre a estrutura de produção no campo", in BELLUZZO, Luis Gonzaga (org.) *Desenvolvimento Capitalista do Brasil*, Nº2, SP. Brasiliense, 1983.

<sup>159/</sup>. MOURA, Margarida Maria, "A Questão da Pequena Produção" in NAKANO, Yoshiaki, (org.), *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*, Brasília, Binagri, 1979; ver também QUEIROZ, Maria Isaura P. de *O Camponato Brasileiro*, Petrópolis, Vozes/USP, 1973.

pelo conjunto das relações da sociedade capitalista. (A pequena produção)... mesmo mantendo um perfil reprodutivo de pequena propriedade, ... por um mecanismo de exploração específico vê vinculada indissolavelmente sua produção ao empreendimento industrial" 160/

O trabalho destas unidades familiares está subordinado às exigências imputadas pelo sistema capitalista de produção.

Não pretendemos negar o fato de uma economia camponesa concreta, que tenha suas características peculiares e cuja subordinação a uma relação de produção dominante defina as relações sociais em torno da terra.

"Para defini-la, do ponto de vista econômico, é preciso considerar:

- 1<sup>o</sup> - acesso estável à terra (em propriedade ou usufruto);
- 2<sup>o</sup> - trabalho predominantemente familiar (o que não exclui uma força adicional extra);
- 3<sup>o</sup> - uma economia fundamentalmente de subsistência (sem excluir eventuais ligações com o mercado);
- 4<sup>o</sup> - certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas: o que plantar, de que maneira e como dispor do excedente" 161/.

E ainda, considerar que

"tal autonomia estrutural pressupõe: segurança no acesso à parcela, um grau de relação direta com o mercado vertical e grau de gestão do camponês sobre sua parcela" 162/.

Um ponto básico para a consideração de uma economia camponesa, o acesso estável à terra, não existia na região. Ao contrário, a partir da Lei de Terras e das formas assumidas nas relações de trabalho livre (permitidas, fundamentalmente, pelo monopólio da terra), a transição ao capitalismo tendeu a fazer de

160/. MOURA, Margarida Maria, op. cit. p. 73 a 75.

161/. CARDOSO; Ciro F.S., *Agricultura, Escravidão...* p. 52.

162/ Id. Ibid. p. 52.

saparecer o pequeno proprietário. A grande maioria da população trabalhadora rural livre agregou-se como moradora nas grandes fazendas, sem qualquer estabilidade. Tal situação fechou o espaço para o surgimento de uma economia camponesa "independente", no município, e tendeu a limitar o número dos que potencialmente poderiam vir a constituí-la sem, contudo, torná-los assalariados.

As transformações na economia agrária da região ocorreram e acarretaram mudanças. Para P. Eisenberg,

"a modernização - tomada no sentido de avanço tecnológico e abolição do trabalho compulsório - não produziu transformações reais. Houve modernização - capitalização, reorganização do trabalho, sem melhoria econômico-social" 163/.

Não acreditamos que a mudança seja medida pela melhoria do nível de vida do trabalhador, mas sim através das modificações ocorridas no modo de produção. Neste sentido, houve modernização e houve mudança. E a modernização, que criou as bases para o desenvolvimento capitalista, saído de uma transição que destruiu o sistema de relações escravistas, significou também, além de uma mudança, um avanço no sentido histórico.

---

163/. EISENBERG, Peter, op. cit. p. 251.

## ANEXO 1

Preço do algodão em Campina Grande - 1840-1903  
(preço por quilo)

| ANO  | ALGODÃO EM CAROÇO <sup>(a)</sup> | ALGODÃO EM PLUMA <sup>(a)</sup> | ALGODÃO EM PLUMA <sup>(b)</sup> |
|------|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| 1840 | 1\$000                           |                                 |                                 |
| 1842 | 0\$920                           |                                 |                                 |
| 1843 | 1\$000 / 0\$720                  |                                 |                                 |
| 1844 | 0\$640                           |                                 |                                 |
| 1845 | 0\$500                           |                                 |                                 |
| 1848 | 0\$640                           |                                 |                                 |
| 1849 | 0\$570                           |                                 |                                 |
| 1850 | 0\$640                           | 0\$900                          |                                 |
| 1852 | 0\$800                           |                                 |                                 |
| 1855 | 1\$000                           |                                 |                                 |
| 1856 | 1\$200                           |                                 |                                 |
| 1857 | 1\$200                           |                                 |                                 |
| 1859 | 1\$200                           |                                 |                                 |
| 1860 | 1\$200                           |                                 |                                 |
| 1862 | 1\$200                           |                                 |                                 |
| 1864 |                                  | 6\$000                          |                                 |
| 1866 | 4\$000                           | 14\$200                         |                                 |
| 1870 |                                  |                                 | 14\$400                         |
| 1871 |                                  |                                 |                                 |
| 1872 |                                  | 5\$800                          |                                 |
| 1873 |                                  | 6\$000                          |                                 |
| 1875 |                                  |                                 | 4\$995                          |
| 1876 |                                  |                                 | 4\$500                          |
| 1877 |                                  | 4\$800                          | 5\$700                          |
| 1891 |                                  | 3\$000                          |                                 |
| 1892 | 2\$500                           |                                 |                                 |
| 1894 | 2\$500                           | 7\$000                          |                                 |
| 1901 | 2\$500                           |                                 |                                 |
| 1903 | 3\$500                           |                                 |                                 |

(a) - Dados dos Inventários

(b) - Dados dos R.P.P.

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Relatórios da Presidência da Província de 1870, 1871, 1875, 1876 e 1877.

## ANEXO 2

## Principais emprestadores de dinheiro ao Município de Campina Grande, na segunda metade do século passado

(continua)

| NOME DO EMPRESTADOR               | PRINCIPAL OCUPAÇÃO                | RESIDÊNCIA     |
|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| <u>DECADA DE 40</u>               |                                   |                |
| Manoel Antônio Ribeiro            | negociante                        | Paraíba        |
| Casa Comercial Inglesa            | negociante                        | Recife         |
| Arcanjo Cavalcanti                | negociante                        | Campina Grande |
| Bento Alves Vianna                | grande proprietário               | Campina Grande |
| José Alves Ferreira               | grande proprietário (algodão)     | Campina Grande |
| <u>DÉCADA DE 50</u>               |                                   |                |
| Joaquim Vieira Coelho             | negociante                        | Paraíba        |
| <u>DÉCADA DE 60</u>               |                                   |                |
| Arcanjo Cavalcanti de Albuquerque | negociante/grande prop. (algodão) | Campina Grande |
| Alexandrino Caval. de Albuquerque | negociante/grande prop. (algodão) | Campina Grande |
| Agostinho Lourenço Porto          | negociante/grande prop. (gado)    | Campina Grande |
| Gonçalo Gomes de Souza            | negociante                        | Campina Grande |
| Soares & Irmãos                   | negociantes                       | Campina Grande |
| Joaquim J. Ferreira da Silva      | negociante                        | Goiana         |
| Manoel Vieira Bezerra             | negociante                        | Goiana         |
| Correia & Irmãos                  | negociantes                       | Paraíba        |
| Antônio Vicente de Magalhães      | negociante                        | Paraíba        |
| Manoel Alves Barbosa              | negociante                        | Recife         |
| Manoel Ribeiro de Carvalho        | negociante                        | Recife         |
| Antônio Pedro & Cia.              | negociantes                       | Recife         |
| Manoel Ribeiro Bastos             | negociante                        | Recife         |
| Francisco Cavalc. de Albuquerque  | negociante                        | Campina Grande |
| Vicente Ferreira Lira             | médio proprietário (algodão)      | Campina Grande |
| Vicente Pereira de Melo           | negociante de algodão             | Campina Grande |
| <u>DÉCADA DE 70</u>               |                                   |                |
| Luiz Antônio Vila Seca            | negociante/grande prop.           | Campina Grande |
| Justiniano Caval. de Alb. e Bello | negociante                        | Campina Grande |
| Caetano de Albuquer. Montenegro   | negociante                        | Campina Grande |
| Alexandrino Caval. de Albuquerque | negociante/grande prop. (algodão) | Campina Grande |
| Bernardo Pinto de Abreu           | negociante                        | Campina Grande |
| Pacheco Borges                    | negociante                        | Paraíba        |
| Oliveira & Cia.                   | negociantes                       | Paraíba        |
| Pedro Moacyr & Cia.               | negociantes                       | Recife         |
| João Correia de Araújo            | grande proprietário (algodão)     | Campina Grande |
| (?) Rocha Porto                   | médio prop.                       | Campina Grande |
| José Gonçalves de Figueiredo      | grande proprietário               | Campina Grande |
| José Francisco da Costa Agra      | grande proprietário (algodão)     | Campina Grande |
| Galdino Francisco de Macedo       | grande prop./negociante tecidos   | Campina Grande |
| Manoel J. Gomes Pereira           | grande prop./negociante           | Campina Grande |
| Eufrásio de Arruda Câmara         | grande prop. (açúcar e algodão)   | Campina Grande |
| Antônio Luiz P. de Oliveira       | grande proprietário               | Campina Grande |

## ANEXO 2

## Principais emprestadores de dinheiro ao Município de Campina Grande, na segunda metade do século passado

(conclusão)

| NOME DO EMPRESTADOR                                                | PRINCIPAL OCUPAÇÃO                                   | RESIDÊNCIA     |
|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------|
| <u>DÉCADA DE 80</u>                                                |                                                      |                |
| Agostinho Leopoldo de Alb. Borborema                               | negociante/grande prop.                              | Campina Grande |
| João da Silva Pimentel                                             | negociante/grande prop.                              | Campina Grande |
| Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque Oliveira, Filho & Cia.       | negociante/grande prop. (algodão)                    | Campina Grande |
| Pires & Cia.                                                       | negociantes                                          | Paraíba        |
| Ivo Salermo & Cia.                                                 | negociantes                                          | Paraíba        |
| José J. Alves & Cia.                                               | negociantes                                          | Goiana         |
| Silveira & Cia. (representados em Campina por Cristiano Lauritzen) | negociantes                                          | Recife         |
| Santino Maciel de Atayde                                           | negociantes                                          | Recife         |
| Joaquim Camelo de A. Lima                                          | grande prop. (padre) (algodão)                       | Campina Grande |
| João Francisco Brabosa                                             | grande proprietário                                  | Campina Grande |
| Francisco Gomes Pereira                                            | negociante de secos e molhados<br>médio proprietário | Campina Grande |
| <u>DÉCADA DE 90</u>                                                |                                                      |                |
| Cristiano Lauritzen                                                | negociantes                                          | Campina Grande |
| Joaquim Gonçalves e Cia.                                           | negociantes                                          | Campina Grande |
| Silveira e Cia. (Cristiano Lauritzen)                              | negociantes                                          | Recife         |
| Casa Comercial Rodrigues Lima                                      | negociantes                                          | Recife         |
| Francisco Xavier Seabra de Andrade                                 | negociantes                                          | Recife         |
| Narciso Maia & Cia.                                                | negociantes                                          | Recife         |
| A. Vieira & Cia.                                                   | negociantes                                          | Recife         |
| Benjamim G. de Alb. Maranhão                                       | grande proprietário                                  | Campina Grande |
| José Leite de Farias                                               | médio prop.                                          | Campina Grande |
| Francisco Domingues da Cruz                                        | grande prop./negociante (algodão)                    | Campina Grande |
| (?) Gomes Pereira                                                  | médio prop.                                          | Campina Grande |
| Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque                              | grande prop./negociante (algodão)                    | Campina Grande |
| Lindolfo Cavalcanti de Albuquerque                                 | médio prop.                                          | Campina Grande |
| Pacífico Lycarião Bezer. Trindade                                  | médio prop.                                          | Campina Grande |
| <u>1900-1905</u>                                                   |                                                      |                |
| Floripes da Silva Coutinho                                         | negociante/grande prop.                              | Campina Grande |
| José Maria Maracajá                                                | negociante/médio prop.                               | Campina Grande |
| Lemos & Cia.                                                       | negociantes                                          | Paraíba        |
| Galdino Coelho de Moura                                            | médio prop.                                          | Campina Grande |
| João Martins Torres Brasil                                         | negociante de carne/grande prop.                     | Campina Grande |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

## ANEXO 3

Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas - Município de  
Campina Grande1876-1877

(continua)

| CREDOR                                               | JUROS       | HIPOTECAS                                                                                          |
|------------------------------------------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. A Fazenda Pública da Paraíba                      | mora normal | 225 ha. de terra, com casa, armazém e máquina de beneficiar algodão, prensa e demais benfeitorias. |
| 2. Negociante                                        | mora normal | Terras agrícolas.                                                                                  |
| 3. Alfândega Provincial                              | mora normal | Casa com bolandeira e máquina de beneficiar algodão; descaroçadeira.                               |
| 4. A Justiça Pública                                 |             | Terra com casa de morar e casa de fazer farinha                                                    |
| 5. Agricultor, criador e negociante.                 |             | Bolandeira com prensa e máquina de descaroçar.                                                     |
| <u>1880</u>                                          |             |                                                                                                    |
| 6. A Justiça Pública                                 |             | Uma casa (agricultor e criador)                                                                    |
| 7. A Justiça Pública                                 |             | Fazenda com casa e bolandeira                                                                      |
| 8. A Justiça Pública                                 |             | Casa                                                                                               |
| 9. A Justiça Pública                                 |             | Casa                                                                                               |
| 10. A Justiça Pública                                |             | Sítios com terras, casa e benfeitorias.                                                            |
| 11. A Justiça Pública                                |             | Duas casas (negociante e criador)                                                                  |
| 12. A Fazenda Pública                                | mora        | Propriedade rural com casa e bolandeira.                                                           |
| 13. A Justiça Pública                                |             | Propriedade rural (agricultor)                                                                     |
| 14. Ivo & Sobrinhos, Vieira Jr. & Irmãos             | 1,5% ao ano | Parte de terra com casa (negociante)                                                               |
| 15. Souza Martinho & Cia.<br>(negociantes em Goiana) |             | Terras com fruteiras, casa de morar e casa de fazer farinha                                        |
| 16. Antônio Andrade Lima                             | 1,5% ao ano | Sítio com fruteiras (agricultor e artista)                                                         |
| 17. Irineo Joffily                                   | 2,0% ao mês | Propriedade com casa, açude, e uma légua para agricultura e criação (agricultor).                  |
| 18. A Fazenda Pública da Paraíba                     |             | 360 ha. de terra (agricultor)                                                                      |

## ANEXO 3

Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas - Município de  
Campina Grande1890

(conclusão)

| CREDOR                          | JUROS                         | HIPOTECAS                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 19. Banco do Brasil             |                               | 1.700 ha. de terras. com bolandeira, máquina de descaroçar algodão com 24 serras e prensa. As terras são de algodão e mata virgem (Grande proprietário, agricultor, criador e negociante de algodão - Firmino Henriques da Silva). |
| 20. Pereira Valente & Cia.      | 1% ao mês                     | Casa, uma padaria e um vapor de descaroçar (agricultor e negociante)                                                                                                                                                               |
| 21. Banco Emerson de Pernambuco | 1% ao mês e mais 0,5% de mora | Propriedade de criar gado, com 672 ha. de terra, casa e máquina de 16 serras de descaroçar algodão.                                                                                                                                |
| 22. Banco Emerson de Pernambuco |                               | Fazenda de criar e plantar                                                                                                                                                                                                         |

FONTE: Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas (fragmentos) - Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

### CAPÍTULO III

#### AS RELAÇÕES SOCIAIS

##### INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século passado, as relações sociais que caracterizavam a sociedade campinense, e que estiveram solidamente estruturadas, desde o início da colonização, sobre relações escravistas, começaram a se modificar.

O trabalho escravo, que definiu as relações sociais de produção em grande parte do período, entrou em franca desagregação a partir do início da década de 70. A diminuição continuada do número de escravos e de sua importância econômica, o fato de se recorrer, cada vez mais, ao trabalho livre, e a busca - dentro de certos limites - de uma maior racionalidade nos métodos de trabalho foram transformando as relações de produção e as relações de classe que nelas se assentavam.

Numa sociedade em que os meios de produção e a força de trabalho são atribuições de grupos sociais diferenciados e opostos as relações de classe são mais fáceis de identificar. Mas,

"Quando esta separação é incompleta, isto é, quando a contradição fundamental entre propriedade de meios de produção e assalariamento primitivo se reproduz, mantendo múltiplas formas de sujeição pessoal" 1/,

a análise das relações de classe exige uma conceitualização mais complexa.

---

1/. PEÑA CASTRO, Ramón.

As formas de trabalho livre que encontramos, não só conviviam com a escravidão, como carregavam vários traços do passado colonial: dependência colonial, cidadania restrita e deformada, recurso a formas de coerção extra-econômica, etc. A transição caracterizava-se por relações sociais não mais fundamentalmente escravistas, mas que ainda estavam longe de poderem ser definidas como capitalistas. A forma pela qual se deu a transição do trabalho escravo ao livre<sup>2/</sup>, o ritmo lento desta transição - pela lentidão das transformações das forças produtivas - determinou uma tendência à estagnação das relações sociais.

A vagarosa formação das relações capitalistas, decorrência do atraso econômico da região e de sua subordinação aos interesses dominantes do Sudeste fez com que as relações sociais continuassem indiferenciadas e ambíguas. A manutenção de relações de trabalho típicas do modo de produção colonial escravista eram coerentes com o nível técnico e organizativo da produção e se inscreviam

"numa causação circular (causa e efeito ao mesmo tempo) que se traduziu no atraso da consolidação do capitalismo" <sup>3/</sup>.

A dimensão demográfica, considerada a seguir, serviu de referencial para identificarmos, contra o pano de fundo do crescimento numérico da população em geral, a importância econômica e política cada vez maior da população livre, com a consequente diminuição da importância econômica do escravo. Serviu também para constatar a atitude de resistência dos grandes proprietários do município a se desfazerem deste tipo de mão-de-obra.

---

<sup>2/</sup>. Sobre o assunto ver CARDOSO, Ciro F.S., *Agricultura, Escravidão...*

<sup>3/</sup>. PEÑA CASTRO, Ramón

1. DEMOGRAFIA

No estudo demográfico do período tomamos como base o censo de 1872<sup>4/</sup>, utilizando para comparação os dados estatísticos existentes a partir do início do século. Vale ressaltar que tais dados, inclusive os do censo, sofrem da precariedade das estatísticas da época. Os dados anteriores ao censo de 1872 referem-se exclusivamente ao número de habitantes livres e escravos do município e os posteriores (até 1888) falam somente do número de escravos.

## QUADRO I

População do Município de Campina Grande - 1850-1900

| ANO  | POPULAÇÃO LIVRE |       | POPULAÇÃO ESCRAVA |     | TOTAL  |
|------|-----------------|-------|-------------------|-----|--------|
|      | Nº              | %     | Nº                | %   |        |
| 1850 | 14.449          | 81    | 3.446             | 19  | 17.895 |
| 1872 | 13.999          | 92,6  | 1.105             | 7,4 | 15.104 |
| 1890 | 21.475          | 100,0 |                   |     | 21.475 |
| 1900 | 38.303          | 100,0 |                   |     | 38.303 |

FONTES: Para 1850 - R.P.P. Beaurapaire Rohan, 1857; para 1872 - Recenseamento Geral do Império do Brasil, BNRJ; para 1890 e 1900 - IBGE, Seção de Recenseamento.

Em 1798, a população do município era de 3.004 habitantes, mas o dado não nos permite calcular o número de escravos, pois a população foi dividida segundo a cor, apenas: 971 brancos, 692 pretos e 1.341 mulatos <sup>5/</sup>.

Foi bastante alto o aumento da população do município entre 1890 e 1900, o que não acreditamos ser devido apenas a um

4/. *Recenseamento Geral do Império do Brasil*, de 1º de outubro de 1872, V.6, 4ª parte. BNRJ, Seção de Livros Raros. Sobre a importância de estudos demográficos para a agricultura ver LINHARES, M.Y ...op. cit. e VILAR, Pierre, *Crescimento...*

5/. In. ALMEIDA, Elpidio, op. cit. p. 62.

## QUADRO II

Taxas médias anuais de crescimento da população do Município de Campina Grande - 1850-1900

| ANOS      | Nº de ANOS | TAXA MÉDIA ANUAL DE ACRESCIMENTO |
|-----------|------------|----------------------------------|
| 1850-1872 | 22         | - 0,8                            |
| 1872-1890 | 18         | + 2,09                           |
| 1890-1900 | 10         | + 6,64                           |

FONTE: Para 1850 - R.P.P. Beaurapaire-Rohan, 1857; para 1872 - Recenseamento Geral do Império do Brasil, BNRJ; para 1890 e 1900 - IBGE, Seção de Recenseamento.

crescimento vegetativo. Pensamos que, com o final da escravidão e o desenvolvimento do município, Campina Grande passou a absorver grandes contingentes de mão-de-obra (em épocas de seca com maior intensidade, mas também em períodos normais), homens livres expulsos de suas terras ou ex-escravos que se agregavam às grandes fazendas como moradores. Além disso, Campina Grande oferecia, o que não é desprezível, maiores oportunidades tanto para o trabalho doméstico quanto para atividades urbanas: artesanato, incipientes indústrias, comércio e serviços, o que seguramente atraía para a cidade muitos imigrantes da Paraíba e de estados vizinhos.

De 1850 a 1887 há um decréscimo constante e quase homogêneo da população escrava (ver quadro III).

De 1850 a 1872, Campina Grande perdeu 67,9% de seus escravos, e de 1850 a 1887, 84% deles. No entanto, nos últimos 10 anos da escravidão, aumentou a porcentagem dos escravos do município em relação aos existentes em toda a Província. Em 1872, a proporção estava em torno de 4,5%, passando a pouco mais de 6% em 1887. O fato indica, a nosso ver, uma maior resistência dos proprietários campinenses à abolição. A brusca redução que aparece no quadro III, de 1850 a 1872 deve-se a que o período é de

## QUADRO III

População escrava do município de Campina Grande - 1850-1887

| ANO                | NÚMERO DE ESCRAVOS | ÍNDICE (1850 = 100) |
|--------------------|--------------------|---------------------|
| 1850               | 3.446              | 100                 |
| 1872               | 1.105              | 32,1                |
| 1876               | 1.206              | 35                  |
| 1880               | 1.130              | 32,8                |
| 1883               | 952                | 27,6                |
| 1884               | 913                | 26,6                |
| 1886               | 815                | 23,6                |
| 1887 <sup>6/</sup> | 543                | 15,7                |

FONTE: Relatórios de Presidentes da Província do período.

22 anos, enquanto que, a partir de 1872, os intervalos de tempo são menores.

### 1.1. O Censo de 1872

A população do município de Campina Grande, em 1872, era de 15.104 pessoas, sendo que 92,6% delas já eram livres (ver gráfico 1).

#### Origem e condição

Os brancos de origem européia eram pouco menos da metade da população (45%); os mestiços de brancos e índios (caboclos),

<sup>6/</sup>Em 1887, última estatística sobre a escravidão em Campina Grande que aparece nos R.P.P., havia 248 escravos e 295 escravas. O valor dos mesmos, segundo a faixa etária, era o seguinte:

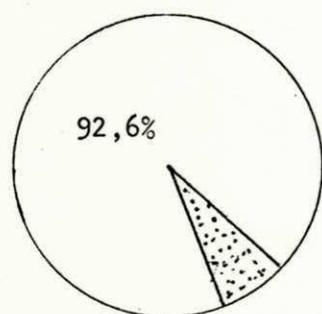
|                          |              |
|--------------------------|--------------|
| - dos menores de 30 anos | 203:630\$000 |
| - de 30 a 40 anos        | 73:200\$000  |
| - de 40 a 50 anos        | 48:750\$000  |
| - de 50 a 55 anos        | 7:300\$000   |
| - de 55 a 60 anos        | 3:500\$000   |
| TOTAL                    | 338:380\$000 |

In. R.P.P. Geminiano Brasil de Oliveira Goes, 8/8/1887.

eram 2%, sendo brancos e caboclos todos livres. Os mulatos formavam a maioria da população (46%) e os negros apenas 7% (gráfico 2). São entre estes dois últimos grupos encontramos escravos. Os estrangeiros radicados em Campina Grande (25 ao todo) são porcentagem muito pequena: 0,1% da população total e 0,3% da população livre branca e, por isto, desprezamos o dado.

GRÁFICO 1

População livre e escrava do Município de Campina Grande - 1872

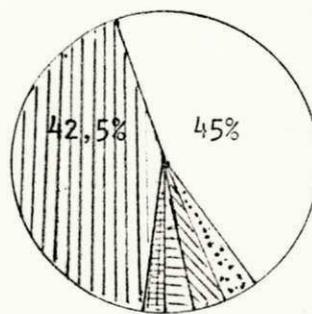


|          |                                                                                     |       |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Livres   |  | 92,2% |
| Escravos |  | 7,4%  |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil-1872

GRÁFICO 2

População livre e escrava do Município de Campina Grande - 1872 (segundo a cor).



|                  |                                                                                       |               |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Branco           |  | 6.810 - 45%   |
| Caboclos         |  | 279 - 2%      |
| Mulatos livres   |  | 6.415 - 42,5% |
| Mulatos escravos |  | 542 - 3,5%    |
| Pretos livres    |  | 495 - 3,2%    |
| Pretos escravos  |  | 3,8 - 3,8%    |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

Estes dados confirmam a exterminação dos índios na região, pois nenhum deles foi contado no censo, e somente 2% dos habitantes, em 1872, eram mestiços de índios. Confirmam também a importância que a escravidão teve para o município. Os mulatos eram o maior grupo de cor (46%), e se os somamos aos negros, formam a maior parte da população (53%). Quanto aos estrangeiros, em número insignificante, ocorria em Campina Grande o mesmo que

na maioria das cidades do interior do Nordeste, onde muito poucos estrangeiros se estabeleciam.

#### Composição da população por sexo

Era bastante homogênea a distribuição da população quanto ao sexo, tanto da população geral quanto em relação aos diferentes grupos de cor ou condição. Diferentemente de outros municípios de Província, onde predominavam os escravos homens<sup>7/</sup>, em Campina Grande o número de homens e mulheres escravos era quase igual.

#### QUADRO IV

Distribuição da População por sexo - Município de Campina Grande 1872

(Em números absolutos e porcentagem)

| COR      | HOMENS |      |          |     |       |      | MULHERES |      |          |     |       |      |
|----------|--------|------|----------|-----|-------|------|----------|------|----------|-----|-------|------|
|          | LIVRES |      | ESCRAVOS |     | TOTAL |      | LIVRES   |      | ESCRAVAS |     | TOTAL |      |
|          | Nº     | %    | Nº       | %   | Nº    | %    | Nº       | %    | Nº       | %   | Nº    | %    |
| Branços  | 3.314  | 22   |          |     | 3.314 | 22   | 3.496    | 23   |          |     | 3.496 | 23   |
| Caboclos | 139    | 1    |          |     | 139   | 1    | 140      | 1    |          |     | 140   | 1    |
| Mulatos  | 3.189  | 21,1 | 283      | 1,9 | 3.472 | 23   | 3.226    | 21,3 | 259      | 1,7 | 3.485 | 23   |
| Pretos   | 265    | 1,7  | 276      | 1,8 | 541   | 3,5  | 230      | 1,6  | 287      | 1,9 | 517   | 3,5  |
| TOTAL    | 6.907  | 45,8 | 559      | 3,7 | 7.466 | 49,5 | 7.092    | 46,9 | 546      | 3,6 | 7.638 | 50,5 |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872.

#### Composição da população por idade

A população de Campina Grande era bastante jovem. 43% de de la tinha menos de 15 anos e 70% menos de 25 (ver quadro 5).

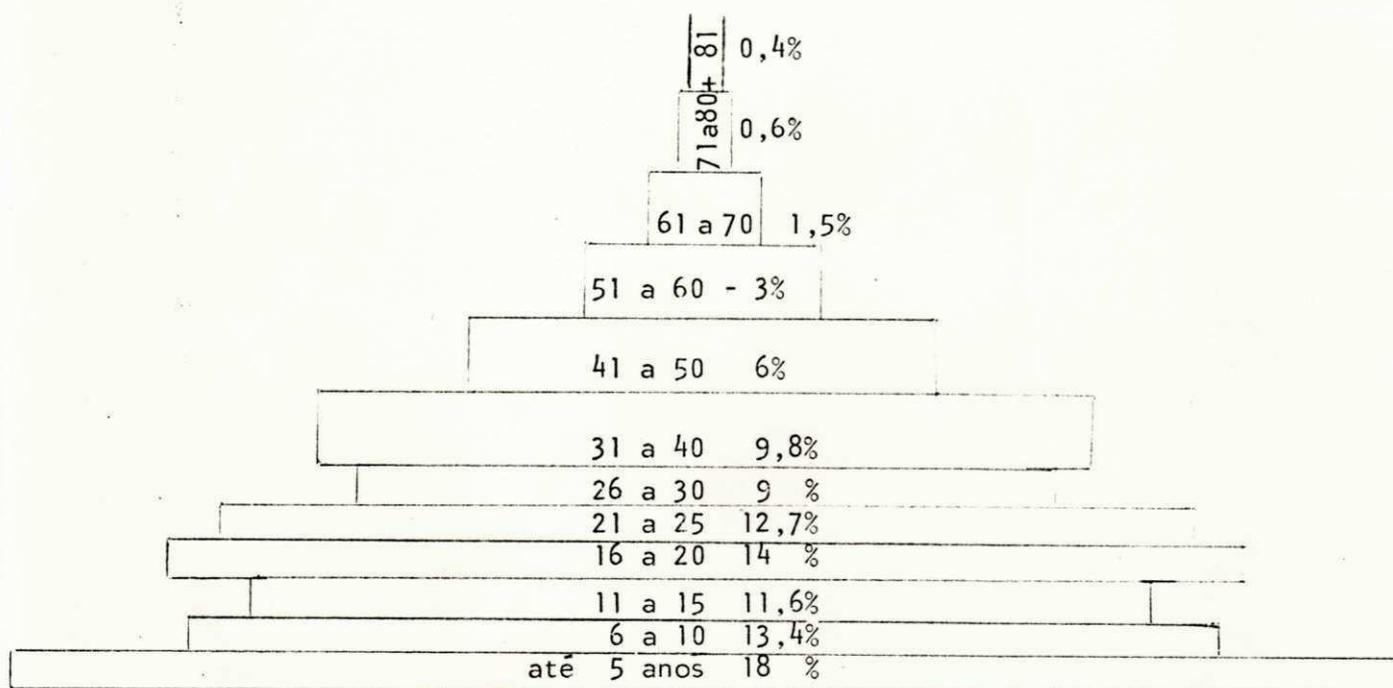
Apesar da população ser jovem, a média de vida no município, para a época, nos pareceu alta, em relação ao resto do Brasil, uma vez que corresponde à mesma proporção assinalada para o país nos anos 50 deste século. 30,3% da população tinha mais de 25 anos, quando hoje é de cerca de 40% o número de brasileiro nes ta faixa etária<sup>8/</sup>.

<sup>7/</sup>GALIZA, Diana Soares, op. cit. p.141

<sup>8/</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1982.

## QUADRO V

População do Município de Campina Grande, segundo a faixa etária  
1872



FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

### Estado civil da população

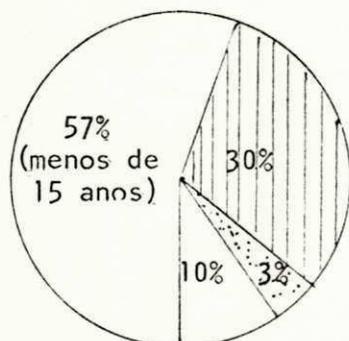
Em termos gerais, a distribuição da população quanto ao estado civil era equilibrada: 33% do total estavam ou estiveram casados. Dos 67% solteiros, 57% tinham menos de 15 anos, como mostra o gráfico 3. A proporção muda radicalmente ao compararmos o estado civil da população livre com o da escrava. Para a população livre o equilíbrio se mantém, enquanto que para a população escrava foi mínimo o número de casamentos (gráficos 4 e 5).

Sendo praticamente o mesmo o número de homens e mulheres escravos, a pequena proporção do casamento entre os cativos indica que, mesmo num período de escassez de mão-de-obra, não houve preocupação em incentivar o casamento entre escravos. Ainda levando em conta que a ausência do casamento oficial não impedia a exis

tência de famílias escravas informais, é evidente que sua estabilidade familiar foi muito precária durante todo o período.

GRÁFICO 3

Estado civil da população total - em %

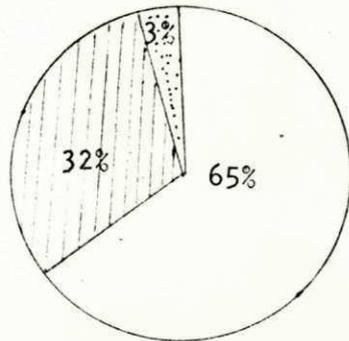


|           |     |
|-----------|-----|
| Solteiros | 67% |
| Casados   | 30% |
| Viúvos    | 3%  |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

GRÁFICO 4

Estado civil da população livre - em %

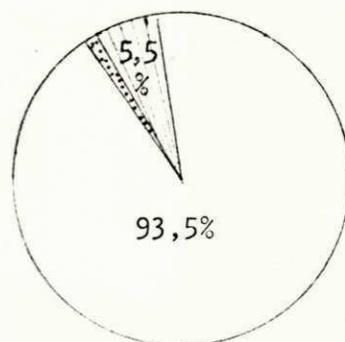


|           |     |
|-----------|-----|
| Solteiros | 65% |
| Casados   | 32% |
| Viúvos    | 3%  |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

GRÁFICO 5

Estado civil da população escrava - em %



|           |       |
|-----------|-------|
| Solteiros | 93,5% |
| Casados   | 5,5%  |
| Viúvos    | 1%    |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872 9/

É maior a porcentagem de mulheres solteiras entre a população livre (50,5%), e de homens solteiros entre os escravos - 51%, mas as diferenças são muito pequenas.

A viuvez feminina foi maior que a masculina, tanto entre os livres quanto entre os escravos, o que sempre ocorre: entre a

9/. Estado civil da população, em números absolutos:

| CONDIÇÃO | ESTADO CIVIL | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|----------|--------------|--------|----------|-------|
| LIVRES   | solteiros    | 4.506  | 4.561    | 9.067 |
|          | casados      |        |          | 4.512 |
|          | viúvos       | 113    | 307      | 420   |
| ESCRAVOS | solteiros    | 529    | 506      | 1.035 |
|          | casados      |        |          | 61    |
|          | viúvos       | 3      | 6        | 9     |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil. 1872

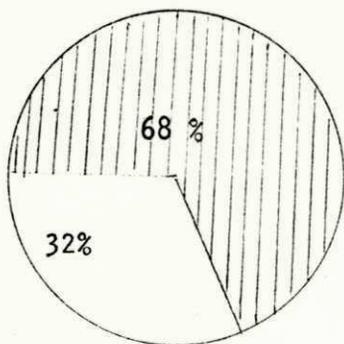
população livre, 27% dos homens eram viúvos e 73% das mulheres; entre os escravos viúvos, 33% eram homens e 67% mulheres.

### A População Economicamente Ativa (PEA)

Considerando a população total, 68% dela estava empregada (gráfico 6). Da PEA, 91,8 eram livres e apenas 8,2% escravos (gráfico 7).

GRÁFICO 6

Porcentagem da PEA sobre a população total

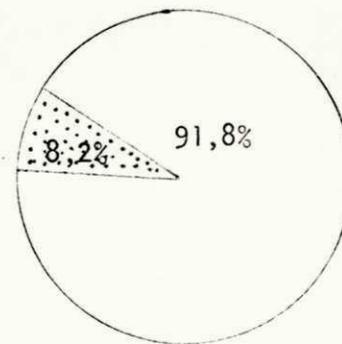


PEA   
PE Inativa 

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

GRÁFICO 7

Porcentagem da condição da PEA (livre e escrava)



PEA Livre   
PEA Escrava 

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

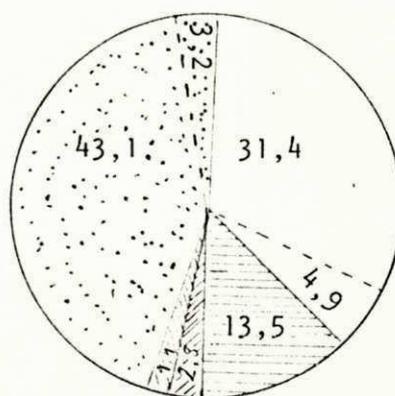
Esta é uma clara indicação da perda de importância econômica da mão-de-obra escrava, já no início dos anos 70. Quando verificamos que dos 8,2% que compunham a mão-de-obra escrava apenas 5% (509) estavam no trabalho produtivo e 3,2% (329) no trabalho doméstico, o peso da mão-de-obra escrava cai ainda mais (gráficos 8, quadro VI e VII).

Se analisarmos a população economicamente ativa do ponto de vista do trabalho produtivo o quadro muda bastante. Consideramos trabalho produtivo todo aquele ligado à agropecuária e beneficiamento de produtos agrícolas, o trabalho dos artesãos e dos

GRÁFICO 8

Porcentagem da PEA por setor de atividade

|                   |          |                                                                                   |      |
|-------------------|----------|-----------------------------------------------------------------------------------|------|
| AGRICULTURA       | Livres   |  | 31,4 |
|                   | Escravos |  | 4,9  |
| PECUÁRIA          | Livres   |  | 13,5 |
|                   | Livres   |  | 43,1 |
| SERVIÇO DOMÉSTICO | Livres   |  | 3,2  |
|                   | Livres   |  | 2,8  |
| "CAPITALISTAS"    | LIVRES   |  | 1,1  |



FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

QUADRO VI

Porcentagem da PEA masculina, por setor de atividade

| ATIVIDADE             | LIVRES | ESCRAVOS | TOTAL |
|-----------------------|--------|----------|-------|
| Agropecuária          | 88,2   | 7,2      | 95,4  |
| Jornaleiros agrícolas | 0,1    | ...      | 0,1   |
| Empregados domésticos | 0,4    | 0,1      | 0,5   |
| Artesãos              | 0,9    | 0,1      | 1     |
| Operários urbanos     | 0,8    | ...      | 0,8   |
| Comerciários          | 1,4    | ...      | 1,4   |
| Profissões Liberais   | 0,6    | ...      | 0,6   |
| "Capitalistas"        | 0,2    | ...      | 0,2   |
| TOTAL                 | 92,6   | 7,4      | 100,0 |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

"operários"; como improdutivo, o dos profissionais liberais, empregados no comércio, funcionários públicos, costureiras e empregadas domésticas (ver gráfico 9).

QUADRO VII  
Porcentagem da PEA feminina, por setor de atividade

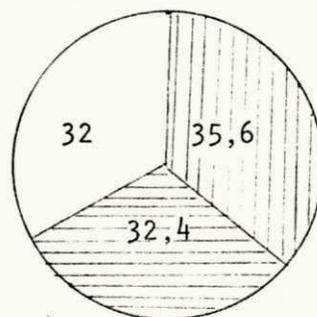
| ATIVIDADE         | LIVRES | ESCRAVAS | TOTAL     |
|-------------------|--------|----------|-----------|
| Agropecuária      | 5,8    | 3        | 8,8       |
| Domésticas        | 81,79  | 5,7      | 87,5      |
| Professora        | 0,01   | ...      | ..... 10/ |
| Artesãs           | 0,3    | ...      | 0,3       |
| Operárias urbanas | 0,9    | ...      | 0,9       |
| Costureiras       | 2,5    | ...      | 2,5       |
| TOTAL             | 91,3   | 8,7      | 100,0     |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872.

GRÁFICO 9

Porcentagem da população economicamente ativa total segundo o trabalho produtivo ou improdutivo

Trabalho produtivo   
Trabalho improdutivo   
PE Inativa 



FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

#### ↳ Estrutura da População Escrava

Considerando apenas a população escrava do município, a divisão em seu interior é bastante equilibrada, quanto ao sexo e a cor (quadro VIII).

76% dos escravos trabalhavam (840) e apenas 24% (265) estavam inativos. O gráfico 10 mostra a distribuição da mão-de-obra escrava segundo sua ocupação.

O quadro IX mostra a ocupação dos escravos tomados por sexo, separadamente.

10/. Desprezamos, no total, uma mulher professora, por ser porcentagem muito pequena.

## QUADRO VIII

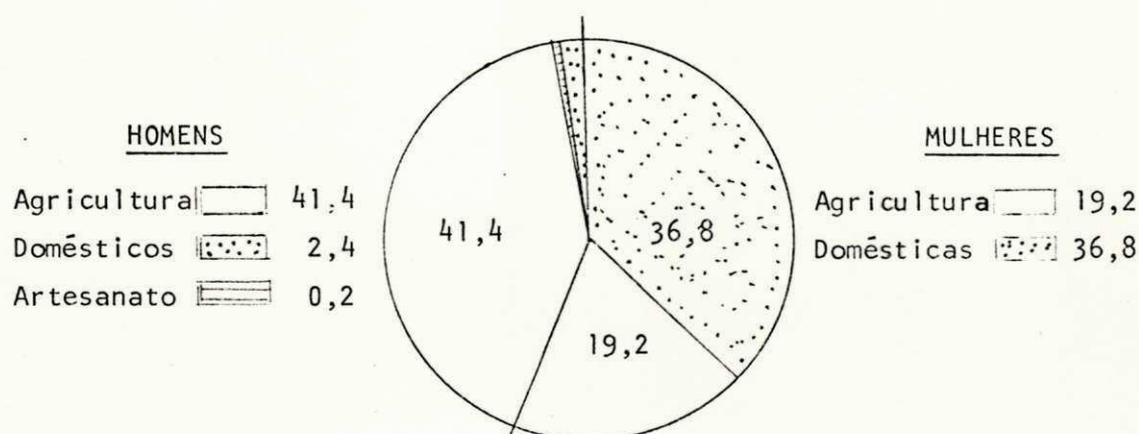
Estrutura da População Escrava Segundo o Sexo e a Cor (em porcentagem)

| COR     | HOMENS | MULHERES | TOTAL | TOTAL EM NÚMEROS ABSOLUTOS |
|---------|--------|----------|-------|----------------------------|
| Mulatos | 25,6   | 23,4     | 49    | 542                        |
| Pretos  | 25     | 26       | 51    | 563                        |

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

## GRÁFICO 10

Distribuição da População Escrava, Segundo a Ocupação, por sexo (em porcentagem)



FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

## QUADRO IX

Ocupação dos Escravos Homens e Mulheres, Separadamente (em porcentagem)

|                   |             |      |
|-------------------|-------------|------|
| ESCRAVOS HOMENS   | AGRICULTURA | 94   |
|                   | DOMÉSTICOS  | 5,4  |
|                   | ARTESÃOS    | 0,6  |
| ESCRAVAS MULHERES | AGRICULTURA | 34,5 |
|                   | DOMÉSTICAS  | 65,5 |

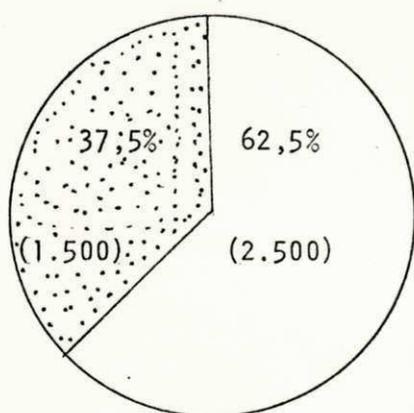
FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872.

O único dado comparativo que temos para a PEA é de 1861, e incompleto. No Relatório do Presidente da Província deste ano, a parece o número de trabalhadores - livres e escravos - nas grandes

e médias fazendas agropecuárias. Mesmo assim, fizemos a comparação entre estes dados; escravos ocupados na agropecuária, em 1861, e os ocupados na agricultura, em 1872. Os números de 1861 não levam em conta a pequena produção que, como vimos, ocupava à época razoável número de escravos, e falam de escravos empregados na agropecuária. O censo de 1872 mostra todos os escravos ocupados na agricultura, em qualquer tipo de produção ou tamanho de propriedade (não havia mais escravos na pecuária, segundo o censo). Apesar das diferenças de dados, a comparação é expressiva, no sentido de mostrar a redução da mão-de-obra escrava entre os anos de 1861 e 1872.

GRÁFICO 11

Trabalhadores Livres e Escravos Ocupados na Agropecuária das Grandes e Médias Fazendas - 1861



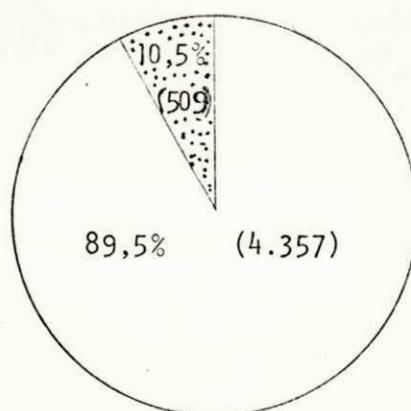
Trabalhadores livres na agropecuária 

Trabalhadores escravos na agropecuária 

FONTE: R.P.P. Silva Nunes, 1861

GRÁFICO 12

Trabalhadores Livres e Escravos Ocupados em Toda a Agropecuária - 1872



Trabalhadores livres na agropecuária 

Trabalhadores escravos na agricultura 

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872

Verificamos, pelo crescimento geral da população e pelo número de herdeiros nos inventários, que a taxa de natalidade da população livre era alta. Não trabalhamos com dados de mortalida

de. Os dados sobre migração, sobre pessoas que se estabeleceram em Campina Grande ou que daqui saíram teriam que ser buscados, talvez através de fontes indiretas, o que demandaria esforço e tempo que, no âmbito deste trabalho, não foi possível realizar. Nas últimas décadas do século houve deslocamento da população do município para a Amazônia, mas possuímos apenas as referências dos inventários. Pelo crescimento da população, acreditamos não ter havido no período grande movimento emigratório. Ao contrário, Campina Grande nos pareceu muito mais um município que recebeu imigrantes.

O censo de 1872 indica a ausência de 32 pessoas (16 mulheres e 16 homens, todos livres) e fala de 55 pessoas (32 homens e 23 mulheres) que por aqui estavam de passagem.

O censo contou apenas 57 pessoas com deficiências físicas (42 homens e 15 mulheres), 0,3% da população total, o que nos parece porcentagem muito baixa. São foram consideradas as pessoas livres; nos inventários, aparecem com regularidade notícias de escravos doentes ou aleijados.

Quanto à religião, toda a população, livre ou escrava, foi considerada católica.

Ao recensear os trabalhadores livres na agropecuária, o censo de 1872 englobou todos os que tinham atividades agrícolas, dos grandes proprietários aos moradores.

O número de proprietários com terras no valor de até 500 mil réis reduziu-se bastante, no período, principalmente no que concerne àqueles que tinham terras no valor de até 100\$000. O quadro X expressa bem esta situação.

A diminuição crescente do número dos proprietários de terras de menor valor, e a abolição gradual do trabalho escravo criaram grande contingente de mão-de-obra livre. A pequena oferta de trabalho urbano, a baixa remuneração monetária e a difi-

culdade de acesso à propriedade da terra não impediram este rápido crescimento. Sua ligação com a terra, especialmente como moradores das grandes propriedades, permitiu, apesar do baixo nível de suas rendas, não só a sobrevivência como um aumento, considerável, da taxa de crescimento da população.

QUADRO X

Porcentagem, sobre o total dos proprietários, dos possuidores de terras no valor de até 500\$000 - Município de Campina Grande.

1840-1905

| VALOR DAS TERRAS       | 1840-1852 | 1854-1888 | 1889-1905 |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|
| até 100\$000           | 34,5      | 30,6      | 15,8      |
| de 101\$000 a 500\$000 | 36,7      | 36,7      | 39,8      |
| TOTAL                  | 71,2      | 67,3      | 55,3      |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

O fato da maior parte da remuneração desta força de trabalho ser feita através da permissão para morar e cultivar uma parte de terra nas grandes propriedades, sendo os trabalhadores responsáveis por sua própria subsistência, reduziu o impacto da alta dos preços no período, ao mesmo tempo em que manteve ocupada a mão-de-obra familiar feminina e infantil. O trabalho de mulheres e de menores fora do setor agrícola também permitiu atenuar o baixo nível da remuneração monetária recebida.

Em 1872, as mulheres eram 50,5% da população total do município e 52,6% da PEA. 70,5% do total da população feminina estavam empregados, contra 65,5% da masculina. O dado sobre a participação do trabalho feminino aparece bastante alto pela quantidade de mulheres ligadas ao trabalho doméstico. Não só este trabalho representava quase a metade da PEA como era, na quase totalidade, rea-

lizado por mulheres. Empregadas domésticas (livres ou escravas), escravas na lavoura e costureiras eram as ocupações femininas da época. Não há especificação, no censo de 1872, do trabalho familiar feminino no campo.

A população inativa do município era de 32%. Se descontarmos dela os 18% menores de cinco anos e os 2% maiores de 65, ficamos com uma porcentagem de 12%. Como a faixa etária entre 6 e 10 anos correspondia a 13,3% da população, podemos concluir que era quase total o número dos maiores de seis anos que trabalhavam<sup>11/</sup>.

Não sabemos a idade da população ocupada e, evidentemente, não podemos supor que os menores de famílias abastadas trabalhassem. Da mesma forma, sabemos que nem todos os maiores de 65 anos eram inativos. Como as famílias ricas eram em número pequeno, e também eram poucos os maiores de 65 anos, achamos justa a conclusão de que, de modo geral, trabalhavam todas as crianças com mais de seis anos.. Neste caso, há que levar em conta, principalmente, a mão-de-obra familiar no campo, que utilizava o trabalho de menores, às vezes a partir de quatro anos de idade, para pequenos trabalhos de agricultura e guarda de gado.

O baixo nível técnico da produção, motivado pela abundância de mão-de-obra, e o tipo de remuneração recebida pelo trabalhador não só permitiu como obrigou a uma maior difusão da agricultura de subsistência, o que, de modo geral, tendeu a aumentar a parte destinada à comercialização no mercado interno.

O crescimento demográfico, assim, funcionou, ao mesmo tempo, como condição e como efeito do aumento da produção e do con-

<sup>11/</sup> Embora não haja estatística sobre o assunto, é de se supor que o número de menores que trabalhavam fosse bastante alto, o que se percebe pelas tutelas com soldada, pelos escravos nascidos depois de 1871 que, alforriados pela Lei do Ventre Livre, eram obrigados a trabalhar para seus ex-senhores, a título de indenização pelos gastos com sua criação (ver anexo 1), e pelo próprio número da PEA, comparada com a faixa etária da população.

sumo<sup>12/</sup>.

"O crescimento demográfico explica, em certo sentido, o econômico, mas o crescimento econômico implica no demográfico, pelo menos a longo prazo"<sup>13/</sup>

A proporção da PEA sobre a população total nos leva a crer que não tenha havido muito espaço para a mendicância. Este nos parece ser também um indicador importante do desenvolvimento econômico do município, pois sabemos que um nível muito baixo de desenvolvimento não só cria setores marginais consideráveis, como tais setores interessam às classes que comandam o processo econômico:

"Se a produção marginal do trabalhador é menor do que a diferença entre o consumo do trabalhador ativo e o consumo do trabalhador inativo, há interesse dos proprietários em manter parte da população inativa, e da própria pessoa em não trabalhar"<sup>14/</sup>.

Não nos pareceu que, à época, tal fenômeno ocorresse aqui.

O potencial humano do município, elemento essencial das forças produtivas da sociedade, era jovem e equitativamente dividido entre os sexos. A parcela da população escrava já estava, em 1872, bastante reduzida, mas não era desprezível enquanto força de trabalho para a lavoura, essencialmente a do algodão. Apesar das relações escravistas ainda caracterizarem o período, sua desagregação é nítida desde o final dos anos 60. A queda, por exemplo, do imposto sobre os escravos saídos da Província, de 200\$000 para 25\$000, em 1861, já evidencia isto.

A população era essencialmente rural, o que, no caso, não significa isolamento entre a cidade e o campo. O relativamente intenso comércio da região, e a ligação dos grandes fazendeiros com o comércio, mantinham em permanente contato a população rural com a cidade e outros centros urbanos.

<sup>12/</sup>. VILAR, Pierre, *Crecimiento y Desarrollo...* p.51.

<sup>13/</sup>. Id. Ibid., p. 51

<sup>14/</sup>. Id. Obid., p. 64

A porcentagem de mulheres e menores que trabalhavam era alta, grande parte da PEA estava ocupada em serviços domésticos e era muito baixo o nível cultural e de qualificação da mão-de-obra.

No que diz respeito ao nível de educação escolar e alfabetização, apenas 16,5% da população sabiam ler e escrever, sendo 83,5% completamente analfabetos (incluídos todos os escravos). Se tomarmos apenas a população livre, a porcentagem dos que sabiam ler e escrever sobe um pouco, para 17,8%. Foi muito comum encontrar, mesmo em grandes inventários, e em outros processos de famílias abastadas, pedidos de assinatura a rogo. Raríssimas mulheres sabiam ler e escrever o nome e mesmo a porcentagem de grandes proprietários analfabetos era muito alta.

A população livre em idade escolar - se seis a 15 anos - era de 3.495 pessoas, por ocasião do censo, e apenas 7% delas estavam na escola. Destes 7%, 5,2% eram homens e 1,8% mulheres.

Quanto à qualificação da mão-de-obra, apesar dos dados demonstrarem ausência de atividades com preparação técnica especial, não consideramos o fato como absoluto, porque este conceito refere-se à especialização para o uso de máquinas, etc. Tal aspecto é, efetivamente, uma indicação importante, mas seria necessário também avaliar o nível de adestramento empírico, de criatividade, e a capacidade de adaptação às condições de trabalho, o uso de instrumentos sem similar europeu, a adaptação a usos locais (tradição, hábitos, etc) de engenhos e instrumentos de trabalho vindos de fora, para podermos avaliar melhor o nível técnico de preparação de mão-de-obra. A pesquisa realizada não nos permitiu fazer tal análise que, entretanto, consideramos de relevância.

## 2. AS CLASSES SOCIAIS

Utilizamos a noção de classes como base para o estudo das relações sociais no município. Para o conceito de classe adotamos, por considerarmos a mais completa, a definição de Lênin:

"As classes são grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram no que diz respeito aos meios de produção (relações estas que as leis referendam e formulam, na maioria das vezes), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e pela proporção em que recebem a parte da riqueza social disponível. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocuparem posições diferentes, num determinado regime da economia social".  
15/.

→ As diferenças entre as classes, portanto, derivam da produção, distribuição e apropriação dos bens materiais de uma determinada sociedade.

As relações sociais no período de transição que estudamos refletiam as alterações que ocorriam na produção. A produção de tipo colonial, baseada no trabalho escravo, criara uma relação de classes entre senhores de escravos e escravos. Mesmo havendo graduações entre os diversos grupos proprietários, esta relação dominava toda a sociedade.16/

No início dos anos 70, como vimos, os escravos já haviam diminuído muito em número e importância econômica, e tal situação refletiu-se, necessariamente, nas relações entre as classes. Se é

---

15/ LÊNIN, V.I., *Uma Gran Iniciativa* (1919), IN LÊNIN, *Obras Escogidas*, T.3. Moscou, Progresso, 1975, p.228

16/. Para uma discussão sobre classes sociais em países coloniais escravistas ver CARDOSO, Ciro F.S., *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux*, Tese de Doutorado, Paris, 1971, mimeo. Ver, em especial, a parte C-1 do Capítulo III: "*Société de castes ou société de classes?*".

verdade que temos ainda duas classes bem definidas e estruturadas - a dos senhores e a dos escravos - cresceu muito o número de trabalhadores livres e foram surgindo e se diversificando camadas intermediárias. Com o aparecimento dos trabalhadores livres com maior peso econômico, forma-se o embrião de uma futura classe operária (urbana ou rural), e foi mudando também o caráter de classe dos grandes proprietários. As novas classes e camadas, no entanto, ainda constituem, durante todo o período, "formas inorgânicas" da sociedade<sup>17/</sup>.

Para agrupar os proprietários de terra em pequenos, médios e grandes, adotamos como principal critério o valor da terra, conjugado com o valor total dos bens possuídos. O critério não é aleatório. Para os grandes proprietários, a margem de erro é mínima. Não só o valor de suas terras é muito grande, como também o número de seus escravos, de benfeitorias, de máquinas, estabelecimentos comerciais e gado. O número de casas que possuem na cidade e a qualidade delas, a quantidade de jóias, móveis, etc, confirmam sua classificação como grandes proprietários. Além do mais, eram poucos e são bastante conhecidos na região, através de sua história ou de sua descendência, até os dias de hoje.

Para os que classificamos como pequenos proprietários, a margem de erro também nos parece reduzida. Não só os dados completos que temos sobre a medição de suas terras indicam pequenas propriedades (em área), como também o tipo de suas lavouras (geralmente de subsistência), pouco gado, poucos escravos e o conjunto de seus bens confirmam a classificação.

---

<sup>17/</sup>. Id. Ibid.

O que consideramos conter certa margem de erro é a classificação de médio proprietário. Comparando o valor das terras deste grupo com o tipo de suas lavouras, número de escravos, benfeitorias e outros bens, classificamos como médios proprietários os que possuíam entre 1:501\$000 e 5:000\$000 de bens totais. Como pequenos proprietários os que possuíam bens até 1:500\$000 e como grandes os que possuíam mais de 5:000\$000 de bens totais.

O problema desta classificação é que algumas pessoas poderiam possuir grandes extensões de terra de pouco valor - por serem de má qualidade ou localização - e aparecerem classificados como pequenos proprietários. Mas se algum caso destes ocorreu, foi desprezível. Quando a terra era muita media-se em léguas, não em braças, e fica evidente, mesmo que só tenhamos uma medida linear da terra, que se tratava de grandes extensões. Em todos estes casos, outros dados, como o número de propriedades possuídas, etc, evidenciam o grande proprietário.

Da mesma forma, pode ocorrer que uma menor área, por ser muito bem localizada e fértil, apareça com alto valor. Nos casos em que tivemos dúvida, incluímos tais propriedades entre as médias, usando os critérios acima mencionados.

Depois de feita a classificação, comparamos com ela os dados completos que tínhamos sobre valor/área. A relação foi, aproximadamente, a seguinte:

- pequenos proprietários - os possuidores de uma área média em torno de 50 ha (chegando algumas vezes a 100 ou 110 ha);
- médios proprietários - entre 100 e 300 ha (podendo chegar a 400 ou 500);
- grandes proprietários - os possuidores de mais de 500 ha.

De qualquer forma, não é só a extensão da terra - e nem principalmente - que define a classificação de pequeno, médio e grande proprietário. É imprescindível levar em conta a locali-

zação e a fertilidade da terra, o tipo de produção, quantidade de gado, nível técnico, número de trabalhadores, comercialização e valor da produção. Como trabalhamos com o conjunto destes dados (menos com o valor da produção, que não é declarado), acreditamos que a imprecisão na demarcação das terras não invalida a classificação.

A classe dominante do período era composta dos grandes proprietários de terra, na maioria criadores, agricultores e comerciantes. Clero e profissionais liberais - médicos, advogados, farmacêuticos e juizes - eram, na maioria esmagadora das vezes, a mesma pessoa física do grande proprietário e/ou comerciante, senhor de escravos até 1888, empregador na embrionária indústria do município e também o que possuía o maior número de moradores em suas fazendas. Este dado mostra, claramente, a mudança do caráter de classe de parte dos grandes proprietários. Cerca de 50% deles configuravam, a partir de suas funções no comércio e na incipiente indústria local, o embrião de uma futura burguesia agrária, comercial e industrial. Os outros 50 % formavam uma típica classe de proprietários rurais.

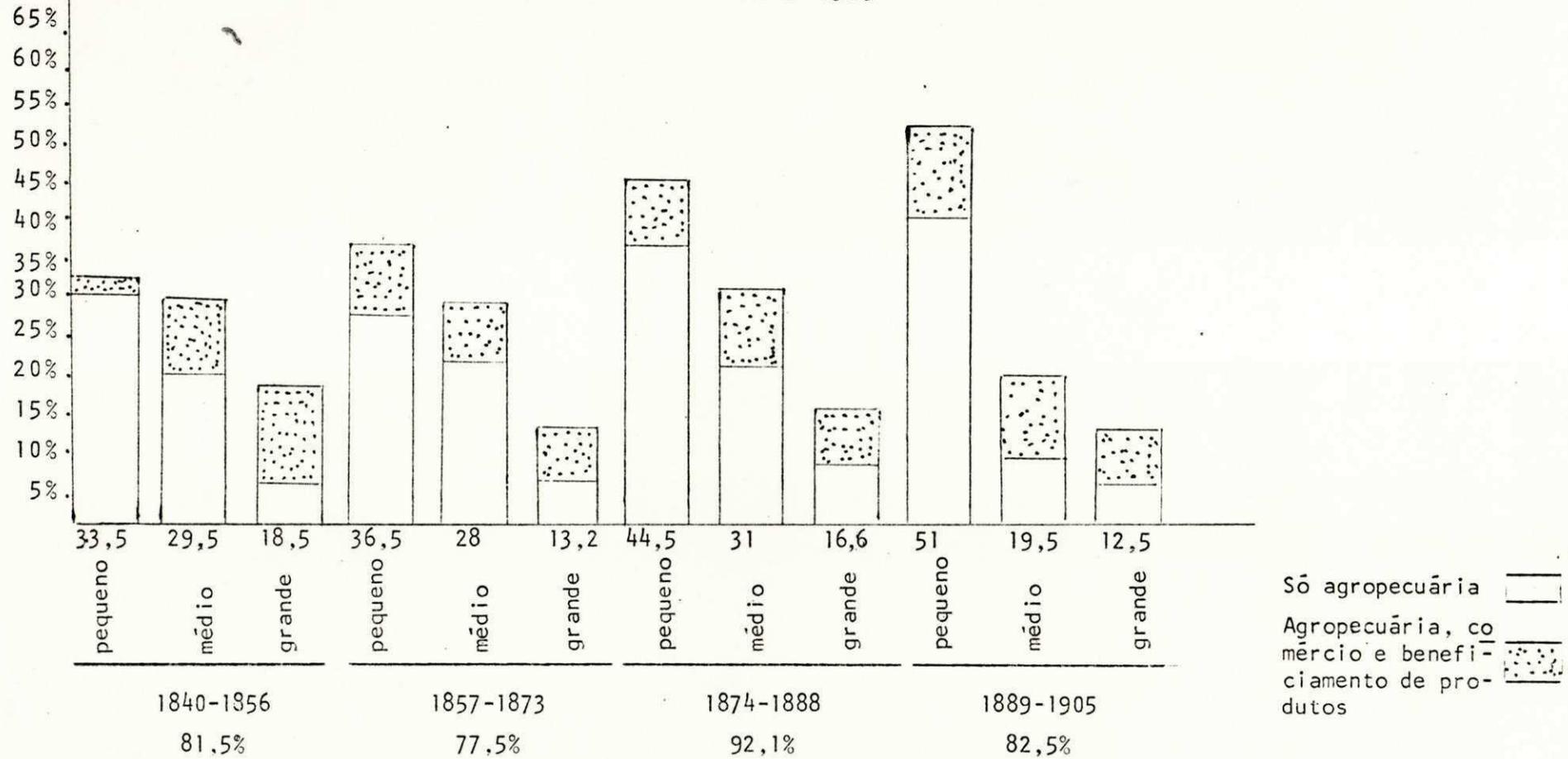
O quadro Nº IX é bastante expressivo a este respeito.

A porcentagem para cada grupo (pequeno, médio e grande) é de todos os que estavam ligados à agropecuária no período, em relação ao total dos inventariados da época. Lembramos que consideramos pequeno proprietário o que possuía até 1:500\$000 de bens totais inventariados ; médio o que possuía entre 1:501\$000, e 5:000\$000 e grande mais de 5:000\$000. A divisão por período foi feita para obter um número homogêneo de anos.

Geralmente o beneficiamento, em relação ao que consideramos pequeno proprietário, dizia respeito à farinha, enquanto que no que concerne aos grandes, tratava-se principalmente do algodão. Os médios possuíam um e outro tipo de beneficiamento.

QUADRO 11

Distribuição porcentual das atividades dos proprietários rurais do Município de Campina Grande  
1840-1905



FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Um fator de concentração do poder econômico e político local foi o entrelaçamento das grandes famílias, desde o final do século XVII, início do XVIII, através do casamento entre elas<sup>18/</sup>

Dentro do grupo das classes dominantes incluem-se também quase todos os médios proprietários e comerciantes. Este grupo, até 1888, mantém uma proporção bastante estável, reduzindo - se muito depois da Abolição. Pelo crescimento dos pequenos proprietários no mesmo período, pode-se supor que boa parte dos médios - principalmente aqueles que só estavam ligados às atividades agropecuárias - foi engrossar suas fileiras. Os médios proprietários ligados ao comércio e beneficiamento dos produtos mantiveram a mesma proporção, sendo a redução de seu número à quase metade, de 1888 ao final do século, devida à diminuição dos que estavam ligados somente à lavoura ou à pecuária. A perda dos escravos deve ter enfraquecido bastante este grupo que, com menor quantidade de terras, tinha menos possibilidade de acolher moradores em suas propriedades, ressentindo-se assim da falta de mão-de-obra livre, pela qual não podiam pagar.

O grande número de pequenos proprietários colocava-se como intermediário entre a massa dos trabalhadores sem terra e os maiores proprietários. Seu número aumentou constantemente no período e, muitas vezes, a diferença entre eles e os trabalhadores rurais sem terra era mínima, pois o que caracteriza as relações sociais é uma situação econômica e não jurídica.

Com o desenvolvimento urbano e a manutenção do monopólio da terra em mãos dos grandes proprietários, muitos acabaram por perder suas terras - ou engolidas pelo grande latifúndio, ou por divisão da herança, ou por necessidade econômica de vendê -

---

<sup>18/</sup>. Por exemplo, a ligação entre as famílias Agra, Vaz Ribeiro, Alves Viana, Lourenço Porto, Pereira de Araújo, Pereira Luna, Rodrigues de Souza Campos, etc.

las - e outros mantiveram-se numa economia de subsistência, como fornecedores de produtos agrícolas aos grandes proprietários, em especial de algodão, e de mão-de-obra sazonal.

Na cidade, a camada intermediária é constituída, em seu estrato superior, por oficiais de justiça, professores, funcionários públicos e, em posição econômica e social menos privilegiada, pelos artesãos, mascates, vendedores ambulantes, balconistas e costureiras.

Da mesma forma que parte dos pequenos e médios proprietários rurais irá constituir mais tarde uma pequena burguesia no campo, destas camadas intermediárias urbanas alguns irão constituir uma pequena burguesia da cidade, enquanto que outros entrarão para as fileiras da classe operária.

Os trabalhadores livres sem terra, assalariados urbanos e jornaleiros agrícolas, os moradores e grande parte dos empregados domésticos, constituíam as camadas mais baixas dos trabalhadores livres da sociedade. Os jornaleiros agrícolas eram, em 1872, em número insignificante: 5, ao todo. Os classificados como operários urbanos eram 88: trabalhadores em metais, madeira, tecidos, vestuário e calçados.

A grande parte dos trabalhadores livres era constituída por empregados domésticos, mas a principal categoria destes trabalhadores, por sua quantidade e importância econômica, era a dos moradores, que constituíam, à época do censo de 1872, a maioria dos trabalhadores do campo, livres e sem terra. Impossível saber seu número, pois o censo trabalhou com categorias profissionais, englobando como "lavradores e criadores", grandes, médios e pequenos proprietários, arrendatários, foreiros, moradores e vaqueiros.

A relação entre moradores e senhores de terra, marcada por um alto grau de dependência (por ser a única opção de traba

lho para o lavrador sem terra), diferia da relação escravista, inclusive pela importância político-social que os moradores foram adquirindo. Socialmente, possuir grande número de agregados substituiu o status social do possuir muitos escravos, mas o morador, como cidadão "livre" (cidadão de cartório, pseudo cidadão), constituiu, no final do período, o "curral" eleitoral, característico não só do Nordeste, mas de toda a política nacional.

Embora só em pequena escala os moradores recebessem um salário monetário, o fato de todos (e eram muitos) receberem mesmo uma pequena parte em dinheiro, ampliou a circulação e aumentou o mercado interno. As áreas de produção de subsistência cresceram consideravelmente, e com isto aumentou também a parcela do produto comercializável. Este grande contingente de mão-de-obra livre, criado e constantemente ampliado, trabalhava na produção de subsistência, funcionava como mão-de-obra assalariada temporária nos períodos de colheita, como assalariada parcial na realização de serviços (do tipo de abertura de caminhos, construção de açudes e poços, serviços nas fazendas - consertos, colocação de cercas, etc), estando sempre disponível, também, para os trabalhos numa incipiente indústria de beneficiamento do algodão, em olarias, para a construção civil, etc<sup>19/</sup>. A este grupo juntavam-se muitos pequenos proprietários de terra, que trabalhavam nela para auto-consumo e que, em épocas de colheita, agregavam-se às grandes fazendas, numa trabalho semi-assalariado.

Em 1872, o capitalismo estava ainda longe de dominar na região (como, ademais, em todo o país). O grupo configurado no censo como "operários" é reduzido e as "indústrias" eram pequenas manufaturas. Quanto aos que trabalhavam no campo, não po-

<sup>19/</sup>. É muito grande o aumento da construção civil em Campina, no final do século.

dem, a nosso ver, ser classificados nem como camponeses puros, nem como assalariados puros e nem como puramente agregados dependentes. Na maioria das vezes, a mesma pessoa assumia, ao mesmo tempo ou alternadamente, uma ou outra função na produção. Aspecto típico de um período de transição, tanto os trabalhadores livres quanto os proprietários (agropecuaria/comerciante/industrial) dificilmente podem ser classificados dentro de formas estruturadas de classe. Seria necessário analisar, no caso, principalmente, em que direção se desenvolveu o processo de produção nas primeiras décadas deste século e que tipo de relações se estabeleceram, a partir da nova organização produtiva. Só a análise do censo de 1907 permitiria a comparação, o que alongaria muito nosso trabalho.

Constatar que a tendência foi no sentido da consolidação do modo de produção capitalista não basta para esclarecer a situação das classes no campo, uma vez que o capitalismo se utilizará de formas não caracteristicamente capitalistas de trabalho, assim como de formas mistas<sup>20/</sup>.

Os escravos (até 1888, claro) constituíam a camada inferior dos trabalhadores. Estavam todos ocupados ou na lavoura ou em serviços domésticos. O censo de 1872 só contou dois escravos artesãos. (*Quem ERA?!*)

Não há quase notícias sobre o trabalho de libertos, antes de 1888. Os únicos dados que possuímos são sobre um casal de ex-escravos inventariado, que vivia da venda de doces, como ambulantes, e de uma ex-escrava que em 1861 comprou a liberdade de seu filho por duas cargas de lã, duas éguas, um poldro e uma poldra.

<sup>20/</sup>. Já vimos que classificar como feudais as novas relações de produção é um simplismo que não encontra respaldo nem na realidade nem na teoria. A produção é feita cada vez mais para comercialização e não é realizada por camponeses-servos com acesso estável à terra.

Acreditamos que a falta de notícias de trabalho de ex-escravos, até 1888, decorreu do reduzido número de alforrias concedidas no município. O pequeno número de escravos libertados antes de 1888 parece ter continuado a trabalhar nas fazendas, como camada inferior de moradores e/ou agregados. Os mais privilegiados fizeram-se vaqueiros e alguns devem ter se deslocado para a cidade, como mão-de-obra parcialmente ocupada ou mendicante. De qualquer forma, seu número foi muito pequeno. A tendência das mulheres alforriadas foi continuar no trabalho doméstico, até porque, muitas destas alforrias, condicionais, obrigavam-nas a continuar nele.

A partir de 1854 - época em que sobe muito o preço do escravo - parece ter sido comum alugá-los (os chamados escravos de ganho, a que já nos referimos no capítulo II).

Tentamos fazer uma avaliação do nível de vida da população a partir do montante dos bens inventariados. Dividimos a época em quatro períodos, com o critério de obter para cada um o mesmo número de anos, aproximadamente. O quadro Nº 12 nos dá uma visão geral das fortunas da época.

O quadro Nº 13 mostra que a esmagadora maioria dos bens da sociedade estava concentrada nas atividades agropecuárias (lavouras, criação e beneficiamento de produtos): cerca de 95%, em todo o período. Destes, aproximadamente 30% estavam dedicados ao beneficiamento e à comercialização. A porcentagem dos que eram exclusivamente negociantes é desprezível.

Não só aumentou o número de pequenos proprietários, como cresceu bastante a parcela dos que, dentre eles, trabalhavam com bolandeiras primitivas de descaroçar algodão e instrumentos rústicos de fazer farinha. Os foreiros, geralmente pequenos e médios, aparecem em pequena proporção, sendo que os que possuíam mais de 5:000\$000 em bens eram em número muito reduzido.

## QUADRO XII

Porcentagem dos inventariados segundo o montante de seus bens  
Município de Campina Grande - 1840-1905

| VALOR DOS BENS            | 1840-1856 | 1857-1873 | 1874-1888 | 1889-1905 | TOTAL DO PERÍODO |
|---------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------|
| até 500\$000              | 22,7      | 15,9      | 20        | 26        | 21               |
| de 501\$000 a 1:500\$000  | 27,4      | 36,5      | 31        | 37,8      | 34               |
| 1:501\$000 a 3:000\$000   | 23,2      | 20,5      | 19,5      | 15,5      | 19               |
| 3:001\$000 a 5:000\$000   | 8,7       | 12        | 13        | 7         | 10               |
| 5:001\$000 a 10:000\$000  | 8,7       | 10        | 10,8      | 6,7       | 9                |
| 10:000\$000 a 30:000\$000 | 7         | 4,7       | 4,3       | 5         | 5                |
| 30:000\$000 a 50:000\$000 | 1,7       | ....      | 0,7       | 0,8       | 1                |
| mais de 50:000\$000       | 0,6       | 0,4       | 0,7       | 1,2       | 1                |
| TOTAL                     | 100,0     | 100,0     | 100,0     | 100,0     | 100,0            |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

## QUADRO XIII

Ocupação dos inventariados no Município de Campina Grande  
1840-1905 (em porcentagem)

| ANOS      | AGROPE-<br>CUÁRIA | AGROPE-<br>CUÁRIA,<br>COMÉRCIO,<br>BENEFICI-<br>AMENTO | FOREI-<br>ROS | SÔ CO-<br>MÉRCIO-<br>ANTES | FOREI-<br>ROS E<br>COMER-<br>CIAN -<br>TES | MASCA-<br>TES E<br>AMBU-<br>LANTES | TRABA-<br>LHO UR-<br>BANO SEM<br>INDICA-<br>ÇÃO | TOTAL |
|-----------|-------------------|--------------------------------------------------------|---------------|----------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------|-------|
| 1840-1856 | 57                | 24,5                                                   | 13            | 1                          | ...                                        | ...                                | 4,5                                             | 100,0 |
| 1857-1873 | 55                | 22,7                                                   | 13,7          | ...                        | 2,5                                        | 0,6                                | 5,5                                             | 100,0 |
| 1874-1888 | 65,5              | 26,5                                                   | 5             | 0,8                        | ...                                        | 0,8                                | 1,4                                             | 100,0 |
| 1889-1905 | 55                | 28                                                     | 11            | ...                        | 2,6                                        | ...                                | 3,4                                             | 100,0 |

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Os grandes proprietários ligados somente à agropecuária, como vimos, mantêm seu número praticamente constante. Aqueles que exerciam, ao mesmo tempo, atividades comerciais e de beneficiamento reduzem-se à metade, indicando um processo de concentração.

Os inventários nos dão uma idéia do nível de vida de uma parcela da sociedade, geralmente a mais abastada. Por isto, o quadro XII indica razoável nível de vida: 45% dos inventariados possuíam mais de 1:500\$000 de bens e 16% mais de cinco contos de réis.

No entanto, o próprio número de inventários encontrados - 853 - mostra uma sociedade pobre, pois para ser inventariado era necessário possuir bens que merecessem ser arrolados. Do que temos conhecimento, os inventários desaparecidos são todos de grandes proprietários.

Como encontramos inventários cujo total dos bens não chegava a 50\$000, podemos imaginar que a grande maioria da população, que não foi inventariada, praticamente não possuía nada.

Todos os viajantes que percorreram o Nordeste no século IX falaram do baixo nível de vida da população e referiam-se, especialmente, aos maiores fazendeiros e à vida urbana<sup>21/</sup>. Mas é preciso levar em conta o critério que tinham para considerar um nível de vida mais ou menos baixo. Viajantes europeus, não poderiam deixar de espantar-se com a simplicidade, e mesmo a rudeza da vida no interior nordestino.

Melhor será avaliar o nível de vida de uma sociedade segundo os critérios de suas necessidades, de seu sentido de conforto na vida diária, por exemplo. Um senhor de terras relativamente abastado, do Nordeste, que viajasse pela Europa, na mesma época, certamente acharia a mesa dos europeus extremamente parca.

---

<sup>21/</sup>Ver, sobre o assunto, GRAHAM, Maria, *Diário de uma Viagem do Brasil*, S.P., CEN, 1956; KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, SP, CEN, 1942; TOLLIER, L.F. de, "Notas Dominicais", In. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, 1908.

A alimentação excessivamente abundante era, no município, um dos indicadores de conforto e bom nível de vida. O hábito, por exemplo, de servir em cada uma das principais refeições, pelo menos três tipos de carne, só hoje vai desaparecendo.

Evidentemente, falamos do nível de vida da camada mais rica da população, mas é justamente ela que modela toda a mentalidade social.

Mesmo entre aqueles que possuíam muitos bens foi raro encontrar móveis de qualidade e boa louça (serviços completos de jantar, copos, baixelas). Pelo difundido uso da rede, praticamente não se encontram camas arroladas nos inventários. Os móveis que aparecem comumente são mesas, bancos e baús ou caixas de pregaria. As cômodas também eram poucas. Já os oratórios são bem mais comuns, de diversos tamanhos e qualidade de madeira. Nenhuma das grandes famílias deixava de ter o seu e foram os móveis mais caros que encontramos, chegando às vezes a 20:000\$000 e até a 40:000\$000, pois eram inventariados com suas imagens, muitas vezes de ouro ou prata.

Pouca louça foi arrolada nos inventários, o que mostra que, se a preocupação em comer bem (ou muito) era uma constante, o mesmo não ocorria com os serviços de mesa, talheres ou copos. Somente colherinhas de prata aparecem com maior frequência, e, assim mesmo, em pequena quantidade. Tachos de cobre, muito valiosos, aparecem em diferentes tamanhos (e valores) em quase todos os inventários maiores que um conto de réis.

Poucas roupas foram arroladas, mas os gastos com elas era grande. Boa parte das dívidas deixadas, menores de 500\$00, era de conta de armarinho, principalmente com fazendas de diferentes qualidades. Já nas contas de tutoria, praticamente todas as despesas apresentadas diziam respeito ao gasto com roupas e calçados, incluídos luvas, chapéus, lenços de seda, xales, etc.

As jóias também aparecem com frequência, desde pesados trancelins de ouro a simples brincos. Aquilo que era considerado pela sociedade como evidência de alto nível de vida era possuído por todos que tinham fortuna, e buscado pela população em conjunto. Em contas de tutoria de inventários bem modestos, não é raro encontrar despesas com jóias, que muitas vezes custavam boa parte da herança deixada ao menor.

Casas de tijolo e pedra na cidade, cavalos e número de escravos eram outros sinais de abastança. Além deles, o número de missas mandadas rezar pelo morto indicava uma posição na hierarquia social. Várias vezes encontramos, em testamentos de grandes proprietários, a exigência de que, depois de sua morte, fossem rezadas dez ou doze capelas de missas. Leve-se em conta que uma capela de missas significava uma série de cinquenta missas.

Raríssimos livros aparecem nos inventários, e quando aparecem são gramáticas, ou um livro de medicina, ou um outro de direito. Só encontramos referência a uma biblioteca, a do padre Santino Maciel de Atayde, falecido em 1882. Possuía 60 volumes e foi avaliada em 103\$200<sup>22/</sup>.

A classe dominante procurava o nível de vida que correspondia a seus valores, evidenciados principalmente na religiosidade (oratórios, imagens, enterros e missas) e na aparência: jóias, roupas, escravos.

Entre a população inventariada que possuía bens de pequeno valor encontramos, às vezes, pedidos de revisão do inventário por um banco quebrado que foi escondido ou por algum gado que, em poder de herdeiro, não foi declarado. Mas as brigas

<sup>22/</sup> Entre os livros, obras religiosas de Teologia, de Direito Eclesiástico, Manuais Eclesiásticos, Teatro e História Eclesiástica, Dogmática, dicionários latinos, gramáticas portuguesas e francesas, obras de Vieira, poesias, e uma obra de Kant, em seis volumes.

por ocasião dos inventários aparecem em qualquer grupo (a única diferença é o montante dos bens pelos quais disputam). Nestes casos, ou se chegava à revisão do inventário, na justiça ou, amigavelmente, o inventariante voltava a declarar os bens que havia "esquecido" de arrolar.

O inventário do padre Santino, por exemplo, foi discutido por quase 20 anos, acumulando enorme volume (o padre deixara quatro herdeiras, filhas de duas mães diferentes).

### 3. URBANIZAÇÃO VÃO

A sociedade do antigo município de Campina Grande era essencialmente rural. O processo de urbanização começou a se desenvolver principalmente a partir de 1864, com a elevação da Vila a cidade, e se acelerou muito nas últimas décadas do século. Não vemos, propriamente, um processo de separação campo-cidade, mas uma integração entre as duas áreas, na qual a urbana desempenha um papel de cada vez maior destaque.

Numa sociedade essencialmente rural como a que atravessara todo o período colonial, o processo de urbanização não poderia ocorrer, evidentemente, à margem da vida agrária<sup>23/</sup>. Para perceber, em toda sua riqueza, o processo de transformação de uma sociedade essencialmente agrária numa sociedade capitalista, seria preciso aprofundar a pesquisa sobre, entre outras coisas, os possíveis lucros extraordinários obtidos pelos comerciantes em épocas de auge das exportações do algodão, em épocas de seca,

"o aparecimento, mais precoce do que se imagina, de verdadeiras 'empresas' que requeriam inversão de capital" 24,

23/VILAR, Pierre, op. cit. p. 172

24/Id. Ibid., p. 172.

para obras de irrigação, construção de açudes, compra de máquinas, montagem de pequenas indústrias e toda uma infra-estrutura necessária à produção para o mercado. Por outro lado, há que levar em conta o caráter comercial da cidade de Campina Grande e a não existência na região (ou numa proporção ínfima) de uma classe de latifundiários ociosos, vivendo apenas da renda da terra. Não só a esmagadora maioria dos grandes proprietários estava presente fisicamente na direção de suas fazendas como, desde a década de 40, pelo menos 50% deles ligaram-se ao comércio e possuíam uma renda disponível para novas inversões, que faziam em máquinas de beneficiar o algodão e em pequenas indústrias.

Para Epaminondas Câmara, a elevação de Campina Grande a cidade (1864) marcou o declínio político e social da fazenda. Para o autor, Campina Grande fora, até então, uma sociedade estruturada ao redor da casa grande, da casa de engenho, das casas de farinha e das senzalas. Os protagonistas desta sociedade eram os fazendeiros, os senhores de engenho, os coronéis, os agricultores e os escravos. Teria sido o surgimento, nesta sociedade, do bacharel, do vigário, do comerciante, do farmacêutico que provocou a luta pela centralização municipal e o rápido processo de urbanização<sup>25/</sup>.

Não vemos tão clara esta separação campo-cidade. O desenvolvimento econômico (inclusive comercial) do período, em Campina Grande, que levou ao crescimento e desenvolvimento do núcleo urbano, não se deu em oposição aos grandes fazendeiros, e nem foram eles espectadores passivos deste processo. A elevação de Campina Grande a cidade, em 1864, não pode ser desvinculada do auge do algodão (1861-1865) na região, produto com ex-

---

<sup>25/</sup> CÂMARA, Epaminondas, op. cit.

celente colocação, à época, no mercado externo. Como vimos, grandes fazendeiros, grandes comerciantes e bacharéis eram, quase sempre, as mesmas pessoas. E, o mais importante, seu predomínio social nascia das fazendas: da propriedade de terras, de gado e de gente.

Outro fator importante para a "abertura da sociedade agrária" a que se refere, com muita perspicácia, Epaminondas Câmara, foi a intensidade das lutas políticas no Nordeste, a partir de 1817, às quais Campina Grande não ficou indiferente. Por ocasião da Revolução Pernambucana, fez-se aqui muita propaganda a favor dos rebeldes e da República. O vigário local parece ter sido um dos maiores propagandistas da Revolução, e um dos mais antigos dos grandes proprietários de terra, José Nunes Vianna, chegou a

"mandar ler e pregar no Pelourinho da Vila um edital do governo republicano, levantando, nesta ocasião, naquela Vila, a bandeira branca da democracia" 26".

Campina Grande participou ativamente da Confederação do Equador (1824), aderindo ao levante havido em Areia. Os grandes fazendeiros campinenses adotaram cedo as causas liberais, participando sempre das lutas políticas regionais e nacionais. A chegada das idéias liberais e maçônicas a Campina Grande, a luta pelo federalismo, que desse melhor posição econômica ao Nordeste, no quadro nacional, juntamente com o desenvolvimento econômico da região e de seus contatos comerciais abriram espaço para a atuação do político, do bacharel e do juiz. Segundo o próprio Epaminondas Câmara, desde 1817 o patriarcalismo foi obrigado a

"sair de seus esconderijos e... buscar as massas humanas que já começavam a pensar" 27/.

26/ PINTO, Irineu, op. cit. vol. 1 p. 200.

27/ CÂMARA, Epaminondas, op. cit.

Grande atividade comercial e política marcou o município na segunda metade do século passado, e alguns autores chegaram a comparar Campina Grande com Recife, por seu "espírito mercantil e ética dos grandes lucros", enquanto que Areia permanecia "aristocrática e rural"<sup>28/</sup> (alusão a Olinda).

A partir do final do século passado Campina Grande superou em população e importância econômica a própria capital do estado.

Enquanto que os grandes fazendeiros, descendentes das maiores famílias de proprietários rurais, abraçaram, em sua maioria, o liberalismo, os que aqui chegaram em meados do século passado, como comerciantes (a que a partir do comércio tornaram-se também grandes senhores de terra e escravos) ligaram-se ao Partido Conservador. Seria preciso entrar nos aspectos das lutas políticas e interesses locais para entender melhor tais posições, o que foge a nosso tema. Muito mais que aspectos ideológicos, a diferença se fazia entre os grandes proprietários locais que se modernizavam (liberais), e os grandes comerciantes que, vindos geralmente de Recife, ligavam-se também à terra (conservadores).

"A partir de 1864, os grandes fazendeiros começaram a trocar o luxo da compra de patentes da Guarda Nacional pela construção de boas residências na cidade, ajudando, com isso, a impulsionar a urbanização. Muitos deles, como juizes municipais ou membros da Câmara, passaram a residir a maior parte do tempo na cidade" <sup>29/</sup>.

Em 1864, ao ser elevada a cidade, Campina Grande tinha 300 casas, 4 ruas e 8 becos. Em 1900, eram 713 casas, 18 ruas,

---

<sup>28/</sup>. Id. Ibid.

<sup>29/</sup>. Id. Ibid.

duas praças e duas travessas<sup>30/</sup>. Por esta época, cerca de 25% da população do município residia na cidade<sup>31/</sup>.

#### 4. A SOCIEDADE

O censo de 1872 mostrou que apenas 16,5% da população do município sabia ler e escrever. Nenhum escravo foi alfabetizado, e da população em idade escolar, apenas 7% frequentavam a escola.

A primeira escola de alfabetização, em Campina Grande, foi criada em 1835, para meninos. As meninas só tiveram a sua em 1857. As escolas públicas das povoações de Pocinhos, Fagundes e Boa Vista foram criadas em 1858 e 1859, e em 1861 já haviam sido fechadas<sup>32/</sup>. As escolas municipais datam de 1891. Em 1887, o número de crianças que frequentava a escola era sensivelmente menor do que o contado pelo censo de 1872 (em 1872 eram 429 alunos - 184 meninos e 65 meninas, enquanto que em 1887 apenas 64 crianças frequentavam efetivamente a escola<sup>33/</sup>). Levamos em conta a diferença de critérios. O censo contou crianças matriculadas, e a Comissão<sup>34/</sup> falou das que realmente frequentavam a escola. Mesmo assim a diferença é grande. Em 1887, a

---

<sup>30/</sup>. Em 1864, Campina Grande contava, além das casas, ruas e becos mencionados, com 2 igrejas católicas, 2 açudes, 2 casas de mercado, 1 cemitério, 1 cadeia, 2 casas da Câmara; em 1890, além das 713 casas e 18 ruas, tinha 2 escolas, 1 tipografia, 2 mercados, 45 casas de comércio, 1 farmácia, 3 padarias e 1 máquina de vapor para descaroçamento de algodão. In. ALMEIDA; Elpídio, op. cit.

<sup>31/</sup>. Relatório de Cristiano Lauritzen, de 7/X/1890, citado na íntegra por JOFFILY, José, *Entre a Monarquia e a República*, Rio, Cosmos, 1982, apêndice.

<sup>32/</sup>. ALMEIDA, Elpídio, op. cit. p. 311.

<sup>33/</sup>. Id. Ibid., p. 314.

<sup>34/</sup>. Comissão criada pela Câmara de Vereadores para averiguar o ensino na cidade. In. ALMEIDA, Elpídio, op. cit., do Livro de Atas da Câmara Municipal que, à época em que o autor escreveu, achava-se arquivado. Hoje está desaparecido. p. 315.

Comissão não conseguiu saber, para os meninos, quantos estavam matriculados, mas em relação às meninas, havia 53 matrículas, para 35 frequências. Curiosamente, também o número de meninos era menor do que o de meninas: apenas 29 estavam frequentando a escola.

O ensino secundário só foi estabelecido em Campina Grande no final do século. Na Província, o Liceu Paraibano, criado em 1836, era o único estabelecimento de ensino secundário. Refletindo bem a mentalidade da época, o ginásio ensinava Latim, Retórica, Filosofia e Matemática, sendo logo depois criadas as cadeiras de Inglês, Geografia e Cronologia. Como se nota, o português não era ensinado. Os exames prestados no Liceu não eram reconhecidos para o ingresso nas Faculdades de Direito de Olinda e de Medicina da Bahia, o que, segundo Elpídio de Almeida, serviu para desestimular o ingresso naquele estabelecimento<sup>35/</sup>.

Tal situação do ensino indica uma sociedade que, apesar das transformações por que passava, ainda estava bastante presa a uma mentalidade escravocrata. Se existia uma preocupação em formar mão-de-obra (Escola de Aprendizes Artífices), em relação aos senhores, qualquer ensino voltado para a produção era considerado vulgar. Ter um bacharel na família era muito considerado, a nosso ver não só pela importância dada ao bacharel pela "nobreza" de suas citações latinas, mas porque se tornava necessário, com o processo de urbanização, dominar, através do bacharel, os postos públicos e políticos do município e da Província.

O bacharel era o representante letrado do grande proprie

<sup>35/</sup>. A Lei Nº 3, da Primeira Assembléia da Paraíba criada pelo Ato Adicional, realizada a 7/4/1835, criou a Escola de Primeiras Letras em Campina, e também uma cadeira de Latim. O professor, que deveria passar por concurso público, recebia um salário de 300\$000 anuais, desde que tivesse 20 alunos de primeiras letras. O de Latim receberia 400\$000 se tivesse 12 alunos, e mais 100\$000 de gratificação se conseguisse 6 alunos de franceses. Id. Ibid. p. 310.

tário. O sentido de cultura destes homens era extremamente uti litário. Fora o bacharel e o médico, em número que considerassem indispensável, desprezavam o ensino. Até mesmo ler e escrever era considerado supérfluo, sendo dada muito maior importância a conhecimentos práticos adquiridos na prática do trabalho agrícola ou pecuário.

Fala-se muito da "ignorância" da sociedade da época, do ponto de vista cultural. Enquanto os grandes proprietários con taram com abundância de terra e mão-de-obra, além de mercados para seus produtos, não se colocava para eles a necessidade de melhorias técnicas e conhecimentos agrícolas que permitissem o aumento da produtividade, através de uma agricultura intensiva.

Quando faltou a mão-de-obra escrava, continuaram a con tar com abundância de terras e de mão-de-obra livre barata. O desenvolvimento econômico foi impondo, embora lentamente, que melhorias técnicas passassem a ser introduzidas, e os grandes proprietários não ficaram insensíveis a elas. No entanto, o ensino continuou a ser desprezado. Se observarmos o tipo de en sino que era ministrado, concluiremos que não foi por ignorância, mas por bom senso, que o ensino oficial continuasse trata do como superficialidade desnecessária.

A quantidade de servidores domésticos constituía sinal de "aristocracia". É difícil calcular os gastos improdutivos com os serviços domésticos. Como vimos, o censo de 1872 indica que 46,3% da PEA estava neste setor. De modo geral, os grandes gastos improdutivos são característicos de sociedades pré-capita listas.

"Quanto maior a diferenciação social, menor a incidê ncia da idéia de inversão produtiva e mais importantes serão os gastos suntuários das minorias, entre eles os serviços. No capitalismo, a burguesia renuncia às antigas formas de luxo" 36/.

---

36/. VILAR, Pierre, op. cit. p.101.

Em relação à sociedade brasileira, alguns aspectos devem ser ressaltados. Numa sociedade que viveu quase quatro séculos à base do trabalho escravo, e em que o processo da abolição durou praticamente 40 anos, a utilização de empregados domésticos (que se mantêm até hoje, em todo o país, com muita força) representou, além de uma manifestação de atraso econômico, a sobrevivência de formas de pensar que estavam assentadas na escravidão e que sobreviveram a ela. Ainda hoje é comum encontrar famílias de renda muito baixa que recorrem ao trabalho de empregadas domésticas, como forma de manter "status" social.

Por outro lado, devemos levar em conta que a oportunidade do trabalho doméstico foi uma forma de absorver grandes contingentes de população feminina sem outra alternativa de trabalho, foi a forma mais comum de emprego para as ex-escravas, e uma maneira de complementar a baixa renda familiar. Evidentemente, se um grande contingente de mão-de-obra potencial coloca-se no trabalho doméstico, há um desaproveitamento das forças produtivas (que poderiam receber qualificação para outro tipo de trabalho) e, conseqüentemente, diminuição do ritmo potencial de desenvolvimento capitalista. Mas caberia analisar, em se tratando do trabalho doméstico, feminino na quase totalidade, até que ponto esta forma de emprego freou o desenvolvimento capitalista ou, ao contrário, como todo trabalho de mulheres e de menores, serviu como complemento e redução de salários pagos aos trabalhadores produtivos, facilitando, ao invés de dificultar, a acumulação. Até hoje, na região que estudamos, o trabalho doméstico, apesar da baixa remuneração, alimenta não só a empregada, mas parte da família, que geralmente se agrega, como comensal constante, ao emprego da mãe ou da irmã.

Não foi só no ensino e em formas de trabalho que a escravidão deixou sua marca. Entre a massa pobre da população, a

a distinção entre a condição jurídica de livres e escravos foi tão importante que impediu qualquer solidariedade das massas camponesas, por mais miseráveis que fossem, com as lutas dos escravos. Do lado da classe dominante, ao contrário, a distinção não era tão grande. O trato secular com o trabalhador escravo fez com que também os trabalhadores livres fossem pouco considerados. A escravidão marcou o trabalho físico como pouco dignificante.

→ O processo abolicionista não contou, em Campina Grande, nem com a simpatia dos grandes senhores nem com a dos trabalhadores livres da cidade ou do campo. As cartas de alforria passadas e os escravos libertados pelo Fundo de Emancipação exemplificam esta situação. Em 18 anos, encontramos apenas 95 cartas de liberdade passadas por particulares<sup>37/</sup>. Os quadros de Nº 14 a 18 mostram as condições das alforrias, os escravos libertados quanto ao sexo, cor e idade, ano e número de escravos alforriados.

#### QUADRO XIV

Tipos de Cartas de Alforria particulares, passadas no Município de Campina Grande, de 1858 a 1882

| TIPO DE ALFORRIA                                   | NÚMERO | PORCENTAGEM |
|----------------------------------------------------|--------|-------------|
| Alforrias incondicionais (a)                       | 39     | 41          |
| Alforrias condicionais (b)                         | 17     | 37          |
| Compra de liberdade pelo escravo (liberdade total) | 35     | 18          |
| Compra de liberdade pelo escravo (parcial)         | 4      | 4           |
| TOTAL                                              | 95     | 100,0       |

(a) O número de alforrias incondicionais tornou-se maior pelo fato de uma só senhora, ao enviudar, ter alforriado, sem condições, de uma só vez, os 11 escravos que lhe couberam na meação.

(b) 15 destes condicionavam a liberdade à morte dos senhores, e 2 à morte dos senhores e de seus filhos.

FONTE: Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

<sup>37/</sup> Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício de Campina Grande; anos de 1858 (incompleto), 1859 a 1867; 1873 a 1877; 1879, 1880 e 1882.

QUADRO XV

Escravos alforriados no Município de Campina Grande, segundo o sexo - 1858-1882

| SEXO     | NÚMERO | PORCENTAGEM |
|----------|--------|-------------|
| Homens   | 38     | 40          |
| Mulheres | 57     | 60          |

FONTE: Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

QUADRO XVI

Escravos alforriados no Município de Campina Grande, segundo a cor - 1858-1882

| COR               | NÚMERO | PORCENTAGEM |
|-------------------|--------|-------------|
| Pretos            | 45     | 47,5        |
| Mulatos           | 26     | 27,5        |
| Cabras            | 6      | 6           |
| Sem especificação | 18     | 19          |

FONTE: Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

QUADRO XVII

Escravos alforriados no Município de Campina Grande, segundo a idade - 1858-1882

| IDADE           | NÚMERO | PORCENTAGEM |
|-----------------|--------|-------------|
| atê 5 anos      | 6      | 6,3         |
| de 6 a 10 anos  | 10     | 10,6        |
| de 11 a 15 anos | 5      | 5,3         |
| de 16 a 20 anos | 3      | 3,1         |
| de 21 a 30 anos | 13     | 13,7        |
| de 31 a 40 anos | 11     | 11,6        |
| de 41 a 50 anos | 16     | 16,9        |
| de 51 a 60 anos | 7      | 7,3         |
| de 61 a 70 anos | 7      | 7,3         |
| de 71 a 80 anos | 2      | 2,1         |
| Sem indicação   | 15     | 15,8        |

FONTE: Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

As cartas de liberdade são um exemplo da mentalidade escravista da época, e em anexo damos alguns exemplos delas.

## QUADRO XVIII

Escravos libertados no Município de Campina Grande, segundo o tipo de alforria e o ano de sua libertação

| ANO   | INCONDICIONAL | CONDICIONAL | COMPRA<br>TOTAL | COMPRA<br>PARCIAL | TOTAL |
|-------|---------------|-------------|-----------------|-------------------|-------|
| 1858  | 2             | -           | -               | -                 | 2     |
| 1859  | 2             | 8           | 2               | 1                 | 13    |
| 1860  | 1             | -           | -               | -                 | 1     |
| 1861  | -             | -           | 5               | 1                 | 6     |
| 1862  | 2             | 1           | 2               | 1                 | 6     |
| 1863  | 1             | 1           | 4               | -                 | 6     |
| 1864  | 2             | -           | -               | -                 | 2     |
| 1865  | 2             | -           | 3               | -                 | 5     |
| 1866  | 1             | 1           | 2               | 1                 | 5     |
| 1867  | 1             | 1           | -               | -                 | 2     |
| 1873  | -             | -           | 4               | -                 | 4     |
| 1874  | 2             | -           | 5               | -                 | 7     |
| 1875  | 2             | 2           | 3               | -                 | 7     |
| 1876  | 15            | 2           | 2               | -                 | 19    |
| 1877  | 3             | 1           | -               | -                 | 4     |
| 1879  | 1             | -           | 1               | -                 | 2     |
| 1880  | -             | -           | 2               | -                 | 2     |
| 1882  | 2             | -           | -               | -                 | 2     |
| TOTAL | 39            | 17          | 35              | 4                 | 95    |

FONTE: Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

O quadro acima não indica qualquer período em que alguma forma de alforria tenha se destacado (exceção feita a 1859 e a 1876 - caso da viúva que libertou os 11 escravos que recebeu de herança), e os números são mais ou menos estáveis, em relação a cada ano. A maior quantidade de escravos alforriados, segundo a idade (16,9%), corresponde à faixa entre 41 e 50 anos, e por compra de liberdade. O número de escravas alforriadas é maior, e foram as mais beneficiadas com alforrias incondicionais.

Para a quantidade de escravos existente no município, o número de alforrias é bastante pequeno, numa média de 5 por ano. Se somamos este número aos 63 escravos libertados pelo Fundo de Emancipação, temos que, grosso modo (pois nos faltam alguns anos) foram emancipados, no total, 158 escravos, numa média de 7 cada ano.

Campina Grande recebeu sete quotas do Fundo de Emancipação dos Municípios, entre 1879 e 1886. Por este Fundo foram libertados 63 escravos. O Fundo contribuiu com 15:979\$189, e o pe-  
cúlio dos escravos com 3:230\$555 para as alforrias<sup>38/</sup>.

QUADRO XIX

Escravos do Município de Campina Grande libertados pelo Fundo de Emancipação

| QUOTA    | ANO  | Nº DE ESCRAVOS LIBERTADOS |
|----------|------|---------------------------|
| Primeira | 1879 | 8                         |
| Segunda  | ?    | ?                         |
| Terceira | 1882 | 5                         |
| Quarta   | 1883 | 9                         |
| Quinta   | 1884 | 7                         |
| Sexta    | 1885 | ?                         |
| Sétima   | 1886 | 15                        |
| TOTAL    |      | 63 (a)                    |

(a) Sabemos do número total pelo R.P.P. Oliveira Goes. Isto significa que pelas segunda e sexta quotas foram libertados 19 escravos.

FONTE: R.P.P. de 1882, 1883, 1884, 1885, 1886 e 1887.

Elpídio de Almeida afirma que em 1887 foram libertados apenas 17 escravos, o maior número de alforrias dado até então<sup>39/</sup>. De

<sup>38/</sup> R.P.P. Geminiano Brasil de Oliveira Goes, 8/8/1887.

<sup>39/</sup> ALMEIDA, Elpídio, op. cit. p.208.

fato, na audiência de 25 de novembro de 1886, o Fundo de Emancipação libertou 11 escravos; mas, a 8 de abril do mesmo ano já havia libertado quatro: <sup>40/</sup> três escravas de Rita Cândida Vianna, duas de nome Catarina e uma, Maria, cuja senhora foi obrigada a continuar alimentando. E ainda outra escrava, de nome Maria, de Galdino José Pereira, que "alimenta-se por si mesma".

Somente a partir de 1885, com a Lei do Sexagenário, época em que a escravidão já tinha seus dias contados, é que começamos a encontrar reclamações de escravos em juízo que, geralmente, foram atendidas <sup>41/</sup>.

Por exemplo, a 10 de fevereiro de 1885, Inácio Pereirada Silva, escravo de João da Silva Amorin Jr. e de seu filho Honório, morador no Surrão e casado com mulher livre,

"Na forma do artigo 36, Decreto-Lei de 13 de novembro de 1872: Diz que tem direito a ser classificado, a fim de ser alforriado pela quota do Fundo de Emancipação destinada a este município, pois se acha em primeira classe, vem requerer ser atendido, alegando em seu favor o pecúlio de 300\$000, em poder de seu senhor..." <sup>42/</sup>.

Preterido na classificação, o escravo reclamou, alegando que a classificação dizia obedecer aos critérios primeiros de condição familiar e indenização. Acrescentava ainda que o parágrafo primeiro do artigo sétimo dava preferência aos que fossem escravos de diferentes senhores e ele estava nestas condições. Irineo Joffily foi o defensor do escravo e o juiz Manoel do Rego Melo deu-lhe ganho de causa.

---

<sup>40/</sup>. Livro de Audiências da Casa da Câmara, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

<sup>41/</sup>. Em fragmentos dos Livros de Escravos, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

<sup>42/</sup>. Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

Também começam a ocorrer reclamações de escravas cujos filhos, nascidos de ventre livre, eram maltratados pelos senhores como se ainda continuassem escravos<sup>43/</sup>. Em quase todos os casos, apesar dos senhores oferecerem aumento de soldada para continuarem com os menores, o juiz despachou favoravelmente aos escravos.

É também por esta ocasião (1885) que escravos entrados no Brasil clandestinamente - depois de 1850 -, começam a fazer prova de sua entrada ilegal e a obter a liberdade. Encontramos o caso de um escravo que entrou no Brasil por Recife, em 1851, e que só em 1885 consegue reclamar sua liberdade.

Muitos dos senhores reagiram a estes movimentos do final da escravidão. Há, por exemplo, a petição de José Alves de Souza, em nome do escravo Miguel, angola, maior de 60 anos, e que estava "cativeiro e posto a ferros" por seu senhor, morador em Fagundes, por ter tentado ir a Campina Grande pedir sua liberdade. O capitão, seu dono, intimado a comparecer a juízo, diz que "para não litigar em juízo, passa-lhe carta de liberdade"<sup>44/</sup>.

Só também por esta ocasião aparecem notícias de escravos que possuíam bens, em gado, agricultura e mesmo terra.

Em 1886, Luiza, escrava de Justino Barbosa Camelo, mulata de 12<sup>45/</sup> anos, filha de escrava já falecida, requereu sua liberdade. Luiza alegou possuir com seu senhor e o sogro do mesmo, Alexandre Barbosa Camelo, por doação deste último, sete cabeças de gado, produtos de uma novilha que lhe fora doada, e mais uma vaca e outra novilha.

43/ Entre as alforrias incondicionais encontramos o caso de uma criança, em 1873, com um ano de idade, e que já havia, portanto, nascido de ventre-livre.

44/ Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

45/ Tendo 12 anos em 1886, Luiza também era nascida de ventre livre.

Em 1887, a escrava Romana, preta de 45 a 50 anos, pertencente aos herdeiros de José Luiz Gonçalves de Freitas, morador em Fagundes, disse possuir terras férteis de agricultura

"cobertas de macaxeira e que têm mais valor do que eu (sic), com 50 anos e doente"<sup>46/</sup>.

Romana havia recebido 100 por 240 braças de terra em Santana, Camararé (Fagundes), no valor de 200\$000, do Tenente Tomás Bezerra Cavalcanti, para que fizesse pecúlio para sua liberdade. A troca de sua liberdade pelas terras foi aceita pelos herdeiros de seu dono.

A sociedade escravista, ou recém-saída da escravidão, elaborou suas justificativas para as relações sociais existentes. Estas justificativas vão desde a proclamação da inferioridade dos negros, e por isso da justeza da escravidão, até posições que, lastimando a escravidão, consideravam inevitável o recurso à mão-de-obra escrava, propondo sua extinção gradual (pela morte dos mesmos), a fim de não desorganizar a produção.

Se a classe dominante avançava, no sentido da modernização e das mudanças que correspondiam ao aparecimento de premisas para o surgimento do capitalismo, estava ainda muito presa aos ideais de "nobreza" do passado. Não só os bacharéis expressam este aspecto cultural das classes dominantes. É comum encontrar doações, das famílias mais abastadas, de uma quantia diária a filhos ou parentes próximos que sentavam praça, para que "sustentassem foros de nobreza, como cadetes"<sup>47/</sup>.

Para que se tenha uma idéia, mesmo que em rápidas pinceladas, do papel da mulher nesta sociedade, basta considerar apenas alguns aspectos gerais. E nestes, a discriminação feminina aparece muito grande. Os casamentos eram arranjados pelos pais, como

<sup>46/</sup>. Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

<sup>47/</sup>. Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício.

em toda a sociedade da época <sup>48/</sup>.

Já vimos como era fácil tirar das mães solteiras ou viúvas pobres seus filhos, para dá-los em soldada, sob pretexto de má conduta moral. Mas também as viúvas ricas precisavam fazer a prova, com duas testemunhas, de que tinham "boa conduta moral". No caso da viuvez feminina, na grande maioria das vezes a tutela ficava com o avô ou o tio dos órfãos. No caso de ficar a mãe responsável pelos filhos, se contraísse segundas núpcias perdia a guarda das crianças e a tutela era removida, muitas vezes para o segundo marido.

Também o número de famílias e de filhos ilegítimos demonstra o papel secundário que a sociedade atribuía à mulher. Se em vários aspectos a discriminação feminina era geral, evidentemente as mulheres que pertenciam às classes dominantes eram muito mais privilegiadas.

Numa sociedade escravista, a cor era sempre marca de distinção.

"Apreciava-se muito a branquidão. Quem não fosse branco de quatro costados passava por cabra" <sup>49/</sup>.

Valentia e credice se combinavam, e eram valores e características sociais muito fortes. Valentia do poder, valentia matreira e de tocaia. Foi a violência geral da sociedade, o nenhum apreço pela vida alheia (e, conseqüentemente, pela própria) que gerou o mito da valentia. Matava-se muito e por qualquer coisa, e era considerado valente o matador, covarde quem deixava passar uma afronta:

"Sô homem covarde não se mata. Basta uma surra. <sup>50/</sup> Se morre da surra, a culpa é de sua própria fraqueza".

<sup>48/</sup>. Os jovens casais apaixonados, quando vítimas da intransigência dos pais, que se opunham ao casamento, recorriam à fuga. Uma vez que esta se dava, era raríssimo que o casamento não fosse permitido. Pitorescamente, este hábito mantém-se até hoje.

<sup>49/</sup> . AIMEIDA, Horácio, *História da Paraíba...* p. 185.

<sup>50/</sup> . Id. *Ibid.* p. 185.

Hamilton de Matos<sup>51/</sup> coloca três problemas básicos como fundamentos para a violência no Nordeste do século XIX: a má distribuição de terras, a crise do setor exportador e as secas. Para nós, entretanto, as relações de produção escravistas foram a base primeira da violência social.

No levantamento que H. de Matos fez sobre a violência no Nordeste do século passado, a Paraíba estava em segundo lugar, logo depois de Pernambuco. É a seguinte a classificação dos delitos levantados pelo autor:

QUADRO XX

Conflitos no Nordeste Brasileiro - 1850-1888

| ESPECIE        | NÚMERO |
|----------------|--------|
| Banditismo     | 200    |
| Revoltas       | 109    |
| Coronelismo    | 71     |
| Recrutamento   | 59     |
| Eleições       | 42     |
| Motins Urbanos | 20     |
| Escravos       | 6      |
| TOTAL          | 507    |

FONTE: MONTEIRO, Hamilton, *Crise Agrária e Luta de Classes* Brasília, Horizonte, 1980, p.24.

Como banditismo estão consideradas as quadrilhas, comuns no Nordeste da época. Revoltas foram movimentos do tipo do "Rancho da Abelha" e do "Quebra-Quilo". Por coronelismo são entendidos os conflitos provocados por grandes proprietários, com seus "exercitos" privados, na luta contra as autoridades centrais, provinciais ou municipais, ou entre eles mesmos. Também a resistência

<sup>51/</sup>. MATOS, Hamilton, *Crise Agrária e Luta de Classes*, Brasília, Horizonte, 1980. p.24.

ao recrutamento e conflitos em dias de eleições ocorreram com frequência. Somente o número de revoltas escravas registrado foi mínimo. Seus movimentos, quando ocorriam, eram isolados, ou se aproveitando de movimentos gerais, como foi o caso do "Ronco da Abelha" e do "Quebra-Quilo".

Em 1874, por ocasião do "Quebra-Quilo", juntaram-se mais de 400 escravos, procurando o cartório em busca dos livros que, segundo eles, poderiam torná-los livres. Prenderam o secretário do Conselho Municipal e outras autoridades, mas acabaram convencidos pelo vigário de que aqueles homens nada poderiam fazer para libertá-los. Os escravos permaneceram reunidos, mas sem ação, e à notícia de que alguns fazendeiros armados vinham contra eles os dispersou.<sup>52/</sup>

Quanto aos moradores,

"apesar da violência exercida por muitos proprietários, não há precedente de revolta de morador contra patrão. Ao revés, está sempre disposto, como instrumento cego, até ao mandato contra seus iguais"<sup>53/</sup>.

Acomodações e contradições na sociedade manifestaram-se fortemente no paternalismo das relações cotidianas e na violência dos momentos de tensão (crises econômicas e lutas sociais), mas um e outro, paternalismo e violência, estão sempre presentes. Paternalismo dos senhores, humildade dos mais pobres, violência de todos.

A passividade e a humildade que demonstravam moradores ou outros empregados a seus patrões, e a violência que sofriam deles e que exerciam contra seus iguais mostra a impotência das populações rurais diante da situação de dominação e miséria em que viviam. A total impossibilidade de sequer vislumbrar uma saída para melhorar tal situação acabou por juntar, depois da Abolição, trabalhadores livres e ex-escravos numa única perspectiva, a do fanatis

<sup>52/</sup>.AIMEIDA, Elpídio, op. cit. p. 147 a 158.

<sup>53/</sup>.AIMEIDA, José Américo, op. cit. p. 545.

mo messiânico<sup>54/</sup>. Não é a promessa cristã do paraíso terrestre que buscam, mas uma vida melhor aqui na terra.

Todo o desespero e impotência destas populações voltou-se para buscar saída através de uma religiosidade primitiva. Na realidade, era o único a que podiam se apegar e tinham que se apegar a alguma coisa, a alguma esperança para continuar a sobreviver. São os reinos encantados, o Sertão que vai virar mar. Representações fantásticas a que estes homens rudes se apegaram com desespero, pelas quais deram suas vidas, cometeram atos terríveis de sacrifícios humanos e também atos de nobreza e bravura inauditos.

As crendices acabaram por dominar os mais favorecidos da sorte. Em 1894, por exemplo Belarmino Barbosa Camelo foi dado como demente. No processo aberto para tirar-lhe o controle de seus bens, as testemunhas afirmaram em juízo que seu filho já o havia levado a um beato em Serra Bonita, Cabaceiras, mas que de nada adiantou. Todos repetiram que "o mal vinha de feitiços que lhe foram aplicados" <sup>55/</sup>.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, o interrogatório feito a um médio proprietário, no processo para colocá-lo sob custódia, por alienação. As respostas do demente são um exemplo bastante ilustrativo da situação de médios proprietários que se arruinavam com o fim da escravidão e de como a situação econômica em que se achavam refletia-se numa mistura de desespero, saudosismo e fantasia.

O processo é de agosto de 1903. Antônio Pedro de Souza

<sup>54/</sup>Existe vasta literatura sobre o assunto, entre ela o livro de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, São Paulo, USP, 1965.

<sup>55/</sup>. Processo arquivado junto ao inventário de Belarmino Brabosa Camelo, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

requereu exame em seu pai, Francisco Pedro de Souza, que vinha demonstrando claros sinais de loucura.

As testemunhas do processo afirmaram que há mais de dez anos o senhor Pedro Francisco era tido e havido por doido, já o tendo seus filhos enviado a Joazeiro, ao Padre Cícero, para ser curado. Pedro Francisco, além de desfazer-se sem critério de seus bens, juntava pedras que, afirmava, se transformariam em ouro e prata, e que, ao nascer, trouxera uma sina. Assustava os vizinhos, incomodava-os à noite com pancadas na porta e toques de viola.

Havia pouco tempo, contou uma testemunha, Pedro Francisco entrara-lhe pela casa a dentro, decentemente vestido e com um chapéu velho na cabeça, convidando-o para irem visitar o Imperador D. Pedro II. Como muita gente se juntara para espiar, mandou servir vinho a todos, generosamente. Às vezes Pedro Francisco tomava de uma viola e saía a convidar o povo para um próximo casamento seu. De outra feita, chegara nu à casa de um vizinho.

O Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo foi o médico encarregado de fazer os exames, demorando bastante tempo em suas observações. Em novembro de 1903 foi feito o interrogatório ao doente:

"Interrogatório feito ao interditando Pedro Francisco de Souza.

Aos nove dias do mês de novembro de 1903, nesta cidade de Campina Grande, em casa das audiências, presentes.....foram feitas as perguntas seguintes:

- Perguntado seu nome.
- Respondeu chamar-se Pedro Francisco de Souza.
- Que idade tem?
- Que tem 63 anos.
- Qual seu estado?
- Ser viúvo.
- Onde mora?

- Em Cachoeira Grande.
- Onde nasceu?
- Que mesmo em Cachoeira Grande.
- Com quem foi casado?
- Com Victória Maria da Conceição.
- Como se chamavam seus pais?
- Leandro Borges de Souza e Maria Ferreira da Conceição.
- Se tem filhos.
- Que tem seis e são: Antônio, João, Manoel, José, Maria e Josefa.
- Se sabe ler e escrever.
- Que não.
- Se sabia do paradeiro de seu filho José.
- Que tendo enlouquecido, seguiu para o asilo em Recife, ignorando porém se ainda existe.
- Se sofre de algum incômodo de saúde.
- Que não.
- Se já havia sofrido algum incômodo sério de saúde.
- Que sofrera a cólera, febres e maleitas.
- Se tem bens.
- Que tem gados e terras.
- Se mandou vender alguns gados e terras.
- Que não.
- Se não sabe se se tem vendido alguns gados e terras.
- Que sabe por ouvir dizer.
- Se recebeu o produto destas vendas.
- Que não.
- Quem administra seus bens?
- Que eram administrados por si!
- Se se recorda do tempo em que morreu sua mulher.
- Que não, parecendo-lhe que há uns 30 anos.
- Se tinha feito alguma viagem a Joazeiro e com que fim.
- Afirmativamente, com o fim de obter do Padre Mestre Cícero um remédio para fazer desaparecer a indisposição de espírito.
- Se o remédio produziu o efeito desejado.
- Que sim.

- Se não procurava tomar os bens vendidos sem sua ordem e com quem contava.
- Afirmativamente, contando com o juiz, Professor Clementino, Dr. Chateaubriand e mais pessoas presentes.
- Se era verdade ter reunido em sua casa grande quantidade de pedras e com que fim.
- Que efetivamente juntava pedras brancas, pretas e vermelhas, para desmanchá-las em ouro e prata.
- Se desmanchara alguma dessas pedras.
- Que não, porém que está certo que elas produzem ouro e prata.
- Se essas pedras têm crescido.
- Afirmativamente.
- Se é verdade que tem uma viagem projetada para Angola e com que fim.
- Pela afirmativa, a fim de efetuar uma compra de moleques, trazendo-os para o lugar onde mora.
- Com que recursos conta fazer esta viagem?
- Que com as pedras que falou.
- Se nesta viagem tem alguma visita a fazer.
- Que pretendia entender-se com D. Pedro II.
- Se sabia que Pedro II já havia falecido.
- Que tem ouvido dizer que sim, porém que ele não tem certeza.
- Qual a sina que havia trazido ao nascer?
- Que a de atravessar as ondas do mar.
- Se se recorda de algum fato da infância.
- Que quando era criancinha de peito, fora carregado para o lado que tem um braço de mar em São Francisco, e ali chegando, em uma casa velha, de telha, duas moças o agarraram, rodearam uma casa, deram três palmadinhas, deitando-o depois sobre um carro velho; algum tempo depois um velho o conduziu para o interior da casa, onde, chegando, disse-lhe o velho: 'Meu filho, quando te vires em quebradeira, olha para este telhado que aqui tem dinheiro para formar uma guerra'. Que ao chegar na casa a que se refere deram vivas a Pedro II e em seguida uns tiros; que lá na Cachoeira, onde mora, existe um reino encantado no

meio dos ares, já tendo sido por ele observadas as telhas.

- Se desejava ser rico.
- Que sim, contando para isso com o produto da venda dos moleques de Angola e com o desencantamento do reino de que falou.

E por nada mais lher ter sido perguntado, assim a rogo do interrogado o cidadão Manoel Joaquim Pequeno, o curador, ...que em tempo compareceu, o Dr. Curador Geral e as testemunhas Mabilon Bonavides Fernandes Pimenta e Silvino José Colaço. E para constar, mandou o juiz lavrar este termo, em que assinou-se. Eu, João Leocádio Alves Vianna, Escrivão, o escreveu"

Seguem-se as assinaturas. O Dr. Chateaubriande, em suas conclusões, escreveu:

"...Recomendada a observação, dia 21 do corrente mês (lua nova), interroguei-o, na presença do Cel. João da Silva Pimentel, Dr. Afonso Campos, Américo Porto, estudante de Direito, e outras pessoas. Respondeu com acerto certo gênero de idéias, delirando, entretanto, no sentido da transformação de sua personalidade; e bem assim que continuava a juntar pedras pretas, brancas e amarelas, que continham ouro de igual cor; preparava-se para ir a Angola buscar duas a três barcas de negros, contratando vendas antecipadas; antes desta viagem tinha um reino a desencantar. E reportava fatos de sua primeira infância para comprovar que tudo isso obedecia sua sina que devia ser a de 'atravessar as ondas do mar', interrompendo estas narrativas com gossosas gargalhadas.

Demorei alguns dias em observação, assentando-se a perturbação psíquica. Concluo que: o fato de juntar pedras, a compra de escravos, a descoberta do reino encantado, o crescimento de suas pedras indicam o desejo manifesto de melhorar seus haveres e comprovam o desarranjo mental, que diagnostico loucura

parcial" 55/.

### CONCLUSÃO

A escravidão, que durante tantos séculos dominara a sociedade, cunhou uma mentalidade pré-capitalista - e em alguns aspectos "anti-capitalista" - muito mais difícil de remover do que as relações econômicas e sociais sobre as quais se assentava. Esta mentalidade marcava fortemente toda a sociedade. Maria Graham notara, além da amabilidade de todos, a apatia dos caixeiros de lojas, até mesmo no Rio de Janeiro:

"Se estão empenhados, como atualmente não é raro, em falar de política ou a ler jornais, ou simplesmente a gozar fresco no fundo da loja, preferirão dizer, na maior parte das vezes, que não têm a mercadoria pedida do que se levantar para procurá-la" 56/.

É interessante observar a visão que as classes dominantes tinham de sua própria posição na sociedade. A 15 de novembro de 1824, no juramento da Constituição, na Câmara da Vila Nova da Rainha, lê-se:

"...na Igreja da Matriz, ...onde se achavam presentes em veriação o Juiz Ordinário, Presidente Francisco Gomes Barbosa, Vereadores e o Procurador desta Comarca, abaixo assinados, e mais CLERO, NOBREZA e POVO..." 57/.

Na segunda metade do século, esta divisão em estados desapareceu completamente e deu lugar a novas conceituações, como

55/ Processo anexado ao inventário de Francisco Pedro de Souza (1904), arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

56/ Citado por AQUINO, Aécio, *Nordeste, Século XIX*, João Pessoa, Ed. Universitária, 1980, p. 139.

57/ In PINTO, Irineo, op. cit., vol. 2, p.91.

a de "capitalistas" <sup>58/</sup>, por exemplo, apesar dos novos conceitos conviverem com os coronéis de velhas patentes e com preocupações de serem mantidos "foros de nobreza".

A própria forma de apropriação, pelas classes dominantes pré-capitalistas, do produto social global, principalmente através do consumo de luxo, de serviços e instituições coletivas <sup>59/</sup>, gerou, apesar das modificações ocorridas, uma tendência à estagnação das relações sociais. Tollenare observou:

"...um mestre de obras, um marceneiro, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, um chefe, enfim, de qualquer destas profissões, em lugar de assalariar operários livres, compra negros e os instrui. ..." <sup>60/</sup>.

E, acrescenta, se tiver que ir a qualquer casa prestar serviços, apresenta-se todo enfarpelado e acompanhado de seus negros <sup>61/</sup>.

Se, na penúltima década do século passado, já podemos falar na superação do modo de produção escravista, em seu aspecto econômico, as relações sociais que se haviam cristalizado levaram mais tempo para serem superadas. Quanto à mentalidade, plasmada por séculos de escravidão, seria arriscado afirmar que, mesmo hoje, tenha sido já superada. E, nisto, Campina Grande, como todo o Nordeste, não difere do resto do país.

---

<sup>58/</sup> Leve-se em conta que a designação de "capitalista", à época, significava, principalmente, aquele que vivia de empréstimos a juros.

<sup>59/</sup> VILAR, Pierre, op. cit. p. 101.

<sup>60/</sup> AQUINO, Aécio, op. cit. p. 151.

<sup>61/</sup> Id. Ibid. p. 152.

## Anexo 1

LEI DO VENTRE LIVRE

"Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador Senhor Dom Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assemblêia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - Os filhos de mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade com a presente lei.

§ 2º - Qualquer destes menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se à avaliação dos serviços pelo tempo que lhe resta a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização..."

FONTE: LEI DO VENTRE LIVRE, registrada à folhas do Livro 1 do Registro de Leis e Direitos relativos à emancipação do elemento servil. Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 29 de setembro de 1871. In. BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, Amaral R.A., *Textos Políticos da História do Brasil - Independência - Império (I)*. Fortaleza, Imprensa Universitária, Biblioteca de Cultura, Série A - Documentário. s/d.

## ANEXO 2

"Digo eu, ...que entre outros bens que possuo encontra-se a crioula Antônia, de 50 anos, ... a qual me foi doada por ... e avaliada em 400\$000, que em atendimento aos bons serviços que me tem prestado, e como recompensa, fica forra, como se de ventre-livre tivesse nascido, com a condição de acompanhar-me até o fim de minha vida..." (10/12/1858)

"...Libertamos a escrava Luiza, e para maior segurança da escrava passamos esta carta.... o que fazemos por amor à caridade, à humanidade e por amor a Deus... para que goze de liberdade como se de ventre livre nascesse..., e por que nos pagou a quantia de 700\$000 em que foi avaliada..." (26/2/1859)

" Entre os bens que possuímos, de bom e justo título, possuímos a crioula Eufrazina, de 66 anos, avaliada em 300\$000. ... A liberto por me ter servido desde a infância e me ter dado 14 crias,, mas deve servir-nos enquanto nos convier..." (29/8/1862)

"Liberto a preta Tereza, de 40 anos, que deu 7 crias, todas vivas, em condição da preta, enquanto vivo eu for, prestar-me todos os serviços necessários..." (3/3/1866)

"Mariado Rozário, crioula de 43 anos, avaliada em 650\$000, por nos ter entregue 325\$000, fica liberta de uma banda e por isso passará a gozar de plena liberdade desta banda..."(28/10/69)

"Libertamos a João e a Estevão, filhos de Josefa, já livre ...com a condição de nos servirem até nossa morte e de nossos filhos..." (21/1/1876).

FONTE: Cartas de Liberdade encontradas nos Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

## ANEXO 3

"Ilustríssimo Sr. Dr. Juiz de Órfãos  
 Nos autos, diga o Dr. Curador Geral  
 Instrução de Órfãos  
 Campina Grande, 17 de janeiro de 1888.

Alfredo Espínola

Diz André Pereira de Oliveira, morador no lugar Malhadinha, sub-delegacia de Boa Vista, neste termo, que tendo seu cunhado órfão João Cândido de Araújo, idade de 15 anos, abandonado a casa de seu tutor Francisco Assis, conhecido por Tito, morador no mesmo distrito, queixando-se do tratamento que recebeu, pelo que protesta não voltar mais para a companhia de seu tutor; vem por isso requerer o suplicante a V.Senhoria que se digne remover a tutela do mesmo órfão, obrigando-se ele a dar a educação merecida, doméstica e de primeiras letras.

O suplicante alega que somente pelos laços de sangue que o ligam ao dito órfão e por declarar este que não deixará a sua companhia mais, é que requer a sua tutela, e pelo ônus que ela acarreta requer que lhe seja dada sem soldada.

Pede V.S. Deferimento.  
 Campina Grande, 17 de janeiro de 1888  
 (ass) André Pereira de Oliveira

.....  
 Auto de perguntas feitas ao menor João  
 .....

- Perguntado qual o seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade, residência e se sabia ler e escrever.

- Respondeu chamar-se João Cândido de Araújo, idade de 15 anos, solteiro, filho do falecido João Cândido de Araújo e sua mulher; natural de Boa Vista e ali morador e não saber ler nem escrever.

- Perguntado: quem era seu tutor e por que razão saiu de sua companhia?

- Era seu tutor Francisco de Assis, conhecido por Tito, e que saiu de sua companhia porque o mesmo dava-lhe mau trato.

- Qual era o mau trato que ele lhe dava?

- Era que lhe dava muito de ligeira (sic), tendo em uma dessas ocasiões agarrado pelas guelmas, como que o queria enforcar, a ponto de ter ferido pelo rosto com as unhas, que ainda existem os vestígios, e isso foi visto por muitas pessoas da Boa

Vista; que no dia 12 do corrente, tendo vindo à feira desta cidade mais seu tutor, de volta ainda sofreu uma surra, e por isso entendeu deixar a sua companhia e procurar a de sua irmã, casada com André Pereira de Oliveira, em cuja companhia está e não deseja mais sair.

- Em que tempo sofreu a surra em que diz ter os sinais no rosto provenientes dela e como se chamam as pessoas que presenciaram e por que motivo ele assim procedeu.

- Esse fato se dera no mês de novembro e que isto foi visto por José Soares de Araújo, Lindolfo Soares de Araújo, Faustino Pereira e Anselmo Maria Pereira de Araújo; e que ele fez-lhe isso porque mandou espalhar cardeiro para os bezerros comerem e ele espalhou demais.

- Seu tutor tratava-lhe regularmente quanto à roupa e comida?

- Seu tutor tratava bem de comida e que tinha roupa suficiente para seu uso e trabalho, assim como dormia em cama, agasalhado com lençol".

FONTE: Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campõna Grande.

### CONCLUSÃO

A estrutura de distribuição de terras na região evidenciou o predomínio econômico dos grandes proprietários, quer seja através do monopólio da terra, propriedade da mão-de-obra escrava ou controle sobre o trabalho livre, quer seja pelo domínio da produção para exportação e controle do mercado interno.

As grandes unidades produtivas não se mostraram essencialmente pecuaristas. Se bem que a pecuária estivesse presente, em toda a economia agrária da região, o número dos que se dedicavam exclusivamente a ela era pequeno. A grande maioria dos grandes proprietários estava ligada também à agricultura do algodão (cultivado com mão-de-obra escrava), que não era apenas uma economia complementar à pecuária, mas, pelo menos, tão importante quanto ela.

Supomos que o fato de muitos autores considerarem a economia algodoeira do município principalmente em mãos de pequenos proprietários e, nas grandes fazendas, complementar à pecuária, esteja bastante ligado à extrapolação da situação da cultura algodoeira paulista para outras regiões. É bem possível que nas áreas sertanejas da Paraíba o algodão tenha sido um complemento aos grandes latifúndios pecuaristas, mas não em Campina Grande.

Ao lado das grandes propriedades encontramos uma imensa quantidade de pequenas e médias (mesmo no auge da escravidão), que não eram um mero "acompanhamento" do grande latifúndio, produzindo apenas para auto-consumo, ou uma mínima economia de subsistência. A parte da produção comercializada, destas pequenas

e médias propriedades, teve crescente importância, não só para o abastecimento do município, como para áreas do Sertão e do Litoral paraibano. Isto significa a existência de uma economia voltada também para o mercado interno que, embora em modestas proporções, tendeu a se desenvolver com o fim da escravidão.

No entanto, não são os grandes proprietários não estavam afastados da produção para o mercado interno, numa dedicação exclusiva à exportação, como, por diferentes maneiras, apropriavam-se dos lucros dos pequenos produtores.

Muitos dos grandes proprietários possuíam inúmeras casas de farinha, controlavam o abastecimento dos pousos de tropa e comercializavam o gado no mercado interno. Além disso, dominavam a pequena produção, através de vários mecanismos: compra de produtos que eram os únicos a ter condições de beneficiar; compra, por atacado, da produção destinada às feiras, para revendê-las; ou através da infinidade de impostos dos quais eram os arrematadores.

Uma parte considerável dos grandes proprietários modernizou-se. Não tanto no que diz respeito à lavoura propriamente dita, onde a abundância de terras e de mão-de-obra barata não exigiu maiores transformações, mas no setor de beneficiamento dos produtos. A compra de máquinas para descaroçar e ensacar o algodão, a ligação com o comércio e o papel que desempenhavam como "bancos" de crédito municipais gerou, a nível das grandes famílias (as maiores fortunas), uma estreita solidariedade entre agricultura, comércio e incipiente industrialização.

Com a perda da mão-de-obra escrava reforçaram-se, na região, as formas de trabalho livre praticamente não-assalariado, como o de moradores de parceria ou de condição. Os trabalhadores livres, convivendo com o trabalho escravo até 1888, e for-

mando sempre um grande contingente populacional sem terra ou com pouca terra, e sem outras opções de trabalho, submeteram-se a formas de trabalho livre não assalariado que se cristalizaram solidamente na região. O fim da escravidão e a transformação das estruturas coloniais criou e baseou-se em formas de trabalho livre sui generis, que até hoje se reproduzem.

A superexploração do trabalho, permitida pela utilização do trabalho escravo e pelas diversas formas de trabalho livre não assalariado, ao lado do domínio direto ou indireto da produção e do controle do comércio, com o crescente desenvolvimento da comercialização possibilitou o surgimento de pequenas indústrias.

No decorrer da segunda metade do século passado, as transformações operadas nas estruturas coloniais, sua adaptação às novas realidades internas e internacionais, conduziram, por formas não clássicas, a um capitalismo atrasado e dependente. Neste longo processo, é nas modificações internas, e não no comando de um "capital comercial" de fora que devemos buscar as bases profundas e primeiras das transformações.

O Nordeste, com suas especificidades, participou solidariamente das mudanças ocorridas na estrutura econômica do país. De forma subordinada, é verdade, mas integrada no conjunto das transformações. O que vamos ver configurada no final do século, não é a existência de "dois brasis", mas o surgimento do capitalismo no país, que aproveita-se das diferenças regionais e as reforça, subordinando áreas que mantêm atrasadas pela própria lógica intrínseca do desenvolvimento capitalista.

As sobrevivências, muito grandes no Nordeste, de formas de produção não capitalistas, reforçam uma estrutura social que mantém uma permanente contradição entre este funcionamento e as novas exigências da economia, freando permanentemente o desenvolvimento da região.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Cartório do 3º Ofício - Forum de Campina Grande

- Inventários post mortem - 1840-1905; 853 inventários (todos os existentes).
- Contas de Tutoria - 1840-1905; anexas aos inventários.
- Cartas Precatórias- 1840-1905; 30 (todas as existentes).
- Processos de Tutela com Soldada - 1861-1902; 371 (todos os existentes).
- Livros de Audiência da Casa da Câmara - 1880-1886.
- Livro de Escravos - 1885.

Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

- Livros de Notas - 1858-1905.
- Indicador Real do Registro Geral de Hipotecas- 1876-1905.
- Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas -1876-1890.
- Livro de Transcrição de Imóveis da Freguesia de Campina Grande - 5/IV/1878 a 13/VIII/1903.
- Livro de Inscrição Especial - 1898.
- Livro de Notas para Escritura de Compra, Venda e Troca de Escravos - 3/XI/1866 a 19/IX/1879.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Relatórios, Falas, Mensagens e Exposições de Presidentes da Província da Paraíba - 1842-1889. Seção de Microfilmagem, rolos: VI-233(1); N-PR/SPR 113(1) a N-PR/SPR 113(5) :

1. RPP Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, 1842.
2. RPP Ricardo José Gomes Jardim, 1843.
3. RPP Agostinho da Silva Neves , 1844.
4. RPP Frederico Carneiro de Campos, 1845.
5. RPP Frederico Carneiro de Campos, 1846.
6. RPP Frederico Carneiro de Campos, 1847.
7. Memória que em cumprimento da Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Frederico Carneiro de Campos, Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Presidente desta Província, fez o 2º Tenente Francisco Pereira da Silva, desta cidade até o Município de São João, em 1847. Anexo ao RPP.
8. R.Vice-P.P. João de Albuquerque Maranhão, 11/5/1848.
9. RPP João Antônio de Vasconcelos, 1º/8/1848.

10. RPP João Antônio de Vasconcelos, 19/8/1849.
11. RPP João Antônio de Vasconcelos, 21/1/1850.
12. RPP José Vicente de Amorim Bezerra, 24/2/1850.
13. RPP José Vicente de Amorim Bezerra, 2/8/1850.
14. RPP José Vicente de Amorim Bezerra, 30/9/1850.
15. RPP Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 8/5/1851.
16. RPP Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 3/7/1851.
17. RPP Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 2/8/1851.
18. RPP Flávio Clementino da Silva Freire, 1853.
19. RPP João Capistrano Bandeira de Mello, 5/5/1854.
20. RPP João Capistrano Bandeira de Mello, 7/6/1854.
21. R. Vice PP Flávio Clementino da Silva Freire, 25/9/1854.
22. RPP Francisco Xavier Paes Barreto, 16/4/1855.
23. R Vice-PP Flávio Clementino da Silva Freire, 2/10/1855.
24. R Vice-PP Flávio Clementino da Silva Freire, 26/11/1855.
25. RPP Antônio da Costa Pinto Silva, 5/8/1856.
26. RPP Antônio da Costa Pinto Silva, 1857.
27. RPP Manuel Clementino Carneiro da Cunha, 1857.
28. RPP Manuel Clementino Carneiro da Cunha, 9/12/1857.
29. RPP Henrique de Beaurapaire Rohan, 20/9/59.
30. RPP Henrique de Beaurapaire Rohan, 4/6/1859.
31. RPP Ambrósio Leitão da Cunha, 2/8/1859.
32. RPP Ambrósio Leitão da Cunha, 13/4/1860.
33. RPP Luiz Antônio da Silva Nunes, 17/3/1861.
34. Exposição do Barão de Mamanguape, 18/5/1861.
35. RPP Francisco de Araújo Lima, 1/8/1861.
36. RPP Francisco de Araújo Lima, 31/5/1862.
37. RPP Francisco de Araújo Lima, 1/10/1863.
38. RPP Francisco de Araújo Lima, 20/2/1864.
39. R. Vice-PP Felizardo Toscano de Brito, 18/5/1864.
40. RPP Sinval Odorico de Moura, 1/10/1864.
41. RPP Sinval Odorico de Moura, 29/7/1865.
42. RPP Felizardo Toscano de Brito, 4/8/1865.
43. RPP Felizardo Toscano de Brito, 3/8/1868.
44. R 2ª Vice-PP João José Inocência Paggi, 5/11/1866.
45. RPP Américo Brasiliense de Almeida Mello, 22/4/1867.
46. RPP Barão de Macau, 5/8/1867.
47. RPP Barão de Macau, 4/11/1867.
48. RPP Inocência Seráfico de Assis Carvalho, 29/7/1868.
49. RPP Inocência Pinto Pessoa, 16/8/1868.

50. RPP Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, 1/11/1868.
51. R 2º Vice-PP Padre Inocêncio Francisco Pinto Pessoa, 9/4/1869.
52. R 2º Vice-PP Padre Inocêncio Francisco Pinto Pessoa, 16/4/1869.
53. R 4º Vice-PP Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, 11/6/1869.
54. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 2/10/1869.
55. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 1/2/1870.
56. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 17/2/1870.
57. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 24/10/1870.
58. RPP Frederico de Almeida e Albuquerque, 7/12/1870.
59. RPP Frederico de Almeida e Albuquerque, 13/4/1871.
60. R 3º Vice-PP José Evaristo da Cruz Gouveia, 13/10/1871.
61. RPP Frederico de Almeida e Albuquerque, 23/4/1872.
62. Fala do 3º Vice-PP José Evaristo da Cruz Gouveia, 7/6/1872.
63. Fala do 3º Vice-PP José Evaristo da Cruz Gouveia, 25/6/1872.
64. RPP Francisco Teixeira de Sá, 6/9/1873.
65. RPP Silvino Elgídio Carneiro da Cunha, 7/8/1874.
66. RPP Silvino Elgídio Carneiro da Cunha, 9/10/1875.
67. RPP Flávio Clementino da Silva Freire, 21/5/1876.
68. RPP Flávio Clementino da Silva Freire, 9/1/1877.
69. R 1º Vice-PP José Paulino de Figueiredo, 24/4/1877.
70. RPP Esmerino Gomes Parente, 12/8/1877.
71. RPP Esmerino Gomes Parente, 1/3/1878.
72. R 1º Vice-PP José Paulino de Figueiredo, 11/3/1878.
73. RPP Ulysses Machado Pereira Vianna, 1/1/1879.
74. R 2º Vice-PP Felício Benício da Fonseca Galvão, 12/6/1879.
75. RPP José Rodrigues Pereira Júnior, 30/4/1880.
76. R 2º Vice-PP Felício Benício da Fonseca Galvão, 15/5/1880.
77. RPP Antônio Alfredo da Gama e Mello, 10/6/1880.
78. RPP Gregório José de Oliveira da Costa Júnior, 3/9/1880.
79. RPP Antônio Alfredo da Gama e Mello, 8/10/1880.
80. RPP Justino Ferreira Carneiro, 21/9/1881.
81. RPP Antônio Alfredo da Gama e Mello, 21/5/1882.
82. RPP Manuel Ventura Barros Leite Sampaio, 4/10/1882.
83. Exposição do PP José Basson de Miranda Osório, 15/2/1883.
84. RPP José Basson de Miranda Osório, 17/4/1883.
85. RPP José Ayres do Nascimento, 4/10/1883.
86. RPP José Ayres do Nascimento, 1/8/1884.
87. RPP Herculano de Souza Bandeira, 1º/8/1886.
88. RPP Geminiano Brasil de Oliveira Goes, 8/8/1887.
89. RPP Francisco de Paula Oliveira Goes, 9/8/1888.

Relatórios de Ministros da Agricultura  
1860-1870 Rolos Nº PR-SPR 123 (1) a 123 (10)NIP

1. 1861 - Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello
2. 1862 - Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello
3. 1862 - Ministro Pedro de Alcântara Bellegarde
4. 1863 - Ministro Pedro de Alcântara Bellegarde
5. 1863 - Ministro Domiciano Leite Ribeiro
6. 1865 - Ministro Antônio Francisco de Paula Souza
7. 1866 - Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas
8. 1867 - Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas
9. 1868 - Ministro Joaquim Antônio Fernandes Leão
10. 1869 - Ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque
11. 1870 - Ministro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Arquivo  
Mensagens de Presidentes do Estado da Paraíba

1. 25/06/1891 - Venâncio Neiva.
2. 29/10/1894 - Álvaro Lopes Machado.
3. 24/11/1894 - Álvaro Lopes Machado.
4. 15/02/1896 - Álvaro Lopes Machado.
5. 02/09/1898 - Antônio Alfredo da Gama e Mello.
6. 09/06/1899 - Antônio Alfredo da Gama e Mello.
7. 01/05/1900 - Antônio Alfredo da Gama e Mello.
8. 01/10/1901 - José Peregrino de Araújo.
9. 01/10/1903 - José Peregrino de Araújo.
10. 01/09/1904 - José Peregrino de Araújo.
11. 20/10/1905 - Álvaro Lopes Machado.

Leis do Império do Brasil

- LEI DE TERRAS - de 18 de setembro de 1850. In. *Coleção das Leis do Império do Brasil - 1850*. T.XI, Parte I, Rio de Janeiro, Tipographia Nacional, 1851.
- LEI DO VENTRE LIVRE - de 29 de setembro de 1871. In. BONA VIDES, P. e VIEIRA, A., *Textos Políticos da História do Brasil - Independência-Império (I)*, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, s/d.

- ANTONIL, João André, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, prefácio de Orlando Valverde, edição facsimilar da edição original de 1711, Separata do *Boletim Geográfico* n<sup>OS</sup> 166 a 171, Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- CÂMARA, Manoel Arruda da, *Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros, oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Negócios de Ultramar, em 1797*. In. Id., *Obras Reunidas, 1752-1811*. Coligidas e com estudo biográfico de José Antônio Gonsalves de Mello, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, ps. 106 a 159.
- DANIEL, João, *Tesouro Descoberto no Amazonas, 1787*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 2 vol.
- FORAL de Duarte Coelho, de 24 de setembro de 1534, In. FONSECA, Célia F. de A., *A Economia Européia e a Colonização do Brasil - A Experiência de Duarte Coelho*. Rio de Janeiro, IHGB, 1978.
- JOFFILY, Irineu, *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba, compreendendo todo o Estado do mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte*, Parahyba, Typographia e Lythographia a vapor de Manoel Henriques, 1893.
- RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco, 1857*. São Paulo, Martins, 1941, 2 vol.
- SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil, 1587*. 4 ed. São Paulo, CEN/USP, 1971.
- TAVARES, João de Lira, *Apontamentos para a História Territorial da Parahyba*, Parahyba, Imprensa Oficial, 1911, vol. 2.
- TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife - Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Recife, Typographia de Manoel Figueroa Faria & Filhos, 1879. Edição facsimilar, Prefácio e Notas de Gadiel Perruci, Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978.

## FONTES ESTATÍSTICAS

1. *Mapa da População Livre e Escrava, por Municípios e Freguesias de conformidade com o Aviso Imperial de 17 de Janeiro de 1850.* In. R.P.P. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1851.
2. *Recenseamento Geral do Império do Brasil - 1872, v.6, 4ª parte,* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Livros Raros.
3. FUNDAÇÃO IBGE, *Censo Geral de 1890,* Rio de Janeiro, IBGE, Serviço de Recenseamento, parte sobre Campina Grande.
4. FUNDAÇÃO IBGE, *Censo Geral de 1900,* Rio de Janeiro, IBGE, Serviço de Recenseamento, parte sobre Campina Grande.
5. FUNDAÇÃO IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v.XVII,* Rio de Janeiro, 1960.
6. FUNDAÇÃO IBGE, *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Censo Demográfico, Dados Distritais - Paraíba. v.1, T.3, Nº 9.* Rio de Janeiro, 1980.
7. FIPLAN, *Estado da Paraíba, Anuário Estatístico, 1980.* João Pessoa, 1980.
8. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDENE, *Indicadores Sociais do Nordeste, 1970-1980.* Recife, 1983.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

1. AGUIAR, DUQUÊ, et. alii. *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba - O Cariri Paraibano,* Campina Grande, UFPB/CNPq, 1983, mimeo.
2. ALBUQUERQUE, Rui H.P.L., *Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola - As Relações de Produção na Conicultura Paulista - 1920-1950.* São Paulo HUCITEC/Brasília: CNPq, 1983.
3. ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande, 2ª edição.* João Pessoa, UFPB, 1979.
4. ALMEIDA, Horácio, *Brejo de Areia - Memórias de um Município, 2ª edição,* João Pessoa, UFPB, 1980.
5. -----, *História da Paraíba,* João Pessoa, UFPB, 1978, 2 v.
6. ALMEIDA, José Américo, *A Paraíba e seus Problemas, 3ª edição,* João Pessoa, A União, 1980.
7. AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas, *A Questão Agrária e o Capitalismo,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
8. ANDRADE, Manoel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste,* São Paulo, Brasiliense, 1963.

9. ANDRADE, Manoel Correia de, *Agricultura e Capitalismo*, São Paulo, LECH, 1979.
10. -----, *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
11. -----, *Geografia, Região e Desenvolvimento*, Recife, *Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais*, Nº 7, 1967.
12. AQUINO, Aécio Villar, *Nordeste, Século XIX*, João Pessoa, UFPB, 1980.
13. BARROS, Henrique de, *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.
14. BARTRA, Roger, *Estructura Agraria y Clases Sociales en México*, México, Instituto de Investigaciones Sociales/UNAM, 1978.
15. BELLUZZO, Luis Gonzaga (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, Nº 2. São Paulo, Brasiliense, 1983.
16. BLOCH, Marc, *Les Caractères Originaux de L'Histoire Rurale Française*, Paris, Armand Colin, 1976, v. 1.
17. -----, *Introducción a la Historia*, 2ª edição, México/Buenos Aires, Breviarios del Fondo de Cultura Económica, 1957.
18. BOSERUP, Ester, *Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura - La Economía del cambio agrario bajo la presión Demográfica*. Madrid, Tecnos, 1967.
19. BOUVIER, Jean, *História Social e História Econômica*, In. NORA, P. e LE GOFF, J. *História Social: Problemas, Fontes e Métodos*, Lisboa, Cosmos, 1967.
20. -----, *A Economia: As Crises Econômicas: a problemática das crises econômicas no século XIX e análise histórica: o caso da França*, In. NORA, P. e LE GOFF, J., *História: Novas Abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
21. BRUSONE, Julio le Riverend, *Problemas del Régimen de Apropriação de la tierra*, In. *Historia y Sociedad en el Mundo de Habla Española*, México, Garcia Martines Bernardo et. alii, El Colegio del México, 1970.
22. CÂMARA, Epaminondas, *Os Alicerces de Campina Grande, Esboço Histórico Social do Povoado e da Vila (1697-1864)*, Campina Grande, Livraria Moderna, 1943.

23. CANABRAVA, Alice, *A Grande Propriedade Rural*, In. HOLANDA, S. Buarque de (org), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, 1960, T. I, Livro 2.
24. -----, *A Grande Lavoura*, In. HOLANDA, S.B. de, *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, 1974, T. II, Livro 4.
25. CARDOSO, Ciro Flamarion S., *Uma Introdução à História*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
26. -----, *Introducción al Trabajo de la Investigación Histórica*, Barcelona, Grijalbo, 1982.
27. -----, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979.
28. -----, *La Guyane Française (1715-1817): Aspects Economiques et Sociaux - Contribution à l'Etude des Sociétés Esclavagistes d'Amérique*, Paris, Tese de Doutorado, 1971, mimeo.
29. -----, *Sociólogos nos Domínios de Clio*, In. *Tempo e Sociedade*, Niterói, UFF, 1982, v. 1, Nº 1.
30. -----, *As Concepções Acerca do "Sistema Econômico Mundial" e do "Antigo Sistema Colonial": A Preocupação Obsessiva com a "Extração de Excedentes"*, In. LAPA, José R. do Amaral (org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980.
31. -----, *Sobre os Modos de Produção Coloniais da América*, In. SANTIAGO, Théo Araújo, *América Colonial*, Rio de Janeiro, Pallas, 1975.
32. -----, *The Problem of land in the transition to capitalism in Latin America and the Carabean (nineteenth century)*, In. *Agrarian Reforms: comparative studies*, Budapest, Eighth International Economic History Congress, 1982.
33. ----- e BRIGNOLI, H. Pérez, *Los Métodos de la Historia - Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*. Barcelona, Grijalbo, 1976.
34. -----, *História Econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

35. CARVALHO, Maria Gelza R.F. de, *Estado da Paraíba, Classificação Geomorfológica*, João Pessoa, UFPB/FUNAPE, 1982.
36. CASTRO, Antônio Barros de, *7 Ensaíos sobre a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 1972, 2 v.
37. CHALOULT, Yves, *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno*, Petrópolis, Vozes, 1978.
38. CHAYANOV, A.V., *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
39. COELHO, Modesto Siebra (coor.) *Geographie et Ecologie de la Paraíba (Brésil)*, Paris: C.N.R.S./Brasília: CNPq, 1979.
40. CORREIA FILHO, Virgílio, *Evolução dos Processos de Aquisição de Terras no Brasil*, Rio de Janeiro, Separata da *Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*, Rio de Janeiro, s/d.
41. COSTA, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, 2ª edição, São Paulo, LECH, 1982.
42. -----, *Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos*, In. *Da Monarquia à República* (capítulo IV), 2ª edição, São Paulo, LECH, 1979.
43. CUNHA, Euclides da *Contrastes e Confrontos*, Rio de Janeiro, Record, 1975.
44. DEAN, Warren, *Rio Claro, um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
45. EISENBERG, Peter, *Modernização sem Mudança - A indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
46. FERNANDES, Florestan, *Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil*, In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*, São Paulo, CEN, 1979.
47. -----, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
48. FIGUEIREDO, Vilma, *Desenvolvimento Dependente Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
49. FLICHMAN, Guillermo, *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1977.

50. FRANCO, Maria Sylvia de C., *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Ática, 1974.
51. FREITAS, Dêcio, *O Capitalismo Pastoril*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Bundes, 1980.
52. FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil* São Paulo, CEN, 1968.
53. GALLIZA, Diana Soares de, *O Declínio da Escravidão na Paraíba- 1850-1888*. João Pessoa, UFPB, 1979.
54. GORENDER, Jacob, *O Escravismo Colonial*, São Paulo, Ática, 1978.
55. GOULART, José Alípio, *O Cielo do Couro no Nordeste*, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1966.
56. HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, J.Olympio, 1957.
57. JOFFILY, Geraldo Irineu, *O Quebra-Quilo, a revolta dos matutos contra os doutores, 1874*. Brasília, Thesaurus, 1977.
58. JOFFILY, Irineu, *Notas sobre a Paraíba*, Brasília, Thesaurus, 1977, 2 v.
59. JOFFILY, José, *Entre a Monarquia e a República - Idéias e Lutas de Irineu Joffily*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1982.
60. KAUTSKI, Karl, *A Questão Agrária*, São Paulo, Flama, s/d.
61. KULA, Witold, *Problemas y Métodos de la Historia Económica*, Barcelona, Peninsula, 1977.
62. ----, *Teoria Económica do Sistema Feudal*, Lisboa, Presença, 1962.
63. LAPA, José Roberto do Amaral, *O Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
64. LEAL, José, *Este Pedago do Nordeste*, João Pessoa, A União, 1943.
65. LENIN, V.I. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*, Obras Completas. Buenos Aires, Cartago, 1957. T.III.
66. LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C. Teixeira da, *História da Agricultura Brasileira, combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
67. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira- 1808-1889*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/FGV, s/d.

68. LUZ, Nícia Vilela, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
69. MACHADO, Maximiliano Lopes, *História da Província da Paraíba*, João Pessoa, UFPB, 1977, 2v. (1ª edição de 1912)
70. MARANHÃO, Silvio (coor.) *A Questão Nordeste - Estudos sobre a Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
71. MARIZ, Celso, *Apanhados Históricos da Paraíba*, 2ª edição, João Pessoa, UFPB, 1980.
72. MARTINS, José de Souza, *O Cativo da Terra*, 2ª edição, São Paulo, LECH, 1981.
73. -----, *Capitalismo e Tradicionalismo, Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, São Paulo, Pioneira, 1975.
74. -----, *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*, In. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, nº 22.
75. MARX, Karl, *El Capital*, Traducción de Wenceslao Roces, 4ª edición, México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1966, 3v.
76. ----, *Contribución a la crítica de la Economía Política*, La Habana, Política, 1966.
77. MELO, Evaldo Cabral de, *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
78. MELLO, João M.C. de, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
79. MELLO, Pedro C. de e SLENES, R.W. *Análise Econômica da Escravidão no Brasil*, In. NEUHAUS, Paulo (coor.), *Economia Brasileira: uma visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus. 1982.
80. MONTEIRO, Hamilton de Mattos, *Crise Agrária e Luta de Classes, O Nordeste Brasileiro entre 1850-1889*. Brasília, Horizonte, 1980.
81. NAKANO, Yoshiaki, (coor.) *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*, Brasília, BINAGRI, 1979.

82. OTÁVIO, José (org.), *A Paraíba, das origens à urbanização*, João Pessoa, UFPB/FUNAPE/Fundação Casa de José Américo, 1983.
83. PINHEIRO, Paulo Sérgio (coor.), *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
84. PINTO, Irineu Ferreira, *Datas e Notas para a História da Paraíba (1501-1820)*, Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1908, 2 v.
85. PINTO, Luiz, *Synthese Histórica da Paraíba, 1501-1938*. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1938.
86. PORTO, Costa, *O Pastoreio na Formação do Nordeste*, Rio de Janeiro, MEC, 1959.
87. -----, *O Sistema Sesmarial do Brasil*, Brasília, UB, s/d.
88. PROST, Gérard, *O Cariri Semi-Árido Transformado pelo Agave*, In. IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 1968, Nº 2. Ano 30, ps.21 a 55.
89. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, *O Campesinato Brasileiro*, São Paulo: USP/Petrópolis: Vozes, 1973.
90. -----, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, São Paulo, USP, 1965.
91. RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Presença. 1982.
92. SEREJO, T.C.Leal de, *Coronéis sem Patente: a modernização conservadora no sertão de Pernambuco*, Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1979, mimeo.
93. RIOS, José Artur, (coor) *Campina Grande, um centro comercial do Nordeste*, Campina Grande, SESC, s/d, mimeo.
94. SERENI, ZANGHERI et. alii. *Agricultura y Desarrollo del Capitalismo*, Madrid, Alberto Corazon, 1974.
95. SERVOLIN, Claude, *Aspects économiques de l'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*, - *L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine* In. *Cahiers de la Fondation Nationale de Sciences Politiques*, Paris, Armand Colin, 1972.
96. SILVA, Eliete de Q.Gurjão, *O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945)*, Campina Grande, UFPB, Dissertação de Mestrado, mimeo.

97. SILVA, José Graziano da, *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteiras Agrícolas e Trabalhadores Rurais no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
98. -----, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira*, São Paulo, HUCITEC, 1981.
99. -----, *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, São Paulo, HUCITEC, 1980.
100. SILVA, Sérgio, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
101. SILVA, Waldomiro C. da e SÃ, Maria B. *As bases econômicas da circulação mercantil na cidade de Campina Grande*. Campina Grande, UFPB, 1983, mimeo.
102. SIQUEIRA, Baptista, *Os Cariris do Nordeste*, Rio de Janeiro, Catedra, 1978.
103. SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
104. SORJ, Bernardo, *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
105. SPINDEL, Cheywa R., *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
106. STEIN, Stanley, *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
107. VALVERDE, Orlando, et. alii. *Estudo Regional do Seridô, Curimatã e Agreste de Esperança*, Campina Grande, UFPB, 1981, mimeo.
108. VILAR, Pierre, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona, Grijalbo, 1980.
109. -----, *Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ariel, 1964.
110. WANDERLEY, Maria Nazareth B. et. alii, *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.